

**António José da Conceição Silva e Lima**

## **Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos**

### **História e Património de uma Corporação**



#### **Volume I**

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património

Orientadora: Professora Doutora Maria Isabel João

Universidade Aberta  
Departamento de Ciências Sociais e Gestão  
(2008-2010)

António José da Conceição Silva e Lima

Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos

História e Património de uma Corporação

Volume I

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património

Orientadora: Professora Doutora Maria Isabel João

Departamento de Ciências Sociais e Gestão

Universidade Aberta, Lisboa

## Resumo

O objectivo principal deste trabalho é prestar homenagem a uma Associação de Bombeiros fundada em 1935 no concelho de Figueiró dos Vinhos e que logrou comemorar as suas bodas de diamante em 2010.

Porém, o espaço temporal da narração alarga-se, recuando até finais do século XIX, em busca das motivações e das dinâmicas que conduziram à sua criação em 1935.

Em 5 capítulos narra-se a história da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, desde os seus alvares e a sua génese difícil e atribulada, até à sua progressiva instalação e crescimento, culminando numa instituição que se tornou basilar e fundamental para a comunidade do concelho de Figueiró dos Vinhos.

O período temporal onde se enquadram os seus 75 anos de existência reflecte também o compasso histórico do concelho figueiroense, cujos protagonistas e eventos se atravessam na história da Associação e do seu corpo de bombeiros.

A presente monografia também pretende demonstrar a importância do associativismo local. No caso concreto, uma colectividade que se identifica como escola de valores e formadora de uma identidade colectiva coesa, atestada pelas gerações que a serviram e deram corpo às suas simbologias.

## Abstract

The main goal of this work it's to pay tribute to an Association of Firemans that was founded on 1935 in the county of Figueiró dos Vinhos, which enjoyed commemorate its Porcelain Wedding on 2010.

Nevertheless, the timeline of this narrative extends, being retrospective till the finals of XIX century, in search of the motivations and dynamics that led to its creation on 1935.

In five chapters, it's narrated the story of Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntarios de Figueiró dos Vinhos, since its values and its difficult troubled origin, till its progressive edification and outgrowth, culminating in an institution that became essential to the community of Figueiró dos Vinhos county .

The time period where its seventy five years of existence fall, reflects too the historical compass of Figueiroense County, whose protagonists and events cross on history of the association and its fire department.

The present monograph also pretends to demonstrate the importance of local associations. Objectively, one collectivity that identifies itself as a value school and founder of a cohesive collective identity, proved by generations who served it and gave life to its symbology.

Para os meus filhos,  
Denise e Edgar

## Agradecimentos

---

Este trabalho só foi possível com os contributos assertivos de algumas pessoas, que não hesitaram, de forma desinteressada e generosa, em partilhar documentação pessoal, fotos e inclusivamente parte dos seus arquivos memoriais, que enformam a história desta colectividade.

A encimar a lista de agradecimentos devo colocar o presidente da direcção da Associação, Luis Filipe Antunes da Silva, que me honrou com o seu convite para elaborar esta monografia, num claro gesto de confiança que depositou em mim e que julgo poder retribuir com a presente obra.

Outro contributo importante foi o do actual Comandante dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, Joaquim Pinto Ascensão Martins, que não olhou a esforços para procurar (e reunir) diversa “papelada” avulsa, que se encontrava depositada aleatoriamente, sem ordem nem método, nalguns cantos recônditos do actual quartel-sede, inclusivamente no sótão do edifício. Para além deste espólio esquecido, e de cuja existência poucas pessoas conheciam, Joaquim Pinto Ascensão Martins também me forneceu muita documentação ligada aos arquivos do comando. Em jeito de balanço direi, que o seu contributo foi extremamente valioso, porque permitiu preencher lacunas vitais concernentes a factos ligados à história do corpo activo dos bombeiros figueiroenses.

Estou também grato ao comandante honorário José Mendes Lima, pelo seu testemunho, que incluiu um interessante espólio fotográfico, sem esquecer as muitas histórias que me contou sobre a corporação, não fosse ele um dos elementos mais antigos do corpo activo, onde ingressou no longínquo ano de 1949.

Na mesma linha contributiva nomeio outro Comandante Honorário, Aginaldo Manuel Feitor Simões Silva, pelo desfiar das suas memórias, pela documentação pessoal e pela importante colecção fotográfica, que prontamente acedeu a partilhar nesta monografia.

Terei também que nomear a bombeira Maria Amélia Zagarte Nunes, e os “antigos” bombeiros Fernando José da Silva Rosalino e Leonel de Jesus Simões, assim como Victor Camoezas, pela generosidade com que partilharam as suas memórias.

Ao bombeiro mais antigo da corporação figueiroense, José de Oliveira Canário, que fez parte do primeiro corpo activo da Associação (em 1936), o meu profundo reconhecimento e carinho, pela formidável memória que possui e pela importância que representam para o período inicial de formação do corpo activo.

À Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos pelo magnífico site que dispõe e que colocou ao serviço dos munícipes, com especial realce para as secções «Imprensa Local» e «Figueiró em Imagens», verdadeiros fundos digitais do concelho, e que tanto me favoreceram nas minhas investigações.

À subchefe Maria José Lopes, responsável pela secretaria e serviços administrativos da Associação, agradeço a sua pronta colaboração sempre que foi necessária a disponibilização de documentação diversa.

A última palavra de agradecimento (mas não a menos importante) é dirigida à Professora Doutora Maria Isabel João, pela sua orientação pertinente e assertiva, que em muito contribuiu para transformar um documento meramente monográfico em tese de mestrado, com a moldura científica que necessariamente o engloba.

## Índice

<b>Introdução</b>	9
<b>1. Do serviço de incêndios à fundação da Associação</b>	13
1.1- Figueiró dos Vinhos: um concelho florestal	13
1.2- A necessidade de um serviço de bombeiros	20
1.3- A Comissão Fundadora e Organizadora dos estatutos	26
1.4- A primeira Assembleia-Geral	29
1.5- A primeira reunião da Direcção	31
1.6- Dificuldades financeiras	32
1.7- As instalações dos bombeiros	38
1.8- Registos da actividade do corpo de bombeiros	45
<b>2. A progressiva instalação da Associação (1938-1957)</b>	53
2.1- As tentativas de reanimação da Associação e do corpo de bombeiros	53
2.2- Os apoios financeiros e as instalações	58
2.3- O comando	60
2.4- Registo de alguns incêndios e da actividade dos bombeiros	62
<b>3. O crescimento da Associação sob o Estado Novo (1957-1974)</b>	64
3.1- A actividade e a estabilidade da direcção e o corpo activo	64
3.2- As instalações da Associação	91
3.3- Actividades recreativas desenvolvidas pelo corpo activo	97
3.4- A fanfarra da corporação	99
<b>4. A maturidade da Associação (1974 – 2010)</b>	102
4.1- O novo quadro político e legal	103
4.2- Uma Associação em evolução	106
4.3- As instalações da Associação entre 1974 e o momento presente	129
4.3.1- A demolição do quartel de 1963 e a garagem da Câmara	129
4.3.2- O quartel-sede actual	131

4.3.4-	A Unidade Local de Formação dos bombeiros	137
4.4-	A evolução e actividade do corpo activo	139
4.5-	As fontes de financiamento da Associação	149
4.6-	As revisões estatutárias	154
4.7-	Os homens do leme directivo	156
4.8-	A interacção com a comunidade	157
<b>5.</b>	<b>Memórias e festividades</b>	<b>162</b>
5.1-	Comemorações e aniversários	163
5.2-	As festas de Natal da corporação	172
5.3-	Peditórios e cortejos de oferendas	177
5.4-	O talhão dos bombeiros no cemitério municipal	181
5.5-	Os «Amigos do Batedor»	183
5.6-	O «Dia Nacional dos Bombeiros» de 1972	184
5.7-	Os bombeiros nas festas da Feira de S. Pantaleão e nas festas do Concelho (S. João)	184
5.8-	Homenagens póstumas	193
	Conclusão	195
	Bibliografia e fontes	199

O presidente da direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos convidou-me para elaborar a monografia da colectividade, no âmbito das comemorações das suas bodas de diamante, ocorridas em 2010. A tarefa apresentava-se como um grande desafio, sobretudo pela enorme carência de fontes documentais, motivada pelas constantes mudanças de instalações por que a Associação passou ao longo das sete décadas e meia da sua história. Da minha parte existia o compromisso para com a comunidade onde nasci e vivi toda a minha vida, a par com uma grande admiração pelos bombeiros, que sempre me fascinaram desde criança. Foram estas as duas razões que me convenceram a aceitar o convite e o desafio.

Ao frequentar o mestrado em Estudos do Património aprendi a valorizar novos conceitos e a relacioná-los com a minha vida quotidiana: património, memória e identidade. Entendo, que o património pode ser assumido como um conjunto de bens, que contribuem para os valores de identidade e memória de uma comunidade, de um grupo, de uma organização e, neste caso concreto, de uma associação de bombeiros voluntários. No presente trabalho, o património da instituição, a sua evolução através da sua história, é tido em toda a sua dimensão material e imaterial, como produto de uma herança construída ao longo das gerações, pelos seus intervenientes directos e que serve como testemunho da memória da instituição, constantemente reaprendido e dinamicamente percebido.

Pertencer a uma associação, de forma activa, implica criar laços de união dentro de um determinado grupo, que se tornará num núcleo referencial para o indivíduo, comprometido por uma estratégia comum e para a qual contribui. O indivíduo *psicológico-singular* articula-se num contexto de referenciais mais amplos e externos a ele, e para os quais também concorre, numa interacção que o identifica dentro de um elo afectivo e de convicção de pertença a um determinado grupo social, onde o indivíduo sente necessidade de criar laços de união, elegendo-o como aquele a que pertence e ao qual é dedicado. O grupo torna-se o ponto de encontro de diversas influências, nomeando o indivíduo dentro das suas representações e códigos, que se vincularão na construção de uma identidade recíproca e que se constituirá num núcleo referencial basilar e forte, implementado através de agires e estratégias comuns.

Há uns bons anos atrás, na companhia do então comandante Aguinaldo Feitor Silva e de um bombeiro (Jorge Paulo Nunes Lopes), enquanto perscrutávamos alguns

recantos florestais para realizar um pequeno filme dedicado aos bombeiros figueiroenses, ouvi uma expressão que me ficou para sempre gravada na minha memória. O bombeiro que nos acompanhava, ao olhar para a imensidão da mancha florestal, entrecortada pela serrania beirã, disse em jeito de desabafo: “*Olhe Comandante, no Verão enquanto uns gastam o suor nas praias, nós (bombeiros) gastamos o nosso aqui, no meio destas matas!*”

Neste trabalho, ao longo de cerca de duas centenas de páginas, desenrola-se a história dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, que começa necessariamente antes da formação da Associação em Maio de 1935 e que há 75 anos lhe configurou moldura legal. A narração inicia-se com a génese dos acontecimentos que estiveram na origem da criação de um «Serviço de Incêndios» na vila de Figueiró dos Vinhos no final do século XIX. Esta iniciativa estava, aliás, inserido na conjuntura nacional, que despoletou um pouco por todo o país, sobretudo nos concelhos socioeconomicamente mais dinâmicos, agremiações do género e que haviam de se transformar nas corporações de bombeiros voluntários, hoje sólidas associações que prestam às comunidades onde estão inseridas serviços de alta relevância social.<sup>1</sup>

A memória e a identidade desta associação confundem-se com os indivíduos que dedicaram tempo à formação e à consolidação da sua estrutura. Foi acreditando e fazendo fé nos seus contributos, que estes homens empenharam parte das suas vidas para ampliar, prestigiar e solidificar uma corporação que se confunde com a história do concelho de Figueiró dos Vinhos, desde os alvares do século XX. Na compleição histórica que ela apresenta, também se encaixam as dinâmicas sociais, económicas e políticas do país, detectadas no esmiuçar da acção dos intervenientes e dos protagonistas, cujas intervenções, directa ou indirectamente, também contribuíram para marcar e vincar alguns aspectos da história local, contaminados com a ambiência e conjuntura histórica das suas épocas.

Os 75 anos de existência da Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos fazem dela uma das mais antigas da região, fundada nos primórdios do ano de 1935.<sup>2</sup> O devir histórico do corpo de bombeiros e o seu posterior enquadramento com a

---

<sup>1</sup> De entre os concelhos do distrito de Leiria que fundaram Associações de Bombeiros na mesma época da fundação da de Figueiró dos Vinhos, refiram-se: Bombarral (1924); Peniche (1929); Óbidos (1927) e Nazaré (1927); Alvaiázere (1940); Leiria – Corpo de Bombeiros Municipais (1940).

<sup>2</sup> Refiram-se as datas de fundação de outras Associações de Bombeiros pertencentes a concelhos da área regional onde se insere o de Figueiró dos Vinhos: B.V. da Sertã (1916); B.V. de Castanheira de Pêra (1948); B.V. de Pedrógão Grande (estatutos: 1947); B.V. de Oleiros (1948); B.V. de Proença-a-Nova (1948); B.V. de Ansião: 1957; B.V. de Penela: 1980.

Associação Humanitária que lhe dá corpo, regulamento e estatuto, estrutura-se neste livro, desde a sua génese organizativa, até à actualidade. O desfiar das suas memórias e a dinâmica da sua identidade é perscrutado através de 5 capítulos onde se atravessam factos, momentos, pessoas, materialidades, vontades, sonhos e ambições, ânimos e desalentos de uma colectividade que ainda não parou de crescer e que soube vingar de forma contínua e pujante, através das gerações que a serviram e cujo testemunho têm sabido passar, convicta e renovadamente.

A forma como se estruturou o presente trabalho reflecte os quatro estádios principais e o percurso histórico da Associação: fundação; a progressiva instalação; o crescimento e a maturidade. Finaliza-se com um capítulo onde se faz uma reflexão sobre a importância do ciclo de comemorações e festividades que a colectividade tem levado a efeito, como veículos de preservação e manutenção da sua identidade e memória colectivas. Em anexo juntam-se todos os elementos julgados necessários para complementar e enriquecer a narrativa histórica desenvolvida nos cinco capítulos.

Uma última referência prende-se com as fontes consultadas para a elaboração desta monografia. Não foi tarefa fácil encontrar documentos que aportassem em factos contributivos para a sua redacção. Infelizmente, as mudanças de quartel-sede, que os bombeiros figueiroenses fizeram ao longo destas últimas sete décadas, tiveram como consequência a perda e o extravio de muita documentação importante. Desta forma, os arquivos e os ficheiros da colectividade foram minguando, inevitavelmente, devido às constantes transferências do seu espólio documental. Por este motivo, a Associação está longe de possuir um fundo arquivístico organizado e completo. Faltam, inclusivamente, alguns livros de actas da direcção. Somente a partir de 1981, ano em que foi inaugurado o actual quartel-sede, foi permitida estabilidade ao sector administrativo da Associação.

Para colmatar esta grave falha documental, tive de recorrer a outras fontes: imprensa local; boletins da Câmara Municipal; actas da Câmara e do Conselho Municipal; entrevistas, recordações e documentos de pessoas ligadas à instituição. Foram também tidos em conta livros e revistas publicadas, de autores locais e regionais, que aludissem de alguma forma aos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos.

Foi, por tudo isto, um trabalho moroso e paciente, que exigiu o confronto constante de factos, através dos mais variados documentos, na sua maior parte não oriundas da própria Associação Humanitária.

O que se publicou até ao momento sobre a Associação e os bombeiros figueiroenses encontra-se disperso em alguns artigos na imprensa local. Os artigos mais pertinentes

estão relacionados, a maior das vezes, com o historial de alguns incêndios e relatórios de contas. A única fonte encontrada onde se ensaia uma breve história da Associação foi um boletim informativo editado pela colectividade em Janeiro de 1969, denominado «O Degrau». Infelizmente a publicação não teve continuidade. Uma edição monográfica sobre o concelho de Figueiró dos Vinhos apresenta também um ligeiro historial da Associação<sup>3</sup>.

Das pesquisas que efectuámos sobre publicações alusivas aos bombeiros em Portugal, apurámos um grande número de monografias de Associações de bombeiros, de norte a sul do país, na sua maioria editadas no âmbito de comemorações que assinalam aniversários importantes. Existe também uma grande quantidade de relatórios técnicos; relatórios de congressos e de conferências; manuais e regulamentos diversos; boletins e jornais de associações; relatórios de contas, etc, constituindo um acervo diversificado mas de valor singular.

No universo da internet existem sites relacionados com o universo dos bombeiros portugueses, com destaque para os sites da Autoridade Nacional de Protecção Civil e da Liga dos Bombeiros Portugueses, este reúne a Confederação de Associações e Corpos de Bombeiros e o Jornal da Liga.

Encontrámos apenas uma obra que trata da história dos bombeiros em Portugal de forma abrangente e cuja execução contou com a colaboração de vários autores. Desenvolvida em 2 volumes a obra “*Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História, 1395-1995*”, coordenada por F. Hermínio Santos, serviu-nos de fonte para o enriquecimento de alguns capítulos, que mereciam uma abordagem que interligasse o plano da narração local com o plano da história nacional no que concerne aos bombeiros.

Deixo às gerações vindouras a oportunidade de enriquecerem este estudo monográfico, uma vez que todo o conhecimento científico assenta numa arquitectura susceptível de aperfeiçoamento e nunca em certezas definitivas.

---

<sup>3</sup> MEDEIROS, Carlos, *Figueiró dos Vinhos Terra de Sonho*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2002, pp. 182-183.

# 1. DO SERVIÇO DE INCÊNDIOS À FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

## 1.1- Figueiró dos Vinhos: um concelho florestal

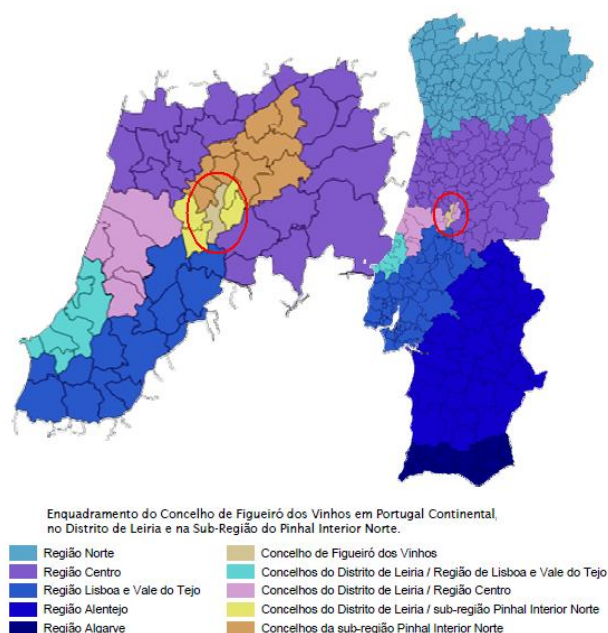


Fig.1 – Enquadramento do Concelho de Figueiró dos Vinhos em Portugal Continental

O concelho de Figueiró dos Vinhos situa-se no centro do país e faz parte da região beirã. Insere-se no distrito de Leiria, localizando-se a norte, na sua parte mais interior, enquadrando-se na sub-região do Pinhal Interior Norte, no limite com a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Confina com os concelhos de Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande, a Este, e com Ansião e

Alvaiázere, a Oeste, todos do distrito de Leiria. A Norte, confina com Lousã, Miranda do Corvo e Penela, do distrito de Coimbra. Finalmente a Sul, confina com Sertã (distrito de Castelo Branco) e Ferreira do Zêzere (distrito de Santarém). O concelho apresenta uma superfície de cerca de 183 km<sup>2</sup>, compreendendo 5 freguesias: Aguda, Arega, Bairradas, Campelo e Figueiró dos Vinhos.

O território do concelho tem uma disposição geográfica que se estende predominantemente na direcção Norte - Sul, sendo limitado a Norte pela Serra da Lousã, e a Sul pela Albufeira da Barragem de Castelo de Bode, no Rio Zêzere.

A diversidade paisagística da região assenta no trinómio vale/encosta/cumes. Devido ao carácter acidentado do terreno, mesmo montanhoso, as suas cotas variam entre os 150 e os 930 metros de altitude, originando uma paisagem caracterizada por um constante entrecortado, com vales profundos percorridos por uma densa rede hidrográfica, encostas demasiado expostas à acção dos agentes erosivos e com algumas dificuldades de comunicação.

A presença florestal no concelho de Figueiró dos Vinhos é determinante representando 60% da área total da região. De facto, quase na sua totalidade, está ocupado por floresta, sendo as suas características edafo-climáticas adequadas a este tipo de exploração.

A evolução das características florestais do concelho é possível detectar-se desde a 2ª metade do século XIX, reportando-nos ao levantamento efectuado pelo Dr. Costa Simões. O seu estudo revela, que em 1847, o coberto florestal era composto por alguns pinhais, castanheiros mansos isolados, castanheiros bravos, alguns soutos esparsos, montados e alguns carvalhos<sup>4</sup>.

Ainda segundo o mesmo autor, constata-se que a floresta em meados do século XIX revelava-se vital para as comunidades serranas da região. Forneciam a madeira para as construções do casario, a lenha para o aconchego e energia do lar, a folhagem para complementar a adubação das terras, território para o pastoreio e o ambiente saudável para a dureza do trabalho agrícola.

A partir das décadas de 30 e 40 do século passado, iniciou-se uma campanha nacional de arborização à base do pinheiro bravo (*Pinus Pinaster*), surgindo assim enormes manchas contínuas, monótonas e regulares, constituindo ecossistemas bastante sensíveis aos incêndios.

Até à década de 50 do século XX a paisagem florestal não variou muito, imperando o pinheiro que abrangia notáveis extensões florestais, fruto da florestação levada a cabo pelos Serviços Florestais, na senda de intensa florestação fomentada pelo Estado Novo e que na maior parte constituíam matas particulares e do Estado<sup>5</sup>. O eucalipto<sup>6</sup> fazia as suas primeiras e ainda esparsas conquistas mas era o pinheiro que ainda abundava, distinguindo-se de todas as outras árvores, em grandes manchas verde-escuro, “*espraiando-se ao longo das encostas desta acidentada região*”<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> SIMÕES, António Augusto da Costa, *Topografia Médica das Cinco Vilas e Arega*, Edição fac-similada, Minerva Coimbra, 2003.

<sup>5</sup> O Inquérito à Habitação Rural, (Henrique de Barros, 2º vol., *A Habitação Rural nas Províncias da Beira*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1947, p. 51) refere que “os serviços florestais têm desenvolvido a sua acção, promovendo o revestimento das dunas e serras e, em especial, da Serra da Lousã, onde se encontra já estabelecida uma mata importante e das mais antigas do país”.

<sup>6</sup> Que parece ter sido introduzido no nosso país por volta de 1850, e segundo Augusto de Figueiredo (in FIGUEIREDO, Augusto de, *Construções Rurais*, Livraria Chardron, Porto, 1905, p.70): “*Esta árvore oriunda da Austrália ou da Tasmânia, parece ter sido introduzida em Portugal por volta de 1850*”

<sup>7</sup> BARREIROS, Manuel Simões, *Doze Anos de Administração Autárquica (1930-1042)*, Figueiró dos Vinhos, 1943, p. 32.

A partir da década de 60 intensificaram-se as plantações de eucalipto e que se prolongaram nas décadas seguintes, ganhando gradualmente terreno em relação ao pinheiro.

Com base nos Inventários Florestais Nacionais de 1974 e 1995<sup>8</sup>, registou-se um considerável aumento quer do eucalipto, quer do pinheiro-bravo. Outras espécies, como o sobreiro, a azinheira e o castanheiro, também sofreram aumentos. No entanto a espécie que mais aumentou foi, sem dúvida, o eucalipto.

Segundo os dados de 1995, 90% da área florestal era constituída por 52% de pinheiro bravo e 35% de eucalipto (que corresponde a 5 vezes mais da percentagem desta árvore, que existia em 1974).<sup>9</sup>

Actualmente, 70% da área florestal é ocupada por eucaliptos, 26% é ocupada por pinheiros bravos e os restantes 4% referem-se a povoamentos de folhosos, pouco representativos (valores relativos a 2001).<sup>10</sup>

Para além de ser o principal recurso natural existente no território figueiroense, o sector florestal representa um importante sector na sua economia, constituindo-se numa importante fonte de receitas da região.<sup>11</sup>

Para além do seu elemento primordial<sup>12</sup>, acresce um sem número de recursos que podem ser aproveitados da floresta, como por exemplo, zonas de caça; resina; plantas aromáticas<sup>13</sup>; cogumelos (uma actividade cada vez mais rentável); mel<sup>14</sup>; os frutos secos<sup>15</sup> e o medronheiro<sup>16</sup>.

A estes recursos ainda se adiciona o valor dos espaços florestais para o recreio e lazer, intimamente ligados à qualidade paisagística que proporcionam, explorando e rentabilizando as suas acessibilidades e a capacidade de acolhimento que proporcionam, objectivando o turismo de natureza. Este pode ser enquadrado numa rede de pontos de

---

<sup>8</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, *Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate Contra Incêndios*, CMFV, 2009.

<sup>9</sup> VENTURA DA CRUZ, planeamento, LUGAR DO PLANO, gestão do território e cultura, «Revisão do Plano Director Municipal -Caracterização Florestal», Câmara municipal de Figueiró dos Vinhos, Maio de 2006.

<sup>10</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, *Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios*, CMFV, 2009.

<sup>11</sup> As empresas ligadas à actividade florestal são as seguintes: empreiteiros de corte de árvores, alugadores de máquinas e equipamentos florestais, transporte de produtos florestais (da floresta até à fábrica), serração, carpintaria, comércio de lenha, limpeza de matas e exploração de resina.

<sup>12</sup> Matéria-prima importante, a madeira pode ser comercializada para a produção de pasta de papel, de toros em serração e para a indústria da trituração.

<sup>13</sup> Essencialmente a lavanda, salva, orégão, hortelã-pimenta e lúcia lima.

<sup>14</sup> O mel da Serra da Lousã (em que se insere o norte do concelho de Figueiró dos Vinhos).

<sup>15</sup> Nomeadamente a castanha, a avelã e a noz.

<sup>16</sup> E que tem diversas utilizações, sendo a mais importante a produção de aguardente.

interesse para fins recreativos, como por exemplo, roteiros arqueológicos; rotas históricas-patrimoniais; sítios de elevado valor natural; praias fluviais; cortadas de caça; parques temáticos e vias panorâmicas. Todos estes recursos podem ser potenciados quando articulados com estratégias e parcerias regionais, adicionadas a políticas de ordenamento e de desenvolvimento local correctas.<sup>17</sup>

Para preservar este cenário animador o município tudo tem feito para contrariar o risco de incêndio florestal, visto o grau alto risco presente em quase todo o território do concelho figueiroense, que tem sido constante e habitualmente assolado por grandes incêndios, com maior incidência a partir da década de 60, sobretudo durante a época estival, quente e seca, cujas temperaturas facilmente ultrapassam os 30°.

*“Os incêndios florestais são uma das principais e mais graves catástrofes naturais. Constituem uma fonte de perigo para pessoas e bens, a que crescem os enormes prejuízos económicos, sociais e ambientais”.*<sup>18</sup>

As causas dos incêndios florestais podem agrupar-se em 4 categorias: negligência (39%); intencional (33%); natural (1%); desconhecida (29%).<sup>19</sup>

Às causas referidas acresce ainda a má política de florestação, visível na tendência em substituir as espécies naturais pelo eucalipto<sup>20</sup>.

Os incêndios trazem problemas económicos, sociais, ecológicos e paisagísticos aos concelhos mais afectados por este flagelo. Diminuem a concentração de oxigénio nas águas, diminuem a capacidade autodepurativa das florestas e aumenta a desertificação física e humana, simultaneamente com o abandono das florestas e das propriedades por parte das populações. Certas actividades como a apicultura, a caça, a pastorícia e a pesca são gravemente afectados.

Torna-se evidente que num concelho com estas características endógenas, que vertem para a sua estrutura socio-económica nutrientes importantes, a vitalidade

---

<sup>17</sup> O concelho está integrado em Planos Regionais ligados ao turismo natural de elevado interesse, dos quais se destacam a «Rota do Zêzere» e a rede das «Aldeias do Xisto».

<sup>18</sup> CAMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Plano Municipal de Defesa da Floresta, CMFV, 2009.

<sup>19</sup> CAMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios, CMFV, 2009.

Assim podemos concluir que no conjunto, a maior parte dos incêndios florestais têm propósitos, intencionais. Registe-se também uma elevada percentagem (29%) de causas desconhecidas/indeterminadas. No que se refere a causas por negligência, estas são em menor número do conjunto das causas identificadas.

<sup>20</sup> Devido à fácil adaptação, rapidez de crescimento, produtividade e valor comercial do eucalipto, fez despertar nos proprietários florestais um interesse pela sua cultura na prática florestal. Está-se agora perante uma floresta uniforme, de monocultura de eucalipto.

existencial de uma associação de bombeiros é fundamental, para assegurar a manutenção e a exploração desses recursos.

A presença de uma associação de bombeiros voluntários é também fulcral num território polvilhado de pequenos aglomerados urbanos, encravados numa paisagem essencialmente florestal e com as características geográficas que foram descritas, assegurando a confiança às populações em relação aos seus bens, bem como às suas expectativas de uma boa qualidade de vida. Têm nos bombeiros a força operacional de combate aos incêndios florestais e urbanos mas também o apoio essencial na prestação de serviços de socorrismo e emergência médica.

O concelho de Figueiró dos Vinhos tem, acima de tudo, nos seus bombeiros voluntários, uma instituição vigilante e actuante na protecção de um dos seus maiores valores, a sua paisagem florestal, característica que é fundamental na sua identidade.

A nível socioeconómico como se caracterizava o concelho de Figueiró dos Vinhos nos finais do 3º decénio do século XX? Qual era a moldura da sua sociedade civil, que permitia a percussão de organizações colectivas missionadas para servir a comunidade? Para satisfazer, de algum modo, as respostas a estas questões, valemo-nos dos resultados apurados pelos Censos de 1930<sup>21</sup>, complementando-os com alguns recortes da imprensa local da época.

Habitavam o concelho 10 700 pessoas, sendo que metade deste universo residia na freguesia de Figueiró dos Vinhos, que detinha quase o triplo das famílias<sup>22</sup>, assumindo feições macrocéfalas em relação às outras 3 restantes freguesias<sup>23</sup>.

Em 1930 o concelho detinha maioritariamente uma feição rural, sector que ocupava metade da população activa. O sector industrial não excedia a cota de 10%, distribuído pelas seguintes actividades: construção civil (48%), vestuário e calçado (28%), géneros alimentícios (9%), madeiras (5%), metalurgia (4%), mobiliário (1%). Com menor expressão encontravam-se os têxteis, os produtos químicos e análogos, os coiros e peles, a produção e transmissão de forças físicas e outras indústrias não especificadas, e que

---

<sup>21</sup> DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, REPÚBLICA PORTUGUESA, *Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930*, Imprensa nacional, Lisboa, 1933, pp. 116-117. (Consultado no site do Instituto Nacional de Estatística, em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=72960312&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=72960312&PUBLICACOESmodo=2). Última consulta em 17 de Setembro de 2011).

<sup>22</sup> O número de famílias por freguesia no concelho e segundo os censos de 1930 era o seguinte: Aguda (614); Arega (486); Campelo (574) e Figueiró dos Vinhos (1225).

<sup>23</sup> Actualmente o concelho é constituído por 5 freguesias (Aguda, Arega, Campelo, Figueiró dos Vinhos e Bairradas), sendo que a freguesia das Bairradas só foi criada em 31 de Dezembro de 1984 (Lei nº 38 de 31 de Dezembro), passando a existir como tal desde Janeiro de 1985.

perfaziam os restantes 5% da actividade total do sector secundário. A maior parte destas ditas unidades industriais albergavam-se em pequenas oficinas e tinham uma gestão familiar, exceptuavam-se as serrações de madeiras que ocupavam complexos edificados mais amplos.

Todavia, eram as actividades ligadas aos serviços que logravam superar os magros números apresentados pelo sector industrial. De facto, o sector terciário dava emprego a 1189 indivíduos, donde se destacavam as actividades ligadas aos serviços domésticos (56%), criados e criadas (22%). O funcionalismo público crescerá de uns irrisórios 0,18% de 1900, para 12% em 1930. Os professores, as profissões judiciárias, os cultos e a saúde pública ocupavam cada um cerca de 2% do total da população activa.<sup>24</sup>

Ao contrário da actividade industrial e dos serviços, a actividade comercial não demonstrou grande evolução nas três primeiras décadas do século XX, tendo até diminuído o número das pessoas que empregava, de 6% (1900) para 5% (1930), destacando-se neste universo o pequeno comércio misto local e outro não especificado, que empregava 279 pessoas.

Número elucidativo é também o das pessoas que, em 1930, viviam exclusivamente dos seus rendimentos e que apresentava um universo de 788 indivíduos, sendo a maior parte proprietários de grandes “casas agrícolas” e de imóveis que exploravam directamente ou que arrendavam.

Dois organismos congregavam em torno de si as actividades empresariais do concelho: a Associação Comercial e Industrial de Figueiró dos Vinhos e o Grémio da Lavoura, com a proeminência dinâmica do primeiro, donde surgiam algumas iniciativas recreativas e culturais, que extravasam a sua esfera associativa, dirigindo-as para a generalidade da comunidade local, que delas usufruía e beneficiava.

Apesar de não possuímos dados censitários referentes exclusivamente à sede de concelho durante a década de 20, podemos deduzir através dos censos de 1940, que só a vila de Figueiró dos Vinhos deveria deter cerca de 20% (304) das habitações do total da

---

<sup>24</sup> DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, REPUBLICA PORTUGUESA, *Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930*, Vol. III, Imprensa nacional, Lisboa, 1934, pp. 381-382. (Consultado no site do Instituto Nacional de Estatística, em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=72960416&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=72960416&PUBLICACOESmodo=2). Última consulta em 17 de Setembro de 2011).

freguesia (1498), isto é, uma malha urbana em constante expansão e que justificava, só por si, a concentração da maior parte das actividades empresariais.<sup>25</sup>

O incremento populacional verificado na década de 20 do último século trouxe alguma dinâmica à vila Figueiroense, que permitiu fomentar a vertente comercial.

O incremento das receitas derivadas dos impostos municipais possibilitou à Câmara Municipal, entre 1930 e 1935, aplicar cerca de 65% da sua receita em obras públicas, onde se incluíam a construção de edifícios escolares, o jardim municipal, o reordenamento urbanístico do centro da vila, a ampliação do edifício dos Paços do Concelho, a construção da Casa dos Magistrados, o abastecimento de água à vila figueiroense, a construção de um talho municipal e a «casa da bomba» para os serviços de incêndio.

Perante a evolução da paisagem urbana da sede do concelho, que concentrava a maior parte dos investimentos tanto públicos como privados, uma das preocupações da edilidade municipal era dotar a sede de concelho com serviços de incêndios, que basicamente eram compostos por uma dúzia de voluntariosos elementos munidos de baldes e, quando muito, equipados com uma «bomba de incêndios», de tracção e manipulação manual. A utilização deste equipamento restringia-se ao perímetro da zona urbana onde estava consignado, uma vez que era impensável movê-lo em longas distâncias, sobretudo pelo mau estado das estradas e caminhos, que ligava a sede concelhia às povoações mais distantes.

De referir ainda que, até 31 de Março de 1929<sup>26</sup>, a iluminação nocturna, tanto pública como privada, foi garantida rusticamente com candeieiros<sup>27</sup> e candeias, por conseguinte mais vulneráveis a descuidos e que culminavam, não raras vezes, em incêndios trágicos de avultados prejuízos sociais, económicos e materiais.

---

<sup>25</sup> O tipo arquitectónico predominante e que ainda hoje se destaca, é o edifício de dois pisos, com o rés-do-chão ocupado por lojas de comércio ou pequenas oficinas artesanais (sapateiros, alfaiates, etc) destinando-se o 1º piso a habitação.

<sup>26</sup> A inauguração da luz eléctrica na vila de Figueiró dos Vinhos (com origem na pequena central hidroeléctrica da Lapa da Moura) realizou-se a 31 de Março de 1929. Este empreendimento deveu-se ao impulso de uma comissão encabeçada pelo Tenente Carlos Rodrigues Manata e Joaquim de Araújo Lacerda Júnior.

<sup>27</sup> Os candeieiros de iluminação pública eram alimentados manualmente a petróleo. Alguns comerciantes, com veia mais modernista, parecem ter experimentado outros tipos de iluminação para os seus estabelecimentos, como foi o caso do farmacêutico António de Azevedo Lopes Serra, que instalou “*um pequeno gazómetro automático para produzir gaz acetylene, a fim de iluminar a sua pharmácia*”, tendo realizado a 1ª experiência em 4 de Novembro “*e sendo óptimo o resultado*”. («Jornal «O Figueiroense», nº 270, Novembro de 1902).

## 1.2- A necessidade de um serviço de bombeiros

---

Recuemos até à noite de 19 de Agosto de 1897, quando a vila de Figueiró dos Vinhos se sobressaltou ao som de gritos de socorro. Um incêndio deflagrara e devorava uma casa de habitação pertencente ao Sr. Sebastião Caetano d'Oliveira e onde também vivia o escriturário da Fazenda Nacional e professor da escola secundária municipal, o Sr. Albergaria. Ao que parece acudiu muito povo, que correu de todos os pontos da vila para ajudar a extinguir o incêndio, difícil de dominar e que rapidamente transformou o prédio num braseiro. Também ali chegaria uma «bomba de incêndios» *“conduzida pelos primeiros que se lembraram de a levar, mas sem pessoal adestrado, nem um dirigente capaz de ordenar acertadamente os trabalhos de extinção do fogo”*<sup>28</sup>. Por esse motivo, e ao que parece, gerou-se uma *“confusão medonha”* porque todos se achavam qualificados para comandar o ataque ao incêndio e apesar do esforço denodado de alguns, era visível a falta *“de uma direcção única, inteligente e acertada, e um pessoal hábil nesse serviço”*<sup>29</sup>. Conclusão, mesmo com a bomba de incêndios no local do sinistro pouco se salvou da casa e do seu recheio. O jornal concluiria esta notícia com a seguinte crítica: *“Por vezes têm sucedido desastres d’esta ordem em Figueiró dos Vinhos, porém nenhum de tanto prejuízo. Ora, sendo esta vila uma das de província com maiores e mais custosos edifícios, e alguns de luxo, urge que se estabeleça um serviço de extinção de incêndios mais completo e com pessoal habilitado para que em idênticos casos d’esta ordem, não tenhamos de lamentar tão grandes prejuízos. (...) Não faltam nesta terra pessoas de prestígio e que solicitando a boa vontade de todos os outros com certeza conseguirão organizar um bom pessoal para a extinção de incêndios.”*<sup>30</sup>

Esta notícia retirada da imprensa local, do final do século XIX, permite concluir que alguns concelhos do interior do país, inclusivamente o de Figueiró dos Vinhos, já possuíam alguns apetrechos de combate a incêndios, nomeadamente as tão celeberrimas “bombas de incêndio” de manipulação e tracção humana. Da que existiria nesta época em Figueiró, desconhece-se a origem e a entidade que a forneceu, bem como a sua denominação, se pública ou privada. Apenas se pode concluir que a vila figueiroense já albergava algures uma destas “máquinas” mas desprovida da necessária equipa

---

<sup>28</sup> Jornal «O Figueiroense», nº1, Agosto de 1897.

<sup>29</sup> Jornal «O Figueiroense», nº1, Agosto de 1897.

<sup>30</sup> Jornal «O Figueiroense», nº1, Agosto de 1897.

adestrada à mesma, que rentabilizasse a sua utilidade e eficácia, uma vez que se encontrava à disposição dos primeiros “voluntários” que lhe metessem as mãos e a conduzissem expeditamente até ao local do incêndio.

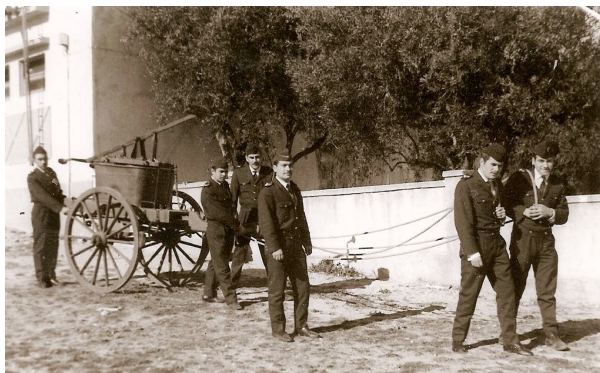


Fig.2- Bombeiros de Figueiró a manusear a «bomba de incêndios»

A «bomba de incêndios» foi inventada no século XVIII por um alemão, Van Der Heyden, assim como a “mangueira” de combate a incêndios, fabricada em couro, com quinze metros de extensão e com “uniões” de bronze nas

extremidades. Estes dois novos inventos complementavam-se e formavam um conceito moderno de eficácia e rapidez no ataque aos incêndios, pela possibilidade que ofereciam em lançar e direccionar jactos de água em várias direcções, e que o sistema de baldes não permitia. Com esta nova tecnologia inaugurava-se uma nova era na luta contra o fogo, rapidamente adoptada pelos centros urbanos mais dinâmicos.

A notícia de Agosto de 1897 também permite concluir, que o sistema rudimentar de baldes passados de mão em mão, enchidos no ponto de água mais próximo e levados até a linha do fogo, já não era utilizado na vila figueiroense, pelo menos desde os finais do século XIX.

Há 110 anos atrás, a «bomba de incêndios» era dispendiosa em relação à capacidade financeira das vilas mais pequenas e a sua aquisição só se tornava possível com o subsídio de mecenas locais.

Em 1900, o concelho de Figueiró dos Vinhos contava com cerca de 9700 habitantes. Só a freguesia de Figueiró dos Vinhos detinha cerca de 39% da totalidade dos habitantes e do número de fogos do concelho. Cerca de 75% da população activa do concelho (de um total de 3517 pessoas), ganhava a vida na agricultura, logo seguida pela indústria que empregava 404 operários. O comércio ocupava 197 pessoas e as profissões liberais 43 e a administração pública contava apenas 9 funcionários.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup>PORTUGAL, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA, Direcção Geral da Estatística dos Próprios Nacionaes, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, Volume III, Typographia da «A Editora», Lisboa, 1906, pp. 90-91. (Consultado no site do Instituto Nacional de Estatística, em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=72437455&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=72437455&PUBLICACOESmodo=2). Última consulta em 17 de Setembro de 2011).

Por estes números é fácil detectar-se já alguma dinâmica económica em torno da indústria e do comércio, que devia concentrar grande parte das suas actividades na sede do concelho e nos seus subúrbios.<sup>32</sup>

Não faltavam na vila pessoas que viviam exclusivamente dos seus rendimentos e preocupados com o seu património pessoal, que estaria distribuído por casas comerciais, de renda e em pequenas fábricas, sobretudo ligadas à resinagem, madeiras, lanifícios e cerâmica. Daí ousar concluir que deverá ter existido um movimento originado no mecenato que congregou esforços para a aquisição de uma «bomba de incêndios», contudo faltam-me documentos para atestar tal hipótese. Não esqueçamos que a vila, em 1897, era frequentada por gente ilustre advinda da capital portuguesa, entre os quais se contavam os artistas plásticos, José Malhoa, Henrique Pinto, Simões d’Almeida Júnior, entre outros, bem como famílias importantes que ali tinham os seus negócios<sup>33</sup> e que certamente contribuíram para o fomento e divulgação de muitas inovações tecnológicas nos mais variados campos.

Não é difícil imaginar o fim que teve a «bomba de incêndios», da qual o jornal «O Figueiroense» dá conta em Agosto de 1897, sem um grupo de “guarda bombas” minimamente organizado e sem pessoal especializado que garantisse o seu correcto manuseamento, desprovidos de conhecimentos de mecânica que garantissem a sua competente manutenção e sem as verbas necessárias que fizessem face a essas despesas, a que acresceriam as ligadas à substituição das mangueiras, uniões, etc. Em todo o caso, José de Oliveira Canário<sup>34</sup> refere que essa primitiva «bomba de incêndios» terá ardido durante o combate a um incêndio e que já não existia nos primórdios da década de 20. O comandante José Lima<sup>35</sup> corrobora esta história, que lhe foi contada quando ingressou na corporação. Do exposto, pode-se concluir que a história dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos tem uma génese mais antiga, assente em factos que remontam aos finais do século XIX.

Com a implantação da Republica surgiram várias iniciativas tendo em vista a prossecução de um serviço de incêndios na vila Figueiroense. As corporações de bombeiros iam-se generalizando e tomando forma nos concelhos mais dinâmicos do

---

Ainda em artigo retirado do Jornal «O Figueiroense» (nº 462), em Julho de 1906 havia na vila de Figueiró dos Vinhos “2 Clubes, 25 lojas de bebidas, muito commercio, alguma industria, uma Philharmonica e uma Tuna, que em breve dará uma excelente Fanfarra(...)”.

<sup>32</sup> A actividade industrial sedeada em pequenas oficinas artesanais, andava ligada ao vestuário e calçado, às madeiras, à metalurgia e à construção civil.

<sup>33</sup> As famílias Paiva e Quaresma Val do Rio, por exemplo.

<sup>34</sup> Fez parte da 1ª Corporação de Bombeiros em 1936, na sequência da fundação da A.H.B.V.F.V.

<sup>35</sup> José Mendes Lima ingressou na corporação figueiroense em 21 de Novembro de 1949.

país. A sua formação e organização são tidas como um bem público a prestar às comunidades, em linha com a filosofia emanada da então jovem república portuguesa, que extravasava em fomentos populares e iniciativas locais. É dentro deste clima, que em Outubro de 1914, o jornal local – «União Figueiroense» – anuncia a chegada de uma (nova) “bomba de incêndios”, para os supostos «serviços de incêndios» da Vila, unidade tida como indispensável a fim de “*prestar alguns socorros em caso de sinistro*”<sup>36</sup>.

O assunto do serviço de incêndios motivaria discussões apaixonadas na sociedade figueiroense, nomeadamente naquele que era considerado o centro cultural da vila, a Associação Comercial e Industrial de Figueiró dos Vinhos.

Extraí-se dos relatos que aportam a 1897 e 1914, que a ideia de formar uma corporação de bombeiros em Figueiró dos Vinhos, bem como a necessidade de os apetrechar, já circulava pelo menos desde a última década do século XIX. Contudo, os novos ventos políticos trazidos pela instauração do regime republicano também acentuavam velhas rivalidades locais, tanto partidárias como familiares e ideias como esta eram facilmente usadas como armas de arremesso político, relegando para segundo plano a vontade de as colocar em prática.

É importante frisar que a população do concelho, entre 1900 e 1911 crescerá 5%, passando a contar com 10200 habitantes, passando só zona urbana da vila a contar com cerca de 1000 residentes e 232 fogos<sup>37</sup>. Em paralelo crescerá, sobretudo, o sector comercial que acompanhará a crescente urbanização da vila Figueiroense. O incremento de investimentos tinham que ser defendidos de eventuais incêndios, que poderia reduzir a cinzas alguns interesses económicos importantes e a conseqüente perda de empregos. A exemplo disto destaca-se o aparecimento de serrações de madeiras na vila de Figueiró dos Vinhos em 1921 e tal como notícia veiculada pela imprensa local da época: “*Devem principiar a sua laboração no próximo mêz de Abril as 2 fábricas de serração de madeiras que se estão montando na vila, tendo já uma e outra adquirido grande quantidade de pinheiros*”<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Jornal «União Figueiroense», nº 204, Outubro de 1914.

<sup>37</sup> REPUBLICA PORTUGUESA, MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, Direcção Geral da Estatística – 4ª Repartição, Estatística Demográfica, *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Parte VI, Censo das Povoações*, Imprensa Nacional, Lisboa 1917, p. 192 (Consultado no site do Instituto Nacional de Estatística, em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=73209746&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=73209746&PUBLICACOESmodo=2). Última consulta em 17 de Setembro de 2011)

<sup>38</sup> Jornal «O Figueiroense», nº 1199, Março de 1921.

A imprensa da época confirma e relata alguns episódios de incêndios que deflagram no perímetro urbano da vila, como o que aconteceu numa noite de Agosto de 1926, na casa “do Sr. Almeida situada em frente da Igreja Matriz”<sup>39</sup>, que ficaria reduzida a escombros e “um montão de cinzas”, apesar do povo se ter prontificado de forma incansável para debelar o incêndio. “Trabalhou-se muito e se mais se não conseguiu, tal facto deve-se exclusivamente à falta de material de incêndios”<sup>40</sup>. Entre os “voluntários” que desenvolveram esforços para extinguir este “grande incêndio”, constatam-se alguns nomes, entre os quais, Luiz da Silva, Artur Gonçalves Ramos, António dos Santos, Manoel Rijo, Antero Barreiros, Juvenal Mendes, “que foram incansáveis e se sacrificaram, por vezes até, com sacrifício da própria vida”<sup>41</sup>. A Guarda Republicana sob a direcção do seu comandante terá também desempenhado “um papel preponderante e muito de louvar”<sup>42</sup>.

O crescimento da malha urbana da sede do concelho, em estreita relação com o aumento da população residente, verificados desde o início do século XX, permitiram incrementar investimentos no sector do comércio e da indústria. Tal facto possibilitou o aparecimento de uma elite burguesa na sociedade figueiroense pós 1ª Guerra Mundial, estreitamente ligada ao comércio a retalho e a pequenas unidades industriais ligados às madeiras. O crescente número de incêndios de cariz urbano motivou uma nova atitude, face á necessidade de defender os interesses empresariais sediados na sede do concelho. Do seio dessa elite empresarial nascerá a vontade de dotar a vila com eficazes meios de combate a incêndios, devidamente estruturados e institucionalizados. O tema passou a interessar à generalidade da população, como mais um serviço público necessário à comunidade figueiroense.

Já se comentava desde Maio desse ano “algumas démarches” que estavam a ser desenvolvidas para se constituir uma “Comissão de melhoramentos locais e gerais, à maneira do que se tem feito e faz lá por fora”<sup>43</sup>.

Assim, em Junho de 1926, por iniciativa da Associação Comercial e Industrial da Vila de Figueiró dos Vinhos, e impulsionada sob o forte estímulo e entusiasmo do seu Presidente, o farmacêutico António de Azevedo Lopes Serra, formar-se-ia uma comissão destinada a coordenar e a congregar esforços para dotar a Vila “dum serviço

---

<sup>39</sup> Jornal «A Regeneração», nº 56, Agosto de 1926.

<sup>40</sup> Jornal «A Regeneração», nº 56, Agosto de 1926.

<sup>41</sup> Jornal «A Regeneração», nº 56, Agosto de 1926.

<sup>42</sup> Jornal «A Regeneração», nº 56, Agosto de 1926.

<sup>43</sup> Jornal «A Regeneração», nº 45, Maio de 1926.

*de incêndios, devidamente montado*”<sup>44</sup>, angariando os fundos necessários nesse sentido e tendo como meta primordial a obtenção de uma moderna “bomba de incêndios”. Para esse efeito, a primeira iniciativa desta Comissão foi a aquisição de “*uma rica mobília de quarto*” que rifou a 2\$00 por bilhete, por sorteio da lotaria natalícia desse ano.

Compunham esta comissão os seguintes cavalheiros:

*Presidente:* António d’Azevedo Lopes Serra

*Vice-Presidente:* Francisco Rodrigues Ferreira

*Tesoureiro:* Manoel Lopes Bruno

*Vogais:* João Luiz Júnior, António João D’Almeida Inglez, Álvaro Augusto da Costa Machado, José Manoel Godinho, Joaquim de Matos Pinto, Gustavo Coelho Godet, Francisco Simões Agria, Joaquim Estevam Rodrigues.

*Secretário:* João António Semedo

Entre Junho de 1926 e Agosto de 1927, esta comissão insistirá nos esforços para premiar a vila figueiroense como uma moderna «bomba de incêndios», desenvolvendo várias iniciativas para angariar fundos nesse sentido.

Entretanto, em meados de 1927 o governo da Republica, através da publicação de um Decreto (Decreto nº 13588 de 12 de Maio de 1927), estimulava as iniciativas concelhias em prol da criação dos seus “serviços de incêndio”<sup>45</sup>, fixando um prazo de 5 anos para as Câmaras Municipais, que ainda não mantivessem ou subsidiassem esses serviços, “*os poderem criar*”. Estes “serviços de incêndios” seriam subsidiados com “*verbas provenientes das percentagens das companhias de seguros, nesses concelhos*”<sup>46</sup>. As Câmaras Municipais que não estivessem interessadas em possuir tais serviços eram obrigadas a declará-lo ao governo da nação e, inclusivamente, enviar essas verbas ao Ministério do Interior, para serem “aproveitadas” pelos bombeiros de Lisboa.

Perante esta intendência estatal, em 03 de Novembro de 1928 a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos sente-se na obrigação de

---

<sup>44</sup> Jornal «A Regeneração», nº 48, Junho de 1926.

<sup>45</sup> Jornal «A Regeneração», nº 108, Agosto de 1927, assim como as citações seguintes.

<sup>46</sup> O Decreto 13588 de 1927, mais não era que o clarear de uma Lei mais antiga (Lei nº 1453 de 26 de Julho de 1923) que consentia às Câmaras Municipais do Continente e Ilhas que mantivessem ou subsidiassem serviços contra incêndios diligenciar no sentido de receberem uma percentagem sobre os prémios de seguros feitos nos seus concelhos (...) e nas seguintes condições: 3% dos prémios de seguros urbanos e seu conteúdo nos concelhos de 2ª e 3ª classe.

se aliar à iniciativa da Associação Comercial e Industrial, fazendo incluir no seu *Relatório de Gerência* o facto de ter auxiliado, conjuntamente com aquela, a criação do «Corpo de Salvação Pública»<sup>47</sup>, dotando-o com um quartel, em edifício próprio, que ofereceu à corporação. O executivo camarário era constituído por Mário Guimarães Cid das Neves e Castro (Presidente); José Manoel Godinho (Vice-Presidente) e Carlos Rodrigues Manata (Secretário).

Entre 1928 e 1935, sairão do “quartel-general” desta Comissão (a sede da Associação Comercial e Industrial de Figueiró dos Vinhos), várias iniciativas importantes, num crescendo contínuo, objectivando a formação da futura corporação de bombeiros locais. São exemplo disso, o início dos períodos instrutórios ao grupo de voluntários, sob a orientação de bombeiros de corporações da região; a organização de vários expedientes para angariar fundos que permitissem a aquisição de diverso material e a redacção dos estatutos da futura associação humanitária dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos.

Todavia, António de Azevedo Lopes Serra sabia que a iniciativa de dotar a vila com uma corporação de *soldados da paz* estaria condenada ao fracasso se não transitasse para um formato oficial e dentro de um uma moldura legal, sendo imperioso e prioritário dar forma estatutária à iniciativa.

### **1.3- A Comissão Fundadora e Organizadora» dos Estatutos**

---

Em meados de 1935 acha-se finalizada a redacção dos estatutos, elaborados por uma “Comissão Fundadora e Organizadora”<sup>48</sup>. A comissão era constituída pela nata do comércio figueiroense, abrangendo o sector dos lanifícios e o comércio a retalho mas também proprietários agrícolas e funcionários públicos importantes. Nela fazia-se incluir o próprio presidente da Câmara Municipal à época (Manuel Simões Barreiros). Esta comissão era presidida por um importante e proeminente comerciante da vila, José Manuel Godinho, com vista a congregar, reforçar e atrair mecenas, que estimulassem a criação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos.

---

<sup>47</sup> Jornal «A Regeneração», nº 174, Novembro de 1928.

<sup>48</sup> A “Comissão Fundadora e Organizadora” era constituída pelos seguintes elementos: José Manuel Godinho; Francisco Rodrigues Ferreira; Joaquim de Mattos Pinto; António Ferreira; Manuel Ferreira; Joaquim Estêvão Rodrigues; António Alves Tomás Agria; José Pedro dos Santos; José Lopes; Benjamim Augusto Mendes; Jerónimo Dias Pinhão; João Godinho Rocha; Manuel Simões Barreiros; Julio dos Santos Victor; Anibal Quaresma Bruno; Belmiro Dias; Eduardo Augusto Mendes; Luiz Ferreira d’Oliveira; Armando Carvalho da Encarnação e Polibio Fernandes das Neves

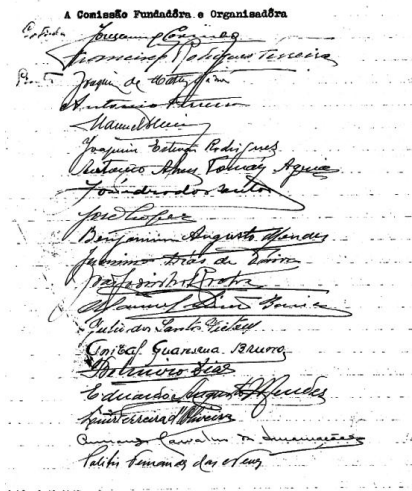


Fig.3 – Assinaturas da acta dos elementos da Comissão Fundadora e Organizadora dos Estatutos

Em 01 de Maio desse ano, reunia a Assembleia-Geral “dos sócios contribuintes da referida Associação para discussão e aprovação dos Estatutos por que a mesma há-de reger-se depois deles serem aprovados superiormente, e tudo de harmonia com a convocação feita pelo Presidente da Comissão Organizadora dos Estatutos, o cidadão José Manuel Godinho(...)”, secretariado por Joaquim de Mattos Pinto e Francisco Rodrigues Ferreira. A Assembleia procedeu “à leitura, exame e discussão dos

respectivos Estatutos, que foram afinal aprovados, escritos em papel selado e assinados, devidamente, para subirem à aprovação das instâncias competentes”.<sup>49</sup>

Em 16 de Maio de 1935<sup>50</sup> os estatutos são entregues no Governo Civil do Distrito de Leiria e em 18 de Maio são aprovados pelo Governador Civil.<sup>51</sup>

Com os estatutos aprovados é oficialmente criada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, prevendo a incorporação de um corpo



activo e tal como estipulado nos Artigos 1º e 2º do documento: “É constituída na vila de Figueiró dos Vinhos, uma associação humanitária, denominada Associação dos Bombeiros Voluntários, que terá por objecto prestar socorros em caso de incêndio ou qualquer calamidade” (Artº1º); “Para esse fim organizar-se-há um côrpo de bombeiros que se regerá

Fig.4-José Manuel Godinho

<sup>49</sup> Cópia da acta de reunião da assembleia-geral da «Comissão fundadora e organizadora» dos estatutos realizada em 01 de Maio de 1935.

<sup>50</sup> A carta foi de facto redigida em 14 de Maio, tendo sido só entregue no dia 16 de Maio, após o administrador do concelho (Manuel dos Santos Abreu) ter apostado no canto superior esquerdo a sua informação: “Acho de utilidade pública a fundação desta Associação, 16 de Maio de 1935. O Administrador do Concelho, Manuel dos Santos Abreu”. Cópia da carta enviada ao Governo Civil, solicitando a aprovação dos Estatutos, assinada por José Manuel Godinho, Joaquim de Mattos Pinto e Francisco Rodrigues Ferreira. (Reproduzida na parte dos anexos da monografia).

<sup>51</sup> No documento, pode-se ler no canto inferior direito, escrito pelo punho do Governador Civil, o seguinte: “Deferido. Archive-se. Foi cumprida a Lei. Leiria, 18 de Maio de 1935. O Governador Civil (assinatura ilegível)”.

*por um regulamento aprovado pela Assembleia-Geral.*” (Artº 2º).<sup>52</sup>

A partir desta data, a Associação passa a ter plena existência jurídica e estatutária, oficialmente reconhecidas pelo Estado português. Ao corpo activo é conferida a necessária organização e estrutura oficial, ao abrigo dos estatutos da Associação.

A redacção dos primeiros estatutos, foi lavrada entre os anos de 1934 e 1935, por um punhado de homens “capitaneados” pelo respeitável e proeminente empresário da vila figueirense, José Manuel Godinho, com vista a sustentar e credibilizar a criação de uma associação humanitária de bombeiros voluntários.

Os primeiros estatutos continham 9 capítulos, distribuídos por 47 artigos, vertidos numa redacção estatutária, que continha alguns princípios normativos curiosos e dignos de registo.

Por exemplo, era à assembleia-geral que competia nomear “*o primeiro comandante do corpo combatente nos termos do Regulamento respectivo*”<sup>53</sup>. O seu presidente não era eleito em sessão deste órgão mas indicado pela direcção da Associação Comercial e Industrial da vila figueirense, “*única entidade com competência para o eleger*”<sup>54</sup>.

Também a direcção da associação possuía duas alíneas singulares dedicadas ao tesoureiro que fosse eleito. De facto, o Artigo 31º impunha que esse cargo só pudesse “*ser ocupado por sócio possuidor de bens imóveis*”, ficando também responsável “*com a sua pessoa e bens e sob as penas de fiel depositário, pelo dinheiro e valores que receber, pertencentes à Associação*”<sup>55</sup>.

Por último, dos três membros que compunham o conselho fiscal, só um era realmente eleito em assembleia-geral. Os restantes elementos, um era nomeado pela Câmara Municipal e o outro era ocupado pelo “*maior subscritor de entre os sócios contribuintes*”<sup>56</sup>.

O mandato dos órgãos sociais durava apenas 1 ano, o que impunha a necessidade de convocar eleições todos os anos.

A composição dos órgãos sociais que eram eleitos pelos sócios presentes em Assembleia-Geral ordinária está expressa no Artigo 37º: “*As listas conterão dois nomes para a mesa da Assembleia Geral, quatro nomes para a Direcção e o nome para o*

---

<sup>52</sup> Cópia dos Estatutos que foram aprovados pelo punho do Governador Civil em 18 de Maio de 1935. Os estatutos fecham com a assinatura de todos os elementos (em numero de 20) que constituíam a “Comissão Fundadora e Organizadora” dos mesmos. (Página reproduzida na parte dos anexos da monografia).

<sup>53</sup> Artigo 19º, alínea b) dos estatutos de 1935.

<sup>54</sup> Artigo 35º dos estatutos de 1935

<sup>55</sup> Artigo 31º, § 2º, dos estatutos de 1935

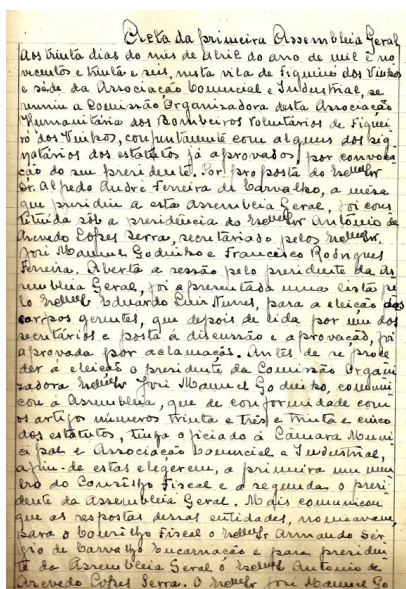
<sup>56</sup> Artigo 33º, dos estatutos de 1935

*Conselho Fiscal, com a designação do cargo pertencente a cada um*". Em relação à composição da direcção, o Artigo 25º referia que este órgão era composto “*de 5 membros: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Primeiro Comandante do corpo combatente, este último apenas com voto consultivo*”.

Estes estatutos previam também “*um fundo especial destinado a socorrer os membros do Corpo Combatente em caso de doença*”<sup>57</sup>.

Outro artigo pertinente é o 42º, impondo que “*dentro desta Associação é absolutamente proibida toda a discussão sobre religião ou política*”<sup>58</sup>.

#### 1.4- A primeira Assembleia-Geral



Porém, somente cerca de 1 ano depois, em 30 de Abril de 1936<sup>59</sup>, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Figueiró dos Vinhos, António de Azevedo Lopes Serra, convoca para comparecerem na sede os membros da “*comissão organizadora desta Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, conjuntamente com alguns signatários dos estatutos já aprovados*”<sup>60</sup>.

A esta magna reunião compareceram cerca de duas dezenas de pessoas, que veriam o seu nome

Fig.5 – Acta da primeira Assembleia-Geral

vincado para a história da Associação como sócios fundadores e donde saíam também os seus primeiros corpos gerentes, bem como o primeiro comandante dos bombeiros.

Vejamos o que se passou nessa noite. O Dr. Alfredo André Ferreira de Carvalho, professor da escola secundária da Câmara Municipal, estimula a reunião propondo a constituição da mesa que coordenará os trabalhos desta assembleia, sob a presidência de

<sup>57</sup> Artigo 43º, dos estatutos de 1935. No caso do acidente que envolveu José de Oliveira Canário, que em Junho de 1936 partiu o braço e aleijou o calcanhar durante uns exercícios, este refere que nunca recebeu “*ajuda de ninguém*” e que teve de suportar esses encargos às suas custas, inclusivamente os prejuízos causados pelos dias que esteve sem trabalhar.

<sup>58</sup> Artigo 42º, dos estatutos de 1935

<sup>59</sup> Não sabemos as razões que impuseram este hiato temporal, entre a aprovação dos estatutos por parte do Governo Civil e a convocação da primeira assembleia-geral da Associação.

<sup>60</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral. “*Acta da primeira Assembleia-geral*”, acta de 30 de Abril de 1936.

António de Azevedo Lopes Serra e secretariada por José Manuel Godinho (comerciante) e Francisco Rodrigues Ferreira (industrial). Aberta a sessão, foi de imediato apresentada uma lista por Eduardo Luís Nunes, destinada a eleger os corpos gerentes. Foi lida em voz alta em ambiente de grande entusiasmo por um dos secretários e seguidamente posta à discussão e aprovação, resultando numa retumbante e espontânea exclamação por parte de todos os presentes.

Antes da votação, “*José Manuel Godinho propôs que fosse nomeado Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, o Exmo. Dr. Alfredo André Ferreira de Carvalho, proposta que foi aprovada por aclamação*”.

Que perfis se podem extrair deste grupo de pioneiros e que nos dê uma imagem das proeminências económico-sociais que, normalmente, gravitavam na cúpula das colectividades locais figueiroenses?

Na sua grande maioria, foram impelidos para este primeiro grupo de corpos gerentes da recém criada Associação Humanitária, comerciantes influentes, destacando-se os ligados ao sector dos lanifícios. Para a presidência directiva escolheu-se um médico conceituado e para a vice-presidência um homem publico, herói da 1ª Guerra Mundial e vereador da Câmara Municipal. Integravam ainda esta equipa 2 funcionários públicos com cargos de relevo na administração local.<sup>61</sup>

Esta equipa espelha um concelho que centrava a sua dinâmica económica em torno da actividade comercial. O prestígio dos capitalistas locais, obtido na sua capacidade para o negócio, tinha um peso considerável na estrutura da sociedade figueiroense dos anos 30. Concentrados na «Associação Comercial e Industrial» emprestavam prestígio e subsidiavam iniciativas junto da comunidade figueiroense. Todavia, estavam também conscientes da importância destas para a capitalização dos seus próprios estatutos.

O recém-empossado comandante dos bombeiros, propôs à Assembleia que fossem nomeados sócios fundadores “*todos os signatários dos estatutos, todos os membros dos primeiros corpos gerentes e ainda qualquer pessoa que directa ou indirectamente tivesse, até esta data, contribuído para o progresso e desenvolvimento desta Associação*”

---

<sup>61</sup>Os primeiros corpos sociais da Associação eram compostos pelos seguintes elementos: Assembleia Geral - Presidente: António de Azevedo Lopes Serra; Vice-Presidente: José Manuel Godinho; Secretário: Juvenal Augusto Mendes.

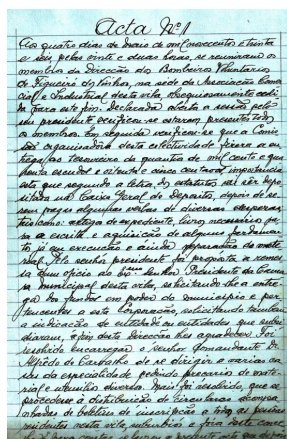
Direcção – Presidente: Dr. Joaquim José Fernandes; Vice-Presidente: Tenente Carlos Rodrigues Manata; Secretário: Urbano Henriques; Tesoureiro: Joaquim de Matos Pinto e Dr. Alfredo André Ferreira de Carvalho.

Conselho Fiscal – Relator: Armando Sérgio de Carvalho Encarnação<sup>61</sup>; Vogais: Francisco Rodrigues Ferreira e Jerónimo Rodrigues Pinhão.

*Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, proposta esta que foi aprovada por unanimidade*". Entravam para história 20 sócios fundadores, aos quais se juntaram 83 sócios subscritores, representando no cômputo geral uma quotização de 320\$50<sup>62</sup>, “importância apreciável num tempo em que o bacalhau custava 4\$00 o quilo”<sup>63</sup>. Alfredo André Ferreira de Carvalho proporia ainda que fosse elaborada uma lista dos sócios fundadores e que fosse encabeçada pelo nome de António de Azevedo Lopes Serra “por ser este senhor o decano dos fundadores e a primeira pessoa que em Figueiró dos Vinhos pensou e tornou possível a iniciativa da fundação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos”<sup>64</sup>.

Foi também aprovado e oficializado por aclamação, nesta assembleia, que o lema da Associação fosse “Vida por Vida”.

### 1.5- A primeira reunião da Direcção



A primogénita reunião da recém eleita direcção da Associação teve lugar no dia 4 de Maio de 1936, pelas 22.00h, na sede da Associação Comercial e Industrial da vila de Figueiró dos Vinhos, “obsequiosamente cedida para este fim”<sup>65</sup>.

Eram elevadas as expectativas ainda sob o efeito do ambiente entusiástico em que decorrera a assembleia-geral

Fig.6 – Acta da primeira reunião da direcção

<sup>62</sup> As cotas não tinham um valor fixo para todos os sócios, variando entre os 10\$00 e 1\$00. Do livro «Registo de Sócios» de 1936 constata-se que o valor da cota estava estipulado a par com a condição económica e social do sócio. O presidente da assembleia-geral era o que contribuía com o maior valor (10\$00). O contributo dos empresários ligados ao comércio e à indústria, bem como o dos profissionais liberais, oscilava entre os 5\$00 e os 2\$50. Os restantes pagavam entre 2\$00 e 1\$00.

<sup>63</sup> Jornal «O Degrau», número único, Janeiro de 1969.

<sup>64</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral. “Acta da primeira Assembleia-geral”, acta de 30 de Abril de 1936.

É de toda a justiça registar aqui os seus nomes para que perpetuem na memória das gerações vindouras, como exemplo de cidadania activa: António de Azevedo Lopes Serra, José Manuel Godinho, Francisco Rodrigues Ferreira, Joaquim de Matos Pinto, António Ferreira, Manuel Ferreira, Joaquim Estêvão Rodrigues, António Alves Tomaz Agria, José Pedro dos Santos, José Lopes, Benjamim Augusto Mendes, Jerónimo Dias de Paiva, João Godinho Rocha, Manuel Simões Barreiros, Júlio dos Santos Victor, Aníbal Quaresma Bruno, Belmiro Dias, Eduardo Augusto Mendes, Luís Ferreira de Oliveira, Armando Sérgio de Carvalho da Encarnação, Políbio Fernandes das Neves, Tenente Carlos Rodrigues Manata, Urbano Henriques, Alfredo André Ferreira de Carvalho, Joaquim José Fernandes, Jerónimo Rodrigues Pinhão e Juvenal Augusto Mendes.

<sup>65</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Direcção. Acta nº1, de 4 de Maio de 1936.

quatro dias antes. A direcção reunia com a confiança no seu máximo. Tal como já foi referido, desta equipa inicial fazia parte o Tenente Carlos Rodrigues, como elo de ligação com o poder municipal liderado pelo carismático Dr. Manuel Simões Barreiros<sup>66</sup>.

Os cofres da Associação abriam com a quantia de 1.140\$85 “*depositada na Caixa Geral de Depósitos, depois de serem pagas algumas verbas de diversas despesas, tais como: artigos de expediente, livros necessários para a escrita e aquisição de alguns fardamentos já em execução e ainda reparação de material.*”<sup>67</sup>

Tal quantia, mesmo na época, era irrisória para sustentar uma associação em génese, carente de fundos financeiros bem nutridos e que pudessem fazer face a uma longa lista de material destinado a equipar o seu corpo activo e queurgia adquirir.

Sabedores da Lei de 1927, que autorizava as Câmaras a lançarem um imposto, que consistia numa percentagem de 2% sobre o montante que as Companhias de Seguros recebessem nos concelhos, que teriam sido reencaminhados pela “*Inspecção Geral de Seguros (...) para a boa organização dos serviços contra incêndios*”<sup>68</sup>, e confiados de que existiria nos cofres da Câmara Municipal essa verba, acumulada desde então, uma das primeiras deliberações desta direcção foi officiar “*ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal desta vila, solicitando-lhe a entrega dos fundos em poder do município e pertencentes a esta Corporação, solicitando também a indicação de entidades que subsidiaram, a fim de esta Direcção lhes agradecer*”<sup>69</sup>.

Encarregou-se também o comandante dos bombeiros de contactar várias casas da especialidade para a aquisição de diverso material. Foi também decidido distribuir uma circular com boletins de inscrição dentro da vila e fora do concelho, a fim de alargar o número de associados.

## 1.6- Dificuldades financeiras

---

<sup>66</sup> Manuel Simões Barreiros foi Presidente da Câmara Municipal entre 1932 e 1947. De recordar, que Manuel Simões Barreiros integrou a «Comissão Fundadora e Organizadora» dos primeiros Estatutos da Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, aprovados em 1935.

<sup>67</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Direcção, Acta nº1, 4 de Maio de 1936.

Não está explicitada a origem desta verba. Pressupomos que recorreu de várias iniciativas, tais como, bailes, quermesses, sorteios e de algum mecenato local, sobretudo advindo dos elementos que estiveram presentes na primeira assembleia-geral.

<sup>68</sup> Acta de reunião da direcção de 29 de Outubro de 1936.

<sup>69</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Direcção, Acta nº1, 4 de Maio de 1936.

O envio do ofício<sup>70</sup> para a Câmara Municipal solicitando os fundos “*pertencentes a esta Corporação*”, abriria uma guerra entre a Associação e o poder político instalado, veiculada na imprensa local e que desgastaria a imagem pública da recém criada Associação Humanitária.



Fig.7 – Manuel Simões Barreiros

De facto, em 15 de Maio reunia extraordinariamente a direcção para analisar e discutir a rápida resposta da Câmara Municipal, enviada por ofício<sup>71</sup> à Associação, ao pedido de devolução dos dinheiros que os bombeiros voluntários figueiroenses reclamavam para si, alegando estarem na posse da edilidade<sup>72</sup>. A Câmara Municipal respondia que não tinha nos seus cofres nenhuma importância pertencente aos bombeiros.

Sobre este episódio complexo e intrínseco, as actas da Associação e os recortes na imprensa local são as únicas fontes donde podemos extrair alguns dados. A inexistência de actas da Câmara e do Conselho Municipal anteriores a Maio de 1936, destruídas pelo incêndio que consumiu o edifício camarário, não permite um apuramento cabal e concreto acerca da eventualidade da existência e do destino de tais verbas. As actas da Associação também não ajudam a encontrar bases que permitam esclarecer este assunto. No entanto, constata-se que em nenhuma acta da colectividade está confirmada a recepção destas verbas.

As declarações do presidente da Câmara Municipal, que exercera o cargo entre Junho de 1927 e Setembro de 1932, Mário Guimarães Cid das Neves e Castro, em reunião de assembleia-geral da colectividade, de 4 de Dezembro de 1936, viriam a agravar as tensões entre a Associação e o poder municipal. Este terá declarado “*que, ao tempo que fora Presidente do Município desta vila, sabe que havia ali, em cofre, alguns fundos que se destinavam à corporação dos Bombeiros e como estes não fossem entregues à referida corporação, continuaram de facto existindo em poder do*

<sup>70</sup> Ofício nº 1, de 08 de Maio de 1936 (Livro de Actas da Direcção)

<sup>71</sup> Ofício da Câmara Municipal nº 271 de 13 de Maio de 1936 (Livro de Actas da Direcção). Reproduzido no capítulo dedicado aos anexos deste livro.

<sup>72</sup> Segundo as contas da Direcção, desde 1927 a Câmara Municipal deveria ter em seu poder verbas destinadas aos bombeiros, no valor de cerca de 17.000\$00.

*município*”<sup>73</sup>. Todavia, o presidente da Câmara Municipal em exercício à data da fundação da Associação, Manuel Simões Barreiros<sup>74</sup>, contrariava o seu antecessor. Através da imprensa local<sup>75</sup> vinha a público afirmar “*que quando tomou posse do cargo em Outubro de 1933, não encontrou um centavo sequer, que se destinasse aos Bombeiros*”<sup>76</sup> e que só no ano seguinte diligenciou para que se começasse a receber “*anualmente, a verba de setecentos escudos, aproximadamente*”<sup>77</sup>, apesar de não haver ainda uma corporação de bombeiros organizada, embora reconhecesse a existência de material de incêndios, depositado “*numa casa da Câmara*”<sup>78</sup>.



Fig.8 – Joaquim José Fernandes

A direcção vinha a público defendendo-se com o que fora publicado nos «Diários do Governo» da II Série, n.ºs 110-106-108-113, 121-139-133 e 141, respectivamente referentes aos anos de 1928 a 1935, onde constava “*com absoluta exactidão que pela Exma. Inspeção Geral de Seguros*” tinham sido entregues ao município subsídios anuais, ao abrigo do Decreto de 1927, no valor de 4.943\$28 e “*que tais subsídios não podiam ter outra aplicação que não fosse a de «Serviços contra*

*Incêndios*»”, independentemente de haver ou não, durante esse período, associação de bombeiros devidamente organizada<sup>79</sup>. A direcção da Associação deduzia daí, que essas verbas deveriam estar obrigatoriamente na posse da Câmara que os recebera. No fundo, o que a direcção da Associação transmitia à Câmara Municipal, e à opinião pública, era o sentimento da sua desconfiança quanto ao destino que tais dinheiros teriam tido e a forma como a Comissão Administrativa os aplicara.

O verniz estalava entre as duas entidades, facto bem visível em artigo publicado no Jornal «A Regeneração» (de que era director o Presidente da Câmara, Manuel Simões Barreiros) e que em 27 Junho afirmava: “*É a primeira entidade* (referindo-se à direcção

---

<sup>73</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 04 de Dezembro de 1936.

<sup>74</sup> Manuel Simões Barreiros sucedeu a Mário Guimarães Cid das Neves e Castro, na presidência da câmara, em 27 de Setembro de 1932.

<sup>75</sup> Este contencioso entre as duas entidades (Associação e Câmara Municipal) foi veiculado no jornal local «A Regeneração».

<sup>76</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 401, 06 de Junho de 1936.

<sup>77</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 401, 06 de Junho de 1936.

<sup>78</sup> “*(...)casa esta que custou trinta e tal mil escudos, sendo metade destinada a este fim e ocupada pelo material de incêndio e estando ainda a seu cargo a conservação e limpeza, a Comissão Administrativa, não tinha, a nosso ver que guardar importância alguma.* (Jornal «A Regeneração», n.º 402, Junho de 1936).

<sup>79</sup> Artigo “Bombeiros”, Jornal «A Regeneração», n.º 405, Junho de 1936.

dos bombeiros de Figueiró) *que entra com o chapéu na cabeça, na nossa casa*". Esta incómoda troca de "galhardetes" continuaria durante o Verão de 1936, em termos ásperos e reproduzidos nesse jornal e nem as comissões organizadas pela Associação, das quais faziam parte individualidades importantes da sociedade figueiroense<sup>80</sup>, no sentido de encetarem junto do município as *demarches* necessárias que pudessem vir a pôr termo às divergências suscitadas entre as duas entidades, conseguiram mitigar.

A direcção não enfeitava a colaboração que a Câmara Municipal, apesar de contrariada nesta questão dos subsídios, prontamente dispunha a prestar aos bombeiros, dentro do "*verdadeiro interesse para a vila e concelho de Figueiró*"<sup>81</sup>, agradecendo inclusivamente tal atitude. Contudo, mantinha a sua posição em relação aos subsídios, argumentando que "*qualquer auxilio que nos queira prestar (a Câmara Municipal) é uma coisa absolutamente independente do dinheiro que por Lei estávamos convencidos que pertence a esta Corporação e que está na posse do município desde 1928*"<sup>82</sup>. Mais, acusava inclusivamente a edilidade municipal de querer cobrar-lhe renda "*pelo aluguer da casa onde está instalado o material de Voluntários quando a isso, além do mais, se opõe terminantemente a deliberação tomada pela Exma. Câmara na sua sessão de 3 de Dezembro de 1927 e da qual existe uma certidão constante dos nossos arquivos*"<sup>83</sup>.

Nem o facto de a Associação ter como vice-presidente da direcção o tenente Carlos Rodrigues Manata, na altura administrador do concelho, suavizou este mau relacionamento institucional. Este, sempre se recusou a mediar o conflito alegando vários motivos de ordem oficial e particular e com os quais a direcção da Associação concordou. Seriam aliás estes maus ventos provocados por este incidente que levariam Carlos Rodrigues a afastar-se discretamente dos seus colegas directores, já não comparecendo às reuniões a partir de 17 de Junho de 1936.

Entretanto, o corpo activo da Associação, que procurava manter-se distante deste problema, lutava para obter material condigno para a sua acção, uma vez que o disponível se encontrava "*em péssimas condições*"<sup>84</sup>, nomeadamente as mangueiras existentes no quartel, escadas, fardamentos, etc.

---

<sup>80</sup> Uma destas comissões "conciliadoras" era composta pelas seguintes individualidades: José Manuel Godinho, Francisco Rodrigues Ferreira e António de Azevedo Lopes Serra, proeminentes comerciantes da vila.

<sup>81</sup> Jornal «A Regeneração», nº 402, Junho de 1936.

<sup>82</sup> Jornal «A Regeneração», nº 407, Julho de 1936.

<sup>83</sup> Jornal «A Regeneração», nº 407, Julho de 1936.

<sup>84</sup> Acta nº 3 da Direcção, Sessão ordinária de 17 de Junho de 1936.

No meio deste diferendo não se pode esquecer um facto, que veio agravar o azedume do Presidente da Câmara em relação aos bombeiros locais: o incêndio que deflagrou no edifício da Câmara Municipal na madrugada do dia 29 de Maio de 1936<sup>85</sup>, e que destruiu quase por completo o edifício, que estava em fase final de acabamento para ser inaugurado pela Comissão Administrativa do concelho<sup>86</sup>.

Este episódio assumiu proporções caricatas para os elementos que compunham a face operacional da Associação, tendo em conta a instrução a que e se haviam entregado desde o início desse mês e sob a orientação do comandante Alfredo Carvalho. Chamados a combater este “*pavoroso incêndio*” e sem o seu comandante presente<sup>87</sup>, com pouca prática, servindo-se de material antiquado e deteriorado, os rapazes aspirantes a bombeiros não conseguiram aplicar a técnica e a prática que a gravidade da situação exigia. Ligadas as mangueiras às bocas-de-incêndio recentemente inauguradas, a água saía por todos os lados menos pela agulheta, perante a arrelia dos bombeiros e o comentário sarcástico<sup>88</sup> do muito povo que assistia. Foram os Bombeiros Municipais de Coimbra, aos quais se pediu ajuda telefonicamente, que compareceram no local uma hora e meia depois, impedindo com a sua acção enérgica que o fogo se alastrasse<sup>89</sup>.



O voluntarioso comandante dos bombeiros figueiroenses, Alfredo André Ferreira de Carvalho, desgastado pela falta de meios, acusado de actuar à margem das orientações da Associação, no sentido de angariar fundos para fazer face às despesas com a aquisição de material, entra em ruptura com o corpo directivo da colectividade e pede a demissão do cargo em 17 de Junho de 1936. A direcção conseguiria demovê-lo

Fig.9 – Alfredo André F. Carvalho

desta decisão mas apenas num breve hiato de tempo, porque o carácter prático do comandante e a rigidez burocrática da direcção incompatibilizaram a coabitação entre as duas partes, chegando mesmo a ameaçá-lo com o poder judicial. A direcção alegava a

<sup>85</sup> Ao que parece teve origem na Secretaria Judicial, no 2º piso, por volta das 5h da manhã desse dia.

<sup>86</sup> Jornal «O Degrau», número único, Janeiro de 1969.

<sup>87</sup> O comandante e todo o executivo camarário encontravam-se ausentes em Lisboa, onde tinham ido assistir às comemorações da Revolução do 28 de Maio de 1926 e que deu origem ao Estado Novo de Salazar.

<sup>88</sup> Jornal «O Degrau», número único, Janeiro de 1969. Este artigo foi escrito por um desses antigos bombeiros (que assina o artigo sob o pseudónimo de Renandof Siper), sendo por isso, um testemunho presencial de quem viveu de perto este acontecimento.

<sup>89</sup> Jornal «O Degrau», número único, Janeiro de 1969.

relutância do comandante em devolver dinheiros que este obtivera para os bombeiros, através da organização de um baile. A demissão definitiva consuma-se em 30 de Junho de 1936. O primeiro comandante dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos tinha exercido esse cargo apenas durante dois meses, depois de ter sido eleito para o cargo em 30 de Abril desse ano.

Entretanto, já a totalidade do corpo activo tinha abandonado a corporação, em atitude solidária com o seu comandante.

Perante a demissão do corpo activo e do comandante dos bombeiros, a direcção começou a orientar esforços a partir de Agosto, no sentido de procurar obter provisoriamente a vinda de um instrutor, que facultasse instrução ao novo corpo activo.<sup>90</sup> Adicionado a este problema de fundo, a corporação continuava a debater-se com graves carências de material, ao nível mais elementar.<sup>91</sup>

A acta da direcção de 30 de Julho de 1936 fecha com um pormenor pertinente e que interpreto como o resultado da contaminação, que o mal-estar entre a Associação e as *forças vivas*<sup>92</sup> do concelho ia provocando, numa espiral cada vez mais alargada. O tesoureiro da direcção propunha que as reuniões da direcção começassem a realizar-se no quartel.<sup>93</sup> Isto é, não na sede da Associação Comercial e Industrial, onde até aí tinham decorrido, mas num espaço desadequado e sem condições que oferecessem dignidade aos corpos directivos. Esta decisão incluía as reuniões das assembleias-gerais, que começaram também a realizar-se noutra espaço, no Cine Teatro Figueirense, a partir de Dezembro desse ano. Coincidência ou não, em 4 de Dezembro desse ano, António de Azevedo Lopes Serra (Presidente da Associação Comercial e Industrial) pede a demissão de presidente da Assembleia-Geral da Associação Humanitária dos B.V. de Figueiró dos Vinhos, no decorrer dos trabalhos dessa sessão, alegando que impedimentos ligados à sua avançada idade e ao seu precário estado de saúde. Todos sentiram com mágoa o afastamento do seu principal sócio fundador<sup>94</sup>, sete meses depois de ter sido eleito.

---

<sup>90</sup> Nesse sentido, oficiou-se “ao Sr. Jorge Godinho da Silva do Corpo de Salvação Pública de Tomar a fim deste senhor ou outro indivíduo por ele indicado vir instruir os bombeiros desta corporação”. (Acta de reunião da Direcção de 30 de Julho de 1936).

<sup>91</sup> “(...)é necessário adquirir um jogo de escadas italianas, uma mesa e bancos para o quartel e pintura do material”. (Acta de reunião da direcção de 30 de Julho de 1936).

<sup>92</sup> Nomeadamente a Associação Comercial e Industrial e a Câmara Municipal.

<sup>93</sup> “Foi presente uma proposta do senhor tesoureiro nos termos seguintes: para que de futuro as reuniões de direcção desta Corporação tenham lugar no seu quartel”. (Acta de reunião da direcção de 30 de Julho de 1936).

<sup>94</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 4 de Dezembro de 1936.

A crise que se instalara na Associação perpassava também para os sócios da colectividade. De facto, cerca de duas dezenas, de um total de 103 sócios, deixara de pagar as quotas, tendo mesmo sido eliminados dos cadernos da Associação, por deliberação em reunião da Direcção de 29 de Outubro de 1936. Em Novembro era manifesta a dificuldade da direcção para continuar à frente dos destinos da colectividade. Sem comandante, sem instrutor, sem material de incêndios para o novo corpo activo<sup>95</sup>, fragilizada pelo mau relacionamento com a Câmara Municipal (por causa da questão dos subsídios), defraudada de sócios e com um saldo continuamente negativo em tesouraria<sup>96</sup>, lavrará a sua última acta em 31 de Dezembro de 1936.

Um mês depois, em assembleia-geral do dia 30 de Janeiro de 1937, realizada no Cine Teatro Figueirense (Cinema Pinhão) seria eleita a segunda equipa de corpos gerentes da colectividade. Terminava aqui a primeira aventura da recém instituída Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, de forma deprimente e mergulhada em profunda crise institucional, não conseguindo vingar a sua plena instalação, nem dar funcionamento regular a um serviço de incêndios.

## **1.7- As instalações dos bombeiros**

---

Sobre o primeiro local que terá servido de guarida ao equipamento do «serviço de incêndios», nomeadamente às duas «bombas de incêndios», o seu apuramento rigoroso é algo difícil. Contudo e após efectuar um cruzamento de várias fontes informativas (jornais da época e outra documentação), datadas entre 1926 e 1931, foi-nos permitido chegar a algumas conclusões e propor uma hipótese para a localização do primeiro “alojamento” do denominado «serviço de incêndios».

Mas o que era um «serviço de incêndios», como surgiram e que forma organizacional possuíam antes de se constituírem em associações de bombeiros voluntários?

Os denominados «serviços de incêndios» foram a primeira forma organizada que previa a prevenção e combate aos fogos nas zonas urbanas. Conhecem-se medidas nesse sentido pelo menos desde 1395 através de uma carta régia de D. João I, onde se estabelecem algumas directivas escritas para o efeito. Porém, durante os séculos XV e

---

<sup>95</sup> Um novo corpo activo tinha sido entretanto formado e tal como é explicado no sub-capítulo 1.8

<sup>96</sup> Antes de fechar as contas, a direcção conseguiu inverter o saldo negativo, invertendo-o em cerca de 300\$00 positivos. De facto, consegue apresentar em Assembleia-Geral de 30 de Janeiro de 1937 os seguintes números, relativos à sua conta de gerência: 2.733\$95 de receitas e 2.416\$05 de despesas.

XVI e quase metade do século XVII, não se conhecem medidas decretadas que visassem regular serviços similares.

O primeiro regulamento exclusivamente destinado a regular indivíduos que obrigatoriamente deviam acudir a incêndios data de 1683<sup>97</sup>, documento onde se estabelecem normas sobre recrutamento e coordenação de pessoal, bem como os meios técnicos a utilizar.

A título de exemplo refira-se a cidade do Porto onde o primeiro serviço de incêndios organizado e regulamentado é anterior a 1728. O serviço estava equipado com uma «bomba de incêndios», com a respectiva mangueira e agulheta, pronta a servir e guardada em armazém municipal. Possuía um grupo de homens que a manobravam e conduziam ao local do incêndio ao sinal de alarme (toque de sinos). Baldes, uma tina de água para abastecer o depósito da «bomba», machados e enxadas completavam os meios técnicos deste serviço de combate a incêndios. Estes primeiros serviços estariam instalados em repartições ou armazéns públicos, em palácios reais e até mesmo em casas particulares.<sup>98</sup>

Realça-se o facto, que a existência de uma «bomba de incêndios» era basilar para materializar e operacionalizar estes primeiros serviços de bombeiros. Estes podiam apresentar outras denominações, tais como, «companhia da bomba», «companhia do fogo», «companhia de incêndios». Surgirão com maior visibilidade a partir da 2ª metade do séc. XVII<sup>99</sup>.

Em Figueiró dos Vinhos não encontramos documentação que ateste a forma como os mesmos existiam, bem como a data do seu aparecimento. Apenas sabemos, por notícias da imprensa local, que em 1897 já existia na sede do concelho uma «bomba de incêndios», manejada pelos primeiros voluntários que aparecessem no local onde estava guardada.

Pela leitura das fontes existentes sobre a história dos bombeiros em Portugal é possível constatar que os municípios sempre tiveram uma grande preocupação na prevenção dos incêndios. Competia normalmente ao provedor do concelho (actual Presidente da Câmara Municipal) zelar pela obrigatoriedade de superintender à polícia e aos serviços de incêndio. Refira-se o Código Administrativo de 18 de Março de 1842,

---

<sup>97</sup> SANTOS, F. Hermínio, “Bombeiros Portugueses Síntese de 600 anos de acção”, *Bombeiros Portugueses Seis Séculos de História 1395-1995*, SNB-LBP, Vol. I.

<sup>98</sup> SANTOS, F. Hermínio, “Bombeiros Portugueses Síntese de 600 anos de acção”, *Bombeiros Portugueses Seis Séculos de História 1395-1995*, SNB-LBP, Vol. I, Lisboa, 1995.

<sup>99</sup> Lisboa: 1646; Porto: 1728; Coimbra: 1781; Viana do Castelo: 1780; Setúbal: 1786; Braga: 1799; Guimarães: 1799.

que remetia ao administrador do concelho a tarefa de providenciar meios para fazer face a inundações, naufrágios e situações análogas<sup>100</sup>. De facto, as Câmaras Municipais sempre despenderam esforços importantes para apetrecharem com material os serviços ligados à prevenção de incêndios, para além de motivarem a fundação de associações de bombeiros voluntários na área dos seus concelhos.

Gradualmente, a reorganização destes serviços de incêndio deu lugar às denominadas «companhias de bombeiros»<sup>101</sup> e mais tarde às «companhias de bombeiros voluntários»<sup>102</sup> e que haviam de se constituir em associações.

No caso de Figueiró dos Vinhos não existem fontes que nos permitam saber, com rigor, acerca do local onde teriam sido guardadas até 1931 as «bombas de incêndio» e demais equipamento pertencentes aos «serviços de incêndio». Porém, a partir de meados de 1931 é possível seguir com clareza os vários locais onde estiveram instalados os serviços de bombeiros, mediante artigos da imprensa local e as actas da Câmara e do Conselho Municipal. Contudo, é difícil clarificar se essas instalações funcionavam já como verdadeiros aquartelamentos para os bombeiros figueiroenses.

Merece a esse respeito redigir um breve apontamento sobre a questão dos aquartelamentos de bombeiros e da sua importância para as associações que albergam, antes de nos firmarmos no caso concreto dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos.

Um quartel de bombeiros não alberga somente o sector operacional, onde se arrumam veículos, apetrechos e equipamentos destinados à acção do corpo activo. É também um local que deve ser partilhado com o sector associativo, com espaço que permita reunir os sócios, com gabinetes para os corpos directivos e que lhes permita viverem de perto os problemas da Associação.

Porém, no primeiro quartel do século XX, os quartéis de bombeiros eram improvisados em arrecadações e depósitos camarários ou em edifícios adaptados para o efeito, e que por esse motivo tiveram denominações diversas, tais como «casa da associação», «casa da bomba» ou «estação de serviço contra incêndios».<sup>103</sup>

Com o crescimento da importância dos corpos de bombeiros para as comunidades, começou a verificar-se a necessidade de construir de raiz, edifícios para os albergar. As

---

<sup>100</sup> SANTOS, F. Hermínio, “Bombeiros Portugueses Síntese de 600 anos de acção”, *Bombeiros Portugueses Seis Séculos de História 1395-1995*, SNB-LBP, Vol. I, Lisboa, 1995.

<sup>101</sup> A primeira surgiu em Lisboa em 1846 após a reestruturação dos seus serviços de incêndio.

<sup>102</sup> Em 18 de Outubro de 1868 surgiu em Lisboa uma companhia de voluntários bombeiros e que incluiu o primeiro grupo de associados em torno de uma iniciativa do género, vindo a despoletar o movimento associativo dos bombeiros portugueses.

<sup>103</sup> LOPES, Alberto Branco, «Quartéis de Bombeiros», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. I, Lisboa, 1995.

associações face à sua dimensão e capacidade, e em coerência com o agregado populacional onde se inseriam, adoptavam os critérios mais convenientes para os erigir.

No caso de Figueiró dos Vinhos não existem dúvidas que desde sempre pertenceu à Câmara Municipal a iniciativa de dotar os serviços de incêndio com instalações, permitindo-lhes resguardar o parco equipamento que há época detinham. Em Dezembro de 1927, o Presidente da Câmara Municipal, Mário Guimarães Cid das Neves e Castro, concedia uma entrevista ao Jornal «A Regeneração»<sup>104</sup>, declarando que a edilidade não tinha “*descurado coisa alguma; higiene, limpeza, captação de águas, fontes, calçadas, valetas, caminhos, talho, casa para a bomba de incêndios, pontes (...). Tudo temos promovido*”<sup>105</sup>.

As questões ligadas às instalações do talho municipal e da casa para a bomba (de incêndios) andaram sempre intimamente ligadas. Os dois espaços foram sempre contíguos desde 1927 até 1960. Isto é, quando o talho municipal se transferia para outro lugar, arrastava sempre consigo a casa da bomba.

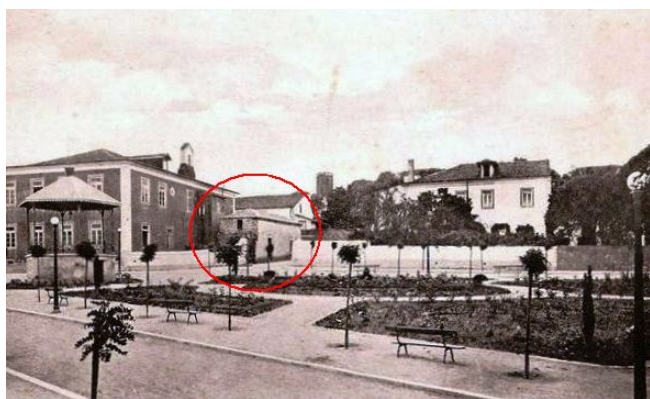


Fig.10 – Postal de 1928 que mostra o edifício contíguo à Câmara Municipal, demolido em 1931 e que terá servido de depósito à «bomba de incêndios»

Desta forma, aponto como hipótese, que o primeiro local que terá servido de armazém de material à corporação Figueiroense em 1927 foi um edifício já desaparecido e que existiu contíguo à Câmara Municipal<sup>106</sup>, localizado ao

cimo de uma praça e que posteriormente serviria como “praça de táxis”. Esse edifício, composto por 2 pisos, foi adquirido pela Câmara Municipal nos finais do século XIX e terá tido utilização diversificada até à sua demolição ocorrida em Abril ou Maio de

<sup>104</sup> Saiu em Setembro de 1932, sendo substituído por Manuel Simões Barreiros.

<sup>105</sup> Jornal «A Regeneração», nº 126, 10 de Dezembro de 1927. Para além do relatório de actividades da Câmara Municipal referente ao ano de 1927 em que é inscrita a acção que a edilidade desenvolvera em prol da “Corporação dos Bombeiros Voluntários”, tendo auxiliado “com a Associação Comercial e Industrial, a criação deste corpo de salvação pública, dotando-o com um quartel, em edifício próprio, que ofereceu à corporação”.

<sup>106</sup> O edifício estava quase encostado ao edifício da Câmara Municipal. (Ver foto nos anexos). Havia também um pátio murado e contíguo a este edifício. Em 1927 (Jornal «A Regeneração», nº 15, Janeiro de 1927) este edifício e o pátio eram conhecidos como «curral do concelho» e chegou a funcionar inclusivamente como depósito de lenha.

1931. Nele funcionou o “Despacho” e sala de reuniões da vereação. Nele também se guardavam carroças, alfaias e até paramentos religiosos.

Em 1927 terá também ali funcionado o talho municipal e a casa da bomba, a julgar pela imprensa da época. Na verdade, na entrevista publicada em 10 de Dezembro de 1927 com o Presidente da Câmara Municipal à época, Mário Guimarães Cid das Neves e Castro, este não se cansa de defender a dinâmica da edilidade municipal em favor da modernização da vila, referindo como exemplo dos seus argumentos o talho municipal que promovera, bem como a casa para a «bomba de incêndios». A confirmar esta declaração do edil figueiroense, em Fevereiro de 1928 o mesmo jornal dava conta que *“já se encontra concluído o talho municipal”*<sup>107</sup>.

Mas como provar que o talho municipal terá funcionado nesse velho edifício entre 1928 e finais de 1931 e os denominados “serviços de incêndio” desde finais de 1927? Mais uma vez pela imprensa da época e sobretudo em relação à localização que o talho



detinha na vila, que por estar tão próximo das repartições dos serviços públicos não agradava à nova vereação, nem à Comissão de Iniciativa e Turismo. Lembremos que na época, a Câmara Municipal levava a efeito uma ousada renovação urbanística para a vila figueiroense e que abrangia a zona entre a Igreja Matriz e a Câmara Municipal, com a construção do chafariz “monumental” na Praça Dr. António Pimenta (inaugurado a 02 de Fevereiro de 1927), do “Jardim Público” (inaugurado no S. João de 1929), do Parque Municipal (inaugurado em 1930) e do *“embelezamento da rua das traseiras dos Paços do Concelho”*.<sup>108</sup>

Nesse sentido e a partir de 1930 a Câmara faz planos para transferir o talho e a casa da bomba para outro local.

Fig.11 – Edifício que serviu de quartel entre 1931 e 1940

Dessa forma, em sessão realizada em Novembro de 1930, a Câmara Municipal resolveu *“adquirir pela quantia de 4.500\$00 o terreno necessário, ao Sr. António de Azevedo Lopes Serra, para a construção dum talho, quartel de bombeiros e outros*

<sup>107</sup> Jornal «A Regeneração», n° 136, 18 de Fevereiro de 1928.

<sup>108</sup> Jornal «A Regeneração», n° 256, Junho de 1931.

*serviços públicos*”<sup>109</sup>. Iniciava-se assim, em finais de 1930, o processo que culminaria na transferência de ambos os serviços para novos edifícios construídos no início da Rua Teófilo Braga: “No próximo dia 27 (Dezembro de 1930) vai à praça a construção do novo talho municipal e casa da bomba. (...) Achamos esta medida acertada, pois deve representar economia para o nosso concelho e além disso liberta-nos do actual talho que muito prejudica a estética e as repartições que estão juntas do edifício dos Paços do concelho”<sup>110</sup>.

Um ano depois, em Maio de 1931, o jornal «A Regeneração» noticiava que “o novo edifício, do talho e casa da bomba, já está concluído de paredes e completamente demolido o edifício junto dos Paços do Concelho. Esta demolição vai transformar por completo o recinto onde estava o edifício, pensando a Comissão de Iniciativa e Turismo embelezá-lo de forma que em nada desmanche o conjunto do Parque e Jardim”<sup>111</sup>. Em Outubro, a par com a conclusão da construção da Casa dos Magistrados<sup>112</sup>, já se encontravam igualmente “prontas a funcionar a Casa da Bomba e talho Municipal”<sup>113</sup>.

Foi este pequeno edifício, constituído por um só piso, de simplicidade arquitectónica e localizado no início da Rua Teófilo Braga, que o bombeiro José de Oliveira Canário conheceu em 1936. “No incêndio do Pinhão, já o quartel era aqui!”<sup>114</sup> Nele se guardava a «bomba de incêndios», as agulhetas, as mangueiras e os baldes de lona. Os fardamentos eram guardados em casa dos respectivos bombeiros. Todavia, e segundo os testemunhos colhidos, as instalações eram tidas, tanto para os bombeiros como para a generalidade da população, como o «quartel dos bombeiros»<sup>115</sup>. Porém, os bombeiros figueiroenses não se manteriam durante muito tempo neste local.

---

<sup>109</sup> Jornal «A Regeneração», nº 252, Novembro de 1930.

<sup>110</sup> Jornal «A Regeneração», nº 253, Dezembro de 1930.

<sup>111</sup> Jornal «A Regeneração», nº 264, Maio de 1931.

<sup>112</sup> A primeira pedra para a construção da “Casa dos Magistrados” (ao Barreiro) fora lançada nos festejos do S. João de 1929.

<sup>113</sup> Jornal «A Regeneração», nº 276, 10 Outubro de 1931. Em 1931 a Câmara Municipal era composta por Mário Cid das Neves e Castro (Presidente); Manuel Simões Barreiros (Vice-Presidente) e Manuel dos Santos Abreu (Administrador do Concelho).

<sup>114</sup> Entrevista a José de Oliveira Canário, Outubro de 2009.

<sup>115</sup> Nomeadamente pelo testemunho de José de Oliveira Canário e de outros antigos bombeiros.

Em 20 de Abril de 1938 o Presidente da Câmara, Manuel Simões Barreiros,



apresentou à Comissão Administrativa um projecto em triplicado, do mercado do peixe da vila e que tinha como anexos um talho municipal e o “posto dos Bombeiros”, a construir pela parte debaixo da Igreja Matriz, “em frente para a Praça do Brasil”<sup>116</sup>,

Fig.12 – Local que serviu de quartel entre 1940 e 1960, construído em cave debaixo do adro da Igreja Matriz

apresentando, inclusivamente, o necessário orçamento para as obras e que ascendiam a 110.634\$74. Ainda nesse ano, em Dezembro, o jornal «A Regeneração» dava também conta de uma comparticipação recebida do Estado, através do Fundo de Desemprego, da quantia de 42.618\$48, “para construção dum mercado de peixe, talho e casa para os bombeiros, na vila”. (...) As obras, que começarão a ser executadas imediatamente, serão feitas na parte de baixo do Adro da Igreja que deita para a Praça do Brasil”<sup>117</sup>.

Em 02 Novembro de 1939 pode ler-se em acta do Conselho Municipal, que estava “em construção: o mercado do Peixe da Vila” e que deve ter ficado concluído no início do ano de 1940. De facto, o que se extrai do Relatório de Actividades Municipais, inscrito nessa acta, dava conta da conclusão do mercado do peixe, que “transformou e embelezou a parte baixa da Vila”<sup>118</sup>. Os bombeiros devem ter sido transferidos para este novo local no início de 1940<sup>119</sup>. Contudo, não existem actas que afirmam a data exacta deste facto e são inexistentes quaisquer notícias ou documentação que dêem conta da eventual actividade dos bombeiros ocorrida durante a década de 40 e a partir destas instalações. Porém, é um facto que a partir de 1940 a «bomba de incêndios» passou a ser guardada neste novo local, situado debaixo do adro da Igreja Matriz com frente para a avenida Padre Diogo de Vasconcelos e que havia sido projectado pela Câmara Municipal para albergar os bombeiros. Tratava-se de uma construção em cave,

<sup>116</sup> Citações retiradas da Acta da sessão da Câmara Municipal de 20 de Abril de 1938, Livro de Actas nº2.

<sup>117</sup> Jornal «A Regeneração», nº 470, Dezembro de 1938.

<sup>118</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas do Conselho Municipal, vol. 1, acta de 02 Novembro de 1940. Só em 1951 estariam concluídas as obras referentes à regularização do “Largo do Mercado do Peixe”.

<sup>119</sup> As antigas instalações do talho e da casa da bomba, na rua Teófilo Braga, foram posteriormente ocupadas pela Filarmónica Figueirense.

ampla, onde se arrumavam alguns cacifos para o fardamento, a «bomba de incêndios» e restante material (escadas, enxadas, machados e baldes) e algum parco mobiliário para as reuniões. Apesar da sua singeleza, e à semelhança do local anterior, os bombeiros consideravam-no como o seu quartel.

Em pouco mais de uma década os bombeiros figueiroenses conheceram três instalações diferentes. Depois da fundação da associação e até 1940, tiveram que mudar de instalações duas vezes, um pouco ao ritmo das preferências da Câmara Municipal, da qual dependiam para obter guarida e que remetia a Associação para um plano inferior em relação às outras colectividades do concelho. De facto, a edilidade municipal não hesitou em desalojar os bombeiros de um edifício arejado, obrigando-os a transferirem-se para debaixo do adro da Igreja matriz, para uma espécie de cave, em benefício de outra associação, a Filarmónica Figueiroense.

A falta de instalações minimamente condignas e funcionais terá também contribuído para a desmotivação e desmoralização em que a Associação e o seu corpo de bombeiros caíram a partir de finais de 1937.

## **1.8- Registos da actividade do corpo de bombeiros**

---

Antes de entrarmos no capítulo, convém explicar o que é um corpo de bombeiros, independentemente da sua integração numa associação com existência jurídica e legal.

Um corpo de bombeiros, ou corpo activo, é a unidade de intervenção, composta por elementos organizados numa determinada estrutura hierárquica, dotada de meios operacionais e técnicos, preparada e equipada para poder executar missões de ataque a incêndios, salvamento e socorro e outras missões de apoio à comunidade. Cada corpo de bombeiros tem a sua área de actuação e que normalmente corresponde á área do município onde se insere. Ao corpo de bombeiros é comum a denominação de “corpo activo”, sendo este o termo mais utilizado nas actas da Associação.

O corpo de bombeiros está inserido numa entidade, que poderá ser pública ou privada, nomeadamente uma associação humanitária ou um município, que lhes regulamentam a sua estrutura, missão, acção e estratégia de actuação.

O primeiro «serviço de incêndios» dotado com alguma materialização, nomeadamente com uma «bomba de incêndios» adquirida para esse fim, surgiu em Figueiró dos Vinhos nos finais do século XIX. Entre essa data e a da fundação da associação em 1936 é possível fazer uma síntese daquilo que foi a actuação dos

primeiros grupos operacionais ligados ao «serviço de incêndios», independentemente da sua base organizacional, uma vez que é certa a sua existência na vila.<sup>120</sup>

Em Setembro de 1926 já havia uma «bomba de incêndios» que pertencia à Câmara Municipal e que, inclusivamente, já tinha sido objecto de notícia em Agosto de 1897<sup>121</sup> aquando da sua intervenção num incêndio ocorrido na Vila de Figueiró dos Vinhos. É o que disso nos dá conta o Jornal «A Regeneração», de 11 de Setembro de 1926, quando diz: “*que lemos no nosso colega O Bombeiro de Coimbra, que a bomba de incêndios da Câmara Municipal, não foi precisa para extinguir o fogo no incêndio que há pouco se deu na Praça da Republica, por a dita se encontrar há cerca de 30 anos incapaz de fazer serviço. Tudo isto é verdade, como é verdade o Bombeiro de Coimbra ignorar que das respectivas mangueiras e baldes de lona, se fizeram belos pares de botas e sapatos*”<sup>122</sup>.

Daí a necessidade de se adquirir uma nova «bomba de incêndios», que chegará a Figueiró dos Vinhos em 1927, dada a inoperacionalidade da que pertencia à Câmara Municipal. Prova disso é novamente o que podemos ler no Jornal «A Regeneração», desta vez datado de 1 de Janeiro de 1927, num artigo intitulado «*Comissão promotora do serviço de Incêndios*», extraído-se da sua redacção a seguinte passagem: “*A Comissão vai dar já princípio à montagem das bombas e sua instalação, de maneira a poder prestar serviço*”. Isto é, uma das bombas era a que já existia (e que devia estar a ser objecto de reparação), sendo a outra a que chegaria a Figueiró no Verão de 1927, embora tivesse sido adquirida em 2ª mão.<sup>123</sup>

Cerca de um ano depois, a primeira intervenção de que há registo da «bomba de incêndios» de 1927, ocorreu num incêndio que deflagrou na manhã do dia 6 de Setembro de 1928 na fábrica de resinagem de Antero e José Barreiros, ao Chavelho, povoação localizada nos arrabaldes da vila de Figueiró dos Vinhos.

Perante as proporções do sinistro, acorreram homens e mulheres com enxadas, baldes e cântaros, tentando que as chamas não se propagassem aos depósitos de água-raz e pez, circunscrevendo-as ao espaço da fábrica, que apesar dos esforços se encontrava condenada. Os sinos da vila tocaram a rebate e prontamente a «bomba de

---

<sup>120</sup> Destes grupos destaca-se o que foi formado no Verão de 1929, sob o impulso da Associação Comercial e Industrial. Exceptuando a fonte que disso nos dá conhecimento (imprensa local da época), não se conhecem mais pormenores sobre o seu eventual funcionamento.

<sup>121</sup> Ver Capítulo 1.

<sup>122</sup> Jornal «A Regeneração», nº 61, Setembro de 1926.

<sup>123</sup> Recorde-se, que José de Oliveira Canário (bombeiro de 1936) ouvira falar da existência de 2 bombas e que a mais antiga teria ardido durante um combate a um incêndio no início da década de 30.

incêndios» compareceu no local, sob “*os esforços dos valentes rapazes que numa marcha forçada a rebocaram até ao local do incêndio*”<sup>124</sup>. Contudo a sua acção limitou-se apenas ao rescaldo. Deste episódio destacam-se ainda alguns pormenores curiosos. Segundo consta, quando chegados ao local com a bomba e no momento em que iam servir-se dela é que notaram que faltava uma mangueira e a respectiva agulheta, obrigando um automóvel a ir “quartel” para recuperar este material. Perdeu-se um tempo precioso e que se revelaria fatal para o edifício atacado pelas chamas. Também foi notória a falta de disciplina e conhecimento do funcionamento da bomba. Apresentava-se urgente a contratação de um instrutor para adestrar a necessária e elementar formação a estes “*valentes rapazes*”, “*que cheios de vontade e não destituídos de coragem, queiram constituir uma corporação de bombeiros.*”<sup>125</sup>

Perante o falhanço destas primeiras experiências<sup>126</sup> faltava motivação humana para rentabilizar o material já adquirido e que se encontrava “*quási abandonado, sem se procurar dar uma solução urgente*”. Assim, no Verão de 1929 e sob novo impulso da Associação Comercial e Industrial, no “*intuito de arrumar de vez, a organização e instalação da corporação dos Bombeiros Voluntários*”, noticiava-se a vinda de um instrutor, bem como o início dos “*trabalhos para adquirir o restante material indispensável*”, o recrutamento do pessoal e a instalação da corporação.<sup>127</sup>

Na vila, os ambientes para com a criação da corporação dos bombeiros voluntários, era motivo de anedotas, especulação e gracejo. No jornal «A Regeneração» apelava-se ao alistamento sob a divisa “Vida por Vida” e a missão altruísta que tal atitude, por parte dos “*rapazes novos, operários e trabalhadores*”<sup>128</sup>, deveria significar para o alto interesse “*da nossa terra que o pede: é a salvação dos seus e nossos lares, da sua e nossa própria vida, que o exige*”<sup>129</sup>.

Mas nem tudo eram desaires e a experiência gradualmente adquirida no manejo da «bomba de incêndios» começou a surtir alguns sucessos, como num incêndio em Agosto de 1929, que atacou a fábrica da Companhia de Serração e Resinagem, tendo-se conseguido salvar a “locomóvel”. O Verão de 1929 seria propenso a mais incêndios,

---

<sup>124</sup> Jornal «A Regeneração», nº 165, Setembro de 1928.

<sup>125</sup> Jornal «A Regeneração», nº 165, Setembro de 1928.

<sup>126</sup> Como a do dia 24 de Junho de 1929, perante um incêndio que deflagrou na casa “do sr. Benjamim Augusto Mendes”, cujo extinção se ficou a dever à Corporação dos Bombeiros Voluntários de Pombal, que se encontravam por acaso nesta vila e que mereceu o envio de um voto de louvor por parte da Associação Comercial e Industrial figueiroense.

<sup>127</sup> Jornal «A Regeneração», nº 203, Julho de 1929.

<sup>128</sup> Jornal «A Regeneração», nº 203, Julho de 1929.

<sup>129</sup> Jornal «A Regeneração», nº 203, Julho de 1929.

tendo-se registado cinco na vila figueiroense (como o que destruiu na madrugada de 2 de Agosto a fábrica de xales de Jerónimo Rodrigues Pinhão), que só não causaram mais prejuízos devido “à pronta intervenção da bomba de incêndios”<sup>130</sup> e, ao que parece, sempre manejada pelo mesmo grupo de intervenientes.

A instrução ao grupo da bomba de incêndios inicia-se em Setembro de 1929, sob a direcção do comandante de bombeiros de Pombal. O cinema “Pinhão” promovia sessões oferecendo os lucros aos bombeiros, a fim de os auxiliar nas despesas com a instrução e aquisição de algum material, que entretanto e à medida das disponibilidades orçamentais, ia chegando à vila trazido pelos bombeiros de Aveiro. As instruções práticas eram realizadas na fachada do prédio de João Cunha<sup>131</sup> e em Outubro já era possível observar “algumas demonstrações bastante apreciáveis”<sup>132</sup>.

Os períodos de instrução foram-se sucedendo com algumas interrupções até 1933, fruto das mudanças constantes de instrutores. No Verão desse ano reinicia-se um novo ciclo de instrução que se prolongou, pelo menos, até finais de 1934 e de acordo com o registado no Jornal «A Regeneração», que em Novembro desse ano informava “com agrado, que se prossegue com certa actividade na instrução do grupo de rapazes desta vila, que hão-de constituir a futura Corporação de Bombeiros Voluntários”.<sup>133</sup>

Em 02 de Maio de 1936 e após a primeira assembleia-geral da recém constituída Associação Humanitária dos bombeiros figueiroenses, abriram-se as inscrições para a constituição do corpo activo oficial da corporação. “Aceitamos a todos. Operários, comerciantes, empregados comerciais, estudantes, médicos, chauffeurs, enfim, todos os que venham animados de trabalhar e de serem elemento de progresso numa corporação humanitária. No estabelecimento comercial do ex.mo sr. Godinho, encontrareis listas para a inscrição no corpo activo dos bombeiros, no corpo clínico, no corpo de mecânicos (chauffeurs). Os menores que queiram fazer parte do corpo activo terão de apresentar o consentimento dos pais, por escrito. Pede-se a todos a máxima urgência para se fazer imediatamente o fardamento e para começarmos com instruções.”<sup>134</sup>

---

<sup>130</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 210, Agosto de 1929.

<sup>131</sup> Um edifício com 3 pisos, localizado na Rua António José D’Almeida.

<sup>132</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 219, Outubro de 1929.

<sup>133</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 358, Novembro de 1934.

<sup>134</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 397, Maio de 1936.



Fig.13 – Primeiro corpo activo da A.H.B.V.F.V., constituído em Maio de 1936

Das inscrições resultou a primeira equipa de bombeiros constituída por 14 elementos. O fardamento deste primeiro corpo activo era composto por um simples casaco e calça em cor azul-escuro, tipo ganga. Na cabeça usavam um

bivaque, que substituíam por um capacete de madeira (que tinham adquirido em 2ª mão), de cor preta, que usavam quando intervinham nos incêndios. Como insígnias da Associação, ostentavam um emblema bordado num pano e cozido no lado esquerdo do peito e um pequeno crachá de metal no bivaque<sup>135</sup>. De referir que a totalidade do fardamento era custeado pelos próprios bombeiros, tal como a primeira mangueira e que esteve exposta na montra da loja do António Tomaz.<sup>136</sup> A instrução era coadjuvada “por um velhote que vinha de Coimbra e que ajudava o comandante”.<sup>137</sup> Integravam este primeiro grupo homens oriundos da classe média-baixa, com destaque para os empregados no sector comercial.<sup>138</sup>

O comandante Alfredo de Carvalho<sup>139</sup> toma a seu cargo a missão de ministrar a instrução aos elementos do corpo activo, cujos “exercícios se vêm fazendo com regularidade, quási todas as noites. Os rapazes, que se mostram enérgicos e com vontade de aprender, têm progredido bastante, assistindo-se já com agrado aos exercícios de instrução.”<sup>140</sup> Num desses exercícios nocturnos, um erro técnico causou um acidente que envolveu 4 bombeiros, que caíram de uma escada, “ficando três ilesos e um, José de Oliveira Canário, com uma luxação num braço que o impossibilita de trabalhar por alguns dias”<sup>141</sup>. Na verdade, José Canário partiu o braço e aleijou o

<sup>135</sup> Dois machados cruzados.

<sup>136</sup> Testemunho pessoal de José de Oliveira Canário concedido ao autor da presente monografia, em Outubro de 2009. A loja de António Tomaz David era onde hoje ainda existe a antiga «Casa Manuel Domingues».

<sup>137</sup> Testemunho pessoal de José de Oliveira Canário (Outubro de 2009).

<sup>138</sup> Profissões dos elementos que constituíram o primeiro corpo activo: Empregados do comércio- 5; Pedreiros- 3; Estudantes- 2; Agricultor- 1; Alfaiate- 1; Indiferenciado- 1. O comandante era licenciado e dava aulas na escola secundária municipal.

<sup>139</sup> Na primeira assembleia-geral da Associação, ocorrida em 30 de Abril de 1936.

<sup>140</sup> Jornal «A Regeneração», nº 403, Junho de 1936.

<sup>141</sup> Jornal «A Regeneração», nº 403, Junho de 1936.

calcanhar e o acidente deu-se no “*treino de salvamento com escada*”<sup>142</sup>. “*Eu era o único a quem o comandante mandava fazer exercícios mais perigosos, como aquele em que caí, quando estava a passar do peitoril da janela para a escada e bati com o braço na cabeça de um colega*”<sup>143</sup>.

Todavia, em 1936 faltava toda a espécie de material ao corpo activo, a tal ponto, que na acta nº 3 da Direcção, lavrada em 17 de Junho de 1936, é exposta essa preocupação, dando-se prioridade à aquisição de algum material, “*em virtude de se encontrarem em péssimas condições as mangueiras existentes no quartel*”. De facto, era necessário requisitar “*sem demora à casa Vaultier de Lisboa, cem metros de mangueira de boa qualidade, com respectivas uniões, dois curvos e uma agulheta*”.

As dissensões que entretanto começaram a surgir entre o comandante e a direcção, e que contaminariam o bom ambiente e entusiasmo deste espírito de equipa, formado solidamente em torno do seu líder, que reverenciavam e admiravam, acabaram por provocar a ruptura entre o corpo activo e a direcção da Associação. Inclusivamente, não hesitaram em manifestar o seu desagrado directamente aos elementos da direcção, face ao desentendimento que prejudicava o seu comandante e, conseqüentemente, o bom desempenho da sua acção. Quase simultaneamente, o comandante Alfredo Carvalho pede a sua demissão, em 19 de Junho de 1936, que é aceite e confirmada em reunião de direcção do dia 30 de Julho de 1936.

Entretanto, parte dos elementos do corpo activo desgostosos com a demissão do seu comandante e conscientes dos problemas inerentes à falta de material, decidiram apresentar-se no dia 25 de Junho de 1936 à Comissão Administrativa da Câmara Municipal, onde foram recebidos com todos os louvores, oferecendo-se para fazerem parte duma Corporação de Bombeiros Municipais. Este facto foi considerado pela direcção da Associação como “*um acto grave de indisciplina pelo abandono desta corporação, que representa desprestígio para esta associação, deliberando suspender o referido corpo activo até à próxima Assembleia Geral*”.<sup>144</sup>

Recorde-se que no Verão de 1936 já lavrava um litígio entre a edilidade municipal e a direcção da Associação. “*Esta atitude dos simpáticos rapazes é motivada pelas desinteligências que se suscitaram entre alguns membros da Direcção dos Bombeiros*

---

<sup>142</sup> Testemunho pessoal de José de Oliveira Canário concedido ao autor da presente monografia, em Outubro de 2009.

<sup>143</sup> Testemunho pessoal de José de Oliveira Canário concedido ao autor da presente monografia, em Outubro de 2009.

<sup>144</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 30 de Junho de 1936.

*Voluntários e o seu Comandante*".<sup>145</sup> O presidente da Câmara (Manuel Simões Barreiros) terá aceiteado esta proposta, tendo inclusivamente prometido "*reorganizar os seus serviços de incêndio dentro de breves dias*".<sup>146</sup> Manuel Simões Barreiros em sessão ordinária do Concelho Municipal, realizada em 02 de Novembro de 1937, insere a rubrica "*construção do mercado do peixe, casa do talho e casa de bombeiros*", a levar a efeito no ano de 1938. Também a partir desse ano, nas bases do orçamento da Câmara Municipal, foi sempre inscrito o capítulo "*serviço de incêndios*", onde eram inscritas verbas que oscilavam entre os 1.500\$00 e os 2.000\$00.<sup>147</sup> Em Julho de 1942 esta verba terá sido aumentada para 5.000\$00 "*destinada à Corporação dos Bombeiros desta Vila, a organizar sob o patrocínio da Câmara Municipal*"<sup>148</sup>. O município, independentemente de saber da existência de uma associação de bombeiros, avança com a hipótese de formar uma corporação similar e que ficaria directamente sob a alçada do poder camarário. O presidente da Câmara Municipal, adepto convicto da filosofia do Estado Novo, vê nesta crise uma oportunidade para controlar um serviço útil ao município, eliminando os devaneios independentistas da Associação, que ousara confrontar o poder da edilidade municipal.

Entretanto, a direcção da Associação, em 18 de Novembro de 1936, delibera demitir os elementos "rebeldes" do corpo activo, que era constituído na sua maioria pelo grupo de rapazes que tinha abraçado, desde a primeira hora, o apelidado "serviço de incêndios" em 1927. A demissão foi confirmada em assembleia-geral de 4 de Dezembro de 1936, que nesse mesmo dia nomeou um novo corpo activo, constituído por 18 *sócios combatentes*.<sup>149</sup> Este facto leva a direcção a preocupar-se com a falta de liderança e de um instrutor para o corpo activo, ponderando a contratação de Jorge Godinho da Silva, do "*Corpo de Salvação Publica de Thomar*"<sup>150</sup>, que não terá aceiteado a tarefa. A falta de recursos monetários no cofre da Associação afastava os potenciais candidatos ao

---

<sup>145</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 405, Junho de 1936.

<sup>146</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 405, Junho de 1936

<sup>147</sup> Estas verbas foram sempre inscritas nos Relatórios de Contas da Câmara Municipal até 1947, enquanto Manuel Simões Barreiros foi presidente do município. Para se auferir da importância que esta verba consistia para a época, refira-se que em 1943 se praticavam as seguintes remunerações municipais: contínuo – 500\$00; cobrador de água – 400\$00; jardineiro – 300\$00; capataz de obras – 450\$00; mestre-de-obras – 500\$00; carcereiro – 300\$00 e cantoneiro 4\$60 / dia. (Acta da sessão do Conselho Municipal de 15 de Fevereiro de 1943).

<sup>148</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas do Conselho Municipal, vols. 1, acta de 4 de Julho de 1942.

<sup>149</sup> Ver listagens dos bombeiros de 1936, no volume II, Anexos, ponto 9.

<sup>150</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Direcção, acta de 30 de Julho de 1936.

cargo, como aconteceu também com o comandante dos Bombeiros Voluntários de Coimbra, convidado para instruir a corporação figueiroense.

A solução encontrada foi nomear um novo comandante de entre os elementos mais experientes do corpo activo figueiroense e que pudesse substituir o demissionário Alfredo Carvalho. Assim, cerca de 2 meses depois, seria nomeado em nova assembleia-geral, realizada em 30 de Janeiro de 1937, o bombeiro António Alves Nunes como comandante interino “*com quinze votos*”<sup>151</sup>, e por ser o bombeiro que habitualmente substituía o comandante Carvalho na ausência deste.

Desta assembleia-geral saiu também uma nova direcção mas que, na prática, não chegou a funcionar. De facto, limitou-se a meros actos administrativos ao longo das doze actas, que inscreve no livro correspondente mas curiosamente, sem nelas constar quaisquer assinaturas.

Assim se manteria este impasse durante anos, num longo interregno silencioso e que nem a própria imprensa local quebra, não publicando nem a mais pálida alusão à existência dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos. Em correspondência com este facto, dos incêndios que ocorreram entre 1937 e os primórdios da década de 50 também não há quaisquer notícias.

---

<sup>151</sup> Acta da Assembleia-Geral de 30 de Janeiro de 1937.

## 2. A PROGRESSIVA INSTALAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO (1938 – 1957)

### 2.1- As tentativas de reanimação da Associação e do corpo de bombeiros

---

Na prática, nem a Associação nem o seu corpo de bombeiros apresentarão sinais de qualquer actividade durante o período que medeia entre 1937 e 1949. O material de incêndios ficaria depositado e esquecido dentro das instalações que lhe serviam de quartelamento. O corpo activo dissolveu-se, dividido entre os que aderiram ao plano da Câmara Municipal, e que entretanto nunca chegaria a concretizar a criação de um corpo de bombeiros municipais, e aqueles que permaneceram fiéis à Associação.

Em Agosto de 1945 um correspondente do Jornal «A Regeneração» (não identificado) publica um artigo apelando ao renascimento da Associação Humanitária dos bombeiros figueiroenses, propondo a criação de um *Corpo de Salvação Pública*. Por esta altura, a inactividade da Associação devia ser total, depreendida daquilo que se pode retirar desse artigo, que refere a necessidade de “*ministrar a respectiva instrução aos nóveis bombeiros*”. (...) *É facto que já por diversas vezes, se tentou levar a bom caminho tal obra e nada se conseguiu*”.<sup>152</sup>

A década de 40 decorria sem que a promessa feita pelo presidente da Câmara<sup>153</sup>, em Junho de 1936, se cumprisse, isto é: “*reorganizar os seus serviços de incêndio*” “*sob o patrocínio da Câmara Municipal*”.<sup>154</sup> A corporação vegetava no tempo, sem actividade, caída em inacção existencial, apesar da imprensa local tentar dizer o contrário. O jornal «A Regeneração» informava, que a criação de um órgão dessa natureza era assunto que não estava descurado por parte do executivo camarário e que já o tinha “*devidamente ponderado e aguarda apenas que melhorem as condições que têm impedido a aquisição de material adequado*”.<sup>155</sup> Apesar de todos os esforços a Associação terá permanecido inactiva desde 1937 e durante quase toda a década de 40.

As rivalidades políticas também não contribuíam para facilitar a clarividência e a solução dos problemas com que a Associação se debatia. Manuel Simões Barreiros começara a sofrer a pressão de uma facção política rival a partir de 1943, congregada em torno de Joaquim Alves Tomás Morgado, ligado a uma família política e terratenente poderosa do concelho, a família Lacerda, que ambicionava o poder

---

<sup>152</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 643, Agosto de 1945.

<sup>153</sup> Em 1945 era ainda presidente da Câmara Municipal Manuel Simões Barreiros.

<sup>154</sup> Ver Capítulo 1.

<sup>155</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 643, Agosto de 1945.

municipal junto do governador civil do distrito de Leiria<sup>156</sup>. Seria, aliás, Joaquim Alves Tomás Morgado que sucederia a Manuel Simões Barreiros na presidência do município em Janeiro de 1948, com a exoneração deste em Dezembro de 1947 por parte do governo civil<sup>157</sup>. Afectada por estas convulsões políticas a corporação caíra no desinteresse da população. Não existem notícias de actividade dos bombeiros figueiroenses, nem se sabe quem combatia os incêndios e com que meios o fazia, entre 1937 e 1953. A Associação possuía bombeiros, pelo menos em 1949 e 1953, e tal como se comprova nas listagens que recuperámos, mas nada se sabe da sua actividade<sup>158</sup>.

Apesar de não ter cumprido a promessa, Manuel Simões Barreiros continuou sempre a acreditar que era possível formar um corpo de bombeiros voluntários sob o patrocínio directo da Câmara Municipal. Faltou-lhe o apoio no Conselho Municipal, cujos membros acolhiam a ideia de uma Associação de bombeiros independente mas que não constituísse demasiados encargos para o município.

Não nutria simpatia pela Associação Humanitária, não hesitando em demonstrar a sua opinião, nomeadamente na sessão do Conselho Municipal realizado em 15 de Fevereiro de 1943, afirmando que *“o que sucedeu com a Corporação de Bombeiros atesta muito bem a capacidade directiva e administrativa da sua direcção. Para se fazer uma ideia aproximada de como era administrada, basta citar que por falta de organização do seu orçamento, perderam os subsídios que o Estado todos os anos dá às referidas corporações. Uma vergonha! (...) Em face desta situação vexatória e vergonhosa, a Câmara Municipal, para não perder tudo, foi obrigada a tomar conta do material – o pouco que ainda resta – e reorganizar a corporação. E de tal forma já a Câmara Municipal orientou os serviços que o Estado, pela Inspeção de Seguros, subsidiou a Corporação, com um subsídio extraordinário de dez mil escudos.”*<sup>159</sup>

Em 15 de Fevereiro de 1947, isto é, dez meses antes de sair da Presidência da Câmara Municipal<sup>160</sup>, a situação dos bombeiros mantinha-se no impasse, sem que Manuel Simões Barreiros tivesse conseguido reactivar e oficializar uma corporação de bombeiros municipais. Contudo, salvaguardava o facto de nunca ter deixado de apoiar

---

<sup>156</sup> Este facto é facilmente constatável nas actas do Conselho Municipal a partir de 1943.

<sup>157</sup> Joaquim Alves Tomás Morgado já tinha exercido o cargo de presidente da direcção da A.H.B.V.F.V, entre Janeiro de 1937 e Janeiro de 1938. O primeiro interregno da Associação, decorrido entre 1938 e 1949, tem precisamente o seu início após o seu mandato.

<sup>158</sup> Ver listagens dos bombeiros no volume II, Anexos, ponto 9.

<sup>159</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas do Conselho Municipal, vols. 1, acta de 15 de Fevereiro de 1943.

<sup>160</sup> Manuel Simões Barreiros foi Presidente da Câmara Municipal desde 27 de Setembro de 1932 até 31 de Dezembro de 1947. Faleceu em Julho de 1948.

financeiramente, afirmando em sessão do Conselho Municipal que “o caso dos Bombeiros não tem sido descurado pela Câmara. E para prova da verdade a Câmara recebeu já um subsídio de 50.000\$00 para a compra do material necessário e já pediu à Câmara de Coimbra um instrutor, a fim de organizarmos um corpo de bombeiros”<sup>161</sup>.

É um facto, que entre Janeiro de 1938 e Maio de 1949, a Associação manteve-se vacante, sem direcção e sem a mínima actividade administrativa, a julgar pelos livros de actas, tanto da assembleia-geral como da direcção, que nada registam durante esse período.

Em 15 de Maio de 1949 surge nova tentativa para reactivar a Associação, reunindo-se cerca de uma dezena de sócios no salão nobre da Câmara municipal, “para que esta associação volte à actividade que se encontra interrompida desde o ano de mil novecentos e trinta e oito”<sup>162</sup>. Sob a presidência de Juvenal Augusto Mendes, repetia-se a queixa do costume, a falta de verbas justificadas fundamentalmente pelo facto de “a Câmara Municipal não ter feito em devido tempo entrega a esta Associação dos fundos necessários à sua normal e regular actividade, a associação foi compelida a suspender a sua acção, facto ocorrido no ano de 1938.”<sup>163</sup> Essa assembleia elege novos corpos gerentes, mas sem nomear comandante para o “Corpo Combatente”, por “de momento não haver pessoa habilitada para o exercício desse cargo”<sup>164</sup> ou sequer aludir à actividade real desse órgão operacional, embora exista uma lista datada de 1953 em que surgem 5 Bombeiros cuja data de admissão se situa entre Outubro e Novembro de 1949.<sup>165</sup> À época era presidente de Câmara Municipal Joaquim Alves Tomás Morgado. O seu antecessor, Manuel Simões Barreiros, falecera em Julho de 1948, vítima de ataque cardíaco.

É possível apurar, através de um documento, que em Março de 1950<sup>166</sup> o corpo de bombeiros possuía um comandante, o professor da Escola Secundária Municipal,

---

<sup>161</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas do Conselho Municipal, vols. 1, acta de 15 de Fevereiro de 1947.

<sup>162</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 15 de Maio de 1949.

<sup>163</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 15 de Maio de 1949.

<sup>164</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 15 de Maio de 1949.

<sup>165</sup> Eram eles: Manuel Carlos Marques Cordeiro (Manuel da “Pensão”), Fernando da Piedade Esteves, João Portela Bruno, Manuel Simões Lima e José Mendes Lima.

<sup>166</sup> Documento elaborado em 16 de Março de 1950 por António Seco Paula Santos, onde estão descritos os Corpos Gerentes da Associação à época (e que coincidem com os eleitos na Assembleia-Geral de 15 de Maio de 1949). O documento está assinado pelo “Comandante do Corpo de Bombeiros - António Lopes Seco Paula Santos”.

António Lopes Seco Paula Santos, cuja formação académica incluía o Colégio Militar e a passagem pelas Engenharias Militar e Civil. Tal curriculum, para além da sua faceta de Professor, não terá passado despercebido aos homens dos bombeiros, que o devem ter *recrutado* para revitalizar a adormecida corporação figueirense<sup>167</sup>. Para além deste documento nada se sabe sobre a sua acção e, sobretudo, sobre o espaço temporal em que António Paula Santos ocupou o cargo de comandante.

Não existe documentação que clareie a acção, tanto do corpo activo, como dos corpos gerentes da Associação, surgidos entre 1949 e 1953, uma vez que não existe nenhum documento oficial produzido pela instituição, nem nenhuma acta inscrita nos livros da Associação, com registos das suas actividades.

Em de Março de 1953 reúne-se nova assembleia-geral e naquilo que foi constatado, deliberado e redigido é possível detectar algumas conclusões: o facto de a Associação estar sem actividade havia bastante tempo; e a necessidade de reanimar e reforçar o corpo activo. Imperou a ideia de “*dar um impulso a esta Associação, nomeadamente ao seu corpo activo, cuja falta se vem sentindo desde há anos a esta parte, o que constitui, não só uma vergonha para a nossa terra, mas também uma responsabilidade para quem tão inteligentemente vem presidindo aos seus destinos*”.<sup>168</sup> Em Março abrem-se inscrições de admissão para novos aspirantes do corpo de bombeiros figueirense.

Em 20 de Abril de 1953 foi nomeado comandante do corpo activo Carlos Alberto Alexandre Pinto, chefe da secção judicial do Tribunal Judicial da Comarca, e por apresentar algum *curriculum* relacionado com a “*actividade por ele exercida na Associação dos Bombeiros Voluntários de Castro D’Aire, sua terra natal*”.<sup>169</sup> A instrução do corpo activo foi confiada a Delfim de Sousa, comandante dos bombeiros de Pombal, que se recusou a fixar honorários para o cargo, confiando no critério da direcção para o efeito. A direcção gratificou-o em Dezembro desse ano, com 2.000\$00 por 4 meses de instrução. Nesse mesmo mês foi-lhe fixada uma gratificação mensal de 2.000\$00<sup>170</sup>, que recusou, aceitando apenas o pagamento das despesas relacionados com as suas deslocações e alojamento. Reconhecia-se a extrema importância da instrução

---

<sup>167</sup> Este professor fez também parte do grupo que fundou o Jornal «O Norte do Distrito», financiado e fundado pela família Lacerda e do qual foi redactor principal até 1965, altura em que deixou Figueiró dos Vinhos

<sup>168</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Direcção, acta de 10 de Março de 1953.

<sup>169</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Direcção, acta de 10 de Março de 1953.

<sup>170</sup> Em 1954 os honorários de alguns funcionários públicos eram os seguintes: Jardineiro municipal – 900\$00/Mês; Coveiro – 10\$00/dia; Cantoneiro Municipal – 10\$00/dia; Servente Municipal – 19\$00/dia.

para reabilitar eficazmente a corporação de bombeiros figueiroenses, à semelhança da prática habitual levada a efeito noutros aquartelamentos da região. É também em 1953 que é criado o primeiro quadro de pessoal da Associação, composto por duas pessoas: Manuel Carlos Marques Cordeiro, como Quarteleiro e Delfim de Sousa<sup>171</sup>, na qualidade de Instrutor do Corpo Activo.

Entretanto, alistaram-se na corporação cerca de 20 novos *soldados da paz*, com que se reestruturou um novo corpo activo, juntamente com os poucos elementos alistados em 1949. Este novo grupo iniciou a sua instrução em Março de 1953, assegurada pelo comandante até à chegada do novo instrutor, no Verão desse ano. Este facto motivou a reanimação de angariação de novos sócios, como o exemplo que viria da longínqua ilha de S. Tomé, onde o figueiroense ali radicado, Joaquim Pires de Faria, reuniria cerca de 30 novas assinaturas. Também era notícia a chegada de novo material para equipar a corporação, tal como escadas de molas (tipo “Portuense”) e de ganchos, bem como 20 fatos-macacos e bivaques, providos com os respectivos distintivos “*assentes em pano amarelo*”<sup>172</sup>.

No dia 26 de Julho de 1953, pelas 21.00h e aproveitando as festas da feira anual, teve lugar no Ringue de Patinagem a cerimónia de juramento solene dos novos bombeiros voluntários<sup>173</sup>, em ambiente de galvanização, que pretendia reerguer o subestimado e ferido orgulho da população em relação à sua corporação de bombeiros, numa acção de propaganda bem cenografada, com o “*ringue de patinagem emoldurado por uma assistência enorme, onde se notava grande representação do elemento feminino a que a presença das autoridades deu maior relevo*”, tendo o comandante proferido “*um brilhante discurso*”<sup>174</sup>. Este novo grupo de bombeiros já tivera cinco dias antes (21 de Julho), o seu baptismo de fogo, num “*violento incêndio*” que se declarara na Serra das Bairradas e que se prolongaria nos 2 dias seguintes e que só “*graças à acção dos Bombeiros Voluntários desta vila e do povo foi possível extinguir ao terceiro dia, depois dum trabalho insano e fatigante*”<sup>175</sup>.

---

<sup>171</sup> Comandante dos Bombeiros Voluntários de Pombal.

<sup>172</sup> Carta remetida pela firma «Rodrigues & Rodrigues - Alfaiates Mercadores e Sapataria», com sede em Lisboa, datada de 18 de Março de 1953. Um dado curioso ressalta desta carta, quando o remetente pede que o informem se os fatos-macacos eram iguais aos da “Legião Portuguesa”, acrescido de platinas, ou de gola fechada. O custo de cada fato-macaco e bivaque eram, respectivamente, de 90\$00 e 20\$00.

<sup>173</sup> Em 15 de Junho o comandante, Carlos Alberto Alexandre Pinto, tinha solicitado a compra de bivaques e emblemas novos para os elementos do corpo activo. O corpo activo foi reestruturado com estas novas entradas, uma vez que à data restariam poucos elementos do alistamento de 1949, tendo a grande maioria abandonado a corporação.

<sup>174</sup> Jornal «Norte do Distrito», nº 15, Agosto de 1953.

<sup>175</sup> Jornal «A Regeneração», nº 833, Agosto de 1953.

De forma repentina, o comandante, Carlos Alberto Alexandre Pinto, é forçado a pedir demissão por ter sido nomeado funcionário judicial noutra comarca, sendo substituído em Maio de 1954 por Gualdino dos Santos Crisóstomo.

Desta forma e quando parecia que a Associação recuperava da longa letargia em que estivera mergulhada desde 1938, com a reanimação da sua actividade e formação de um novo corpo activo, eis que a dinâmica é novamente interrompida no final da Primavera de 1954. A acta de 24 de Maio desse ano foi “bruscamente” interrompida ainda no início da sua redacção, renunciando a abertura de novo interregno e que duraria até Maio de 1957<sup>176</sup>. Entre os meados do ano de 1954 e o Verão de 1957 a imprensa local volta a fazer silêncio sobre as actividades dos bombeiros figueiroenses.

Em 4 de Janeiro de 1956, tomava posse o novo notário do concelho, o advogado Henrique Vaz Lacerda, iniciando uma carreira que o levaria à Presidência da Câmara Municipal e a deputado da nação. Figura proeminente, oriunda de uma família ilustre<sup>177</sup>, cedo se interessou pela causa dos bombeiros figueiroenses, aparecendo como interventor na assembleia-geral da Associação de 24 de Janeiro de 1954, preocupando-se desde logo com questões ligadas à correcta execução orçamental da colectividade.

## **2.2- Os apoios financeiros e as instalações**

---

Se a actividade da Associação durante a década de 40 não é referenciada em fonte documental que se conheça, o mesmo não se pode dizer da continuidade dos apoios que a Câmara Municipal disponibilizou nesse decénio aos bombeiros<sup>178</sup>. É possível apurar, nas actas do Conselho Municipal, que a edilidade continuou a atribuir apoios monetários aos bombeiros, normalmente através da rubrica «serviços de incêndios», embora de forma intermitente na transição entre a década de 40 e 50.

De facto, através dessas actas pode-se extrair que entre 1942 e 1949 foram destinadas verbas aos bombeiros, saídas directamente dos cofres do município ou

---

<sup>176</sup> Em entrevista ao único membro ainda vivo e que fez parte da direcção eleita em 15 de Maio de 1953, Artur dos Santos Mateus, este apenas se lembra de terem surgido atritos entre o presidente e alguns elementos da direcção, que terão desencadeado a desagregação da equipa. Sendo ele o secretário da direcção e perante a desmotivação e o mal-estar causado no seio da equipa, achou que não valia a pena lavar a acta, embora tivesse iniciado a sua redacção.

<sup>177</sup> A família Lacerda, de onde era oriundo o presidente da Câmara Municipal à época, Joaquim Alves Tomás Morgado (presidente do Município entre 1948 e 1960).

<sup>178</sup> Nas actas do Conselho Municipal aparece na rubrica “Subsídios”, o artigo orçamental denominado “Serviços de incêndios” e que as redacções posteriores permitem apurar que se trata dos bombeiros e não de um serviço municipal de incêndios.

através de subsídios por ele intermediados, destinados à aquisição de material e à reorganização e instrução do corpo de bombeiros. Tais subsídios possibilitaram, inclusivamente à Associação, adquirir uma dispendiosa moto-bomba rebocável.<sup>179</sup> Das listagens existentes consegue-se apurar que se teriam incorporado 6 novos elementos para o corpo activo. Contudo, desconhece-se quantos eram os que estariam no activo. O comandante José Mendes Lima<sup>180</sup>, incorporado nesse ano, afirma que só se lembra dos camaradas que faziam parte desse grupo do qual fazia parte<sup>181</sup>. *Havia uma grande desorganização e raros eram os que apareciam no quartel*<sup>182</sup>.

Em Setembro de 1951 o governo salazarista concedia um avultado subsídio que totalizava 6.734.55\$00 a distribuir por numerosíssimas corporações de bombeiros do país e em cujas listas não figurava a Associação Humanitária dos Bombeiros de Figueiró dos Vinhos<sup>183</sup>, uma vez que esta se encontrava inactiva. Estas verbas dos poderes públicos, concedidas de tempos a tempos, juntamente com alguns subsídios e a comparticipação das populações, permitiam às Corporações de Bombeiros Voluntários adquirir e beneficiar de algum material considerado minimamente imprescindível ao seu funcionamento.

Apesar de tudo e segundo o testemunho de Victor Camoezas Chora<sup>184</sup>, o aquartelamento<sup>185</sup> terá estado inactivo até cerca de 1953. Victor Camoezas refere que Joaquim Alves Tomas Morgado (à época também Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos) se preocupou em reactivar o corpo dos bombeiros voluntários,

---

<sup>179</sup> De facto, através dessas actas pode-se extrair que em 1942 foi destinada uma verba de 5.000\$00 “à corporação de Bombeiros desta Vila”; em 1943 a Câmara decidiu tomar conta do material, o pouco que ainda restava, a fim de reorganizar o corpo de bombeiros; em 1947 a Câmara terá recebido um avultado subsídio de 50.000\$00 para aquisição de material e contratação de um instrutor para o “Corpo de Bombeiros” (só para se ter uma ideia da importância deste valor, refira-se que em 1948 o ordenado mensal de um veterinário municipal era de 800\$00); em 1949 a corporação dos bombeiros voluntários adquiriu a moto-bomba rebocável «Aspi» através de um subsídio na importância de 38.966\$00. também é possível apurar que se teriam incorporado nesse ano cerca de meia dúzia de elementos no corpo activo; no início da década de 50 é igualmente constatável a atribuição de um subsídio municipal “concedido à Corporação de Bombeiros no valor de 5.000\$00”.

<sup>180</sup> Ver volume II, Anexo I, Apontamentos biográficos dos comandantes do corpo activo.

<sup>181</sup> Ver volume II, Anexo I, Listagem dos bombeiros: 1936-2010.

<sup>182</sup> Afirmção extraída da entrevista a José Mendes Lima.

<sup>183</sup> “Subsídios às Corporações de Bombeiros”, *Jornal «A Regeneração»*, nº 788, Setembro de 1951.

Já anteriormente, em 20 de Setembro de 1950 a Inspeção de Serviço de Incêndios da Zona Norte enviara um ofício para a corporação figueiroense dando-lhe conta que tinha sido aprovado um subsídio de 5.000\$00 a atribuir ao corpo de bombeiros figueiroenses, nomeadamente para a aquisição de escadas e 1 tanque rectangular de lona para 400 litros, “e outro material miúdo”. Contudo, a corporação figueiroense só responderia a esse ofício em 10 de Junho de 1953, dado a sua inactividade durante esse período.

<sup>184</sup> Em 1952, Victor Camoezas era empregado do advogado Joaquim Alves Tomas Morgado, no escritório que este possuía no rés-do-chão da *Pensão da D<sup>a</sup>. Emília*, frente à sede dos bombeiros voluntários, que se localizava por baixo do adro da Igreja Matriz.

<sup>185</sup> Que se localizava debaixo do adro da Igreja Matriz desde 1940.

tendo convidado o “*funcionário da justiça Carlos Alexandre Pinto e Constantino David dos Reis para colocarem a funcionar novamente os Bombeiros Voluntários*”<sup>186</sup>. Na visita que encetou ao quartel na companhia de Joaquim Morgado em meados de 1952, só encontraram “*os capacetes, as machadas, poucas escadas e uma dobrada ao meio, estreita para se passar de andar por andar em caso de sinistro, uma viatura para levar água num tanque e outra de transporte manual («bomba de incêndios»)*”. Esta informação coincide com a reactivação da Associação e com a incorporação de recrutas em 1953, sob o comando de Carlos Alberto Alexandre Pinto.

Foi também em 1953<sup>187</sup> que foi nomeado pela direcção o primeiro quarteiro<sup>188</sup>, o bombeiro Manuel Carlos Marques Cordeiro<sup>189</sup>, com um ordenado mensal de 100\$00.<sup>190</sup>

Em 1957<sup>191</sup> este quartel passa também a guardar o «Buick», que partilhará a exígua garagem com a «bomba de incêndios» e a moto-bomba «Aspi». Neste quartel, no final da década de 50 e segundo o testemunho de José Mendes Lima<sup>192</sup>, os bombeiros já dispunham de alguns armários de madeira para guardarem o fardamento e algum equipamento.

### 2.3- O comando do corpo activo

---

Entre a nomeação do segundo comandante do corpo activo dos bombeiros figueiroenses, ocorrida em Janeiro de 1938 e o ano de 1950, não se conhecem quaisquer actividades ou notícias relacionadas com o comando do corpo de bombeiros, em linha com o hiato temporal em que a Associação se manteve inactiva. Do comandante nomeado em Janeiro de 1938 nada se sabe da sua acção, nem do tempo que permaneceu nesse cargo. Apesar de ter havido recrutamento de novos elementos para o corpo activo em 1949, também nada se sabe do homem que o chefiava, presumindo-se que esse lugar deveria estar preenchido.

---

<sup>186</sup> Testemunho de Victor Camoezas Chora.

<sup>187</sup> No dia 03 de Maio de 1953

<sup>188</sup> Ainda hoje é esta a designação normalmente utilizada. O quarteiro, de uma forma genérica, tem o dever de manter em perfeito estado de conservação, de limpeza e arrumação as instalações e materiais à sua responsabilidade.

<sup>189</sup> Manuel Carlos Marques Cordeiro ingressou nos bombeiros de Figueiró dos Vinhos em 1949.

<sup>190</sup> Estava também incumbido da cobrança das quotas, pelo que recebia 10% de comissão.

<sup>191</sup> Em 1957 era Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal, respectivamente, Joaquim Alves Tomaz Morgado e Manuel Alves da Piedade (empossado em 25 de Julho de 1957).

<sup>192</sup> José Mendes Lima ingressou nos bombeiros voluntários em 1949 e foi comandante dos bombeiros entre 31 de Outubro de 1975 e 11 de Junho de 1981.

Do espaço temporal que medeia entre 1938 e 1950, aparecem apenas dois nomes, de forma esparsa e escassa, registados em documentação existente: uma acta da assembleia-geral de Janeiro de 1938, que dá conta da nomeação do bombeiro António Alves Nunes como comandante interino e um documento avulso, datado de 1950, assinado por pelo “*Comandante do Corpo de Bombeiros - António Lopes Seco Paula Santos*” e em relação ao qual já fizemos referência<sup>193</sup>. Porém, durante quase toda a década de 40 pouco ou nada se sabe acerca da actividade do corpo activo dos bombeiros figueiroenses.



Fig.14 – Carlos Alberto Alexandre Pinto

Somente em Abril de 1953, surge nas actas da direcção um homem nomeado para o cargo de comandante do corpo activo, Carlos Alberto Alexandre Pinto. Embora não fosse natural do concelho de Figueiró dos Vinhos<sup>194</sup>, este detinha experiência como bombeiro, adquirida na sua terra natal e que terá pesado na sua escolha para o exercício do cargo, aliado ao facto de exercer em Figueiró dos Vinhos uma função de relevo na administração pública, como chefe da

secção de processos do Tribunal Judicial da Comarca de Figueiró dos Vinhos (que abrange também os concelhos de Castanheira de Pêra e Pedrogão Grande).

É sob o comando deste homem, que em 1953 se renovam as fileiras do corpo activo, com a incorporação de 20 novos bombeiros. Após um breve período de cerca de 1 ano, foi obrigado a demitir-se do comando e da corporação por razões profissionais, motivadas pela sua transferência para outra Comarca.<sup>195</sup>

O terceiro homem desta fase (que decorre entre 1938 e 1957), Gualdino dos Santos Crisóstomo, apresentava algumas semelhanças com o seu antecessor: não era natural do concelho figueiroense (exercia no concelho as funções de Delegado da «União Resineira Portuguesa») e pertencera igualmente a outra corporação de bombeiros (Pombal), quando foi convidado pela direcção da Associação para chefiar as fileiras do corpo activo. Dos bombeiros de Pombal trazia a experiência e novas técnicas de instrução que implementou nos bombeiros figueiroenses. À semelhança do seu

---

<sup>193</sup> Ver subcapítulo 2.1

<sup>194</sup> Ver Volume II, Anexo I, Apontamentos biográficos dos comandantes do corpo activo.

<sup>195</sup> Ver Volume II, Anexo I, Apontamentos biográficos dos comandantes do corpo activo.

antecessor também se demitiria (em Fevereiro de 1957) quando parecia estabilizada a estrutura do corpo activo, por razões que desconhecemos.

Destes 3 comandantes referidos, conclui-se que os 2 últimos ocuparam o cargo com espírito de missão, empenhados em dotar a Associação com um corpo activo disciplinado, instruído e organizado.

Se no período apontado (1938-1957) houve falhas na estrutura e na dinâmica associativa, que não permitiram alinhar estabilidade à instituição, essas não tiveram origem nem podem ser apontadas ao sector operacional. De facto, a documentação existente, bem como as notícias retiradas da imprensa local da época, dão conta de um corpo activo centrado na sua missão apesar das contracções administrativas da Associação.

A confirmar esta ideia aponta-se o facto de que o último comandante desta fase, Galdino dos Santos Crisóstomo, terá permanecido no cargo entre Fevereiro de 1954 e Fevereiro de 1957, precisamente durante um período em que a Associação não teve corpos gerentes eleitos. Apesar desse constrangimento de gestão, existiu comando e corpo activo formado, embora não seja muito clara a sua actividade durante esses 3 anos.

#### **2.4- Registo de alguns incêndios e da actividade dos bombeiros**

---

Em simultâneo com o ressurgimento da actividade da Associação e da reestruturação do seu corpo activo, eis que reaparecem as notícias de incêndios na imprensa local no início da década de 50, interrompidas desde 1938, e tal como os ocorridos no Verão de 1953.

Em 21 de Julho de 1953 deflagra um “*violentíssimo incêndio na Serra da Bairrada*”<sup>196</sup>, tal a quantidade de parcelas consumidas. O sinistro, que se manteve durante muito tempo e causou enormes prejuízos, “*foi combatido por grande número de populares e pelos Bombeiros Voluntários desta vila*”<sup>197</sup>. No dia 01 de Agosto novo incêndio consumiria algumas parcelas na Serra de S. Neutel e que “*se não fosse a rápida intervenção dos nossos Bombeiros Voluntários, teria devorado os pinhais e*

---

<sup>196</sup> Em pinhais pertencentes a Antero e José Simões Barreiros Júnior, Joaquim Estêvão Rodrigues, David Soares, Adelino José e outros, e segundo a notícia publicada no Jornal «O Norte do Distrito», nº 14, Julho de 1953.

<sup>197</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 14, Julho de 1953.

*olivais vizinhos*”<sup>198</sup>. Na tarde do dia 06 declara-se outro “*incêndio num pinhal no lugar das Várzeas*”, *consumindo cerca de uma centena de pinheiros*”<sup>199</sup>. A 13 de Agosto outro “*violento incêndio*” deflagra nos limites dos lugares do Casal dos Ferreiros da Ribeira e Bairrão e que mobilizaria também a população de Chimpeles, Aldeia da Cruz e Coelheira, impedindo que o fogo atingisse as casas do Bairrão.

As notícias de 1953 permitem-nos constatar que já nessa época os incêndios florestais eclodiam um pouco por todo o concelho, reflectindo a génese do abandono da actividade agro-florestal por parte das comunidades aldeãs, que tinham na floresta um dos seus principais suportes. Estas deixaram de vigiar e de manter as matas limpas de espécies arbustivas invasivas, mercê do desaparecimento gradual da actividade pastoril e da agro-pecuária. A década seguinte, e tal como é possível constatar nos censos de 1971, intensifica os números da perda populacional no concelho de Figueiró dos Vinhos iniciada entre as décadas de 1940-1950, sentida em todas as freguesias mas com especial incidência nas de pendor mais rural, afectando todos os lugares do concelho, sobretudo as aldeias onde a actividade agrícola era a principal fonte económica das suas populações.

<b>Variação da população no concelho de Figueiró dos Vinhos, por freguesias, 1930-1970 (%)</b>				
<b>Freguesias</b>	<b>1930/1940</b>	<b>1940/1950</b>	<b>1950/1960</b>	<b>1960/1970</b>
Aguda	11,48	-0,25	-6,92	-27,24
Arega	12,24	5,12	-2,89	-12,47
Campelo	22,77	-7,18	-20,57	-34,69
Figueiró dos Vinhos	9,64	5,62	-2,36	-17,59

(Fonte: Monografia do Concelho de Figueiró dos Vinhos)

Os focos noticiosos em torno dos incêndios confirmam o claro esforço da Associação para se reerguer neste breve período, que mediou entre 1949 e 1953. Os incêndios que eclodiam eram pretexto para enquadrar as notícias relacionadas com a actividade dos bombeiros, demonstrando o apreço da comunidade pela instituição, apesar das intermitências que esta ia provocando no seu caminhar histórico.

<sup>198</sup>Jornal «O Norte do Distrito», nº 15, Agosto de 1953.

<sup>199</sup>Jornal «O Norte do Distrito», nº 15, Agosto de 1953

### 3. O CRESCIMENTO DA ASSOCIAÇÃO SOB O ESTADO NOVO (1957 – 1974)

#### 3.1- A actividade e a estabilidade da direcção e o corpo activo

---

Após um interregno de cerca de 3 anos, reúne-se a assembleia-geral<sup>200</sup> da Associação em 8 de Maio de 1957, uma vez mais para debelar o impasse em que a colectividade voltara a cair.



Fig.15 – Luis Henrique Q. Ferreira

Nessa noite seriam eleitos para os cargos de presidente e vice-presidente da Direcção dois advogados conceituados no concelho figueiroense, respectivamente, Luis Henrique Quaresma Ferreira e o notário do concelho, Henrique Vaz Lacerda<sup>201</sup>. Porém, foi a acção do vice-presidente no seio da direcção, que se viria a revelar fundamental para a Associação, durante a década seguinte.

Cerca de 2 semanas após ter sido eleita e na sua primeira reunião, a nova direcção<sup>202</sup> giza um *plano de choque* para tratar dos problemas mais prementes e que enfermavam a vitalidade da colectividade: organizar o corpo activo, que se encontrava “completamente desorganizado”<sup>203</sup>, convocando uma reunião urgente com todos os seus elementos. Contratar um novo instrutor e nomear um novo comandante, em virtude de Gualdino dos Santos Crisóstomo ter pedido a demissão. Reactivar a cobrança das quotas e angariar novos sócios.

Neste espaço de tempo, um acontecimento singular permite avaliar a vontade desta direcção em implementar uma nova dinâmica à Associação. Um mês após ter tomado posse, Henrique Lacerda convence um familiar a doar o seu automóvel particular aos bombeiros e que se tornaria na primeira unidade móvel motorizada que a corporação

---

<sup>200</sup> Com a presença de 19 sócios.

<sup>201</sup> Henrique Vaz Lacerda exerce o cargo de vice-presidente da Direcção entre 1957 e 1968. Foi também vice-presidente da Assembleia-Geral entre 1969 e 1974. Foi também Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos entre 1960 e 1972.

<sup>202</sup> Compunham a direcção os seguintes elementos: o advogado, Luis Henrique Quaresma Ferreira (presidente); o advogado e notário do concelho Henrique Vaz Lacerda, (vice-presidente); o funcionário público, Narciso da Conceição Santos, (secretário); o empresário José da Conceição Barreiros, (tesoureiro).

<sup>203</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 21 de Maio de 1957.

conseguia obter desde a sua fundação. A viatura (da marca «Buick»), foi prontamente adaptada para rebocar a moto-bomba «Aspi»<sup>204</sup> e a transportar bombeiros, suprimindo, provisoriamente, a falta de um pronto-socorro devidamente adequado e apetrechado.



Fig.16 – Manuel Pereira da Silva Roda

Por proposta da direcção da Associação, em Junho de 1957, foi nomeado um novo comandante para o corpo activo: Manuel Pereira da Silva Roda. Nada se sabe acerca das suas qualificações para o cargo, apenas que era “residente nesta vila”<sup>205</sup> e que exercia as funções de mecânico-chefe numa oficina de camionagem na sede do concelho, de que era co-proprietário o tesoureiro da direcção da Associação<sup>206</sup>. Para

ministrar a instrução ao corpo activo efectuaram-se diligências junto do comandante dos Bombeiros Municipais de Tomar, Jorge Godinho da Silva, que aceitou o cargo.

Reactivou-se de imediato a escola de aspirantes da corporação, devidamente autorizada para o efeito pela Inspecção do Serviço de Incêndios da Zona Norte, e que entre 1957 e 1958 formará cerca de duas dezenas de novos bombeiros<sup>207</sup>.

À reunião convocada com o inanimado corpo activo não só apareceram todos os seus elementos, que ainda residiam na vila, como também “diversos mancebos”<sup>208</sup> a pedirem a sua inscrição como aspirantes. Estas novas contratações vinham em boa hora e visavam debelar a desorganização e o minguado estado em que se encontrava o sector operacional da Associação. Desta forma, a direcção esforçava-se por cumprir o plano traçado, começando por reanimar a alma da colectividade, acolhendo novos aspirantes e reacendendo a motivação dos bombeiros já existentes, procedendo em simultâneo à reorganização de toda a estrutura ligada ao combate de incêndios.

O panorama que o sector operacional apresentava no final da década de 50 não era optimista. O corpo de bombeiros encontrava-se reduzido a uma dúzia de elementos mas que haviam permanecido inactivos entre 1954 e 1957, a avaliar pela ausência de notícias

<sup>204</sup> Antes de possuírem esta viatura automóvel, a moto-bomba «Aspi» era transportada por tracção humana, “muitas vezes por caminhos pedregosos e difíceis, empurrada pelos bombeiros”.

<sup>205</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 21 de Maio de 1957.

<sup>206</sup> José da Conceição Barreiros, que se manteria como tesoureiro da direcção entre 1957 e 1962.

<sup>207</sup> Ver Volume II, Anexo I, Listagens de bombeiros: 1936-2010. Da inscrição para a escola de aspirantes de 1957 apenas dois elementos não constam das listagens finais: Manuel da Silva Caetano e Miguel João da Silva. Deduz-se, que por motivos que desconhecemos, não terão terminado a instrução.

<sup>208</sup> Acta de reunião da Direcção de 21 de Maio de 1957.

na imprensa local relacionados com a sua actividade. O parque de viaturas resumia-se à velha «bomba de incêndios» de 1927, a uma moto-bomba rebocável e “*um velho «Buick», proveniente da generosidade de um particular,*”<sup>209</sup> e que avariava constantemente, obrigando o corpo activo a apanhar boleias em automóveis particulares até aos locais dos sinistros<sup>210</sup>. O material mais elementar que ainda restava encontrava-se bastante danificado, a julgar pelo exaustivo e significativo relatório que o novo comandante apresentava em 30 de Junho de 1957, dando conta da falta de material com que se confrontava a corporação e que se tornava urgente adquirir.<sup>211</sup>

Daí deduzirmos com facilidade que era necessária renovação e acréscimo dos meios operacionais no mais curto espaço de tempo possível. Mas para isso eram necessárias verbas financeiras de que a direcção não dispunha. Neste sentido, o primeiro passo da direcção foi iniciar uma vasta campanha de angariação de sócios com o envio de circulares a todos os figueiroenses e amigos de Figueiró dos Vinhos, espalhados pelas Províncias Ultramarinas e estrangeiro, pedindo auxílio material para o bom êxito da missão humanitária da Associação, que lutava com enorme dificuldades de ordem financeira. Os donativos não se fizeram esperar, vindos inclusivamente de emigrantes radicados no Brasil e em França<sup>212</sup>.

Ao fim de cerca de 1 ano, a boa articulação entre a direcção e o comando lograram repor alguma vitalidade à Associação, apesar das dificuldades financeiras e materiais e da insuficiência dos meios operacionais. Faz prova desse facto o «Mapa discriminativo dos serviços prestados pelo corpo de bombeiros» relativo ao ano de 1957, assinado pelo comandante Roda e que nos oferece uma visão real da situação da Corporação nessa data, bem como a sua actividade: os bombeiros tinham ocorrido a 12 incêndios, percorrido 135 quilómetros e consumido 250 litros de combustível, referentes a 45 horas de serviço activo. Prestaram ainda 15 serviços de prevenção a casas de

---

<sup>209</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 954, Setembro de 1958.

<sup>210</sup> Este veículo foi fabricado em 1935, na Fábrica Flint-Mick, e antes de pertencer aos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos (em 1957) teve mais 4 proprietários: General Motors Peninsular, de Lisboa (4 de Abril de 1936); António Alves, de Lisboa (25 de Abril de 1936); Ângelo David e Silva, de Figueiró dos Vinhos (04 de Julho de 1952) e Ivo de Araújo Lacerda, de Figueiró dos Vinhos (18 de Junho de 1956).

<sup>211</sup> Tratava-se de material do mais elementar que devia existir num quartel de bombeiros: mangueiras, uniões e ligações, um aparelho de salvados completo, espias, um par de luvas de borracha de alta tensão, um tanque de lona com capacidade de 500 litros, duas forquilhas com cabos, dois croques com cabos, duas desferradeiras com cabo, etc. Faltavam, inclusivamente, fatos de trabalho.

<sup>212</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 31 de Outubro de 1957.

espectáculos. Este mapa é o primeiro que se conhece no que se refere à actividade do corpo activo prestada ao longo de 1 ano.

Estes números foram amplamente divulgados na imprensa local, contribuindo para reforçar o orgulho pessoal de todos os elementos do corpo activo, funcionando também como tónico de credibilidade para a Associação aos olhos da comunidade figueiroense. A nível regional e perante as entidades ligadas aos bombeiros, serviu como prova de que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos estava apostada em estabilizar a sua actividade, de forma profícua. Esse sinal de reconhecimento chegou em 1959, quando o governo decide contemplar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos com um subsídio de 30.000\$00, por proposta do Conselho Nacional dos Serviços de Incêndios e aprovado pelo Ministro do Interior e Subsecretário de Estado do Tesouro<sup>213</sup>. Por seu lado, a Câmara Municipal começou a inscrever na sua conta de gerência os habituais subsídios para os bombeiros voluntários, interrompidos desde 1951<sup>214</sup>.

O desempenho do corpo activo é também atestado através dos louvores e agradecimentos públicos com que a Associação seria agraciada nos anos seguintes, pelas mais diversas entidades, tanto públicas<sup>215</sup> como privadas.<sup>216</sup>

Para responder “*aos anseios desta Corporação que assim fica a dispor de um alarme apropriado, para aviso e chamamento da Corporação e População local, no caso de sinistro*”<sup>217</sup> foi instalada em 1959 no telhado do edifício da Câmara Municipal, por proposta do comandante Roda, uma sirene cedida pelo Comando de Defesa Civil do Território da Legião Portuguesa.

---

<sup>213</sup> O Conselho Nacional de Serviços de Incêndios concederia em 1961 outro subsídio de 10.000\$00.

<sup>214</sup> Entre 1951 e 1958 deixou de aparecer a rubrica “serviços de incêndio” (ou outra ligada aos bombeiros) nos subsídios atribuídos e registados nas actas do Conselho Municipal. Em 1958 a Câmara Municipal concedia aos bombeiros um subsídio de 40.000\$00, verba extraordinária para a época. Em 1959: 10.000\$00; em 1960; 1961 e 1962: 5000\$00.

<sup>215</sup> A Câmara Municipal de Pedrógão Grande em 30 de Julho de 1960, reconhece “*a prontidão com que a Corporação de Bombeiros (...) acudiu ao apelo que lhe foi feito no dia 24 do corrente mês de Julho, para a extinção de um violento incêndio que se desenvolveu em mato e pinhal nas proximidades desta vila de Pedrógão Grande*” (Ofício Nº 790 da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, de 30 de Julho de 1960).

<sup>216</sup> Um dos quais é merecedor de aqui se realçar: em 07 de Agosto de 1958, o Corpo Activo recebe um louvor emanado da «Fábrica Cepas, Lda.» de Castanheira de Pêra, pela “*valiosíssima colaboração na extinção do incêndio*” que deflagrara três dias antes numa secção daquela fábrica.

<sup>217</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 31 de Março de 1959.

Esta sirene viria a ser substituída em 1961 por outra de modelo superior e dotada de maior potência sonora, tendo sido experimentada no dia 25 de Fevereiro à tarde “*ouvindo-se perfeitamente em toda a vila e povoações daqui distantes de 10 quilómetros*”(in Jornal «Norte do Distrito», nº 197, Março de 1961).

A década de 60 iniciava-se segura e profícua para a Associação, que continuava a atrair jovens para as fileiras do seu corpo activo, o que era registado nas Ordens de Serviço do Conselho Nacional dos Serviços de Incêndios.<sup>218</sup>

A participação da Associação em eventos regionais, dos quais se destacam o 46º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Pombal em Maio de 1958<sup>219</sup>, bem como o Congresso Nacional de Bombeiros realizado em Faro em 1960<sup>220</sup>, faziam parte da estratégia da direcção para investir e irrigar auto-estima ao corpo activo, numa óbvia campanha para capitalizar credibilidade para a colectividade junto da comunidade concelhia (para que esta continuasse a contribuir para a causa nobre dos bombeiros) e para motivar os mais jovens a alistarem-se na corporação, ao que parece com sucesso.

De facto, começavam a surgir na imprensa local os maiores elogios aos bombeiros figueiroenses nos seguintes termos: *“Não podemos encerrar esta rubrica sem uma palavra da maior simpatia para os heróicos soldados da paz desta vila, que acorreram aos sinistros com uma prontidão digna do maior realce. Estamos mesmo em crer que se não fora a sua rapidez e iniciativa teríamos que registar hoje aqui duas desgraças. Merecem bem o apoio e carinho da população.”*<sup>221</sup> A presença do 2º Chefe do Batalhão de Sapadores Bombeiros de Lisboa, durante a festa anual da Associação em 1961, confirmaria a velocidade de cruzeiro que esta ganhara nos alvares da década de 60.

Entretanto, alargava-se o campo de acção dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos, não se ficando somente pela resposta e ataque a incêndios urbanos e florestais.

Com a chegada a Figueiró dos Vinhos, em Dezembro de 1962, de uma ambulância adquirida pelo Hospital da Santa Casa da Misericórdia<sup>222</sup>, tornou-se possível aos bombeiros locais desenvolver também o sector socorrista. Este veículo vinha preencher uma grave lacuna, no transporte de feridos e doentes, inexistente no concelho até essa

---

<sup>218</sup> Como a datada de 31 de Agosto de 1960, dando conta da admissão de mais 6 Aspirantes e 1 Cadete para a Corporação de Figueiró dos Vinhos: Manuel Rosa, Luis da Conceição Carvalho, Joaquim da Piedade Ângelo, Manuel da Piedade da Conceição, José Alves Nunes e António da Silva Gomes. Era também registado como Cadete Fernando José Marques Alves. Prestariam provas para Bombeiros de 3ª Classe em 11 de Janeiro de 1961.

<sup>219</sup> A corporação figueiroense fez-se representar nessa localidade, com as presenças do vice-presidente da direcção, Dr. Henrique Vaz Lacerda, o Comandante Roda e por mais seis bombeiros, tripulando o Buick, o único veículo motorizado que dispunham.

<sup>220</sup> A essa localidade deslocaram-se 10 bombeiros chefiados pelo seu *“ilustre comandante Manuel da Silva Pereira Roda”*, no seu moderno pronto-socorro «Bedford».

<sup>221</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 998, Julho de 1960.

<sup>222</sup> Tal novidade *“veio encher de júbilo todos os figueiroenses”*, que assim que souberam da sua chegada terá *“despertado a curiosidade da população que logo acorreu a apreciá-la”* (Jornal «O Norte do Distrito», n.º 217, Janeiro de 1962). Esta ambulância foi adquirida graças a uma campanha dirigida pelo médico Joaquim José Fernandes, à época director do Hospital da Misericórdia. Recorde-se que este clínico presidente da primeira Direcção da A.H.B.V.F.V., em 1936.

data. Esta ambulância ficaria intimamente ligada à corporação dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos, que frequentemente a requisitavam ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia para situações de emergência diversificada, tal como a retirada de pessoas de dentro de poços, transporte de acidentados para os hospitais e outros sinistrados<sup>223</sup>. Apesar de não lhes pertencer, esta foi a primeira viatura que puderam usar na vertente socorrista, na forma de requisição à entidade proprietária da ambulância e que se prolongaria nestes moldes até 1973.

Gradualmente e com o apoio da população, dos sócios e da Câmara Municipal, ia-se apetrechando também o corpo activo, com a aquisição de material considerado elementar mas relevante para as operações de combate a incêndios.<sup>224</sup> Todavia a Associação ainda se encontrava longe de possuir o necessário equipamento técnico com que a direcção ambicionava dotar o corpo activo. Neste sentido, valia-se de todos os expedientes legais junto de várias entidades públicas, no sentido de adquirir material ou verba financeira para esse efeito, centrando a sua insistência junto do Chefe do Estado Maior da Legião Portuguesa, do Inspector de Incêndios da Zona Sul e da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, por serem, à data, as entidades que mais valiam às associações de bombeiros voluntários.

Por seu lado, o comandante Roda, continuava a elaborar listas com material que considerava indispensável para um eficaz ataque aos incêndios, devido á continua necessidade de repor constantemente o equipamento, desde máscaras anti-gás, agulhetas e mangueiras, até ao material mais simples, tais como enxadas, machados, pás e picaretas. Este esforço da corporação, na contínua obtenção e reposição de material, justificava-se pelo desgaste a que o mesmo estava sujeito, uma vez que eram cada vez mais frequentes as saídas dos bombeiros figueiroenses para combater incêndios florestais, inclusivamente noutros concelhos vizinhos.

Disso dava conta a Associação ao Inspector de Incêndios da Zona Sul, através de ofícios constantemente enviados e aos quais juntava cópia dos Relatórios de Gerência. Havia a clara preocupação de demonstrar a esse organismo a evolução da actividade da corporação, que justificava os insistentes pedidos de auxílio, vitais para que a

---

<sup>223</sup> E tal como aconteceu nos Moninhos Cimeiros em Junho de 1962, em consequência de um acidente provocado por uma carroça de bois e que envolveu dois feridos graves e que “*seguiram na ambulância dos Bombeiros Voluntários para os Hospitais da Universidade de Coimbra*. (Jornal «Norte do Distrito», nº 1044, Junho de 1962).

<sup>224</sup> Entre o qual se contam 2 extintores de neve carbónica; 4 máscaras anti-gás; 5 lanços de escadas; 4 macas (tipo inglês) e 4 baldes de zinco (S.I.)

Associação pudesse cumprir a sua missão humanitária junto das comunidades que servia.<sup>225</sup>

Se por um lado as acções no terreno confirmavam o ímpeto dos bombeiros figueiroenses, por outro, demonstravam também a clara necessidade em melhorar o seu espólio material e técnico, sobretudo ao nível da sua capacidade móvel e que ultrapassasse a mediocridade em que persistia o seu parque automóvel.

Para fazer face às enormes dificuldades inerentes com a aquisição de veículos, os bombeiros voluntários portugueses valiam-se, sobretudo, da boa vontade das populações, de mecenas locais e, no caso da corporação figueiroense, da Câmara Municipal, que incluía no seu orçamento anual um subsídio para a Associação Humanitária local, todavia insuficiente para fazer face às despesas de maior vulto.

Os bombeiros voluntários figueiroenses valiam-se também de outros expedientes para conseguir adquirir alguns veículos, nomeadamente junto de empresas petrolíferas, visando a oferta ou a aquisição (por baixo valor) de autotanques desactivados. Foi o caso do primeiro autotanque que a corporação possuiu, conseguido por intermédio dos Bombeiros Sapadores de Lisboa e que a Associação adquiriu por 20.000\$00, em Dezembro de 1962. Tratava-se de um veículo que tinha pertencido à «ESSO» e que viria a necessitar de “*receber certas alterações e reparações*”<sup>226</sup>, a fim de ser adaptado para prestar apoio no combate a incêndios. Da mesma forma foi conseguido outro autotanque, já no final da década de 60, objectivando o reforço da frota automóvel da corporação, através de mais uma dádiva por parte de outra companhia petrolífera, desta vez a «SONAP», que ofereceu um dos seus autotanques. Da mesma forma que o anterior, também este veículo mereceu os imprescindíveis trabalhos de adaptação “*com o esforço do nosso 2º Comandante, Ajudante, Chefe e Bombeiros e alguns artistas particulares, e que todos, muito trabalharam (...)*”.<sup>227</sup>

Por seu lado, os esforços desenvolvidos junto das entidades públicas traduziram-se na aquisição de um *moderno* Pronto-Socorro «Bedford», que chegou à corporação figueiroense em 1959, após um pedido de comparticipação junto do Conselho Nacional de Incêndios, por intermédio da Inspeção de Incêndios da Zona Norte. Apesar do

---

<sup>225</sup> “(...) esta é uma verdadeira Corporação de trabalho, que não é de parada, e que por isso mesmo muito carece do auxílio da Inspeção, para bem desempenhar a árdua missão a que se votou. (Cópia do ofício enviado em 23 de Abril ao Inspector de Incêndios da Zona Sul, Lisboa).

<sup>226</sup> Transcrição de parte de uma carta dirigida a Alfredo Nunes, Alcântara, Lisboa, 27 de Dezembro de 1962.

<sup>227</sup> “Contas da gerência do ano de mil novecentos e setenta”, Acta da assembleia-geral realizada em 12 de Março de 1971. (Este veículo ficaria inutilizado num brutal acidente em 02 de Março de 1971, quando ocorria a um incêndio na vila de Castanheira de Pêra).

subsídio concedido ficar muito aquém do custo total do veículo, tal facto apresentava uma relevância especial para a Associação, que via nele um sinal de reconhecimento por parte das entidades oficiais (neste caso o Conselho Nacional de Incêndios), que reconheciam “*os frutos da actividade dispendida, quer pelo Comando, quer pela Direcção desta humanitária Associação, que é consolador*”, deixando antever “*melhores dias, para bem do concelho e das suas populações*”<sup>228</sup>.



Fig.17 – Elementos do corpo activo em 1960 junto ao Pronto – Socorro «Bedford»

Honrando o objectivo que tinha traçado para a Associação, a direcção continuou a encetar esforços para reforçar a componente móvel do corpo activo, conseguindo mais dois veículos de perfil operacional. Um por

subscrição junto da população de Figueiró dos Vinhos, levada a efeito no Verão de 1962<sup>229</sup> e com a qual se adquiriu um Jeep de transporte de pessoal, da marca «Land Rover»<sup>230</sup>. O outro, um Jeep da marca «Willis», conseguido em 1963 através da Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças<sup>231</sup>. As viaturas que resultavam de donativos eram totalmente reparadas e adaptadas pelos bombeiros, que lhes dedicavam muitas horas de mecânica, electricidade, maçarico, pintura, soldadura e estofagem, até os transformarem em viaturas práticas e adaptadas ao terreno serrano e florestal da região. Representam essencialmente, a entrega abnegada e apaixonada das corporações de bombeiros voluntários perante o desafio de se equiparem, numa conjuntura extremamente difícil, com tão poucos recursos financeiros e obrigadas a aproveitarem ao máximo as ofertas, fossem elas públicas ou privadas.

No que se refere ao parque automóvel da corporação figueiroense, a década de 60 fecharia com chave de ouro. De facto, em 1968 a direcção e o comando, acompanhados

<sup>228</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Direcção, acta de 30 de Novembro de 1958.

<sup>229</sup> E sob a iniciativa de João Portela Bruno e Manuel da Silva Furtado.

<sup>230</sup> Seriam, aliás, também os “*figueiroenses e amigos desta terra, residentes nas nossas Províncias Ultramarinas e em gozo de férias nesta vila*” que contribuiriam para a “*aquisição duma sereia de alarme para a viatura Jeep*” (Jornal «A Regeneração», n.º 1050, Setembro de 1962).

<sup>231</sup> E que teve que se ir buscar à Colónia Agrícola do Barroso, em Morgade, Montalegre, onde se encontrava depositado.

pelo Presidente da Câmara Municipal<sup>232</sup>, são recebidos em audiência pelo Inspector de Incêndios da Zona Sul, que anuindo à solicitação da Associação para a necessidade de possuírem uma moderna e funcional viatura “Auto-Nevoeiro”, aceita compartilhar a sua aquisição<sup>233</sup>. A aquisição desta viatura revelar-se-ia um desafio difícil para os cofres da Associação, facto que atrasaria a sua chegada para meados de 1970.

Todavia, a aquisição deste veículo inauguraria um perfil moderno ao parque automóvel dos bombeiros voluntários figueiroenses. Tratava-se de uma viatura de longo curso e era considerada “*uma das mais modernas e eficientes de toda a região*”<sup>234</sup>. Como os encargos com a sua aquisição superavam as possibilidades financeiras e contabilísticas da Associação, teve que se apelar uma vez mais à generosidade da população para que ajudasse a mitigar este facto. Assim, e no próprio dia da chegada do veículo, “*em poucas horas receberam mais de 30 mil escudos numa cadeia de dádivas*”<sup>235</sup>, cuja campanha se prolongaria durante o Verão de 1970<sup>236</sup>, conseguindo angariar-se os fundos necessários para liquidar o seu pagamento.



Fig.18 – Elementos do corpo activo em 1961 durante um convívio

A par do enriquecimento da sua capacidade operacional, crescia também o *curriculum* dos bombeiros figueiroenses, com as muitas intervenções a que acorreram ao longo da década de 60, em que se inclui a sua colaboração ao lado de outras corporações de bombeiros, em vários

incêndios fora do concelho de Figueiró dos Vinhos. De facto, nos primeiros anos da década fez-se notar no concelho de Figueiró dos Vinhos um “*crescente de focos de incêndio, muitos de origem casual mas a grande maioria devida a negligência criminosa, quando não mesmo a crimes propriamente ditos*”<sup>237</sup>.

<sup>232</sup> Henrique Vaz Lacerda assumiu a presidência da Câmara Municipal em 03 de Março de 1960.

<sup>233</sup> A comparticipação da Inspeção de Incêndios da Zona Sul foi de 200.000\$00. O veículo, completamente equipado, rondou os 500.000\$00.

<sup>234</sup> Relatório de Conta de Gerência da A.H.B.V.F.V. referente ao ano de 1968.

<sup>235</sup> Na realidade o peditório feito nesse dia na vila e nalgumas povoações do concelho (por onde passou o cortejo com o novo “Auto-Nevoeiro”), renderia 38.547\$00, segundo o Relatório de Gerência referente ao ano de 1970.

<sup>236</sup> Em Julho faltavam angariar apenas cerca de 50.000\$00.

<sup>237</sup> Relatório enviado ao Inspector de Incêndios da Zona Sul (Lisboa), datado de 23 de Abril de 1963.

Os anos 60 inaugurariam o flagelo sazonal dos incêndios florestais na região, em linha com o êxodo da população serrana<sup>238</sup> e o abandono da actividade humana em torno da floresta, intimamente ligada à actividade agrícola, que deixaria os pinhais e eucaliptais à mercê de matos e plantas arbustivas, em virtude de na sua quase totalidade haver substituído a adubação orgânica pela adubação química. As florestas deixaram de ser limpas, porque os matos não eram roçados para serem utilizados como fertilizantes na lavoura, e a lenha deixou de ser utilizada como fonte de energia, substituída pelo gás butano. Tanto as transformações sociais verificadas, como a alteração de hábitos e costumes das populações, vieram alterar profundamente o relacionamento entre as comunidades e a floresta, outrora íntimo, equilibrado e interligado. Entretanto, instalaram-se outros interesses económicos face aos recursos florestais. Os fogos florestais, outrora raros e acidentais, passaram a ser frequentes e quase quotidianos durante os meses de Verão. A confirmar este facto, refira-se que em 3 anos, entre 1961 e 1963, a área florestal consumida no concelho de Figueiró dos Vinhos calculou-se entre 30 a 35 quilómetros quadrados.<sup>239</sup>

A meio da década de 60, os bombeiros figueiroenses tinham sob a sua protecção uma vasta área florestal de cerca de 150 Km<sup>2</sup>, acrescida de grande parte do concelho de Pedrógão Grande, que não tinha corpo de bombeiros, e a que a corporação figueiroense acorria com grande assiduidade, apesar das acessibilidades agro-florestais serem quase inexistentes para veículos ou extremamente rudimentares, incluindo algumas vias que serviam algumas povoações do concelho.

Perante este cenário, só provida com uma lógica operacional (humana e técnica) eficaz, era possível à corporação de Figueiró dos Vinhos levar a bom termo a sua missão. Disso dão conta os relatórios enviados à Inspecção de Incêndios da Zona Sul: *“Nalguns casos, sobretudo onde o acesso é fácil, foi empregado o nosso auto-tanque, para rescaldo e, em todos eles, tem actuado com a maior eficácia os nossos 2 jeeps, que possibilitam a deslocação rápida do pessoal, por vezes a locais praticamente inacessíveis a outros veículos.”*<sup>240</sup>

O bom relacionamento institucional com outras corporações era também fundamental. A união de esforços entre os bombeiros voluntários da região, mediante a

---

<sup>238</sup> Durante a década de 60 o concelho perdeu 2400 residentes, com especial incidência nas freguesias rurais (fonte: INE – Censos de 1960)

<sup>239</sup> Cópia do Relatório redigido e assinado por Manuel Pereira da Silva Roda em 24 de Janeiro de 1964 e enviado ao Inspector de Incêndios da Zona Sul, em Lisboa.

<sup>240</sup> Idem.

conjugação de meios e material, permitiam debelar as situações mais problemáticas. Essa cooperação era normalmente feita com as corporações de Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere e Sertã.



Fig.19 – Povoação do Vale do Rio destruída pelo Incêndio em Agosto de 1961

Este espírito de entre-ajuda foi duramente posto a prova em Agosto de 1961, durante um grande incêndio que iria ficar nos anais da história do concelho de Figueiró dos Vinhos e na memória colectiva dos figueiroenses de forma trágica, pela destruição das povoações de

Vale do Rio e Casalinho<sup>241</sup> e que chegou a ameaçar a própria sede do concelho. O combate a esse incêndio, que chegou a desenvolver-se numa frente com cerca de 15 quilómetros, foi inicialmente feito pelos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos e por muitas centenas de populares. Perante os contornos gigantescos que o incêndio tomou, o Município teve que solicitar a intervenção do Governador Civil e da própria Emissora Nacional, acorrendo a Figueiró dos Vinhos 14 Corporações da região.

O bom relacionamento institucional com a Câmara Municipal revelava-se também fundamental, não só pela atribuição dos imprescindíveis subsídios, mas pelo estímulo que transmitia aos bombeiros voluntários mediante a consignação pública de votos de louvor. Estes elogios públicos acabavam por ser extensíveis a todas as entidades envolvidas no combate aos incêndios que ocorriam no território do concelho, tal como aconteceu após o incêndio de Agosto de 1961, em que foram louvadas as corporações de bombeiros voluntários de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão grande, Pombal e Vila Nova de Ourém, e os Bombeiros Municipais de Tomar, pela generosidade do seu esforço e eficiência pelos serviços prestados, através dos quais ficou demonstrado o alto valor e o acentuado espírito de sacrifício do Bombeiro Português.<sup>242</sup>

<sup>241</sup> Em 1960 a povoação de Vale do Rio possuía 49 “fogos” e 167 habitantes. A povoação de Casalinho possuía, 5 “fogos” e 17 habitantes. (Fonte: Pires, Simões, “Foi há 25 anos no Vale do Rio”, in «Jornal de Figueiró dos Vinhos», n° 54, Agosto de 1986). Para além das 2 aldeias calcinadas, arderam cerca de meio milhão de árvores, 2500 hectares de pinhais e morreram 2 pessoas. (Fonte: Acta do Conselho Municipal de 15 de Setembro de 1961, p.64).

<sup>242</sup> Facto curioso em louvores públicos emanados pelo município, é também a menção “às mulheres de Figueiró e Campelo que, sem distinção de classes ou hierarquias, colaboraram denodadamente na

Duas ilações se podem concluir daqui: que no início da década de 60, a Câmara Municipal não hesitava em exaltar a missão pública da Associação e que a utilidade desta estava solidamente credibilizada, tanto aos olhos da população, como a nível institucional.

Em meados da década de 60 já era patente o anormal número de focos de incêndio que deflagravam no concelho durante a época estival, ao ponto da imprensa local comentar que *“o mês de Agosto, aliás muito menos quente do que em anos anteriores, tem sido fértil em fogos, fogachos e fogueiras. Dias há em que a sirene não toca uma mas às vezes, duas e três vezes”*<sup>243</sup>.

Começavam a surgir algumas ideias para policiar as florestas. Uma das hipóteses era a formação, ao nível de freguesias, de milícias populares para esse efeito, em que os mais radicais exigiam metodologias investigatórias mais profundas, através de instituição adequada, por exemplo, da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

Enquanto se discutia esta nova problemática, que se instalara no seio da comunidade e que se constituía numa verdadeira psicose para as populações, os bombeiros figueiroenses continuavam a acorrer a incêndios violentos um pouco por todo o concelho, inclusivamente no concelho de Pedrógão Grande, para onde eram chamados com frequência.

Na transição para a década de 70, ouvir a sirene dos bombeiros tornou-se um hábito entre a comunidade figueiroense, que já encarava isso como um acontecimento normal.<sup>244</sup> As populações foram ficando cada vez mais habituadas à rotina dos fogos, que deflagravam no quotidiano da época estival. Atenta a este facto, a imprensa local insistia na necessidade de mudar mentalidades, para que as pessoas reagissem e colaborassem com os bombeiros e não se transformassem apenas em meros espectadores passivos, de cada vez que ocorria um incêndio. Tornava-se necessário mentalizar as pessoas que viviam em aldeias ou vilas rodeadas de floresta, a prepararem-se para uma colaboração mais eficaz com os bombeiros, ideia que a imprensa local difundia. Disso, havia exemplos bem sucedidos, como nos incêndios

---

*retaguarda para que na frente nada faltasse aos combatentes, preparando e distribuindo, no Quartel dos Bombeiros e nos próprios locais das operações, centenas de refeições completas a quantos estavam empenhados na luta contra o fogo”* (CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Câmara Municipal, 27 de Setembro de 1965, livro de Actas nº 13).

<sup>243</sup> Jornal «A Regeneração», nº1074, Setembro de 1963.

<sup>244</sup> *“Talvez por força do hábito de ouvirmos a sirene, grande parte das populações da nossa região já ficam impassíveis ao toque de alarme”*(in: «Maldição do Fogo», Jornal «O Norte do Distrito», nº 425, Setembro de 1970).

ocorridos em Setembro de 1970, em que *os* habitantes das Bairradas e do Salgueiro se uniram para defender a povoação de Marvila. O mesmo sucedeu na Serra de Vilas de Pedro, com as populações a juntarem esforços para salvar os lugares da Fonte da Corte e do Vale Vicente<sup>245</sup>. Insistia-se, inclusivamente, na necessidade de realizar campanhas persuasivas de prevenção contra o fogo, com a colaboração da imprensa, da escola e da Igreja<sup>246</sup>.

A colaboração estreita entre as corporações da região reforçava-se, nomeadamente com as de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Pombal e Sertã<sup>247</sup>, assim como a intervenção dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos nos concelhos vizinhos, nomeadamente em Pedrógão Grande e Penela<sup>248</sup>.

De facto, os fogos florestais tinham-se tornado “o inimigo número um” dos bombeiros figueiroenses, confirmando a premonição do comandante Roda, poucos anos antes, em relação à mudança estrutural da floresta portuguesa, que preconizava um afastamento do proprietário florestal em relação às suas práticas tradicionais e antigas mais-valias económicas. Tal facto adensava um novo e trágico fenómeno, que perturbaria o sossego das populações que viviam em áreas densamente florestadas. A ocorrência dos incêndios em pinhais, matos e eucaliptais tornar-se-ia um facto rotineiro e cíclico, que se imporia na rotina da corporação dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos e nas suas congéneres, em toda a região do Pinhal Interior a partir de meados da década de 60.

A década de 60 mostra uma Associação que se desforrava perante as intermitências do passado, reerguendo a estrutura da corporação, a que não era alheio todo a dedicação e trabalho realizado pelo corpo activo e pelo novo comando em bases mais eficientes e organizada, com animadoras entradas de novos bombeiros, através de exames de promoção e admissão, contando a Corporação com um número satisfatório de elementos<sup>249</sup>.

---

<sup>245</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 425, Setembro de 1970.

<sup>246</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 413, Março de 1970.

<sup>247</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 425, Setembro de 1970.

<sup>248</sup> A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penela só foi oficialmente constituída em 19 de Setembro de 1980. Porém, somente em 26 de Março de 1981 formou a primeira escola de bombeiros.

<sup>249</sup> Segundo o Relatório da Gerência referente ao Ano de 1968, publicado no Jornal «A Regeneração», n.º 1209, Abril de 1969. A listagem dos elementos que compunham o corpo activo em 1968 demonstra que este era constituído por 29 bombeiros (ver, Vol. II, anexo I, “Listagens de bombeiros: 1936-2010”).

Símbolos da estabilidade no seio da Associação são as representações habituais do comando e do corpo activo, nos congressos dos Bombeiros Portugueses, a partir de 1960. Três delas merecem referência: o congresso que se realizou em Faro em Junho de 1960, para onde se deslocaram 10 bombeiros chefiados pelo seu “*ilustre comandante Manuel da Silva Pereira Roda*”<sup>250</sup>, no seu moderno pronto-socorro «Bedford», e que



Fig.20 – Elementos do corpo activo presentes no congresso realizado em Faro

motivou a confecção de 10 fardas de gala, para que a delegação se apresentasse condignamente, num facto inédito na corporação até essa data, onde só o comandante possuía uma farda desse nível; o XVI Congresso Nacional dos Bombeiros Portugueses, a convite da comissão

organizadora e que se realizou em Évora em 1964 e o 18º Congresso dos Bombeiros Portugueses, que se realizou em Lisboa em 1968, por altura das jubilosas comemorações do 1º Centenário da Associação dos Bombeiros Voluntários da capital. Na representação do corpo activo figueiroense estava integrada a recém criada fanfarra da corporação, que terá desfilado garbosamente, integrada no desfile dos bombeiros portugueses, merecendo os mais rasgados elogios da população lisboeta e da própria imprensa, o que muito honrou a colectividade<sup>251</sup>. A fanfarra confirmava a vitalidade da Associação no final dos anos 60, bem como o seu espírito de corpo, a aptidão e a entrega abnegada, daqueles que compunham a linha da frente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos.

No auge da sua carreira o comandante Manuel Pereira da Silva Roda é obrigado a deixar os bombeiros em Fevereiro de 1968, por razões de ordem profissional, que impunham a sua transferência para Leiria. Exercera o cargo com meticoloso apuro contabilístico, com eficiência e altruísmo, inovação e disciplina, para além do esmero e da exigência pessoal que impôs a si próprio, qualidades que facilmente se depreendem nos «mapas de serviço», «movimento de socorros» e «relatórios» rigorosos que

<sup>250</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 02 de Maio de 1960.

<sup>251</sup> Relatório da Gerência referente ao Ano de 1968, in Jornal «A Regeneração», nº 1209, Abril de 1969.

elaborou. Foi durante o seu comando que a corporação alcançou estabilidade, se inovou e equipou, facto facilmente observável no *curriculum* que construiu como líder da corporação.



Fig.21 – Corpo activo em 1965 onde se integravam já os primeiros elementos femininos

Conseguiu reunir a primeira frota de viaturas para a corporação e através da implementação da escola de aspirantes, e a sua eficaz interacção com os instrutores que a dinamizaram, possibilitou a contínua renovação de

elementos para as fileiras do corpo activo. Foi também por sua iniciativa que em 1965 se fundou a fanfarras da corporação e que ingressaram os primeiros elementos femininos nas fileiras do corpo activo, que constituíram a primeira ala feminina nos bombeiros figueiroenses, tendo como missão assegurar tarefas de índole protocolar e prestar apoio logístico na retaguarda das operações de combate a incêndios.<sup>252</sup>

Este facto merece um breve apontamento sobre o recrutamento de mulheres nas actividades dos corpos de bombeiros e que foi regulamentado em 1946, por via do Regulamento Geral dos Corpos de Bombeiros (artigo 3º)<sup>253</sup>, e mais tarde pelo Decreto nº 38439, de 27 de Setembro de 1951 (artº6º)<sup>254</sup>. Este normativo estabelecia o seguinte: “*Os indivíduos do sexo feminino poderão fazer parte dos quadros dos corpos de bombeiros nos serviços de enfermagem, condução de viaturas, cantinas, secretaria e outros semelhantes*”.<sup>255</sup> A sua participação estendia-se às fanfarras, bandas de música e majorettes. Estas tarefas enquadravam os elementos femininos no quadro auxiliar do corpo activo. Após a experiência de 1967, o recrutamento assíduo de elementos

<sup>252</sup> Integraram a 1ª ala feminina do corpo activo dos bombeiros figueiroenses, as filhas do comandante Manuel Pereira da Silva Roda (Arlete e Célia Roda), Maria do Carmo Lima (esposa do também bombeiro, José Mendes Lima) e Rosa Maria.

<sup>253</sup> Regulamento aprovado pelo Decreto nº 35857 de 11 de Setembro de 1946.

<sup>254</sup> E que revogou o Decreto nº 35857.

<sup>255</sup> A Legião Portuguesa, no seu Boletim de 1954, defendia também a criação de Serviços Auxiliares Femininos, “*constituído por senhoras que prestem valiosos serviços nos telefones, nas radiocomunicações, enfermagem, socorros, auxílio social e serviços de apoio aos seus bombeiros*”.

femininos para o corpo auxiliar dos bombeiros figueiroenses iniciou-se em Março de 1970.<sup>256</sup>

Porém, o facto que mais marcou a liderança do comandante Roda, foi ter conseguido incentivar os elementos do corpo activo a colaborarem, de forma gratuita e abnegada, na edificação do primeiro quartel-sede, condignamente construído com o propósito de albergar a corporação e cuja história é desenvolvida noutra subcapítulo. Depois de mais de uma década à frente do comando dos bombeiros, Manuel Pereira da Silva Roda é obrigado a demitir-se em Fevereiro de 1968, deixando ao seu sucessor uma estrutura operacional disciplinada e estável, que competia com as corporações da região, construída em ambiente de camaradagem, onde não faltava a disciplina, a amizade e onde se salientava o respeito mútuo, a par com a austeridade que marcou a sua metodologia no exercício do comando<sup>257</sup>

Sucedeu-lhe no comando Júlio Marques da Silva, nomeado para o cargo em Março de 1968 e que ingressara na corporação figueiroense em 1967 a convite da direcção, como instrutor do corpo activo, com a categoria de Chefe. Segundo consta, possuía formação como instrutor e que adquirira nos Bombeiros Sapadores de Lisboa.<sup>258</sup>

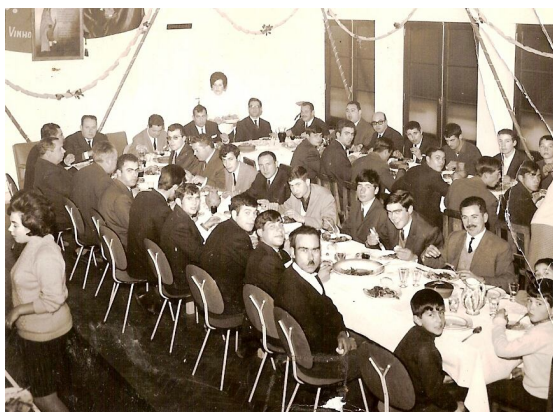


Fig.22 – Elementos do corpo activo em 1968 durante um convívio de Natal

De facto, implementou um sistema de instrução com esquemas de tática moderna no combate a incêndios, ao qual aplicou um programa prático e teórico muito rigoroso, tanto para os jovens instruídos, como para os bombeiros já formados, “militarizando” o corpo activo, organizando desfiles na vila figueiroense,

para uma população “*pouco habituada a movimentos deste género (...) surpreendida por marchas aceleradas dos nossos Bombeiros pelas ruas da vila*”<sup>259</sup>, no intuito de reforçar o prestígio da corporação e cativar recrutas para as suas fileiras. Continua o trabalho do seu antecessor, aprimorando os cursos de aspirantes, que são cada vez mais

<sup>256</sup> Nesse ano entraram para o quadro auxiliar dos bombeiros figueiroenses os seguintes elementos femininos: Maria Helena Silva; Maria Amélia Zagarte Nunes; Isaura Medeiros; Manuela Medeiros.

<sup>257</sup> “Combate ao Incêndio”, Jornal «Norte do Distrito», nº 359, Dezembro de 1967.

<sup>258</sup> Segundo o testemunho do comandante José Mendes Lima.

<sup>259</sup> Jornal «Norte do Distrito», nº 359, Dezembro de 1967.

exigentes e complexos, e impulsiona também a fanfarra da corporação, que ajudara a fundar.

A década de 70 iniciar-se-ia com grande actividade e desgaste tanto físico como material, devido aos inúmeros focos de incêndio a que os bombeiros tiveram que acorrer, tanto no concelho de Figueiró dos Vinhos como na região<sup>260</sup>.

O ritmo crescente da actividade operacional dos bombeiros obrigava ao reforço do seu parque de viaturas, facto que começava também a pesar na contabilidade da Associação, levando-lhe grandes fatias do orçamento, tanto para a aquisição como para reparação, a que eram submetidas algumas viaturas. A contínua necessidade em melhorar a frota automóvel impunha também a aquisição de pronto-socorros adequados para todo o terreno, tipo Jeep, equipados com depósito de água e dispositivo de neve carbónica, com o comando a pressionar constantemente a direcção nesse sentido. Esta, por seu lado, insistia com os respectivos pedidos de participação, junto da Inspecção de Incêndios, num esforço constante para angariar fundos destinados a fazer face aos encargos com estas aquisições e que se reputavam de imprescindíveis<sup>261</sup>.



Fig.23 – Auto-tanque oferecido pela «Sonap» após o acidente que o destruiu

A juntar a estas despesas contavam-se também os gastos com o combustível que aumentavam de ano para ano, em paralelo com o aumento de intervenções no combate a incêndios<sup>262</sup>. Não podemos esquecer também os imprevisíveis acidentes com as viaturas, tal como o que ocorreu na tarde de Domingo de 14 de Março de 1971, com o auto-tanque que a SONAP oferecera cerca de 1 ano

antes e que o tornou irrecuperável, motivado pela ocorrência de um violento incêndio que deflagrara numa serração de madeiras na vila vizinha de Castanheira de Pêra e a que os bombeiros figueiroenses haviam sido chamados a intervir.

Para além dos imprescindíveis jeep's e pronto-socorros, era também necessário equipar a componente socorrista da corporação com uma ambulância. Nesse sentido,

<sup>260</sup> A.H.B.V.F.V., Relatório de Contas de Gerência do ano de 1970.

<sup>261</sup> A.H.B.V.F.V., Relatório de Contas de Gerência do ano de 1971.

<sup>262</sup> Veja-se a diferença entre 1957 e 1964: em 1957 os bombeiros acorreram a 12 incêndios, tendo percorrido 135 Kms e consumido 250 litros de combustível; em 1964 acorreram a 23 incêndios (7 no próprio concelho e 16 noutros concelhos), realizaram 12 transportes de doentes e 1 intervenção num acidente de viação, tendo gasto 650 litros de combustível e percorrido 697 Kms.

iniciou-se uma vasta campanha de angariação de fundos com vista à sua aquisição e que envolveu a província ultramarina de Moçambique, aproveitando a visita que o presidente da Câmara Municipal, Henrique Vaz Lacerda, faz a essa colónia em Abril de 1971<sup>263</sup>, e sobretudo a simpatia e prestígio que usufruía junto da comunidade figueiroense aí radicada.

A campanha para a ambulância estendeu-se às freguesias de Aguda e Campelo, percorrendo todos os seus lugares e foi amplamente divulgada na imprensa local que publicou nomes, importâncias e listas, num trabalho árduo encetado por cabos de ordens e regedores, em colaboração com o organizador da campanha, Victor Jorge Camoezas<sup>264</sup>. O montante reunido ultrapassou a centena de contos. A esta campanha viria também a associar-se a Direcção Geral dos Hospitais com um subsídio<sup>265</sup>. Desta forma, em Outubro de 1973, seria concretizada uma velha aspiração dos bombeiros figueiroenses com a chegada da sua primeira ambulância, da marca «Peugeot 404»<sup>266</sup>.

A comparticipação generosa das populações, as amplas campanhas insistentemente organizadas pela Associação e o apoio da Câmara Municipal, constituíam-se nas principais vertentes financiadoras dos bombeiros voluntários, que através delas logravam viabilizar algumas das suas aspirações mais prementes e importantes, neste caso, a aquisição de veículos de tipologia variada.

De referir, que a Câmara Municipal interrompera os subsídios a conceder à corporação de bombeiros, a partir de 1951, data em que deixaram de ser referidos nas contas de gerência do município, inscritas nas actas do Conselho Municipal. Os subsídios camarários só foram retomados a partir de 1958, ano em que os bombeiros foram contemplados com um subsídio de 40.000\$00. A partir dessa data a Câmara dotaria sempre, anualmente<sup>267</sup>, por via do seu relatório de conta de gerência, os respectivos subsídios aos bombeiros, inclusivamente o pagamento dos prémios de seguro do seu corpo activo<sup>268</sup>. São também referidos através das actas do Conselho Municipal, embora esporadicamente, alguns subsídios concedidos pelo Conselho

---

<sup>263</sup> Como representante dos municípios do distrito de Leiria, para o «II Colóquio Nacional de Municípios», realizado em Lourenço Marques entre 15 a 23 de Abril de 1971. (CÂMARA MUNICIPAL DE LOURENÇO MARQUES, *II Colóquio Nacional de Municípios, Teses e Comunicações*, I Vol., CMLM, 1971.)

<sup>264</sup> Jornal «Norte do Distrito», nº 501, Novembro de 1973.

<sup>265</sup> Não está especificado a importância do subsídio.

<sup>266</sup> (...) «*pois que a outra que já existia na terra, é pertença da Misericórdia*». (Jornal «Norte Distrito», nº 501, Novembro de 1971).

<sup>267</sup> A quantia destes subsídios oscilava normalmente entre os 5.000\$00 e os 10.000\$00.

<sup>268</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas do Conselho Municipal.

Nacional de Incêndios<sup>269</sup>. A estas fontes financiadoras juntavam-se as festas da feira anual do concelho de Figueiró dos Vinhos, que a Associação organizou entre 1957 e meados da década de 70<sup>270</sup>.

Como já foi referido, à semelhança da década anterior também o início da década de 70 seria farto de incêndios florestais, tanto na área do concelho como na região, que foram prontamente combatidos pelos bombeiros locais e que nalguns casos contou com o auxílio das corporações da região.<sup>271</sup> Contudo, a azáfama do corpo activo também se começou a dividir por outras actividades, nomeadamente de índole recreativa. De facto, há registo da existência de um “Grupo Cénico dos Bombeiros Voluntários”<sup>272</sup> no início da década de 70, que levou ao palco do Clube Figueiroense, em 29 de Julho, a peça teatral «Chuva de Bebê», “*vibrantemente aplaudida pela assistência que enchia a sala*”.<sup>273</sup>

Apesar da estabilidade imanente e do bom relacionamento entre a direcção e o sector operacional, o comandante Júlio Marques da Silva apresenta a sua demissão em 28 de Julho de 1972, sem contudo dar conhecimento do motivo que o levava a assumir tal decisão<sup>274</sup>. A troca de contactos entre o comandante demissionário e a direcção, com o objectivo de o convencer a permanecer no comando, arrastar-se-ia até 17 de Maio do ano seguinte, data em que a direcção deliberou aceitar a sua demissão e nomear o segundo Comandante Manuel da Silva Telhada para o comando do corpo activo.<sup>275</sup> Deste modo, e quando nada o fazia prever, o ano de 1972 fica marcado por nova mudança na estrutura do comando.

---

<sup>269</sup> O Conselho Nacional de Incêndios atribuiu aos bombeiros figueiroenses em 1961 um subsídio de 10.000\$00 (acta do Conselho Municipal de 15 de Fevereiro de 1962). Em 1962 “*o Conselho Nacional de Incêndios concedeu-lhe o insignificante subsídio de 6.000\$00, o que se lamenta*” (acta do Conselho Municipal de 14 de Fevereiro de 1963).

<sup>270</sup> Por nos merecer alguma importância como complemento para o presente trabalho, este tema é desenvolvido no Vol. II, anexo I, “Os bombeiros e as festas da Feira de S. Pantaleão e do S. João”.

<sup>271</sup> “(...) *também a nossa Corporação se deslocou a outros concelhos da região, em auxílio às Corporações locais*”. (Relatório de Contas de Gerência do ano de 1971).

<sup>272</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 31 de Janeiro de 1970. Este grupo de índole recreativa foi fundado pelo comandante Júlio Marques da Silva em 1971.

<sup>273</sup> Jornal «A Regeneração», nº 1216, Agosto de 1969. O espectáculo voltaria a repetir-se no dia seguinte “*com o mesmo agrado*”.

<sup>274</sup> Tal facto não está esclarecido em nenhuma acta da direcção, nem em qualquer documento que se conheça no espólio da Associação. Entrevistados alguns contemporâneos (entre os quais o comandante honorário José Mendes Lima) também não conseguem explicar o motivo que levou Júlio Marques da Silva a apresentar a sua demissão.

<sup>275</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 17 de Maio de 1972.

Terá sido a pedido do presidente da Câmara Municipal (Henrique Vaz Lacerda), que Manuel Simões Telhada ingressara nos Bombeiros Voluntários em 21 de Junho de 1965, entrando directamente com o posto de 2º Comandante<sup>276</sup>, repartindo o quadro do comando com o então comandante Manuel Pereira da Silva Roda. Anteriormente a essa data são inexistentes quaisquer referências suas nos quadros dos bombeiros voluntários. Também não se sabe exactamente, que pertinências curriculares terão impulsionado a direcção da Associação a nomeá-lo directamente em 1965, para a estrutura do comando do corpo activo, e em 1973 ao posto máximo, justificando essa decisão apenas pelo facto de “*que no lugar de 2º Comandante teve obra meritosa*”<sup>277</sup>. Exerceria o cargo de comandante até 31 de Outubro de 1975, coadjuvado por José Guimarães Ladeira, que sobe a 2º Comandante, e por José Mendes Lima, promovido a Ajudante-de-Comando.



Fig.24 – Corpo activo em 1974 desfilando nas ruas da Vila de Figueiró dos Vinhos

O período decorrido entre 1957 e 1974, durante a vigência do Estado Novo, foi para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, de franca e profícua estabilidade, tanto ao nível directivo como operacional. Estes cerca de 20 anos revelaram-se fundamentais para

consolidar a vida da instituição em torno da sua missão, capitalizando credibilidade junto da comunidade local e regional e, sobretudo, dos meios institucionais ligados à estrutura dos bombeiros a nível nacional.

De facto, a evolução do corpo activo é nitidamente confirmada ao longo da década pela documentação existente. Desde 1957 até 1974, não mais parou de crescer e de se revitalizar, a nível humano, equipamento e operacional.

A nível humano, a estrutura do corpo activo conheceu inovações de fundo, com a introdução de níveis hierárquicos nos bombeiros e no comando. Apesar do posto de bombeiro ter começado a ser distinguido em 3 classes diferentes, sensivelmente entre

<sup>276</sup> Ordem de Serviço nº12, de 30 de Junho de 1965 - Ministério do Interior – Conselho Nacional dos Serviços de Incêndios – Inspecção de Incêndios da Zona Sul. Manuel Simões Telhada é o primeiro a ocupar o posto de 2º comandante. Até essa data, a corporação nunca criara esse lugar na cadeia do comando.

<sup>277</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 464, Abril de 1972.

1892 e 1914, tornando-se comum a hierarquização em bombeiros de 1ª, 2ª e 3ª classe<sup>278</sup>, na corporação figueiroense tal distinção só começou a ser notada a partir de 1958, em consequência da escola de aspirantes e dos cursos de promoção que começaram a ser implementados com frequência a partir dessa data. É por esse motivo, que a graduação de bombeiro de 3ª classe só comece a aparecer nos mapas de pessoal a partir de 1958 e o de bombeiro de 2ª classe em 1961. Porém, somente em finais dessa década é que aparecerão os primeiros bombeiros de 1ª classe. Até 1957, só existiram dois níveis hierárquicos na corporação figueiroense: o de «comandante» e o de «bombeiro».

O posto de «aspirante» apesar de constituir o grupo de pessoal em formação desde 1949, só a partir de 1958 ganharia peso na composição do corpo activo, mercê da sua inclusão no quadro auxiliar e nas respectivas «Relações de Pessoal dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos». Quando terminavam o período instrutório e formativo ingressavam no quadro activo como bombeiros de 3ª classe, facto que começou a ocorrer com mais assiduidade na corporação figueiroense a partir de 1958.

É importante referir que a uniformização das denominações do pessoal no quadro activo, sem funções de chefia, em todos os corpos de bombeiros (municipais não sapadores, associativos e privativos) só se concretizou de forma definitiva através da publicação do Decreto nº 35857, de 11 de Setembro de 1946, que estabeleceu a hierarquia dos bombeiros em 3 classes (e que ainda hoje se encontra em vigor) e que, inclusivamente, integrou o «aspirante» no quadro auxiliar.<sup>279</sup>

As «Relações de Pessoal» anuais indicam que o corpo activo compunha-se, em média, por 12 a 20 bombeiros ao longo deste período (1957-1974). Contudo, o número oficial dos bombeiros alistados não correspondia aos que, na prática, a corporação dispunha, apesar do grupo de operacionais não parar de crescer nas listas oficiais. O contínuo alistamento para o Serviço Militar Obrigatório era o responsável pelo facto da corporação se ver esvaziada, na realidade, de muitos dos seus elementos, apesar de o quadro contar com mais bombeiros<sup>280</sup>. Esse era o principal motivo que impedia uma real estabilização à equipa de bombeiros voluntários, que sofria anualmente alguns

---

<sup>278</sup> SANTOS, F. Hermínio, «O Quadro Activo: sua evolução», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. II, Lisboa, 1995, pp. 287-289.

<sup>279</sup> SANTOS, F. Hermínio, «O Quadro Activo: sua evolução», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. II, Lisboa, 1995, pp. 287-289.

<sup>280</sup> E segundo cópias das relações enviadas para o Comandante Distrital da Legião Portuguesa – Repartição de DCT (Leiria) e carta enviada ao Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos para efeitos de pagamento do seguro do corpo activo.

revezes com a chamada para as fileiras militares de muitos dos seus elementos, desfalcando a corporação e deixando o sector operacional minguido de activos. Tal facto, constituía uma grande preocupação para a direcção da Associação e respectivo comando, que se viam obrigados a emitirem constantes apelos públicos, procurando motivar os jovens a alistarem-se nos soldados da paz. Exemplo destes apelos foi o que foi lançado em Abril de 1966 no Jornal «Norte do Distrito», que em tom grave exclamava: “*É preciso ponderar que sem homens válidos e sobretudo novos, a Corporação não pode manter-se, nem dela podemos continuar a esperar os inestimáveis benefícios que nos tem dispensado. Por isso daqui apelamos para todos os que se encontram em condições de oferecerem o seu auxílio à humanitária Corporação que se inscrevam nos seus quadros colaborando no seu progresso e, sobretudo, na altruísta cruzada de defender vidas e bens do seu semelhante.*”<sup>281</sup> Estes apelos, repetidos ano após ano, ao que parece surtiam o seu efeito, garantindo a tão desejada renovação ao quadro do corpo activo, confirmada pelas novas inscrições de Bombeiros e que a imprensa local dava conta<sup>282</sup>.

Ao nível do comando foram gradualmente introduzidos entre 1958 e 1974 mais níveis hierárquicos abaixo do posto de comandante. Surge em 1958 o posto de «Ajudante de Comando»<sup>283</sup>; em 1965 é introduzido o posto de 2º comandante e em 1967 o de «Chefe». Em 1974 a composição do quadro do comando já reflectia a contínua evolução da estrutura operacional dos bombeiros figueiroenses, sendo composto por 4 níveis hierárquicos: «Comandante»; «Adjunto do Comando»; «Chefe» e «Sub-Chefe». Porém, o posto de 2º comandante volta a ficar desocupado.



Ao nível de equipamento refira-se a evolução do parque de viaturas da corporação entre 1957 e 1974. Tendo começado com um velho veículo oferecido em 1957, o corpo activo conseguiria deter a meio da década de 60 uma frota com 5 automóveis, onde se incluíam jeeps, pronto-socorro e autotanque. À entrada da década de 70 aumentaria para 8 viaturas e inauguraria um perfil

Fig.25 – Auto-nevoeiro «Mercedes Benz» adquirido em 1970

<sup>281</sup> Jornal «Norte do Distrito», nº 320, Abril de 1966.

<sup>282</sup> “Bombeiros Voluntários”, *Jornal «Norte do Distrito»*, nº 356, Outubro de 1967.

<sup>283</sup> Este cargo foi ocupado em 1958 pelo médico da corporação, Manuel Alves da Piedade. Deixará de existir a partir de 1960 e só reaparecerá em 1973, com a nomeação de José Guimarães Ladeira para o cargo.

moderno ao seu parque automóvel com a aquisição de um “auto-nevoeiro” «Mercedes Benz», ambição que havia nascido em 1968 e concretizada em Junho de 1970. Este veículo, de longo alcance, vinha preencher uma lacuna importante na capacidade operacional dos bombeiros, por ser considerado um moderno e eficiente meio de combate ao fogo, cuja falta se fazia sentir na capacidade operacional dos bombeiros. A Associação exaltava o facto da viatura ser uma das mais modernas e eficientes de toda a região <sup>284</sup>. Tal como já foi referido, esta viatura foi conseguida através de uma participação feita pela Inspeção de Incêndios da Zona Sul, a que se juntou, uma vez mais, a generosidade da população e sem a qual não teria sido possível a sua aquisição.

É importante fazer uma referência à faceta e evolução formativa que os bombeiros usufruíram neste período. Para além da escola de aspirantes onde os novos recrutas eram formados, a Associação aproveitava outras vertentes formativas que eram disponibilizadas por organismos externos. Exemplo disso é o primeiro «Curso de Primeiros Socorros» que é ministrado aos bombeiros figueiroenses (aspirantes incluídos) levado a efeito nas instalações do seu quartel por instrutores da Legião Portuguesa do distrito de Leiria e em que participaram 9 Bombeiros e 8 aspirantes.<sup>285</sup>

A Legião Portuguesa (LP) era mais um dos organismos que prestava algum apoio aos bombeiros voluntários, sobretudo a partir da década de 50. Coordenava a Defesa Civil do Território (DCT)<sup>286</sup>, criado em Abril de 1942, que estava dependente do Ministério da Defesa Nacional. Era através da Legião Portuguesa, que a DCT se fazia divulgar amplamente pelo país junto das populações, em campanhas que visavam a protecção civil. Nesse sentido, a Legião Portuguesa necessitava da mobilização dos corpos de bombeiros, com os quais ia mantendo relacionamento institucional, através de questões relacionadas com o socorrismo e a protecção civil. A Liga dos Bombeiros Portugueses, por seu lado, no seu Boletim de 1954, garantia a colaboração das corporações de bombeiros à DCT e ao governo da Nação “*que podem contar,*

---

<sup>284</sup> Relatório de Gerência da A.H.B.V.F.V. referente ao ano de 1968.

<sup>285</sup> Este curso foi ministrado em 1964, tendo participado os seguintes elementos: (Bombeiros) José Mendes Lima, José Guimarães Ladeira, Jorge do Rosário, Joaquim Ângelo, Manuel da Piedade da Conceição, Isidro Gonçalves Graça, Fernando da Conceição Carvalho, Manuel Carlos Cordeiro, Fernando Francisco Rosa. (Aspirantes) Luiz Conceição Carvalho, José da Silva Pereira, Eduardo Leitão dos Santos, José Alves Nunes, Manuel Maria da Silva, Aníbal da Conceição Coelho, Fernando dos Santos, Fernando da Conceição. (Segundo cópia do Ofício enviado ao Comandante Distrital da Legião Portuguesa datado de 24 de Janeiro de 1964).

<sup>286</sup> A DCT era a única estrutura de protecção civil, que foi organizada para intervir em situações de catástrofes naturais e tecnológicas. Possuía veículos, equipamentos e pessoal treinado, sobretudo militares.

*incondicionalmente, com a bravura e dedicação de 13.000 bombeiros voluntários portugueses*".<sup>287</sup> Em contrapartida a DCT fornecia material elementar mas essencial aos bombeiros, com alguma frequência, por requisição directa ao Chefe do Estado-Maior da Legião Portuguesa.<sup>288</sup> Na formação e entre as provas para promoção ao posto de bombeiro de 3ª classe, conta-se um "*curso básico de D.C.T.*", que era obrigatório frequentar.<sup>289</sup>

Na corporação figueiroense contam-se alguns elementos que estavam alistados, simultaneamente, na Legião Portuguesa e no corpo activo. Segundo alguns artigos publicados na imprensa local, também se constata a existência de "legionários" que integraram as sucessivas direcções entre 1954 e 1974<sup>290</sup>.

A vertente formativa do corpo activo foi-se complexificando ao longo da década de 60, com a introdução de provas cada vez mais difíceis e diversificadas. Estas provas incluíam exercícios escritos, orais e práticos e de cujo cômputo o candidato obtinha a sua nota final. De entre as provas práticas constavam uma lista exhaustiva de exercícios. A prova teórica abrangia uma série de conhecimentos especializados e diversificados.<sup>291</sup>

Desta carga curricular facilmente se depreende que não era fácil ser-se bombeiro e que a questão da escola de aspirantes era para ser levada muito a sério, sobretudo a parte que era constituída pela instrução prática. A formação dos bombeiros era sempre feita em regime pós-laboral, exigindo a estes homens um espírito de sacrifício muito elevado e que só era suportado pela enorme paixão que dedicavam à causa dos Soldados da Paz. É oportuno constatar, através da extensa lista de itens que constituem a parte teórica da sua formação, que as associações de bombeiros voluntários constituíam, já nessa altura, uma escola de saberes técnicos multidisciplinares, que enriquecem a formação individual a quem enfileira nos seus corpos activos, para além de serem pólos

---

<sup>287</sup> ALMEIDA, José Alfredo, «Os Bombeiros e a Legião Portuguesa», *Memórias Históricas dos Bombeiros Portugueses*, Bombeiros Voluntários Lisbonenses (site: <http://bvlisbonenses-pmacieira.blogspot.com/2010/11/memorias-historicas-sobre-os-bombeiros.html>). Última consulta em 13 de Março de 2011.

<sup>288</sup> Do material fornecido constavam agulhetas; alavancas; aparelhos de salvamento; enxadas, pás e picaretas; mangueiras; machados; máscaras anti-gás. (E tal como cópia do ofício enviado pela direcção da Associação, ao Chefe do Estado Maior da Legião Portuguesa, datado de 23 de Setembro de 1962, solicitando "Material da DCT").

<sup>289</sup> Ministério do Interior, Conselho Nacional dos Serviços de Incêndios, Inspeção de Incêndios da Zona Sul, Corpo de Bombeiros de Figueiró dos Vinhos, «Mapa da Classificação Final Obtida pelos Aspirantes Admitidos ao Concurso», 10 de Junho de 1961, e que refere este item.

<sup>290</sup> Estes factos são retirados de notícias da imprensa local. A fim de evitar interpretações erróneas e conotações com a política do Estado Novo, optámos por não mencionar, nem os nomes nem as referências jornalísticas referidas.

<sup>291</sup> Conhecimentos ao nível de construção civil; prevenção/extinção de incêndios; protecção civil; disciplina; material, etc.

cultivadores de valores cívicos, estimulados através dos muitos serviços que prestam às comunidades.

A Associação alcançou a estabilidade, precisamente no decorrer de um período fortemente marcado pela concentração de poderes administrativos e políticos, vigiados de perto pela vertente fiscalizadora e apertada do Estado Novo. Conjuntura, que remetia os municípios para uma total dependência das participações financeiras estatais e da sua máquina tutelar, cerceando-lhes as expectativas autonómicas. Valiam aos municípios as iniciativas de índole associativa e que as comunidades sob a sua jurisdição utilizavam, muitas vezes, como pólos angariadores de financiamentos, objectivando solucionar problemas e carências prementes, através de comissões e ligas de melhoramentos, muitas delas oriundas no seio associativo.<sup>292</sup>

Este quadro institucional manteve-se até 1974 e nem mesmo durante a abertura política do marcelismo, a dependência das autarquias, a nível político e financeiro, bem como a sua incapacidade para executar obras por sua própria iniciativa, deixou de estar umbilicalmente ligada aos auxílios que provinham do orçamento do Estado ou dos fundos financeiros saídos das rubricas orçamentais estatais. Tal cenário não sofreu alterações significativas.<sup>293</sup>

Tal facto explica a ambiguidade que as Câmaras Municipais assumiam face ao apoio financeiro às associações existentes nos seus territórios administrativos, refreando e constringendo a sua evolução, dinâmica e missão mas que na realidade complementavam e substituíam muitas das suas obrigações assistenciais e sociais, perante as comunidades onde estavam inseridas.

Porém, e no caso das associações de bombeiros, o Estado criou organismos que lhes possibilitavam alguns apoios, nomeadamente para a aquisição de material e para que pudessem reunir condições para a sua instalação<sup>294</sup>. Às Câmaras Municipais foi-lhes permitido criar rubricas específicas, como a denominada «serviços de incêndios» e com que o município de Figueiró dos Vinhos canalizou parte do seu orçamento para apoiar os bombeiros até 1974, e tal como se pode observar nas actas do Conselho Municipal. Vinda de tempos difíceis e instáveis, que colocaram em risco a sua própria

---

<sup>292</sup> OLIVEIRA, César, «O Corporativismo do Estado Novo e os Municípios», *História dos Municípios e do Poder Local*, Temas e Debates, 1996, pp.303-325

<sup>293</sup> OLIVEIRA, César, «O Corporativismo do Estado Novo e os Municípios», *História dos Municípios e do Poder Local*, Temas e Debates, 1996, pp. 303-325

<sup>294</sup> De referir a Defesa Civil do Território (organismo coordenado pela Legião Portuguesa); o Conselho Nacional dos Serviços de Incêndio e as Inspeções de Incêndios.

sobrevivência associativa, eis que consegue estabilizar a sua acção, fortalecer a sua identidade e ganhar compleição, durante a vigência do Estado Novo.

Todavia, uma colectividade não se basta a si própria para se impor perante a comunidade que deseja servir. São necessários recursos humanos, que accionem o seu programa e confirmem sentido e latência à sua missão, possibilitando formação e consolidação à sua identidade. Temos de referir os homens que estiveram por detrás desta dinâmica e que possibilitaram à colectividade reerguer-se e fortalecer-se durante um quadro constitucional tão difícil.

Começemos por aqueles que assumiram cargos de gestão relevantes neste período, inseridos nos seus corpos sociais, nomeadamente na presidência e na vice-presidência da direcção e da assembleia-geral.

Organizando num quadro os indivíduos que preencheram os vários cargos da direcção e da assembleia-geral da Associação, facilmente se constata que nestas cerca de duas décadas, tanto a presidência da direcção como da assembleia-geral foram unicamente ocupadas por três pessoas, facto que terá também contribuído para a estabilização da instituição. Outro factor que terá contribuído para a manutenção da estabilidade dos órgãos executivos e representativo da Associação é a identificação das pessoas que ocuparam as posições cimeiras destes, ligadas intimamente às elites locais (do sector comercial e industrial figueirense) e à figura do presidente da câmara municipal. Na verdade, essa ligação capacitou a Associação para alcançar com maior sucesso algumas das suas reivindicações mais importantes. Destas, realçam-se as ligadas ao reequipamento e instalação do seu sector operacional, nomeadamente através da fruição habitual de alguns subsídios, que foram possibilitados pela autarquia e pelas pressões que esta desenvolvia junto dos organismos regionais e nacionais ligados aos bombeiros, no sentido de obter apoios materiais e financeiros.



Fig.26 – Henrique Vaz Lacerda

O homem que em 1957 estimulou a força anímica da Associação e que ocuparia o cargo de vice-presidente da direcção durante onze anos (Henrique Vaz Lacerda) seria o mesmo que em Março de 1960 foi nomeado pelo governo civil para presidir aos destinos do município de Figueiró dos Vinhos, cargo que exerceu até 1972. Esta dupla ligação da Associação ao presidente da Câmara Municipal revelou-se fundamental, numa época em que a

vida política e socioeconómica dos concelhos dependia sempre do aval do chefe máximo do município. Recorde-se que o Presidente da Câmara Municipal, que presidia simultaneamente à Câmara e ao Conselho Municipal, representava também o governo no território sob a sua jurisdição, coordenando, orientando e superintendendo a execução das deliberações camarárias, como representante corporativo do poder central no território que administrava.<sup>295</sup>

O financiamento para a esfera associativa dependia também das pressões, exercidas por personalidades locais, que auferiam grande prestígio junto da comunidade local e do poder camarário e que eram convidadas para compor as listas dos corpos gerentes das associações locais. A sua ligação à figura do Presidente da Câmara Municipal, ao sector empresarial e às instituições concelhias mais relevantes, permitiam-lhes também influenciar a população para a causa associativa, neste caso, os bombeiros.<sup>296</sup>

Um outro factor que terá contribuído para o fortalecimento do sector operacional da Associação e do bom relacionamento entre este e o seu órgão executivo, foram os indivíduos que ocuparam o cargo de comandante dos bombeiros entre 1957 e 1974. Entre estes parece-nos justo destacar um deles, precisamente pelo paralelismo que o liga ao esforço desenvolvido pela Associação na sua fase renascentista do período em causa, o comandante Manuel Pereira da Silva Roda.

Mecânico de profissão, exercia as funções de mecânico-chefe na «Oficina Barreiros», sedeadada na vila figueiroense e ligada a uma empresa de camionagem de transporte de passageiros, aquando em 02 de Junho de 1957 foi convidado para comandar o corpo activo dos bombeiros, por proposta da direcção da Associação.

O quadro dos trabalhadores dessa oficina era composto por muitos elementos que eram também bombeiros, a tal ponto de ainda hoje se considerar que “*a oficina dos Barreiros funcionava quase como o verdadeiro quartel dos bombeiros*”<sup>297</sup>. Foi nesse espaço oficial que foram reparadas, adaptadas e montadas algumas das primeiras viaturas da corporação figueiroense, a maior parte das vezes de forma abnegada e generosa, não cobrando a empresa custos de mão-de-obra para o efeito.

---

<sup>295</sup> OLIVEIRA, César, «O Corporativismo do Estado Novo e os Municípios», *História dos Municípios e do Poder Local*, Temas e Debates, 1996, pp. 303-325

<sup>296</sup> Entre 1957 e 1974 ocuparam a presidência da direcção da associação as seguintes pessoas: Luis Henrique Quaresma Ferreira (Advogado de grande prestígio); Francisco Rodrigues Ferreira (o principal empresário figueiroense ligado ao comércio de lanifícios) e José Guerreiro Machado (industrial proeminente do sector da borracha).

<sup>297</sup> A maior parte dos bombeiros mais antigos que foram entrevistados refere este facto.

A componente humana e as ligações estabelecidas ao tronco político e social, que caracterizaram a sociedade figueiroense no período abrangido, contribuíram para a estabilidade da actividade da Associação, em todas as suas vertentes. A sua complementaridade e interligação eficazes, permitiram agilizar e accionar mecanismos, que resultaram num dos períodos mais profícuos para os bombeiros figueiroenses.

### 3.2- As instalações da Associação

---

Foi somente durante o período abordado neste capítulo, que os bombeiros de Figueiró dos Vinhos conseguiram edificar o seu primeiro quartel-sede condigno e coerente com a sua missão humanitária e associativa. Até 1963 tiveram sempre instalações de carácter provisório.

Em 1957, o aquartelamento dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos ainda se situava debaixo do adro da Igreja Matriz, com frente para a avenida Padre Diogo de Vasconcelos. Eram instalações simples, escuras, exíguas e acanhadas, que se acomodavam numa espécie de cave. Guardava-se ali a velha «bomba de incêndios» de 1927; a moto-bomba «Aspi», adquirida em 1949 e todo o equipamento que a corporação possuía. Foi também nesse quartel que se passou a guardar o «Buick», oferecido em Maio de 1957, partilhando a exígua e mal iluminada garagem com o restante material.

Em 1959, com a entrada em cena de uma nova viatura (o pronto-socorro «Bedford»), que por falta de espaço na garagem ficava irremediavelmente estacionado no exterior, frente ao quartel ou nas suas imediações, começou a questionar-se através da imprensa local, a falta de instalações condignas para os bombeiros.<sup>298</sup> Neste quartel, no final da década de 50 e segundo o testemunho do comandante honorário José Mendes Lima, os bombeiros já dispunham de alguns armários de madeira para guardarem o fardamento, porém, misturado com equipamento diverso, que a exiguidade das instalações obrigava.

Em meados de 1960 e após a tomada de posse do novo Presidente da Câmara Municipal, Henrique Vaz Lacerda, a Associação Humanitária oficiava à Câmara Municipal a cedência da parte norte do pátio, que o município possuía junto à sede da

---

<sup>298</sup>A imprensa local ampliava essa preocupação, insistindo no facto de os “*Bombeiros não possuem ainda o seu Quartel e conseqüentemente recinto para acomodação de veículos, teve ele (o pronto-socorro) de ser arrumado ao fundo da Avenida Padre Diogo, nas proximidades da sede provisória da Corporação*”. (“Uma ideia em marcha”, *Jornal «A Regeneração»*, nº 1004, Outubro de 1960).

Filarmónica Figueiroense, a fim de aí instalar provisoriamente uma garagem para a corporação. Era um terreno que usufruía de localização privilegiada, na confluência da Avenida Salazar (actualmente Avenida das Escolas) com a estrada que segue para a Castanheira de Pêra (Rua Teófilo Braga). Um dos argumentos da Associação, era o facto de terem adquirido um novo Pronto-Socorro, assim como outro material de ataque a incêndios e que necessitava de resguardo adequado. A dependência que a corporação ocupava, nos “baixos do adro da Igreja Matriz”, e que também era cedida pela autarquia, revelava-se claramente insuficiente.<sup>299</sup>



Fig.27 – Pátio murado que a Câmara Municipal possuía à entrada da Rua Teófilo Braga e que emprestou à Associação em 1961

Em Março de 1961 e através da acta da reunião da direcção é conhecida a autorização da Câmara Municipal para a Associação ocupar o pátio solicitado. Sabendo a direcção da simpatia que o presidente da Câmara Municipal nutria pelos bombeiros e ocupando este o cargo de vice-presidente da Associação,

acrescenta-se de imediato ao pedido inicial, a possibilidade da construção de uma garagem para os veículos e a sua adopção a quartel-sede. Para o efeito, a Associação comprometia-se a executar as necessárias obras, suportando as despesas pela correspondente verba orçamental.<sup>300</sup>

De facto, em acta lavrada pelo Conselho Municipal de 15 de Fevereiro de 1962, relativa ao Relatório de Gerência de 1961, pode-se ler: “VII- *Dos Serviços de Incêndios: A Câmara concedeu em 1961, à benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários desta vila, que tão prestimosos serviços tem prestado a todo o concelho e região, um subsídio de cinco mil escudos (...) e cedeu-lhe, a título provisório, uma parcela de terreno para nele edificar a garagem provisória de recolha das suas modernas viaturas*”<sup>301</sup>. Na realidade, o pedido de autorização para a Associação poder ocupar o

<sup>299</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Câmara Municipal, acta de 27 de Maio de 1960, livro de actas nº 11; jornal «O Norte do Distrito», nº 179, de Junho de 1960.

<sup>300</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 02 de Março de 1961.

<sup>301</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas do Conselho Municipal, Vol. 2, acta de 15 de Fevereiro de 1962.

pátio municipal, tivera desde o início um móbil diferente, objectivando a construção de instalações que servissem de quartel.

De imediato o jornal «A Regeneração» lança uma campanha denominada «uma telha e um tijolo – um pinheiro ou um eucalipto»<sup>302</sup>, com a pretensão de estimular o contributo dos figueiroenses para ajudar os bombeiros a construir a sua garagem.

É desta forma, que em meados de 1961 a Associação se muda para a parte norte do pátio que a Câmara Municipal possuía ao início da Rua Teófilo Braga<sup>303</sup>, a fim de ali instalar provisoriamente uma garagem, com capacidade para albergar todos os veículos e material, que entretanto a corporação começara a adquirir a um maior ritmo. Mediante o seu próprio esforço humano e financeiro a Associação ergue nesse espaço uma construção simples, de um só piso e guarnecido com portões na sua fachada principal. Seria o embrião que se transformaria no primeiro quartel-sede da corporação, digno dessa denominação.

Contudo, esta garagem depressa se revelou pequena e insuficiente, dada a dinâmica que a Associação ganhara no início da década de 60, que resultara, inclusivamente, na aquisição de mais viaturas e no constante aumento de equipamento diverso para o corpo activo. Em 31 de Outubro de 1962 compareceu na sessão da Câmara Municipal Emídio Augusto Figueiredo Cânova, em representação da direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários<sup>304</sup>, para solicitar a cedência, a título precário, de mais uma parte desse pátio pertencente ao município<sup>305</sup>. De facto, a Câmara Municipal reconhecia, uma vez mais, a escassez do espaço das instalações da corporação, bem como a necessidade da sua ampliação e modernização, deliberando a cedência da totalidade desse terreno à Associação, mas sempre a título provisório. A Associação não hesitava em investir esforço humano e financeiro num terreno que lhe tinha sido cedido por empréstimo pela Câmara Municipal.<sup>306</sup>

---

<sup>302</sup> Jornal «A Regeneração», nº 1004, Outubro de 1960.

<sup>303</sup> E que fazia parte da tal parcela adquirida em 1930 a António de Azevedo Lopes Serra.

<sup>304</sup> Exercia as funções de tesoureiro da Associação.

<sup>305</sup> “(...)pátio este contíguo à garage dos Bombeiros, para ampliação da mesma, uma vez que com a aquisição de novas viaturas e outro material, aquela garage se mostra já insuficiente”. (Acta de sessão da Câmara Municipal realizada em 31 de Outubro de 1962).

<sup>306</sup> “(...)foi decidido por unanimidade, ceder (novamente) a título precário (todo) o terreno que constitui aquele pátio, correndo as obras de ampliação por conta da Corporação, considerando esta concessão um continuado da que, para o mesmo efeito, fez em sua sessão de 27 de Maio de 1960”. (Acta de sessão da Câmara Municipal realizada em 31 de Outubro de 1962).

No final de Novembro era apresentada e aprovada em sessão da Câmara Municipal, uma planta-projecto<sup>307</sup> da ampliação a levar a efeito na garagem dos bombeiros, tendo-se deliberado por unanimidade, enviá-la à Junta Autónoma de Estradas de Leiria para efeitos de aprovação. As obras de ampliação da garagem foram imediatamente iniciadas independentemente da licença camarária, uma vez que elas se desenvolviam em terreno do Município e se destinavam a uma entidade de assinalado interesse público<sup>308</sup>.

Era com franco entusiasmo que a imprensa local acompanhava as obras do quartel dos bombeiros. O edifício era alvo de remodelação e erguia-se com uma estrutura e volumetria arquitectónica pouco habitual, à época, para uma colectividade do concelho. Para além de garagem para as viaturas era dotado com um piso superior compartimentado e destinado a gabinetes e a salão nobre da Associação.<sup>309</sup>

Henrique Lacerda, vice-presidente da direcção da Associação (e simultaneamente Presidente da Câmara Municipal), enviava ofícios para os fornecedores de materiais de construção, apelando à generosidade dos empresários, para que apertassem a sua margem de lucro nos orçamentos, alegando a nobreza do objectivo da obra<sup>310</sup>.

No Verão de 1963 entravam na fase final as obras do quartel dos bombeiros voluntários figueiroenses: *“O edifício dá já nítida ideia das soberbas instalações, (...) as linhas do grande edifício, embora sóbrias, possuem grande beleza arquitectónica e enquadram-se maravilhosamente no estilo local”*<sup>311</sup>. Por esta altura já a frota automóvel da corporação era composta por um pronto-socorro, um autotanque, dois jeeps, um carro de comando, para além de uma quantidade razoável de material de combate ao fogo<sup>312</sup>.

Em 20 de Julho de 1963, o Ministro do Interior visita as obras do quartel, aproveitando a sua passagem para a vila vizinha de Castanheira de Pêra, incitando

---

<sup>307</sup> Na planta inicialmente apresentada constava um piso superior mas que se traduzia apenas num sótão ligeiramente levantado no seu pé-direito. Henrique Vaz Lacerda não gostou dessa solução e com um lápis aumentou e alterou o piso superior, dando-lhe altura normal e dotando-o com portadas e varandas. No Vol. II, Anexos II, Documentos, apresentamos essa planta emendada pelo punho do autarca.

<sup>308</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Câmara Municipal, acta de 28 de Novembro de 1962.

<sup>309</sup> *“(...) está a sofrer completa remodelação o edifício que servia de quartel aos Bombeiros Voluntários, à entrada da Avenida Salazar, (...) ergue-se agora o que já podemos cognominar de boa estrutura dum grande edifício. Consideravelmente aumentado o espaço reservado a viaturas é agora encimado por novo piso em que estão a ser construídas várias acomodações, gabinetes, etc”*. (Jornal «A Regeneração», nº 1061, Fevereiro de 1963).

<sup>310</sup> *“(...)façam uma diferença no orçamento apresentado, uma vez que se trata de um fornecimento para uma Corporação pobre e que bem precisa de ajuda”*. (Ofício enviado em 18 de Dezembro de 1962 para uma empresa fornecedora de materiais de construção de Leiria).

<sup>311</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 253, Julho de 1963.

<sup>312</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 253, Julho de 1963.

“*entusiasticamente*” a prossecução das obras e prometendo auxiliar a Associação a ultrapassar as dificuldades financeiras para a ultimar, tendo cumprido a palavra, enviando posteriormente um subsídio de 10.000\$00<sup>313</sup>. Apesar dos subsídios recebidos e do constante apoio da Câmara Municipal, não teria sido possível erguer este edifício sem a ajuda das mãos voluntariosas de muitos elementos do corpo activo, que lhes dedicaram muitas das suas horas vagas e fins-de-semana, nas mais diversas especialidades, poupando à Associação a maior parte da despesa com a mão-de-obra.



Fig.28 – Quartel inaugurado em Novembro de 1963

O novo quartel foi inaugurado em 03 de Novembro de 1963, emoldurado com um cortejo de oferendas que trouxe à vila figueiroense o entusiasmo, o bairrismo e a generosidade do povo do concelho, que se manifestou com exuberância perante o leque de individualidades e autoridades

expressamente convidadas para o evento.<sup>314</sup>

O que este acontecimento significou para toda a comunidade figueiroense pode



Fig.29 – Cortejo de recepção às entidades convidadas para a inauguração do quartel em Novembro de 1963

extrair-se do breve relato que optámos por expor no presente trabalho: ao som dos acordes da «Maria da Fonte» executada pela Filarmónica Figueiroense e no meio do estalejar de foguetes, formou-se um extenso cortejo, com as viaturas dos bombeiros e muito povo, que atravessou as ruas

<sup>313</sup> Através do “ofício nº 4229-Confidencial” do Governo Civil. O Conselho Nacional de Incêndios colabora igualmente com um subsídio de 20.000\$00.

<sup>314</sup> Entre as individualidades presentes contavam-se: Olímpio Duarte Alves, Governador Civil do Distrito de Leiria, que presidiu à cerimónia, o Presidente da Junta Distrital, o Comissário Distrital da União Nacional, o Presidente e Direcção da Liga dos Bombeiros Portugueses (Moura e Silva), o Director-Geral das Contribuições e Impostos (Victor António Duarte Faveiro, natural de Ansião), o Juiz da Comarca (Vassanta Tambá), o Delegado do Procurador da Republica (Reis Torgal), os Presidentes das Câmaras de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande, os Provedores das Misericórdias destes concelhos e as corporações de bombeiros de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Pombal e Sertã.

até ao novo quartel. No trajecto foram lançadas pétalas das janelas e das sacadas dos prédios, que estavam engalanados com colchas e colgaduras<sup>315</sup>. Após a bênção das instalações pelo arcepreste local<sup>316</sup> e terminada a cerimónia, as sirenes de todas as viaturas das corporações presentes atroaram os ares com estridentes e prolongados silvos de homenagem. Seguiu-se a sessão solene no salão de festas do quartel, localizado no 1º andar, onde discursaram algumas das individualidades convidadas<sup>317</sup>. O ponto alto das festas teve lugar à tarde, com um grande cortejo de oferendas e o desfile das corporações de bombeiros presentes, que constituiu um verdadeiro “*espectáculo humano, de entusiasmo e espírito benfeitor*”<sup>318</sup>. Antes tivera lugar um lauto almoço oferecido aos visitantes, servido no ginásio da Escola Secundária, onde “*discretamente, Senhoras da melhor sociedade Figueiroense emprestaram a sua valiosíssima colaboração na organização*”<sup>319</sup>. Os festejos deviam terminar com um cortejo de oferendas, constituído por dezenas de veículos de todas as categorias, oriundos de todas as freguesias do concelho, por população e numerosos ranchos folclóricos da região<sup>320</sup>. Porém, a forte chuvada que caiu nessa tarde não permitiu um desfile a preceito, obrigando os participantes a desfilar debaixo de uma chuva mais branda.

O primeiro telefone que a Associação teve em seu nome, instalado no próprio quartel, foi requisitado cerca de um mês depois da sua inauguração. Até essa data, os alertas de incêndio por via telefónica, chegavam habitualmente através do posto da G.N.R. local, que accionava a sirene instalada no telhado do edifício da Câmara Municipal.

A vida da corporação decorreu normalmente nestas instalações até ao início da década de 70. Porém, em Julho de 1971 é abalada por um relatório de uma Comissão do Ministério da Justiça, encarregada de avaliar alguns locais propostos para a construção do Palácio da Justiça em Figueiró dos Vinhos. O local que essa Comissão havia escolhido colidia com o quartel dos bombeiros e implicava a sua demolição. Em Agosto o Ministério da Justiça<sup>321</sup> pressionava a Câmara Municipal<sup>322</sup> para que definisse a metodologia que considerasse conveniente para a aquisição do terreno.<sup>323</sup>

---

<sup>315</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 261, Novembro de 1963.

<sup>316</sup> Arcipreste Belarmino Soeiro.

<sup>317</sup> Discursaram: o presidente da Câmara Municipal, o presidente da Direcção da Associação, o presidente da Liga dos Bombeiros e o Governador Civil do Distrito de Leiria

<sup>318</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1079, Novembro de 1963.

<sup>319</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1079, Novembro de 1963.

<sup>320</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 261, Novembro de 1963.

<sup>321</sup> Era Ministro da Justiça (do governo presidido por Marcello Caetano), Mário Julio Brito de Almeida Costa.

Os terrenos focalizados abrangiam o quartel dos bombeiros, a sede da Filarmónica e uma arrecadação municipal, para além de parcelas privadas contíguas e que também era necessário adquirir, em função da área que a implantação do Palácio da Justiça necessitava ocupar. Recorde-se, que a parcela onde tinha sido construído o quartel dos bombeiros tinha sido emprestada pela Câmara Municipal à Associação Humanitária figueiroense em 1960. Contudo, a edilidade municipal confrontada com o *ultimatum* do Ministério da Justiça, e não querendo prejudicar os bombeiros, impôs-se não só na obrigação de facultar novo terreno para a edificação de um novo quartel mas também em subsidiar a sua construção. Começava a confirmar-se no horizonte a real hipótese da demolição do quartel inaugurado havia escassos 8 anos<sup>324</sup>, vendo-se a Associação uma vez mais na iminência de procurar novo local para se instalar. Todavia, o município não possuía terrenos próprios na área central da vila, onde preferencialmente se devia construir um novo quartel. Tal facto apresentava-se como um problema espinhoso e oneroso, dado o alto nível dos preços dos terrenos, que já então se praticavam na área urbana da vila.

Desde 1936, data da sua fundação, a Associação sempre ocupara instalações provisórias e cedidas pela Câmara Municipal. Passadas quase 4 décadas mantinha-se o problema da instalação definitiva da colectividade, sobretudo em termos que lhe conferissem o pleno direito da sua posse.

Entretanto ocorre o golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974 e todo este processo pára, parecendo votado ao esquecimento.

### **3.3- Actividades recreativas desenvolvidas pelo corpo activo**

---

À semelhança de muitas associações de bombeiros voluntários, a de Figueiró dos Vinhos tem também desenvolvido ao longo da sua história actividades de pendor

---

<sup>322</sup> Em 1971 a Câmara Municipal era constituída por Henrique Vaz Lacerda (Presidente); José Simões de Abreu (Vice-Presidente); Adelino Joaquim Coelho e Fernando Simões Pires (Vereadores). Os dois vereadores seriam substituídos em Dezembro por António Simões da Silva e José Guerreiro Machado.

<sup>323</sup> “(...)que concretize as condições em que o terreno aprovado para instalação do Palácio da Justiça e arruamentos envolventes virá a ser cedido àquele Ministério”.(Acta de reunião da Câmara Municipal realizada em 11 de Outubro de 1971).

<sup>324</sup> Em Dezembro de 1972 é realizado o levantamento topográfico dos terrenos para o Palácio da Justiça e afinam-se as negociações para a aquisição dos terrenos e demais compensações, entre elas a procura de uma solução para o problema do Quartel dos Bombeiros. (Em 10 de Abril de 1972 tomara posse o novo Presidente da Câmara Municipal, José Simões de Abreu. Em 03 de Outubro fora empossado o novo Vice-Presidente, José Guerreiro Machado).

cultural, desportivo e recreativo, contribuindo como pólo dinamizador junto da comunidade que serve.

Os grupos de teatro integrados nas associações de bombeiros foram de grande incremento a partir dos anos 20 do século passado, tal como as actividades de índole desportiva. Já aqui foi referido o «*Grupo Cénico dos Bombeiros Voluntários*», surgido no início da década de 70 e que levava ao palco peças de teatro no espaço do Clube Figueiroense. De facto, o grupo viria estreiar-se em 29 de Julho nessa sala de espectáculos, levando à cena a peça «Chuva de Bebé», que foi vibrantemente aplaudida pela assistência que enchia a sala.<sup>325</sup> Porém, não se sabe quanto tempo durou este grupo teatral no seio da corporação.

Há no entanto outra iniciativa de pendor recreativo, surgida também no seio do corpo activo e que tinha como objectivo principal a angariação de fundos para a aquisição de equipamento. Em 1961, antes das festas de Verão de Figueiró dos Vinhos<sup>326</sup> e sob o impulso do comandante Manuel Pereira da Silva Roda, a corporação Figueiroense formou um conjunto musical, denominado «Conjunto Rodaviva», que a representava em festas organizadas pela colectividade, tanto a nível local como noutros concelhos, tendo-se exibido em muitos bailes. Em Figueiró dos Vinhos, eram presença obrigatória nos festejos da Feira de S. Pantaleão e nas festas do concelho (S. João).

O conjunto era constituído por 7 músicos<sup>327</sup> que animaram *matinés* e *soirées* dançantes entre 1961 e, pelo menos, até 1964<sup>328</sup>. Os instrumentos foram cedidos por um extinto agrupamento de jazz local («Jazz Império»), à excepção da viola eléctrica, pertença do comandante Roda, e 2 acordeões que pertenciam a Jorge Morais e Alípio Barra. Os ensaios do conjunto eram feitos na adega do comandante Roda, localizada no rés-do-chão da sua residência. O fardamento era composto por calça azul, camisa verde-azeitona, cinta vermelha e gravata preta, e foi estreado num baile de fim de ano no Stand da «Sonap»<sup>329</sup>.

---

<sup>325</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1216, Agosto de 1969. O espectáculo voltaria a ser repetido no dia seguinte “*com o mesmo agrado*”.

<sup>326</sup> Festas em honra do padroeiro do concelho, S. João Baptista, que se realizam em 24 de Junho. Entre 26 e 28 de Julho, realiza-se a feira anual do concelho em honra de S. Pantaleão.

<sup>327</sup> Era composto pelos seguintes elementos: Comandante Roda (viola eléctrica); Joaquim Barra (trompete); Eduardo Ventura (clarinete); Francisco Hortelão (bateria, alternando com clarinete); Fernando Rosalino (sax-alto, alternando na bateria); José Lima (vocalista). Mais tarde entraram no conjunto mais 2 elementos: Jorge Morais (acordeão) e Alípio Barra (acordeão, alternando com sax-alto).

<sup>328</sup> Nas festas da Feira de S. Pantaleão de 1964 o «Conjunto Rodaviva» ainda fazia parte do programa dos festejos.

<sup>329</sup> Bombas de gasolina situadas na Rua Major Neutel Abreu, junto à avenida que conduz à Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos.

Entre as muitas actuações do conjunto apontam-se as já referidas festas dos santos populares (realizadas tanto no Jardim Municipal, como no quintal do comandante Roda); as festas de carnaval e os bailes de fim de ano (sobretudo, no Clube Figueiroense). Actuaram também fora do concelho, nomeadamente na Graça (Pedrogão Grande); Bolo (Castanheira de Pêra), Pontão, Ansião, Chão-de-Couce, entre outras localidades. O transporte do conjunto musical (elementos e instrumentos) era assegurado pelo velho «Buick» da corporação.

### 3.4- A fanfarra da corporação

---

A criação da fanfarra dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos teve os seus alvares em 1967 e surgiu por iniciativa e inspiração do comando da corporação. Em 1968 beneficiou de um forte impulso, sob a orientação do Chefe Marques da Silva, encontrando-se no final do Verão desse ano completamente estruturada e organizada e segundo o Relatório de Gerência referente ao Ano de 1968, tendo-se apresentado a público num desfile pelas ruas da vila em 26 de Maio<sup>330</sup>. Nesse dia seriam distribuídas as boinas aos elementos da fanfarra, pela filha do presidente da direcção<sup>331</sup>, Paula Machado, na qualidade de “madrinha da fanfarra”.

A qualidade da fanfarra granjeou-lhe um êxito que se divulgou em toda a região. A sua apresentação era solicitada em vários concelhos vizinhos, tendo desfilado na Sertã, em Pedrógão Grande, em Ansião e noutras localidades, perante os aplausos do público que não se cansava de lhe tecer os maiores elogios. A imprensa local e regional enaltecia-lhe as qualidades em artigos entusiásticos, referindo a sua impecável apresentação e o acolhimento carinhoso que usufruía junto da população.<sup>332</sup>

Numa das deslocações, à vila vizinha da Sertã, no dia 07 de Julho de 1968, a convite da sua corporação de bombeiros, no âmbito das festas que ali se realizaram para inauguração do seu quartel, o Ministro do Interior, que presidiu à cerimónia, deixou-se

---

<sup>330</sup> “Por iniciativa do Comando, criou-se e organizou-se com pleno brilhantismo a Fanfarra da Corporação que, garbosa e imponente, se apresentou a público nesta vila no dia 26 de Maio, aquando da Festa da Escola de Aspirantes”. (“Relatório de Conta de Gerência referente ao Ano de 1968”, *Jornal «A Regeneração»*, nº 1269, Abril de 1969).

<sup>331</sup> José Guerreiro Machado.

<sup>332</sup> “A Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, com a sua impecável apresentação, é digna do carinho de todos os figueiroenses. Ela tem sido objecto dos mais elogiosos comentários de todos aqueles que a têm observado de perto”. (*Jornal «Norte do Distrito»*, nº 374, Julho de 1968).



Fig.30 – A fanfarra dos bombeiros voluntários figueiroenses a desfilarem em Lisboa (1968)

fotografar junto dos elementos da fanfarra figueiroense, causando enorme sensação e honrando os elementos que a compunham. Ainda durante o Verão de 1968 a fanfarra deslocou-se a Lisboa, desfilando pela Avenida da Liberdade até ao Terreiro do Paço,

integrada no Desfile das Corporações Portuguesas, durante o 18º Congresso dos Bombeiros Portugueses ali realizado, tendo sido também imensamente aplaudida e apreciada por bastante público que “*não se cansou de os ovacionar*”<sup>333</sup>.

O comandante José Lima recorda-se de um peditório feito pelo corpo activo, nos finais dos anos 60, junto da comunidade local, porta-a-porta, com o objectivo de angariar fundos, que possibilitassem a aquisição de material novo para a fanfarra (clarins, tambores e aventais). Os primeiros tambores tinham vindo da *Legião Portuguesa*, assim como os “Bugles” (clarins mais curtos) e necessitavam de serem substituídos por instrumentos mais novos e mais adequados à fanfarra. Muitos desses tambores conservaram-se durante muitos anos, havendo ainda alguns na fanfarra da corporação.

A fanfarra sempre constituiu motivo de orgulho para a Associação Humanitária, emanando dela uma enorme simbologia para a comunidade figueiroense. Através dela, a corporação exercita o seu *espírito de corpo*, a unidade dos seus bombeiros, a firmeza do seu altruísmo, para além de constituir uma poderosa marca identitária da sua omnipresença junto da população que serve. Tem tido ao longo da sua existência episódios dignos de realce, como nos carnavais de 1973 e 1974, em que abria o curso carnavalesco com os seus elementos vestidos rigorosamente à escocesa, com o tradicional «kilt» (saia axadrezada) e a boina larga<sup>334</sup>. Ao longo dos anos, desde que foi criada, a fanfarra marcou sempre presença nos eventos mais importantes do concelho de

<sup>333</sup> Bruno, João Portela, “A Presença dos nossos Bombeiros em Lisboa”, *Jornal «O Degrau»*, número único, Janeiro de 1969.

<sup>334</sup> A importância dos bombeiros figueiroenses para as festas de carnaval do concelho de Figueiró dos Vinhos é desenvolvida no subcapítulo 4.8- Interacção com a comunidade.

Figueiró dos Vinhos, orgulhando a Associação pela forma singular, única e galharda como a tem representado<sup>335</sup>.



Fig.31 – A fanfara na actualidade em desfile pelas ruas da vila de Figueiró dos Vinhos

---

<sup>335</sup> Por exemplo em 1984, em que a direcção se congratulou pela forma e “*maneira garbosa com que a Fanfara se apresentou em público por altura das Festas de S. João*”( Acta de reunião da Direcção de 27 de Junho de 1984).

#### 4. A MATURIDADE DA ASSOCIAÇÃO (1974 – 2010)

---

Em 02 de Março de 1974 realizar-se-ia a última assembleia-geral da Associação ainda sob os auspícios do Estado Novo, presidida por Henrique Vaz Lacerda e secretariada por Vasco da Conceição Silva e que terá sido uma das mais concorridas de sempre<sup>336</sup>, “*tendo sido pequeno o salão da humanitária Associação para acolher os eleitores, ávidos de exercer o seu direito de voto*”<sup>337</sup>. Curiosamente esta grande afluência seria também interpretada como o resultado da “*mobilização de consciências, em grande maioria adormecidas há longos anos*” e que tinha tido “*o seu móbil numa situação decadente que a Associação vinha atravessando*”. Num acto inédito, seriam apresentadas duas listas a sufrágio, tendo vencido a lista designada por “A”, encabeçada



por José Guerreiro Machado, presidente da direcção em exercício, “*a quem, pessoalmente, a Associação deve alguns assinalados serviços*”<sup>338</sup>. A enchente verificada nesta assembleia e o concurso de 2 listas para os corpos sociais da colectividade demonstrava, acima de tudo, uma manifestação de vitalidade que a Associação e o seu corpo activo haviam conquistado no seio da comunidade figueirense.

Fig.32- José Guerreiro Machado

No final da assembleia-geral, Henrique Lacerda agradeceu a presença de tantos e tão entusiásticos sócios, fazendo um apelo à união de todos<sup>339</sup>, uma vez que a Associação era a única que saía a ganhar em vista do interesse inequívoco que os seus associados haviam demonstrado. Seria forte e entusiasticamente aplaudido de pé por toda a assistência, “*em pleno espírito de compreensão e de união de todos à volta da Corporação*”<sup>340</sup>.

Uma semana depois de terem sido eleitos, os elementos dos corpos sociais reuniram-se no quartel-sede, com a presença do comandante Manuel da Silva Telhada e do ex-comandante Manuel Pereira da Silva Roda da Corporação de Bombeiros de

---

<sup>336</sup> Segundo o apuramento resultante do acto eleitoral, realizado nessa Assembleia para eleger os Corpos Sociais da Associação, teriam estado presentes cerca de 130 sócios.

<sup>337</sup> Jornal «Norte do Distrito», n° 509, Março de 1974.

<sup>338</sup> Jornal «Norte do Distrito», n° 509, Março de 1974.

<sup>339</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 02 de Março de 1974.

<sup>340</sup> Idem.

Leiria, como convidado de honra.<sup>341</sup> Esta reunião foi das mais dinâmicas de sempre, garantindo a representação colegial de todos os membros dos corpos sociais, num facto inédito. Desta reunião elaborou-se um caderno de encargos ambicioso: efectuar uma campanha de angariação de sócios; actualizar as quotas; incentivar o aumento do corpo activo; nomear um encarregado de material circulante<sup>342</sup> (da corporação); propor a promoção de um 2º Comandante e pedir orçamentos para aquisição e montagem de “rádios-telefones”, “*nas viaturas, com o competente posto fixo*”.

A vida da Associação decorreria normalmente entre esta vigorosa reunião e a que viria a ser realizada em 20 de Abril de 1974, escassos dias antes da “revolução dos cravos”, objectivando a elaboração de um programa de festas, destinado a apresentar à população as novas viaturas da corporação e angariar “*os possíveis donativos que viessem a amenizar os encargos com as mesmas*”.<sup>343</sup>

Cinco dias depois e por força dos ventos históricos, o quotidiano da Associação iria ser colocado à prova pela nova conjuntura política nascida na madrugada do dia 25 de Abril de 1974.

#### **4.1- O novo quadro político e legal**

---

As estruturas do Estado sofreram alterações profundas com a instituição do regime democrático no país, saído do golpe militar de 1974. As novas filosofias sociais, económicas e políticas transmitiram para todos os sectores da sociedade portuguesa novos valores, recompondo a identidade do país e que a consolidação do sistema político democrático viabilizava e ampliava.

Estas mudanças atingiram, inevitavelmente, as instituições associativas locais, nomeadamente as associações de bombeiros, que viram alteradas as suas formas de funcionamento interno, em consequência de um novo relacionamento institucional com os organismos governamentais e autárquicos.

---

<sup>341</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 10 de Março de 1974. Recorde-se que Manuel Pereira da Silva Roda havia sido comandante dos bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos entre 2 de Junho de 1957 e Fevereiro de 1968.

<sup>342</sup> Para este cargo, e como motorista chefe, a Direcção convidaria em 20 de Abril de 1974, António Perienes Peres. (Acta da Direcção de 20 de Abril de 1974).

<sup>343</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 20 de Abril de 1974.

Nas localidades instalou-se uma nova ambiência social e política, com a emergência dos novos movimentos político-partidários, a par de processos e de novos protagonistas sociais, que alimentam as tensões de mudança, imbuídos nos novos valores políticos. A conjugação destes factores contribui para explicar a ruptura institucional brusca que se operou no seio de muitas associações locais, ao nível dos seus corpos sociais e funcionamento interno e que lhes provocou algumas convulsões.

Os dirigentes locais deixam de ser nomeados pelo governo civil e passam a ser escolhidos directamente pela população, por sufrágio directo e universal. Os programas eleitorais identificam os problemas das comunidades e formam um contrato entre o candidato eleito e os seus munícipes, que aspiram ao progresso material das suas terras e à melhoria das suas condições de vida.

As autarquias ganham autonomia e vêem acrescidos os seus recursos e fontes de financiamento, que possibilitam às equipas eleitas um maior poder interventivo, que beneficia os segmentos socioeconómicos locais, onde se incluem as associações de bombeiros voluntários.

As antigas normas inspiradas no Estado corporativista foram gradualmente substituídas e enquadradas no novo sistema político, adequadas ao rumo democrático que o país encetava, perante uma sociedade em fase de mutação, cada vez mais exigente e em evolução constante.

Em relação às associações de bombeiros, entre 1976 e 1994 saíram diplomas legislativos muito significativos e que traduzem uma nova atitude do poder estatal para com os *soldados da paz*. Contudo, esta prolixa produção normativa também era consequência da dinâmica crescente e da capacidade reivindicativa das associações de bombeiros e que a base democrática legitimara e reforçara.

Em despacho de 01 de Junho de 1976 o Ministério da Administração Interna cria uma Comissão de Reestruturação do Serviço Nacional de Incêndios, com o objectivo de apresentar um projecto capaz de reorganizar os corpos de bombeiros. O diploma, para além de valorizar o “*regime de voluntariado*”, o carácter “*espontâneo e de finalidade humanitária*” e a necessidade de se manterem e incentivarem os corpos de bombeiros “*pelo seu elevado valor educativo e político*”, retomava também questões antigas e que nunca tinham tido resposta durante o regime deposto em Abril de 1974, nomeadamente,

quanto ao seu financiamento e na “*insuficiência de meios, sobretudo técnicos*”, cujo ónus recaía sobre o Conselho Nacional do Serviço de Incêndios<sup>344</sup>.

O despacho de 1976 teria como consequência a criação do Conselho Coordenador do Serviço de Bombeiros.<sup>345</sup> Este órgão tinha a incumbência de colaborar com as estruturas governamentais na definição de estratégias adequadas no campo da extinção de incêndios, bem como avaliar a cartografia territorial dos meios de combate a incêndios e implementar os necessários recursos humanos e materiais para esse fim.

O apuro legal e a procura contínua de um organismo que congregasse de forma eficaz as necessidades e as aspirações legítimas das organizações de bombeiros culminaram na Lei nº 10/79, de 20 de Março, aprovada por unanimidade na Assembleia da República e que deu origem ao Serviço Nacional de Bombeiros<sup>346</sup>. A função deste organismo estatal, para além da coordenação e orientação no território nacional das actividades e dos serviços de socorro praticados pelas corporações de bombeiros, consiste em garantir também a sua articulação com o Serviço Nacional de Protecção Civil, sempre que necessário.<sup>347</sup>

Porém, faltava a este organismo autonomia administrativa e financeira, a par de património próprio, para que cumprisse eficazmente a sua missão. A lacuna foi solucionada através do Decreto-Lei nº 418/80, de 29 de Setembro. Este diploma extinguiu também as duas inspecções de zona<sup>348</sup>, substituindo-as por cinco inspecções regionais<sup>349</sup>.

---

<sup>344</sup> FONSECA, Teresa, Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo (1930-2005), Edições Colibri, Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, 2005, p.78.

<sup>345</sup> Pelo Decreto-Lei 388/78, de 9 de Dezembro.

<sup>346</sup> As funções do S.N.B. são basicamente de orientação, coordenação, fiscalização, apoio técnico e financeiro e à formação, tendo à sua disposição os poderes necessários que lhe garantem a prossecução destes objectivos. Fonte: ABRANTES, José, MONGINHO, Manuel, «Organismos do Estado na Estrutura dos Bombeiros Portugueses», Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História 1395 – 1995, Vol. I, p. 105.

<sup>347</sup> FONSECA, Teresa, Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo (1930-2005), Edições Colibri, Lisboa 2005.

<sup>348</sup> O Código Administrativo de 1936 reformulou a organização e funcionamento da administração local, dividindo o país em duas grandes zonas - Zona Norte e Zona Sul – objectivando a coordenação e o apoio técnico no domínio da actividade de prevenção e extinção de incêndios. O comandante do então Batalhão de Sapadores Bombeiros de Lisboa coordenava a Zona Sul; o comandante do Batalhão de Sapadores do Porto coordenava a Zona Norte. Era a estes inspectores que competia a inspecção técnica dos corpos de bombeiros da respectiva área “*em tudo o que respeita à aquisição, conservação e utilização do material e à instrução do pessoal combatente*” (art.º 159º do Código Administrativo). Fonte: ABRANTES, José, MONGINHO, Manuel, «Organismos do Estado na Estrutura dos Bombeiros Portugueses», Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História 1395 – 1995, Vol. I, p. 103.

<sup>349</sup> I.R. Bombeiros do Norte, com sede no Porto; I.R. Bombeiros do Centro, com sede em Coimbra; I.R. Bombeiros de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Lisboa; I.R. Bombeiros do Algarve, com sede em Faro.

Em 19 de Agosto de 1980, mediante a revisão do regime jurídico instituído pelo Código Administrativo de 1946, é instituído um novo modelo para os corpos de bombeiros, diferenciando-os em 3 vertentes, sapadores, voluntários e mistos e dotando-os com elementos profissionais e voluntários. Os dois últimos estavam dependentes das Câmaras Municipais, contendo uma estrutura constituída tanto por elementos profissionais como por elementos em regime de voluntariado. Os sapadores detinham uma estrutura de cariz profissional.<sup>350</sup>

Actualmente existem três vertentes (de acordo com o seu vínculo jurídico), sapadores, municipais e privativos. Os dois primeiros dependem dos municípios, mantendo os sapadores o seu cariz profissional. Os municipais são constituídos por efectivos na sua maioria voluntários mas enquadrando também efectivos profissionais em quadro próprio. Os bombeiros privativos são criados e mantidos por pessoas colectivas de direito privado ou público, dependendo a sua homologação por parte do S.N.B.<sup>351</sup>

Em 1987 é aprovado o Estatuto Social do Bombeiro, através da Lei nº 21/87 de 20 de Junho, e criado o Fundo de Protecção Social, através da Liga dos Bombeiros Portugueses.<sup>352</sup>

Em 1993 é instituído o novo regime jurídico dos bombeiros e no ano seguinte definem-se os critérios de dotação para os corpos de bombeiros, ao nível dos seus recursos humanos, equipamentos e instalações.<sup>353</sup>

Agora que temos presente, embora de forma sucinta, as transformações ocorridas após 1974, particularmente no que isso representou para os corpos de bombeiros, veremos quais as repercussões que essa viragem conjuntural teve na vida da Associação figueiroense e de que forma esta se adaptou e evoluiu até ao momento presente.

## 4.2 Uma Associação em evolução

---

<sup>350</sup> SANTOS, F., «Bombeiros Portugueses, Síntese de 600 anos de acção», Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História 1395 – 1995, Vol. I, p. 36.

<sup>351</sup> SANTOS, F., «Os bombeiros portugueses no presente», Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História 1395 – 1995, Vol. I, p. 39.

<sup>352</sup> SANTOS, F., «Bombeiros Portugueses, Síntese de 600 anos de acção», Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História 1395 – 1995, Vol. I, p. 36.

<sup>353</sup> SANTOS, F., «Bombeiros Portugueses, Síntese de 600 anos de acção», Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História 1395 – 1995, Vol. I, p. 37-38.

O primeiro embate, entre a nova e a velha ordem sociopolítica no seio da Associação, ocorreu em 02 de Julho de 1974, com a demissão e a despedida de Henrique Vaz Lacerda do seio da colectividade, para a qual vinha dando “*o concurso assíduo, desde há mais de 15 anos*”. Numa intervenção emotiva, expôs no dia 02 de Julho de 1974, perante todos os membros da direcção, comando e corpo activo, as razões que o levavam a tomar tal decisão, entre as quais, “*politiquices e intrigas maldosas, motivos esses que devem estar sempre arredios de uma associação de natureza humanitária, como é a nossa*”. Uma Associação que, “*com o esforço conjugado dos seus Directores, Comando, Corpo Activo, Associados, Entidades Oficiais e População do concelho*”, permitiu que a corporação gozasse de “*merecido prestígio, que é motivo de orgulho dos bons figueiroenses*”. Foi tal o impacto que as palavras proferidas por Henrique Vaz Lacerda causaram nos presentes que “*durante algum tempo, ficaram numa prostração de que dificilmente saíram*”<sup>354</sup>. Seria a última acta assinada pelo homem que desde 1957 muito contribuía para dar novo impulso à Associação e ao corpo activo dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos.

Havia outro constrangimento na origem do penoso acto demissionário de Henrique Lacerda e tal como está mencionado na acta dessa reunião, a sua transferência para o concelho de Montalegre, no norte do país e extremamente distante do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Os novos poderes políticos locais, inspirados na nova ambiência política saída da *revolução dos cravos*, ansiavam por sanear todos aqueles que, de algum modo, estivessem contaminados com o anterior regime. As divisões internas não tardaram e a intriga política completava o quadro.

Nos meses que se seguiram, a actividade da Associação e do seu corpo activo decorreria, aparentemente, de forma normal. Parecendo alheia a “*politiquices*”, a corporação fez-se representar em Novembro no Congresso Nacional dos Bombeiros, estando presentes no desfile do evento com as viaturas «Auto-Nevoeiro» e a Ambulância «Peugeot».<sup>355</sup> O Natal do Bombeiro continuou a ser organizado e realizado, tendo-se nesse ano angariado a quantia de 14.755\$00, que foi distribuída equitativamente por todos os bombeiros.

---

<sup>354</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 2 de Julho de 1974.

<sup>355</sup> Foram designados para representar a Associação no Congresso Nacional dos Bombeiros de 1974, que se realizou em Lisboa de 01 a 03 de Novembro, Fernando dos Santos Conceição (Direcção), Manuel Simões Telhada (Comandante), José Guimarães Ladeira (Ajudante de Comando) e José Mendes Lima (Chefe).

Contudo, apesar de todo o esforço desenvolvido para cumprir o seu mandato, a direcção<sup>356</sup> pediria a sua demissão em 27 de Janeiro de 1975. Denunciava o desgaste de um mandato cuja actividade fora repleta de vicissitudes e de focos de desintegração, para além das ingerências externas junto do corpo activo, que fomentaram a divisão e o ressentimento entre os associados. Esta falta de unidade antevia graves atritos durante o processo eleitoral para os futuros corpos directivos, prejudicando a imagem duma associação de manifesto interesse público e humanitário. A renúncia ao cargo de Henrique Vaz Lacerda, escasso ano e meio antes, fora apenas o prenúncio de uma grave crise, que inexoravelmente e por força da nova conjuntura política, se viria a instalar no seio da Associação.

Desta forma, a direcção decidia entregar os destinos da corporação dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos à disposição do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho, “para que a seu tempo e horas possam ser tomadas as medidas que se impõem e justificam (...) e aguardando-se entretanto o que vier a ser superiormente decidido”<sup>357</sup>.



Fig.33 – Elementos do corpo activo em 1975 com o comandante Manuel Simões Telhada

Cerca de dois meses e meio depois, em meados de Abril de 1975, eram empossados na Câmara Municipal<sup>358</sup> os membros da recém formada «Comissão Administrativa», destinada a gerir a actividade da corporação figueiroense. Os corpos sociais da Associação tinham sido aglutinados num único órgão director,

vindo a reunir pela primeira vez em 15 de Abril de 1975 na sede da Associação.<sup>359</sup>

<sup>356</sup> Esta Direcção era constituída pelos seguintes elementos: José Guerreiro Machado (Presidente), António Carlos Freitas Bernardes (Secretário) e Fernando dos Santos Conceição (Tesoureiro). Henrique Vaz Lacerda, que pedira demissão, ocupara o cargo de Vice-Presidente.

<sup>357</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 27 de Janeiro de 1975.

<sup>358</sup> A Câmara Municipal era composta por uma Comissão Administrativa constituída pelos seguintes membros: José Luis Calheiros Ferreira (Presidente); Emídio Emílio de Almeida (Vice-Presidente); Manuel Carlos Cardoso furtado, Jerónimo Dias de Paiva e António Simões Marques (Vogais)

<sup>359</sup> A Comissão Administrativa da A.H.B.V.F.V. era constituída pelos seguintes elementos: António da Silva Martinho (presidente da Comissão), Manuel dos Santos Lopes (tesoureiro), Victor Jorge Camozas Chora (secretário), Fernando Francisco Rosa e José Mendes Lima (vogais), este último como representante do corpo activo

A liberdade de expressão animou estas primeiras reuniões, com debates acesos, com a formulação de muitas reivindicações, num ambiente de livre confronto de opiniões, que geravam algum mal-estar e tendiam a provocar divisões internas, sobretudo nas fileiras do corpo activo. Foi o que aconteceu logo na primeira reunião do novo directório da Associação, em 15 de Abril de 1975, que assumiu um aspecto de plenário associativo, com a presença de todo o comando e de cerca de 60% dos elementos do corpo activo<sup>360</sup>, onde se dissertou entre a apologia política que se vivia na jovem democracia portuguesa e a situação da colectividade, apelando-se ao esforço colectivo para que a corporação pudesse retomar o seu ritmo normal.

O Ajudante do Comando, José Guimarães Ladeira, sublinhava a falta de assiduidade do “*peçoal Bombeiro*” e a urgente necessidade de se constituir uma nova escola de recutas, a fim de se normalizar o quadro do corpo activo. Outros problemas foram anotados, tais como a insuficiência a nível de fardas e material diverso. Sobretudo, era necessário tratar dos problemas financeiros da Associação, com a reorganização da quotização, angariação de sócios e a exploração de outras fontes de receita, entre as quais as festas da Feira de S. Pantaleão<sup>361</sup>. A eficiência e a manutenção do parque automóvel da corporação era outra questão basilar que preocupava o directório associativo.



Fig.34 – José Mendes Lima

As contracções políticas surgidas nas fileiras do corpo activo não agradam ao comandante Manuel da Silva Telhada, que no auge do Verão de 1975 pede a exoneração do cargo. Os ventos revolucionários que avassalaram a Associação neste período tenderam para que a resolução deste problema tivesse um desfecho inédito na história da corporação figueiroense, com a eleição do novo comandante por parte dos elementos do corpo activo. Ao acto eleitoral, realizado no dia 18 de Agosto de 1975,

<sup>360</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Direcção, acta de 15 de Abril de 1975. “ (...) Assim, estiveram presentes dezanove elementos do corpo activo e faltam dezasseis.” A acta nomeia os respectivos bombeiros.

<sup>361</sup> As festas da Feira de S. Pantaleão de 1975 renderiam aos bombeiros a quantia de 26.509\$00, respeitante à percentagem que a Comissão de Festas destinou aos Bombeiros Voluntários.

apresentaram-se quatro candidatos<sup>362</sup> de que resultaria a eleição de José Mendes Lima, com 13 votos.

A actuação e a composição equilibrada da Comissão Administrativa permitiram ultrapassar os sobressaltos que a Associação viveu neste período. A transição e a adaptação ao novo ambiente político, que moldou a sociedade portuguesa durante os anos que imediatamente se seguiram à *Revolução de Abril*, tiveram também repercussões no seio da Associação. Muitas vezes faltou consenso perante algumas propostas mais ousadas. Exemplo disso foi a que defendia a existência de elementos femininos, em igualdade de direitos em relação aos elementos masculinos, no quadro activo da corporação, objectivando a democratização e a eliminação de princípios discriminatórios na sociedade portuguesa em todas as suas facetas, sobretudo no domínio associativo. Em artigo publicado no jornal «A Regeneração», em Setembro de 1975, questionava-se exactamente a abertura dessa possibilidade na corporação figueirense: “*Nos tempos que correm, e perante os inúmeros fogos que se têm verificado, todos não são demais para colaborar Com a Corporação. Porque não vemos a fazer parte dos Serviços elementos femininos? Sabemos que há algumas meninas que, de boa vontade se associam*”.<sup>363</sup>

Antes do Verão de 1976, o novo comandante, José Mendes Lima, comunica à direcção a vontade de organizar um «Corpo de Auxiliares Femininos», reconhecendo que seria uma forma vantajosa para aumentar o corpo activo, “*cuja acção social e humanista muito pode contribuir para o aumento da eficácia da Corporação*”<sup>364</sup>. A direcção decide apoiar totalmente tal iniciativa, ficando o comandante Lima incumbido de organizar as respectivas inscrições e o estatuto do «Corpo de Auxiliares Femininos» e demais pormenores ligados ao seu funcionamento.

Todavia, a participação feminina nos corpos de bombeiros não se esgotou no âmbito do «quadro auxiliar». A actual Constituição da Republica Portuguesa acabou com os constrangimentos jurídicos que dificultavam a sua plena integração no «quadro activo», permitindo-lhes o acesso aos diversos postos da carreira de bombeiro, inclusivamente a postos de comando.

---

<sup>362</sup> Os outros candidatos eram: José Guimarães Ladeira (9 votos), José Luis Calheiros Ferreira (2 votos) e Vergílio Henriques da Costa (1 voto). Ao acto eleitoral compareceram cerca de 60% dos elementos do Corpo Activo.

<sup>363</sup> Jornal «A Regeneração», nº 1330, Setembro de 1975.

<sup>364</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 20 de Maio de 1976.

Actualmente, as mulheres participam em todos os sectores da actividade dos corpos de bombeiros voluntários: na vertente associativa e nas ligadas à actividade operacional, seja nos serviços de saúde e de incêndios ou até mesmo no serviço de socorros a náufragos.<sup>365</sup> Na corporação figueiroense só em finais dos anos 80 é que os elementos femininos passaram a inscrever-se no «quadro activo», em pé de igualdade com os seus pares masculinos.

Uma iniciativa levada a efeito no início do ano de 1976, amplamente divulgada na imprensa local, confirma a normalização institucional, bem como a reposição do bom ambiente e do “espírito de corpo” no seio do corpo activo e comando. De facto, em 10 de Janeiro, teve lugar uma festa de convívio no salão de jogos do quartel dos bombeiros voluntários, que constou duma “jantarada” e que se terá prolongado numa peculiar animação e camaradagem até à madrugada do dia seguinte, com mantimentos oferecidos por diversas casas comerciais e produtores, numa prova de simpatia para com a corporação figueiroense. Tal evento foi organizado pela Comissão Administrativa em parceria com a totalidade do Corpo Activo e a Imprensa local, nas pessoas de David dos Reis pela «Regeneração» e Pires Teixeira pela «Comarca de Figueiró»<sup>366</sup>. Durante as intervenções da praxe que se desenvolveram durante o jantar, constata-se o unânime reconhecimento do bom desempenho da Comissão Administrativa à frente dos destinos da Associação, bem como o pleno reatamento da dinâmica do corpo activo, cujos “*justos valores qualificativos*”<sup>367</sup> eram reconhecidos além fronteiras do concelho de Figueiró dos Vinhos, aliada “*às qualidades especiais do Comandante José Mendes Lima*”<sup>368</sup>. Isto é, a Associação soubera ultrapassar o embate da transição sociopolítica e encontrava-se novamente unida em torno dos elementos que a constituíam, sobretudo do seu corpo activo.<sup>369</sup>

A festa do dia 10 de Janeiro de 1976, apesar do entusiasmo reinante que a marcou, representa o *canto do cisne* de mais uma fase da vida da Associação. Simultaneamente e

---

<sup>365</sup> MONGINHO, Manuel H. Quaresma, «A Mulher nos Bombeiros», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. I, Lisboa, 1995, pp.320-321.

<sup>366</sup> A «Comarca de Figueiró» é um novo jornal local, surgido em 02 de Outubro de 1975.

<sup>367</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1338, Fevereiro de 1976.

<sup>368</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1338, Fevereiro de 1976.

<sup>369</sup> Contudo, o que esta festa não mostrava era o definhar do entusiasmo que a Comissão Administrativa emanava, tendo alguns dos seus elementos perdido “*o interesse inicial, deixando mesmo de comparecer* (às reuniões), *sobrecarregando os outros* (membros) *nos fins a que todos se tinham proposto*” e cujo compromisso se centrava na reorganização da associação. A Comissão perdia o seu vigor operacional inicial.

por imperativo legal<sup>370</sup>, o Governo Civil do Distrito de Leiria<sup>371</sup> instava a Comissão Administrativa a organizar e a marcar eleições para os corpos sociais da Associação.<sup>372</sup> Volvidos poucos dias a Comissão Administrativa decide dar por terminada a sua missão e elabora um relatório, que faz publicar na imprensa local, convocando simultaneamente eleições<sup>373</sup>, convidando a colectividade a regressar à sua normal gestão estatutária e administrativa.<sup>374</sup>

Depois de um interregno de 2 anos realiza-se uma assembleia-geral em 17 de Março de 1976.<sup>375</sup> Esta assembleia-geral serviu, acima de tudo, para serenar ânimos e assegurar de forma equilibrada uma transição correcta na passagem de poderes e evitar o renascimento de quaisquer *sobressaltos*, que pudessem conduzir a Associação a uma eventual crise administrativa, de fundo política. O presidente da assembleia-geral teceu palavras de louvor para com a Comissão Administrativa, que tinha antecedido a direcção ali presente, “*pelo zelo, carinho e proficiente administração com que defendeu o património dos Bombeiros, ao ponto de lhes entregarem a Associação desonorada de quaisquer dívidas*”<sup>376</sup>. A própria direcção (recém eleita) consignará um voto de louvor ao presidente da assembleia-geral “*pela forma elevada, dinâmica e eloquente com que dirigiu os trabalhos*”<sup>377</sup>.



Fig.35 – Alberto Teixeira Forte

É um facto, que os novos valores políticos enlevados de filosofia revolucionária contaminariam o ambiente que se viveria nas assembleias-gerais seguintes, sempre bastante concorridas, e que de um modo geral se faria sentir na generalidade do associativismo local. A

<sup>370</sup> Artº 430, parágrafo 1, do Código Administrativo.

<sup>371</sup> Ofício do Governo Civil de Leiria, nº 366, Livro 30, Procº 1-4/2 de 10 de Fevereiro de 1976.

<sup>372</sup> Tendo-se marcado a sua efectivação para o dia 04 de Abril de 1976.

<sup>373</sup> Edital 1/76 da Comissão Administrativa em que se especificavam as condições de votação, de candidatura e eleição.

<sup>374</sup> As primeiras eleições para os Corpos Sociais da Associação, pós 25 de Abril de 1974, realizaram-se no Domingo 4 de Abril de 1976, entre as 15.00h e as 19.00h na sede da Colectividade. Concorreu (e foi eleita) uma única lista proposta ao acto eleitoral, expressamente elaborada para o efeito por 38 dos 40 elementos do corpo activo.

<sup>375</sup> Presidida por Alberto Teixeira Forte. Estiveram presentes “*numerosa e significativa comparência*” de sócios, “*dos mais variados pontos do concelho*”, incluindo “*o Corpo Activo, o Comando e todos os elementos dos três cargos gerentes da Colectividade.*” (Acta da assembleia-geral de 17 de Março de 1976).

<sup>376</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 17 de Março de 1976.

<sup>377</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 20 de Maio de 1976.

actuação do homem que presidiu a essas magnas reuniões da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários figueiroenses, Alberto Teixeira Forte<sup>378</sup>, revelou-se fundamental para ajustar e afinar o ponto de equilíbrio entre os corpos directivos, o corpo activo, o comando e os sócios da Associação. As suas intervenções nos momentos mais delicados que então se viveram nessas reuniões gerais, revelam tacto e uma cambiante diplomática cuidadosamente construída ao longo das suas intervenções, que aliadas ao enorme prestígio e respeito que gozava entre a comunidade figueiroense, talhado na barra dos tribunais, lhe permitiram manter o espírito pluralista exaltado, que então se vivia, em moldes equilibrados. Cuidou sempre por elogiar a acção do corpo activo e do seu comando, como o que declarou na Assembleia Geral de 31 de Março de 1978, tecendo *“um hino de louvor ao Corpo Activo e seu Comando, pelo esforço grandioso sobretudo na época estival”*. Revelava-se fundamental conservar e enaltecer continuamente, perante a massa associativa (e a população em geral), a componente operacional, confirmando-a sempre, de forma insistente, como a alma da Associação. Alberto Teixeira Forte soube assegurar o contento pluralista, que então marcava as relações entre a sociedade e os poderes instituídos, assegurando uma transição que não afectou a união da colectividade em torno dos seus desafios vitais e que então tinha pela frente. O mais premente era a construção de um novo quartel-sede, facto que já emergia no horizonte da Associação.



Fig.36 – Elementos do corpo activo em 1975

Até 1978 o corpo activo era chamado às reuniões da direcção, acompanhado do seu comandante<sup>379</sup>. Esta metodologia contribuiu também para implementar um espírito de estreita colaboração colectiva, que se revelou vital na normalização do relacionamento entre a vertente

operacional e directiva da Associação.

<sup>378</sup> Alberto Teixeira Forte, advogado, figura de elevado prestígio no concelho de Figueiró dos Vinhos, foi presidente da assembleia-geral da Associação entre 1976 e 1983

<sup>379</sup> Segundo as actas de reunião da direcção é possível constatar que compareciam a estas reuniões um grande número de bombeiros.

Antes de finalizar a década de 70, a Associação viu-se privada do seu quartel-sede, com a demolição do edifício em Outubro de 1978<sup>380</sup>. Contudo, apesar de se verem privados da sua sede e base operacional fixa, o corpo activo não esmoreceu a sua acção, nem a Associação se achou esvaziada de importância e de actividade administrativa. A prová-lo está a organização na vila de Figueiró dos Vinhos da Reunião de Comandos e Direcções da Linha do Oeste, no dia 05 de Novembro de 1978 e que decorreu de forma exemplar, contribuindo “*para o bom nome da nossa terra*”<sup>381</sup>. Por detrás desta dinâmica estavam as obras do novo quartel-sede iniciadas no início do Verão de 1978 e que estimulavam energias e empenhos na estrutura humana da Associação. A população em geral acompanhou com entusiasmo a edificação das novas instalações e que a



Fig.37 – Elementos do corpo activo em 1976

Associação ansiava por estrear, facto que se viria a concretizar cerca de 3 anos depois, em 29 de Março de 1981. Longe iam os tempos da rústica “Casa da Bomba” da década de 30.

A década de 80 inicia-se entre os compromissos assumidos com os encargos da obra do quartel, que provoca

uma forte contracção na contabilidade da Associação e a transferência da actividade para o edifício novo. Para além de um quarteiro<sup>382</sup> e de pessoal administrativo<sup>383</sup>, o novo quartel exigia também um maior esforço financeiro para o seu funcionamento e apetrechamento. Impunha-se a aquisição de equipamento diverso, extremamente necessário ao corpo activo, o qual foi sendo adquirido gradualmente e a par com a renovação do parque de viaturas da corporação. Verificam-se também

---

<sup>380</sup> Quartel inaugurado em 1963.

<sup>381</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 16 de Novembro de 1978.

<sup>382</sup> Julio Furtado de Oliveira Canário seria o novo quarteiro do novíssimo quartel e cujo contrato foi fixado com a direcção da Associação em 04 de Julho de 1980, com a gratificação de 4.000\$00 mensais, “*com direito a habitação gratuita e a respectiva família, na habitação destinada a aquele fim, anexa ao Quartel*” (acta de reunião da direcção de 04 de Julho de 1980). Em Fevereiro de 1981, a direcção propõe-se aumentar a sua gratificação para 10.000\$00 mensais. Em Junho de 1985 receberia um louvor por proposta da Direcção, pelos serviços prestados e zelo demonstrado no desempenho das suas funções.

<sup>383</sup> Dos bombeiros fundadores e mais antigos do corpo activo e que fizeram parte da primeira equipa de bombeiros da Associação, um deles retornaria à corporação - Manuel Coelho Alfaface - que prestaria serviço na secretaria do novo quartel-sede (quase até à sua morte ocorrida em 1988), contratado pela direcção da associação em Janeiro de 1983 e com a gratificação mensal de 6.000\$00.

alterações no comando, com a passagem ao quadro honorário do comandante José Mendes Lima e a nomeação de José Guimarães Ladeira para o cargo<sup>384</sup>.

As novas instalações de pressão começaram a ser cobçadas por outras associações locais que as requisitavam para as suas actividades. Exemplo disso é o caso do agrupamento de escuteiros, que em Outubro de 1982 solicita a cedência de utilização da parada e terrenos anexos, para poderem realizar várias actividades e que assinalarão o relançamento dos escuteiros na vila de Figueiró dos Vinhos.<sup>385</sup>

A meio da década de 80<sup>386</sup>, surge a primeira proposta destinada a criar internamente um «Serviço Social», destinado a apoiar os elementos do corpo activo em várias áreas mas prioritariamente a da saúde<sup>387</sup>, dotado de regulamento, orçamento e do respectivo plano de actividades. O serviço social seria orientado por um elemento da direcção (que presidiria ao organismo), por um elemento do comando e por 3 elementos do corpo activo. Esta iniciativa não chegou a ser concretizada.

A década de 80 injectará na corporação algumas mais-valias importantes, que lhe permitiram enriquecer a sua estrutura operacional mas também ampliar canais que possibilitaram à Associação o resgate de alguns subsídios, a par com formação e equipamento para o seu corpo activo.

A vertente socorrista da corporação ganha ímpeto por via do acordo celebrado com os Serviços Médicos Sociais de Leiria, para o transporte dos seus beneficiários em ambulâncias da colectividade, acordo este proposto e mediado pela Liga dos Bombeiros Portugueses no ultimo trimestre de 1985. Este protocolo revelou-se fundamental para a Associação, que possibilitou o reforço gradual do equipamento e dos veículos de socorro. Mas também significava, acima de tudo, mais uma via de nutrição financeira, mercê das receitas que provinham dos serviços prestados nesse âmbito.

A meio da década de 80, na vertente operacional, verificam-se inovações ao nível de intervenção de sinistros. A Inspecção de Bombeiros da Zona Centro dá conhecimento à direcção “*da criação neste Quartel, para funcionar no Verão, de um grupo especial para intervenção em sinistros*”<sup>388</sup>, denominado «GEIS».<sup>389</sup> No quadro do comando

---

<sup>384</sup> Em Junho de 1981.

<sup>385</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 12 de Outubro de 1982.

<sup>386</sup> Em 03 de Julho de 1985.

<sup>387</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 03 de Julho de 1985

<sup>388</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 06 de Fevereiro de 1986.

ocorrem alterações, com a nomeação de João António Martins Soares<sup>390</sup> como 2º comandante e a passagem ao quadro honorário do comandante José Guimarães Ladeira. Em Fevereiro de 1986 o comando é assumido por Aguinaldo Manuel Feitor Simões Silva.

Em Março o comando e o corpo activo da Associação são designados como 2º Comando Operacional da Zona Norte do Distrito de Leiria, ficando o 1º Comando sediado em Pombal, facto que muito honra a corporação Figueiroense.



Fig.38 – Elementos do corpo de bombeiros mergulhadores de Figueiró dos Vinhos no curso de formação

No decorrer do Verão de 1987 foi formado o primeiro corpo de bombeiros mergulhadores e nadadores-salvadores da corporação, que frequentaram um curso para o efeito.<sup>391</sup> O grupo auto denominou-se «G.O.A.S (*Grupo Operacional de Actividade Subaquática*)». A constituição desta nova vertente socorrista teve como pano de

fundo, um trágico acidente, que vitimou dois jovens que morreram afogados no Rio Zêzere, na zona da Foz de Alge<sup>392</sup>. Este acidente alertou os bombeiros voluntários e a direcção da Associação para a necessidade de possuírem meios de socorro a sinistros deste tipo, dado a existência no sul do concelho de uma importante albufeira, formada pela Barragem de Castelo de Bode, no Rio Zêzere.

As diligências encetadas junto do Instituto Nacional de Socorros a Náufragos, objectivando adquirir meios e material para essa área de socorro não produziram grandes resultados. O investimento desta equipa implicava um encargo financeiro muito elevado. Contudo, apesar da direcção se debater “*com sérios problemas económicos e*

---

<sup>389</sup> O financiamento deste grupo era feito directamente pelo Serviço Nacional de Bombeiros, por transferência bancária do respectivo subsídio, e tal como se comprova em acta da Direcção de 07 de Julho de 1987 (um ano após a sua criação), dando conta de uma transferência para assegurar o seu funcionamento no valor de 486.000\$00.

<sup>390</sup> Quando foi convidado para o cargo exercia as funções de chefe da secção de pessoal militar da Base Aérea de Tancos.

<sup>391</sup> Faziam parte desta equipa, os seguintes elementos do corpo activo: António José Herdade Barreiros, António Boaventura da Conceição Teixeira, Fernando da Silva Rosa e Carlos Manuel Furtado de Figueiredo Canário. Os três primeiros frequentaram também o curso de nadadores salvadores.

<sup>392</sup> Povoação da freguesia de Aguda, localizada no sul do concelho, junto ao Rio Zêzere.

*financeiros*”<sup>393</sup>, e tendo em conta que o grupo necessitava de material que orçava “*em centenas de contos*”, não hesitou em investir esforços para a sua aquisição. Durante o curso que estes elementos frequentaram em Pombal, a direcção suportou as despesas das suas deslocações e refeições. Em 04 de Agosto seriam entregues os Certificados de Mergulhadores a quatro bombeiros, após a conclusão da sua formação.

Na verdade, os anos 80 não foram fáceis para a tesouraria da direcção, que se debateu com sérios problemas económicos e financeiros, a tal ponto de emitir uma Ordem de Serviço, impondo no seio da corporação “*um regime de austeridade em termos de rigor, visando o saneamento económico-financeiro desta Associação e contemplando o disciplinado controlo de todos os seus valores nas diversas escalas e multiplicidades*”<sup>394</sup>. Passaram a vigorar algumas disposições administrativas rígidas, tais como: a restrição à movimentação de viaturas, restringida aos casos de natureza operacional, combate a incêndios e recolha e transporte de sinistrados; o controlo apertado nas despesas relacionadas com reparação de viaturas, manutenção e aquisição de pneus, sobressalentes, acessórios e gastos de combustível; a total proibição de utilização de viaturas em serviços particulares; a obrigatoriedade de registar todas as movimentações das viaturas em mapas e a justificação documental dos serviços ou acções operacionais prestadas.

Uma grande fatia das verbas orçamentais era aplicada no constante enriquecimento da faceta operacional do corpo activo, traduzida no esforço para a aquisição de viaturas, reparação das existentes, compra de material diverso, assim como nos encargos que envolviam a manutenção e a plena funcionalidade do quartel-sede. Esta constante dificuldade orçamental da Associação é um facto quase endémico e que se reflecte nas contas de gerência, que perpassa através das décadas. Dos encargos relacionados com o edifício, pode-se nomear, como exemplo, a transferência da central de transmissões, instalada primitivamente no rés-do-chão do quartel, para a casa-escola (em Março de 1988), facto que impôs as necessárias obras de adaptação ao novo espaço. De realçar que muitas destas obras sempre contaram com a colaboração gratuita dos elementos do corpo activo, que nas horas vagas oferecem o seu talento, arte e profissionalismo, em trabalhos práticos de construção civil de teor multidisciplinar.

A década de 80 terminou com uma tragédia que ensombrou a Associação. Um acidente involuntário mas trágico, com uma arma de fogo, ocorreu nos vestiários do

---

<sup>393</sup> «Jornal de Figueiró dos Vinhos», nº 71, Dezembro de 1987.

<sup>394</sup> Acta de reunião da direcção de 02 de Junho de 1987.

quartel. O cadete a bombeiro, Paulo Manuel Alves Santos é atingido por uma arma de fogo disparada involuntariamente por um seu camarada aspirante a bombeiro, julgando a arma descarregada, vindo a falecer nos Hospitais de Coimbra<sup>395</sup>. O corpo do malogrado cadete ficaria em câmara ardente no quartel dos bombeiros no dia 01 de Agosto, com guarda de honra feita pelos seus camaradas. O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar, em que estiveram presentes diversas representações de corporações de bombeiros e muitos figueiroenses. *“O que chocou mais a todos os presentes era a tenra idade do falecido, e por todos saberem que eram bons amigos”*<sup>396</sup>. Tanto a direcção como o comando lamentaram *“profundamente tão grande fatalidade, até porque se tratava de um Bombeiro altamente estimado por todos, devido ao seu comportamento correcto, educado, trabalhador e competente”*<sup>397</sup>.

Um evento que todos os anos exigia a mobilização de grandes meios da corporação era as provas do “Rally de Portugal”, que se realizavam no concelho de Figueiró dos Vinhos, anualmente e habitualmente no início de Março. Uma das provas percorria a estrada da Foz de Alge<sup>398</sup>, num troço difícil e curvilíneo, alpendorado sobre o Rio Zêzere e que por esse motivo concentrava as maiores preocupações dos bombeiros, que mobilizavam a sua frota socorrista, bem como a equipa de mergulhadores da corporação, que patrulhava exaustivamente o rio durante a realização da prova.

A prova do «Rally Vinho do Porto»<sup>399</sup> realizada em 1990, sofreu um revés com o despiste de um carro concorrente<sup>400</sup>, vindo a cair no Rio Zêzere, na zona de Valbom<sup>401</sup>, num aparatoso acidente que correu as televisões do mundo inteiro. A gravidade desse acidente motivou inclusivamente a interrupção e a anulação da prova. Prontamente, as duas concorrentes foram assistidas no local por elementos da Protecção Civil e dos bombeiros locais, cuja intervenção se revelou fundamental para a recuperação do veículo acidentado que jazia no fundo do rio. O êxito da intervenção da corporação de Figueiró dos Vinhos, tanto na prestação eficiente de socorro, como no resgate do veículo, mereceu por parte do Director da Equipa «GM Euro Sport», uma carta endereçada à Inspecção Regional dos Bombeiros da Zona Centro, reafirmando que “os

---

<sup>395</sup> Em 31 de Julho de 1989.

<sup>396</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 08 de Agosto de 1989.

<sup>397</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 08 de Agosto de 1989.

<sup>398</sup> O troço da prova tem uma extensão de cerca de 14 quilómetros.

<sup>399</sup> Que contava para o campeonato mundial de Rallys.

<sup>400</sup> O carro, um Opel Kadett GSI, era pilotado por duas senhoras: Louise Aitken e Tina Walker.

<sup>401</sup> Povoação da freguesia de Aguda, localizada a sul do concelho, junto ao Rio Zêzere.

*Bombeiros Voluntários que chegaram e nos ajudaram a recuperar o carro foram verdadeiramente magníficos. (...) Os Bombeiros Voluntários locais trabalharam exaustivamente até terminarem a tarefa*<sup>402</sup>. *Por vezes pensei que seria impossível, mas eles nunca desistiram.*”. Esse facto percutiu por parte daquela Inspeção Regional uma “Referencia Elogiosa” atribuída aos bombeiros de Figueiró dos Vinhos<sup>403</sup> e motivaria igualmente um voto de louvor concedido pela direcção a todos os elementos do corpo activo “*pela forma pronta e abnegada como sempre têm gerido quando o seu sacrifício é solicitado para defesa da vida e dos haveres dos seus semelhantes*”<sup>404</sup>.

No início da Primavera desse ano nova tragédia perturbou o corpo activo com o



desaparecimento na albufeira da Barragem do Cabril do 2º comandante António José Herdade Barreiros, quando este realizava, conjuntamente com mais dois bombeiros mergulhadores, missão de prevenção a acidentes que pudessem ocorrer durante as provas náuticas que ali se disputavam.

Por proposta do comandante Aginaldo Feitor Silva, apresentada à direcção (em 12 Junho de 1991), foi dado o nome «António José Herdade Barreiros» ao parque de viaturas da corporação, como homenagem póstuma ao

Fig.39 – O 2º comandante António José Herdade Barreiros

malgrado 2º Comandante.<sup>405</sup>

A actividade da corporação em relação aos fogos florestais está traduzida num relatório pormenorizado, apresentado em Outubro de 1990 pelo comandante Aginaldo Feitor. O relatório permite também perceber a dimensão das despesas da Associação Humanitária no início da década, nomeadamente os relacionados com a actividade da

---

<sup>402</sup> A operação de resgate do veículo iniciou-se às 17.00h do dia 07 de Março e só terminou na madrugada do dia seguinte, por volta das 2.40h.

<sup>403</sup> Publicada no dia 31 de Março de 1990 na Ordem de Serviço 03/90: “Pela forma eficiente com que prestaram socorro a um carro acidentado durante o Rally Vinho do Porto de 1990, que caiu ao Rio Zêzere na zona do Valbom, bem como à eficácia que mostraram na recuperação do carro sinistrado.”

<sup>404</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 20 Março de 1990.

<sup>405</sup> A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos empenhou-se também na busca de soluções para se tentar encontrar o corpo do malgrado 2º Comandante. Em reunião de 31 de Maio, o Presidente da Câmara, Fernando Manata, “*propôs um Voto de Pesar pela triste ocorrência que a Câmara, unanimemente, aprovou, em comovido silêncio*” (Boletim Municipal, nº 2, Abril de 1990).

corporação em incêndios florestais<sup>406</sup>. O conjunto de gráficos que acompanha esse documento permitem observar a actividade do corpo activo em várias áreas de intervenção. Demonstra claramente a escalada da vertente socorrista da corporação em relação à missão tradicional dos bombeiros figueiroenses. A actividade da sua frota de ambulâncias destacava-se em relação às saídas para o combate a incêndios<sup>407</sup>, apesar da área queimada do concelho registar aumentos sucessivos entre 1985 e 1990.<sup>408</sup>



Fig.40 – Comandante Aguinaldo Feitor

Nesse relatório, o comandante Aguinaldo Feitor, para além de denunciar o desgaste a que a corporação tinha sido alvo na última meia dúzia de anos, na luta contra o flagelo dos incêndios, denunciava igualmente a falta de planeamento e ordenamento florestal (“*maus acessos*”); a mudança sociológica das populações em relação à problemática dos incêndios (“*falta de colaboração das populações*”), cada vez mais transformadas em

simples espectadores perante o espectáculo da calamidade pública; o absentismo dos proprietários florestais, que não limpavam as suas propriedades e a ausência de uma política governamental eficaz de financiamento aos bombeiros voluntários, que desde sempre se queixaram com a “*falta de material*” e “*meios humanos*”, que lhes permitisse combater eficazmente um flagelo que todos os anos se instala na floresta portuguesa e, neste caso, na Zona do Pinhal, valendo-lhe tão-só a conjugação de esforços entre as corporações vizinhas.<sup>409</sup>

<sup>406</sup> As despesas tidas com os fogos florestais em 1990 apuraram-se nas seguintes rubricas: alimentação = 479.150\$00; salários perdidos = 62.250\$00; combustível gasto = 826.037\$00; danos materiais diversos = 3.594.451\$00, num cômputo total de 4.961.888\$00.

<sup>407</sup> Nos “Serviços de Saúde” prestados apuraram-se um total de 497 saídas, numa média de 55 saídas por mês, com os seus picos máximos registados nos meses de Março e Maio. No “Número de Incêndios” em que o Corpo Activo interveio, apuraram-se um total de 86 saídas, com os seus picos máximos registados em Julho (com 32 saídas) e Agosto (com 21 saídas). Curiosamente foi um ano que também registou cerca de 10 saídas para incêndios no mês de Março. No “Número de Kms Percorridos”, totalizaram-se 78.875 quilómetros, numa média mensal de cerca de 10.000 quilómetros, registando-se os seus picos máximos em Março e Julho. No capítulo “Diversos”, registaram-se 260 saídas, com o seu pico máximo observado em Fevereiro.

<sup>408</sup> Na “Área Queimada” apurada, o Comandante Aguinaldo junta no gráfico que elaborou um histórico dos anos anteriores desde 1985, e cujos dados são de extrema importância: 1985= 5800 hectares; 1986= 1000 hectares; 1987= cerca de 2600 hectares; 1988= cerca de 200 hectares; 1989= cerca de 1400 hectares; 1990= cerca de 2700 hectares.

<sup>409</sup> “A época de Fogos Florestais/90 mais uma vez foi má para o concelho de Figueiró dos Vinhos, pois foram consumidos pelas chamas cerca de 2700 hectares. Densa vegetação, maus acessos, vento forte, falta de material para combate, falta de meios humanos e em grande parte a falta de colaboração das populações, contribuíram para que a época terminada apresente um balanço negativo. Muito material consumido pelas chamas (mangueiras, agulhetas, viatura) e alguns danos (altos) provocados por acidentes em fogos colocaram este Corpo de Bombeiros em situação difícil para um futuro próximo. De



Fig.41 – A parada do quartel transformada em helipista no início da década de 90

No Verão de 1991, ciente das dificuldades por que as corporações de bombeiros voluntários da Zona do Pinhal atravessavam, firmadas nos relatórios que os comandos faziam chegar à Inspeção da Zona Centro, o inspector Albano José Ribeiro de Almeida, propõe à direcção da Associação e ao comando a presença de um

helicóptero estacionado na parada do quartel durante a época oficial dos fogos florestais e que, simultaneamente, em igual período, se facultasse uma sala para a coordenação das operações. Este facto representava uma nova experiencia de complementaridade no ataque aos fogos florestais. Abria-se aqui um novo capítulo na história do corpo activo dos bombeiros figueiroenses, que se viam dotados com meios aéreos, permitindo-lhes obter conhecimento e experiencia por via de um método potencialmente inovador no ataque ao fogo florestal.

A partir do Verão de 1991 o helicóptero tornou-se presença habitual na vila de Figueiró dos Vinhos. Em consonância, iniciou-se a formação de Brigadas de Bombeiros «GEI'S» e «HELI», financiados pelo Serviço Nacional de Bombeiros. A parada do quartel foi adaptada em helipista e o corpo activo foi complementado com uma brigada de primeira intervenção, composta por cinco homens e um coordenador, tendo como principal missão o combate aos fogos no Norte do Distrito de Leiria.



Fig.42 – Brigada de primeira intervenção helitransportada

Actualmente, o uso de meios aéreos no combate aos incêndios florestais assumem extrema importância, sobretudo em regiões com topografia difícil, onde o uso de helicópteros é fundamental, tanto no combate directo, como no transporte de brigadas de primeira intervenção.

---

*realçar mais uma vez o apoio dado pelas Corporações da Zona Operacional 1 com destaque para os B.V. de Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande. Apoio aéreo só foi praticamente notado quando do incêndio em 24-25 de Julho de 1990” (extracto do relatório do comandante Aguinaldo, Outubro de 1990).*

O desenvolvimento tecnológico trouxe na década de 90 a revolução das comunicações através do computador. A informática iria instalar-se, tímida mas gradualmente, na vida quotidiana das comunidades, conquistando numa primeira fase, todos os espaços administrativos públicos e privados, depondo as velhas e tradicionais máquinas de escrever e tornando obsoletos os arquivos tradicionais. Tal facto não foi alheio à Associação, que em Abril de 1993 adquire o seu primeiro computador.<sup>410</sup> Em Março de 1994 a Liga dos Bombeiros atribui equipamento informático e um programa de serviços, que foi instalado no gabinete do comando. Em Novembro, a Associação adquire Internet - Banda Larga. O biénio 93-94 representou, desta forma, a chegada das novas tecnologias de informação à Associação Humanitária figueiroense, bem longe do ano de 1974, quando a direcção decidiu adquirir uma “*máquina de escrever, nas casas da especialidade, em segunda mão e destinada aos nossos serviços*”<sup>411</sup>.

A vitalidade e o dinamismo da Associação, a sua crescente evolução como escola de valores, eram um dado adquirido a meio da década de 90, pelo número de sócios que reunia (cerca de 1500)<sup>412</sup> e um quadro de pessoal composto por 5 funcionários. A velha «bomba de incêndios», o «Buick», o pronto-socorro «Bedford» e a moto-bomba «Aspi», com os quais se tinham escrito as primeiras páginas da história da corporação figueiroense, há muito que se tinham transformado em testemunhos da memória e do património da Associação.

Em Abril de 1994 morre inesperadamente, com 62 anos de idade, um dos homens que angariara para a corporação figueiroense muitos apoios e donativos em equipamento e material: o sub-chefe do Quadro Honorário, João Portela Bruno. O acontecimento motivou a direcção a consignar em acta um voto de profundo pesar pela sua morte: “*Figura respeitada e prestigiada nos Bombeiros, extravasou a sua colaboração nesta causa, para além da Corporação de Figueiró dos Vinhos, noutras Corporações da área de Lisboa*”<sup>413</sup>. Tinha sido agraciado pela Associação com a medalha de ouro dos 30 anos de assiduidade, atribuída pela Liga dos Bombeiros Portugueses.

---

<sup>410</sup> No início do ano seguinte (1994) adquire dois programas informáticos, um de contabilidade e outro de gestão de ficheiros de sócios e quotas.

<sup>411</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 16 de Março de 1974.

<sup>412</sup> Pagavam uma quota anual de 600\$00.

<sup>413</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 22 de Abril de 1994.

Em meados da década de 90, os serviços da área da saúde aumentam consideravelmente e ocupam grande parte da actividade do corpo activo. A aquisição de ambulâncias impõe-se no planeamento da frota automóvel da corporação. A direcção desdobra-se em candidaturas para as conseguir junto do Serviço Nacional de Bombeiros.



Fig.43 – Inauguração do «Centro de Meios Aéreos de Figueiró dos Vinhos» em 1996

No final do Verão de 1995 inicia-se o processo que levará à construção da 1ª fase do «Centro de Meios Aéreos» (helipista), a levar a efeito no Cabeço do Peão<sup>414</sup>, transferindo-se a helipista da parada do quartel para este novo local, que viria a ser inaugurado em 24 de Junho de 1996, pelo então Primeiro-ministro António Guterres<sup>415</sup>. Estas instalações possuem estruturas que permitem às aeronaves servir, inclusivamente, a população civil em caso de emergência (evacuação urgente ou outras acções imprevisíveis). “*Pode ser utilizada não apenas*

*em épocas de fogos mas em qualquer altura do ano como preciosos complemento do Centro de Saúde (SAP)”*<sup>416</sup>. A obra foi da responsabilidade dos bombeiros voluntários, tendo contado com o apoio da Câmara Municipal e da Comissão Nacional de Fogos Florestais. O concelho de Figueiró dos Vinhos é considerado ponto estratégico para o estacionamento de um meio aéreo, visando a salvaguarda da densa mancha florestal, uma das maiores da Europa, enformada pelos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Penela, zonas consideradas de alto risco de incêndio.

<sup>414</sup> A norte da vila de Figueiró dos Vinhos, em zona de “mata municipal”. A localização da pista junto ao quartel não era compatível com as questões de segurança urbana. As obras de construção da nova helipista foram iniciadas em meados de 1995.

<sup>415</sup> Uma guarda de honra constituída pelos Bombeiros locais e centenas de pessoas receberam junto das instalações da helipista o Chefe do Governo, que se fez acompanhar da Ministra do Emprego (Maria João Rodrigues) e do Ministro da Administração Interna (Alberto Costa) e as diversas individualidades e representantes de várias entidades que estiveram presentes para o evento. Estiveram igualmente presentes na inauguração, que contou com um simulacro de combate a incêndio, onde foram usados meios aéreos e terrestres, o Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (Fernando Manata), o Governador Civil do distrito de Leiria e o Presidente Nacional da Associação Nacional dos Bombeiros Portugueses.

<sup>416</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Boletim Municipal, nº 27, Julho de 1996.

Nova mudança do quadro do comando ocorre em 1997, com o pedido de passagem ao Quadro Honorário do comandante Aginaldo Feitor, invocando a sua indisponibilidade para continuar a desempenhar o cargo de comandante por motivos da sua vida particular. A direcção tenta demovê-lo desta decisão mas sem êxito, lavrando em acta o seu profundo reconhecimento em relação ao comandante demissionário e que desempenhara o cargo durante 11 anos (1986-1997): *“A Direcção que acompanhou de perto nos últimos anos toda a actividade do Corpo Activo e do seu Comando conhece bem as provas de dedicação que o Comandante Aginaldo transmitiu a este Corpo de Bombeiros durante 10 anos particularmente nalguns períodos mais difíceis da vida desta Colectividade. Por isso, lhe manifesta a sua admiração e publico reconhecimento da forma como conduziu o seu Corpo de Bombeiros”*.<sup>417</sup>



A fim de resolver rapidamente a questão do comando, a direcção propõe ao Inspector Regional de Bombeiros da Zona Centro a nomeação para o cargo de comandante da corporação, o 2º comandante Joaquim Pinto Ascensão Martins *“por lhe reconhecer qualidades técnicas para o desempenho do cargo, a par das suas capacidades na condução dos homens, o que já nos habituou”*<sup>418</sup>. O Inspector Regional acolhe a proposta e nomeia-o comandante dos bombeiros voluntários de Figueiró dos

Fig.44 – Joaquim Pinto A. Martins

Vinhos, cujo acto de posse teve lugar a 12 de Julho de 1997, na presença das entidades oficiais convidadas e de todo o corpo activo.



A interacção do corpo activo figueiroense com outras corporações, nomeadamente no desenvolvimento de acções de treino e agilização conjunta de meios, revela-se fundamental. Afina o apuramento das suas reais necessidades em termos de material e viaturas, de acordo com as características da dinâmica territorial do

Fig.45 – Formação em salvamento e desencarceramento

<sup>417</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 11 de Março de 1997.

<sup>418</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 20 de Maio de 1997.

concelho de Figueiró dos Vinhos e da região onde se insere e prepara os bombeiros para eventuais acidentes de grande magnitude, que venham a ocorrer nas estradas de maior tráfego rodoviário da região.<sup>419</sup> Exemplo disso foi o simulacro que envolveu 6 corporações de bombeiros<sup>420</sup> e que constou de um treino conjunto realizado no IC3 no 1º semestre de 1999.<sup>421</sup>

Ao nível de formação e a fechar o século XX, grande parte dos bombeiros



Fig.46 – Jovens cadetes dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos

figueiroenses possuía o curso de socorrismo, de salvamento e desencarceramento, certificados pelo Serviço Nacional de Bombeiros. A corporação dispunha, inclusivamente, de uma enfermeira que disponibilizava formação na área do socorrismo. A partir de 2000, as formações na vertente

socorrista são ministradas aos cadetes a nível interno (no quartel-sede dos bombeiros voluntários), por elementos graduados do corpo activo, dotados da competente formação para o efeito, adquirida em organismos de base regional e nacional.

O novo século traz alterações na estrutura organizacional dos bombeiros portugueses. A partir de 2001 o corpo activo deixava de pertencer à Inspeção Regional de Bombeiros da Zona Centro e transitava para a Inspeção Distrital de Bombeiros de Leiria.

Ao nível de financiamento e apoios externos, os bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos continuam a depender da ajuda do poder local, que colmata as intermitências subsidiárias das entidades oficiais ligadas aos bombeiros. O poder autárquico não só continua a contribuir para a sustentabilidade económica da estrutura, cada vez mais complexa, da corporação de bombeiros, como no investimento do seu valor, estimulando e enlevando os homens e as mulheres que a ela se dedicam. A

<sup>419</sup> Baseado em notícia publicada pelo Jornal «Expresso do Centro», nº 22, Maio de 1999.

<sup>420</sup> Estiveram presentes no simulacro as seguintes corporações: Pombal, Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande.

<sup>421</sup> O simulacro envolvia uma viatura de transporte de matérias perigosas, seguido de choque em cadeia com 4 viaturas ligeiras de passageiros, com derrame e inflamação do produto na estrada.

exemplo disso, foi a atribuição da Medalha de Mérito do Concelho, com que a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos quis agraciar a Associação em sessão solene da Assembleia Municipal de 24 de Junho de 2001, comemorativa do dia do concelho e na presença dos elementos do corpo activo, comando e direcção.<sup>422</sup>

No Verão de 2001 regista-se nova alteração no quadro do comando. O comandante Joaquim Pinto Ascensão Martins propõe à direcção a nomeação para 2º comandante da corporação, Miguel José de Carvalho Guimarães, “*reconhecendo o mérito revelado no desempenho das actuais funções de Ajudante de Comando*”<sup>423</sup>. Simultaneamente, e por deliberação da direcção, sobe a Ajudante de Comando o bombeiro de 2ª Classe, António Boaventura da Conceição Teixeira, reconhecendo-se também a sua “*dedicação que vem prestando à Corporação, a par das suas capacidades técnicas e humanas*”<sup>424</sup>. Para além das alterações no quadro do comando, regista-se ainda a passagem à reforma do quarteiro Júlio Canário, admitindo-se por contrato dois novos colaboradores para exercerem as funções de quarteiro-telefonista<sup>425</sup>, usufruindo da casa de habitação do quartel.



Fig.47 – Stand dos Bombeiros Voluntários na Feira De Actividades Económicas do Concelho

Em Junho de 2002 a corporação participa pela primeira vez nas Festas do Concelho de Figueiró dos Vinhos, com um stand na «Feira de Actividades económicas do concelho», divulgando a sua acção junto da população, à semelhança da década de 60, quando se fazia representar nas Festas

da Feira de S. Pantaleão.

---

<sup>422</sup> Em Dezembro de 2001, no seguimento da sua política de incentivo à dinâmica da corporação, a Câmara Municipal contempla os elementos do corpo activo, que possuam mais de 1 ano de actividade, com algumas regalias. Destas salientam-se: a utilização gratuita da Piscina Municipal, para bombeiros e familiares; a entrada gratuita nos espectáculos realizados pela Câmara Municipal e a isenção de licenças para obras e água, até um determinado montante.

<sup>423</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 19 de Julho de 2001.

<sup>424</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 19 de Julho de 2001.

<sup>425</sup> Jorge Alexandre Antunes Martins e Sandra Sofia dos Santos Dias.

No final de 2003 é aprovado o «Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos»<sup>426</sup>, que visa acima de tudo credibilizar a componente operacional da instituição, regulamentando a sua actuação, intervenção, direitos e deveres, competências e estrutura organizativa.

A meio do primeiro decénio do novo século, os votos de louvor ao corpo activo propostos em assembleias-gerais tornaram-se um hábito nas reuniões do órgão magno da Associação. Sobressaem deles a eficácia demonstrada pelos bombeiros no combate aos incêndios florestais. Tal facto, confirma os créditos conseguidos pela rigorosa formação técnica e específica, que se tornara prática corrente, facultada a todos os bombeiros. Revela, acima de tudo, a extrema preocupação e o esforço visível, por parte da direcção e do comando, na área da formação que era prestada aos diversos segmentos operacionais da corporação. Em 2004 tinham-se formado mais 24 elementos na área do salvamento e de desencarceramento e 48 com o curso de tripulantes de ambulância de transporte e 1 tripulante de ambulância de socorro. Apesar das dificuldades para a frequência de alguns cursos, realizados em horário pós-laboral e com a duração de 7 semanas, o comando conseguia manter uma boa cadência formativa. Actualmente, no cômputo geral, cerca de 95% do corpo activo possui formação em diversas áreas.

Tal como já foi referido, o sector de socorro pré-hospitalar rapidamente ganhou dimensão prioritária no seio da corporação, facto claramente confirmado na actividade quotidiana da Associação, que antes de chegar ao final do ano de 2004 já possuía uma frota de 7 ambulâncias. Destas, 3 estão vocacionadas para emergências e socorro e as restantes para transporte de doentes, consultas e tratamentos externos.

A assinatura de um protocolo com o INEM (Instituto Nacional de Emergência



Fig.48 – Formação na vertente socorrista prestada no próprio quartel por graduados do corpo activo

Médica), em Janeiro de 2006, garantiu à Associação a sua integração no SIEM (Sistema Integrado de Emergências Médicas), na qualidade de Posto de Reserva do INEM. Este compromisso veio ampliar a área de actuação da corporação na área da emergência médica e assistência pré-hospitalar, atribuindo-lhe mais

<sup>426</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 18 de Dezembro de 2003. O Regulamento está disponível no site dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos.

responsabilidades perante a sua capacidade de resposta, numa área tão complexa e sensível para a qualidade de vida da população.

Nesse âmbito, o comandante Joaquim Pinto informaria os sócios, com indisfarçável orgulho, em assembleia-geral realizada em 28 de Dezembro de 2006, “*que actualmente a Corporação tem elementos formados ao nível do Distrito do melhor que há, dando como exemplo o facto de 4 desses elementos possuírem formação que lhes confere a capacidade de utilizarem desfibrilador<sup>427</sup> automático*”. Longe iam os tempos da velha ambulância «Volksvagen» do Hospital da Misericórdia, chegada à vila em 1962, ou da «Peugeot 404» adquirida com o esforço da população em 1973 e que se limitavam a acorrer a acidentes e a transportar doentes para os hospitais, sem pessoal formado e qualificado para o efeito.

O ano de 2008 ficou assinalado com as comemorações do «Ano Nacional do Voluntariado nos Bombeiros», tendo a corporação figueiroense aderido de forma activa. “*Voluntários por opção, profissionais na acção*” foi o lema que identificou estas comemorações, às quais a Associação Humanitária dos Bombeiros de Figueiró dos Vinhos prontamente se soube associar. O corpo de bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos realizou um programa que culminou com a entrega à Associação da Medalha de Serviços Distintos Grau Ouro, alusiva ao Ano Nacional do Voluntariado e que foi colocada no estandarte da corporação.

No decorrer das intervenções que assinalaram o encerramento destas comemorações, o comandante Joaquim Pinto aproveitou para defender uma vez mais a causa do bombeiro, referindo que “*o Voluntário é aquele que dá tudo, incluindo a própria vida*”, aludindo também “*às dificuldades que os seus Bombeiros passam para conseguirem ser Voluntários na Associação e profissionais nos seus empregos, tendo no “espírito de missão cumprida” a única “remuneração que recebem*. Por sua vez, o presidente da direcção, Luis Filipe Silva Antunes, considerou que estas celebrações eram “*uma oportunidade impar para podermos localmente, envolver os figueiroenses, homenagear os nossos Bombeiros e Bombeiras, que tão brilhantemente têm sabido utilizar as suas capacidades, demonstrando a sua generosidade e abnegação em prol da causa do socorro aos seus concidadãos.*”<sup>428</sup> Foi também neste dia que foi apresentada à população uma nova ambulância ABTD (ambulância de transporte de

---

<sup>427</sup> Equipamento utilizado na paragem cardiorespiratória com objectivo de restabelecer ou reorganizar o ritmo cardíaco.

<sup>428</sup> Jornal «A Comarca», nº 312, Janeiro de 2008

doentes), oferecida pela Caixa de Crédito Agrícola da Zona do Pinhal. As comemorações culminaram com o tradicional desfile de viaturas e fanfarras da corporação pelas ruas da Vila e com um “Porto de honra” aberto à população, acompanhado de 2 suculentos porcos no espeto. De realçar ainda a presença, durante todo o programa das cerimónias, da delegação de Saint Maximin, que se encontrava em Figueiró dos Vinhos no âmbito do projecto de gemação com aquela localidade francesa.

Ainda em 2008 e no âmbito das comemorações do 73º Aniversário da Associação, foram distinguidos alguns elementos do corpo activo com medalhas de assiduidade.<sup>429</sup>

Quase a finalizar a década, em 2009, tem lugar um facto que orgulha a corporação. O seu comandante, Joaquim Pinto Ascensão Martins é nomeado para o cargo de Provedor Distrital, órgão recentemente criado pela Liga dos Bombeiros Portugueses, num claro reconhecimento das suas capacidades técnico - operacionais demonstradas ao longo do seu percurso no comando dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos.

### **4.3- As instalações da Associação entre 1974 e o momento presente**

---

#### **4.3.1- A demolição do quartel de 1963 e a garagem da Câmara**

---

O assunto da construção do Palácio da Justiça, no local onde se situava o quartel-sede dos bombeiros, iniciado ainda durante a vigência do Estado Novo e adiado pelas circunstâncias revolucionárias do 25 de Abril de 1974, volta a ganhar forma no final do Verão de 1975 no seio do executivo municipal. A Câmara informava, em sessão de 09 de Setembro, que já tinha sido remetido pelo Ministério da Justiça o projecto definitivo

---

<sup>429</sup> E que foram distribuídas da seguinte forma:

*Crachá de ouro* – Comandante Joaquim Pinto Ascensão Martins; *Medalha Dedicção de 25 anos de serviço* – 2º Comandante Miguel Guimarães; *Medalha Grau Ouro de 25 anos de serviço* – Mário Jorge Conceição Lopes, Maria José Ferreira Silva Lopes e Cristina Isabel C. Guimarães; *Medalha Grau Ouro de 20 anos de serviço* – Adjunto António Teixeira, Luis Samuel Dias Lopes e Joaquim Mendes Dias; *Medalha Grau Ouro de 15 anos de serviço* – Ana Paula Dias Paiva, Fernando Paulo Dores Leitão, Maria Olívia Santos Nogueira, Paulo Renato Nogueira, Amândio José Simões Paiva, Rui Jorge Encarnação Rosário, Fernando M. Pais Napoleão e Victor M. Mendes Joaquim; *Medalha Grau Prata de 10 anos de serviço* – Emídio Santos Nunes, Nuno Miguel Alcaide Antunes, Luis Miguel Correia Simões, Isilda de Jesus Leitão, António Rafael Ferreira Leal, Pedro Miguel Fonseca Leal, Fernando Mendes Luis, Marta Filipe Silva Leal e Bruno H. S. Gonçalves; *Medalha Grau Bronze de 5 anos de serviço* – Luis Miguel Silva Agostinho e Nuno André Fonseca Leal.

para a construção do novo Tribunal Judicial da Comarca de Figueiró dos Vinhos<sup>430</sup>. Todavia, não se coibia de responder ao ministério, que antes da construção do Palácio da Justiça se teria de solucionar no mais curto prazo o problema da construção do novo edifício para os bombeiros voluntários<sup>431</sup>. Simultaneamente, informava também a Associação da inevitável demolição do seu quartel-sede, para nesse local ser construído o Palácio da Justiça.<sup>432</sup> A direcção da colectividade não perdeu tempo, desenvolvendo de imediato diligências para encomendar o respectivo projecto<sup>433</sup>, com “*a maior rapidez possível a fim de ser submetido à aprovação e respectiva participação através do competente ministério*”<sup>434</sup>.

A Associação voltava a reviver o dilema relacionado com o seu quartel-sede, pelo facto de estar sediada em instalações provisórias, emprestadas pela Câmara Municipal em 1961 e que agora solicitava a sua devolução por imperativos do Estado. Impunha-se nova mudança de local, voltando à mesma situação que vivera até 1963. De imediato colocavam-se dois problemas: escolher o local adequado para implantar o edifício e a verba financeira para o adquirir. Este processo iniciou um longo período de forte contracção de despesas por parte das direcções seguintes<sup>435</sup>.

Em Agosto de 1976 a Associação recebe finalmente a verba<sup>436</sup>, destinada pelo Ministério da Justiça à compra de um terreno para a construção do novo quartel e que foi entregue pelo presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.<sup>437</sup> Entretanto, as diligências para aquisição de terreno destinado à construção do futuro quartel-sede resultaram na escolha de um, frente ao Convento do Carmo, por estar

---

<sup>430</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Câmara Municipal, acta de 09 de Setembro de 1975.

<sup>431</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Câmara Municipal, acta de 13 de Abril de 1976.

<sup>432</sup> A Associação face a este facto consumado não se opôs à irreversibilidade do processo, tendo passado uma declaração de compromisso a o Ministério da Justiça. Contudo e apesar do Ministério da Justiça ter já adquirido o terreno para o efeito, a Câmara Municipal insistia, que a concretização dessa obra, só seria possível após a construção de um parque que servisse provisoriamente para recolha das viaturas da corporação de bombeiros, enquanto não se construísse um novo quartel. Em assembleia-geral realizada em 16 de Maio de 1976, os sócios da Associação tomaram conhecimento da eventual demolição do quartel-sede da colectividade mas opunham-se de forma vigorosa à demolição do seu quartel-sede enquanto a Câmara Municipal não lhe facultasse alternativa credível e que não pusesse em risco a funcionalidade da corporação, a fim de garantir a sua contínua vitalidade, utilidade e coesão

<sup>433</sup> Cujos trabalhos foram entregues ao gabinete técnico «Arquibet» de Lisboa.

<sup>434</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Câmara Municipal, acta de 12 de Maio de 1977.

<sup>435</sup> A Associação chegou a recusar participar em eventos de outras corporações e para os quais era convidada.

<sup>436</sup> No valor de 870.000\$00. Em Setembro de 1978 o Ministério da Justiça concedia mais um subsídio de 1000.000\$00 para compensar a cedência do terreno ocupado pelo antigo quartel.

<sup>437</sup> Era presidente da Comissão Administrativa Antero da Conceição Barreiros.

incluído no Plano de Urbanização Local e porque reunia boas condições de localização e área disponível para futuras ampliações. A construção de um moderno e funcional quartel de bombeiros assumia-se como uma inovação urbanística de grande vulto para a vila, a par com a do Palácio da Justiça.<sup>438</sup>

Em 11 de Outubro de 1978 e antes da demolição do quartel, já se encontravam concluídas as obras de construção de um edifício para recolha das viaturas dos bombeiros voluntários. As viaturas, o equipamento e o material de combate a incêndios, alguns armários e cacifos, foram transferidos para um pavilhão oficial da



Fig.49 – Garagens da Câmara Municipal que serviram de instalações aos bombeiros entre 1978 e 1981

Câmara Municipal, espaço que os bombeiros tinham que partilhar com alguns serviços do município. A “papelada” e demais documentação, isto é, a parte administrativa da Associação, foram depositadas numa dependência do posto da Guarda Nacional Republicana. Foi desta forma improvisada que a Associação

permaneceu até Março de 1981. Durante esta fase transitória e provisória muito material se danificou e desapareceu. O mesmo aconteceu com muita documentação, cujos arquivos se desestruturaram e dividiram, culminando no desaparecimento de muitos dossiers e valiosa documentação, que referenciavam a memória e a história da colectividade. Nesse mesmo mês é demolido o quartel dos bombeiros, que havia sido ampliado e renovado cerca de 15 anos antes e galhardamente inaugurado em Novembro de 1963 perante o orgulho dos figueiroenses.

### 4.3.2- O quartel-sede actual

---

<sup>438</sup> A primeira versão do projecto apresentado pelo gabinete técnico lisboeta propunha a hipótese de um «Projecto Complementar», que incluía no corpo urbanístico do Quartel dos Bombeiros, uma Casa de Espectáculos e uma piscina, uma vez que se dispunha de terreno com área suficiente para o efeito. Esta hipótese, para além de pretender dotar a corporação com fontes de receita permanentes, preencheria também duas lacunas na vila figueiroense, cuja população estava desprovida de infra-estruturas culturais e desportivas.

Por uma questão de honra e também por ser a via administrativa mais expedita, a Câmara Municipal tinha assumido desde o início todo o processo referente à execução desta obra, desde a elaboração do projecto até à assinatura do contrato com o respectivo empreiteiro.<sup>439</sup> O início das obras do novo quartel-sede teve lugar em 12 de Junho de 1978, com a respectiva terraplanagem do terreno.

Em Agosto de 1979 é transferido o contrato da empreitada da construção do quartel



Fig.50 – Actual quartel inaugurado em 1981

para a Associação Humanitária dos bombeiros figueiroenses, assim como as futuras participações, num processo acordado entre as três partes envolvidas: Câmara Municipal, empreiteiro da obra e a direcção da Associação<sup>440</sup>, que culminou numa fortuita conjugação de esforços.

O novo quartel foi inaugurado num domingo, a 29 de Março de 1981, num dia que amanheceu tristonho e chuvoso mas que não conseguiu afastar o soberbo conjunto de fardas, guiões, estandartes, viaturas e uma imensa mole de gente que se foi juntando na manhã daquele dia, para assistir à festa dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos no dia em que inauguravam o seu novo e sonhado quartel e que representava a persistência de todos aqueles que haviam acreditado na colectividade desde 1935.<sup>441</sup> Merece ser

<sup>439</sup> Através dos Serviços de Urbanização de Leiria a Câmara Municipal fora informada em Fevereiro de 1978, “*que por despacho ministerial de vinte de Janeiro último, foi homologada a adjudicação da obra ao empreiteiro José Luis da Fonseca & Filhos, com sede em Tomar, pela quantia de 8.737.414\$70.*” (acta de reunião da Câmara Municipal de 14 de Fevereiro de 1978).

<sup>440</sup> Durante a fase de construção do quartel, a Associação recebeu doações diversas, tanto por parte de instituições como de privados. A exemplo disso, referem-se aqui as doações da Casa do Povo de Figueiró dos Vinhos (50.000\$00), da empresa construtora do Palácio da Justiça (100.000\$00) e da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (150.000\$00).

<sup>441</sup> No dia da inauguração estiveram presentes várias individualidades nacionais, regionais e locais, tais como: o Governador Civil do Distrito de Leiria (Rui Garcia da Fonseca), o Presidente da Câmara Municipal (José Simões de Abreu), o Presidente do Serviço Nacional de Incêndios (Padre Victor José Melícias), o Presidente da Liga dos Bombeiros de Portugal (Comandante Manuel Manta), os Inspectores da Zona de Lisboa e Vale do Tejo, da Zona Norte e Centro, entre outros. Esteve também presente nos festejos da inauguração o antigo Presidente da Câmara, Henrique Vaz Lacerda, “*por direito, por imperativo de justiça. Ele foi (tem sido) nesta terra, um dos maiores Amigos dos Bombeiros. Não esqueceu a Direcção o quanto a Corporação lhe deve.*” (Jornal «Comarca de Figueiró» - Reportagem de Marçal Manuel, n.ºs 72 e 73, Abril de 1981 (incluindo o suplemento deste número de 25 de Abril de 1981).

registada a ambiência que assinalou o evento, bem como alguns pormenores que emolduraram o dia da inauguração, no que é possível retirar da imprensa local.<sup>442</sup>

Fizeram-se representar vinte e duas corporações de bombeiros, nas pessoas dos seus comandantes, directores e elementos do corpo activo. Veio gente de todos os pontos do concelho, que rumaram à vila para assistir ao acontecimento, concentrando-se junto do novo quartel. Por volta das 11 horas, ao som do hino «Maria da Fonte», interpretada pela Filarmónica Figueiroense, “*o Chefe do Distrito passou em revista a guarda de honra constituída pelo corpo activo dos bombeiros figueiroenses, integrado também pelos elementos femininos, dirigindo-se em seguida para a entrada principal onde cortou a fita simbólica declarando inaugurado o novo quartel-sede dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, “acto que foi sublinhado com quentes e entusiásticos aplausos”.*”<sup>443</sup>

A primeira cerimónia oficial levada a efeito no novo quartel, na sua sala de sessões, foi o acto de posse do «Conselho Regional dos Bombeiros da Zona Centro», conferida pelo Governador Civil aos novos conselheiros e que se traduziu numa honra concedida aos bombeiros figueiroenses. Seguiu-se a sessão solene com os discursos da praxe e a imposição da medalha de ouro de duas estrelas na bandeira da corporação, “*que foi transportada frente à mesa de honra pelo Porta-Bandeira José Manuel Leal*”.<sup>444</sup>

Na parada do quartel, apinhado por uma multidão expectante, teve lugar um



Fig.51 – Exercícios efectuados durante a inauguração do quartel em Março de 1981

simulacro de incêndio sob a direcção do instrutor, Chefe Marques da Silva, executado por duas equipas de bombeiros onde se incluíam elementos femininos, que realizaram diversos e arrojados exercícios na «casa escola»<sup>445</sup>, em que as estrelas foram os “*Ases da Corporação, em manobras arriscadas*”, tais como “*trainel, saltos em cinto automático pelas Senhorinhas-Bombeiro, escalada da morte, e a*

<sup>442</sup> Sobretudo do Jornal «Comarca de Figueiró», que cobriu o evento com uma excelente reportagem realizada pelo seu director (Marçal Manuel Pires Teixeira), no n.º 72 (incluindo o suplemento deste número) de 01 de Abril de 1981 e n.º 73, de 25 de Abril de 1981.

<sup>443</sup> Jornal «Comarca de Figueiró», n.º 72, Abril de 1981.

<sup>444</sup> Jornal «Comarca de Figueiró», n.º 72, Abril de 1981.

<sup>445</sup> Construção quadrangular em forma de torre, adossada ao quartel e composta por 3 pisos.

*finalizar, quatro saltos de tesoura efectuados pelas Senhorinhas-Bombeiro*".<sup>446</sup>

Apesar de estarem presentes centenas de bombeiros e dezenas de viaturas das corporações convidadas, o mau tempo só permitiu efectuar o desfile das viaturas, abrindo o cortejo o jeep do comando da corporação, conduzido por Carlos Martins “*e na retaguarda do Jeep, de pé, com garbo e aprumo, empunhando o bonito guião dos nossos Soldados da Paz, fardado a preceito o mini-bombeiro António Martins, simpático e afoito mascote da Corporação*”.<sup>447</sup> O almoço de confraternização teve lugar num restaurante da vila.

No seu discurso o comandante José Mendes Lima resumiu numa frase o significado e o simbolismo, que a inauguração deste quartel representava para os bombeiros figueiroenses, desde o longínquo ano de 1927, em que a «bomba de incêndios» chegou à vila de Figueiró dos Vinhos e se constituiu um “serviço de incêndios”: “*Tal como quem desperta de um sonho de menino, aquilo que ainda ontem era uma esperança, num instante passou à realidade*”.<sup>448</sup>

No ano seguinte inicia-se o processo que levaria à prossecução da 2ª fase do quartel dos bombeiros, com o melhoramento das garagens anexas ao corpo do edifício principal<sup>449</sup>. Gradualmente são instalados alguns equipamentos indispensáveis ao bom desempenho administrativo da Associação, que ia ganhando contornos cada vez mais complexos, como por exemplo, um telefone para a secretaria em finais de 1983 e uma máquina de contabilidade em Dezembro de 1984.

O desejo de ampliar o quartel-sede inaugurado em 1981 tem as suas reminiscências pelo menos desde 1987, data em que surge o primeiro projecto para a sua ampliação.<sup>450</sup> Contudo, as instâncias oficiais malograram continuamente os anseios da

---

<sup>446</sup> Jornal «Comarca de Figueiró», nº 72, Abril de 1981. O corpo feminino dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos participantes nesta festa de inauguração era constituído por Maria José Ferreira, Maria Júlia Granada, Cristina S. Conceição, Ana Paula S. Conceição, Maria Alexandra Santos, Anabela Paiva, Isabel Campos, Amélia Zagarte (Motorista da ambulância) e Maria Manuela Batista (Condutora do Jeep).

<sup>447</sup> Jornal «Comarca de Figueiró», nº 72, Abril de 1981.

<sup>448</sup> Jornal «Comarca de Figueiró», nº 73, Abril de 1981.

<sup>449</sup> A Câmara Municipal foi informada pelo Secretário de Estado das Obras Públicas (por telegrama de 29 de Julho de 1982) “*ter incluído em Plano a 2ª fase do Quartel dos Bombeiros Voluntários, autorizando uma comparticipação de 1.000.000\$00*”<sup>449</sup>. Em 26 de Outubro de 1982 a Câmara Municipal aprova o Projecto da 2ª fase do Quartel dos Bombeiros Voluntários, e que por sua vez viria a ser autorizada por despacho da Secretaria de Estado das obras Públicas em Fevereiro de 1983.

<sup>450</sup> Em 27 de Outubro de 1987 a direcção delibera enviar um ofício à Câmara Municipal a fim de esta ordenar ao Gabinete Técnico Local que procedesse à execução de um projecto para alargamento do quartel-sede. Essa ampliação estava prevista realizar-se sob a parte superior do parque de viaturas, com a construção de uma sala polivalente.

Associação na contemplação de verbas, apesar das sucessivas candidaturas que apresentou para o efeito.<sup>451</sup>

Porém, o novo quartel cedo também revelou algumas deficiências na sua construção, a tal ponto da Associação ter decidido solicitar várias vistorias à Câmara Municipal, para que avaliasse o estado de degradação em que se encontrava o edifício, nomeadamente no que se referia à infiltração de chuva na sua estrutura<sup>452</sup>. Foi um longo processo que envolveu a firma construtora e que culminou em 1990 numa candidatura à DGOT (Direcção Geral do Ordenamento do Território), aprovada pela Câmara Municipal, objectivando a recuperação do quartel-sede<sup>453</sup>.



Fig.52 – Corpo activo no início da década de 90

ampliação do quartel-sede continuou a ser uma aspiração das direcções seguintes, que iam colmatando esse desígnio de forma expedita. Assim, em 1993 e a pedido da direcção da Associação, a Câmara Municipal aprovou um projecto e um processo de

candidatura à DGOT, que permitiu aos bombeiros a construção de uma garagem-alpendre para a recolha de viaturas, que já não tinham espaço no parque de viaturas. Porém, somente em Novembro de 2008, surge a oportunidade de concretizar a tão

<sup>451</sup> Em 14 de Junho de 1987 a Direcção da Associação tomou conhecimento de um ofício enviado pela Direcção Regional do Ordenamento do Território, informando a colectividade, que não tinha sido contemplada a ampliação do quartel-sede, “*por insuficiência de dotação daquele departamento*”. Nova candidatura havia sido entregue na Direcção Geral do Ordenamento do Território em Dezembro de 1988, assente num ante-projecto elaborado pelo Comandante Aguinaldo e que consistia na construção de um salão de festas sobre o parque de viaturas.

<sup>452</sup> Os pedidos de vistorias foram realizados entre 1987 e 1990 e levados a efeito pelo Gabinete Técnico Local (Câmara Municipal) e Gabinete de Apoio Técnico (GAT).

<sup>453</sup> Os trabalhos de reparação do quartel-sede, foram orçados em 6.700.000\$00. As obras de beneficiação implicavam a colocação de um telhado, em virtude da cobertura inicial em placa se ter revelado inadequada, facilitando a infiltração de águas pluviais que deterioravam o edifício. A concretização destas benfeitorias resultara “*de uma candidatura apresentada pela Câmara que suportará os custos conjuntamente com a Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território*” (Boletim Municipal, nº 9, Janeiro de 1992). A DGOT participou com 3.000.000\$00, assumindo a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos o restante).

almejada ampliação do quartel, através de uma candidatura apresentada no âmbito do Eixo III do POVT-QREN.<sup>454</sup>

Em 29 de Janeiro de 2010, no mesmo dia em que a direcção da Associação fazia a apresentação pública do programa destinado às comemorações do seu 75º



Fig.53 – Projecto de ampliação do actual quartel-sede

Aniversário, arrancam as obras de remodelação e ampliação do quartel-sede.<sup>455</sup> Esta renovação arquitectónica do edifício tem como principal motivação a adopção de novas

vertentes funcionais e estratégicas, de acordo com a dinâmica entretanto alcançada pela corporação figueiroense. Estas obras foram orçadas em 450.000 Euros, verba suportada através de uma candidatura aos Fundos Comunitários; pela Câmara Municipal e por capitais próprios da Associação<sup>456</sup>. É o culminar de um desejo antigo nascido em meados dos anos 80 e materializado numa ambiciosa obra, que se prevê estar concluída durante o ano de 2012<sup>457</sup>.

Concebido na 2ª metade da década de 70 o projecto do quartel dos bombeiros voluntários figueiroenses havia sido centrado em torno da missão de ataque a fogos

---

<sup>454</sup> O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constitui o enquadramento para a aplicação da Política Comunitária de Coesão Económica e Social em Portugal no período 2007-2013.

O QREN define as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural e para a estruturação dos programas operacionais temáticos e regionais. Nesta grande estratégia assumida pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) insere-se o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) destinado “à criação de condições propícias ao crescimento e emprego, apostando na qualificação dos portugueses, na promoção de elevados e sustentados níveis de competitividade económica e na qualificação do território”. (Portal do QREN-POVT, in <http://www.qren.pt/>, última consulta efectuada em 19 de Abril de 2011).

<sup>455</sup> Em 04 de Janeiro de 2010 a direcção deliberou adjudicar a empreitada de “Ampliação e Beneficiação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos” à firma «Construções Paços do Bonjardim, Lda.», pelo valor de €399.974,86 (com exclusão do IVA).

<sup>456</sup> Durante as comemorações do 75º Aniversário, efectuadas no dia 23 de Maio de 2010, que contaram com a presença do Secretário de Estado da Protecção Civil, (Vasco Franco), este anunciou durante a sua intervenção, a aprovação da candidatura de apoio às obras de remodelação do Quartel. “Foi a primeira que ficou concluída na apreciação feita na unidade de missão do Ministério” (extraído do discurso que proferiu na efeméride).

<sup>457</sup> As alterações-ampliações consistem num novo piso por cima do parque de viaturas, que será compartimentado em salas de formação, gabinetes de chefias, instalações sanitárias e um salão polivalente. No actual parque de viaturas serão alojadas as ambulâncias, em parque autónomo e reestruturado para o efeito. As viaturas de combate a incêndios serão parqueadas numa nova garagem localizado ao fundo da parada, no lado poente. A área destinada à secção feminina será composta por uma camarata, vestiários e instalações sanitárias, que substituirá o espaço da camarata masculina e da lavandaria. É também alvo de remodelação e ampliação o espaço da central telefónica, com ligação inclusiva ao novo espaço do 1º piso.

florestais e urbanos. O seu desenho e arquitectura revelam esse enquadramento e que as corporações de bombeiros ainda possuíam à época, bem diferentes das exigências e das suas estruturas nos dias de hoje.

Até 1983 não houve programas que regulamentassem a construção dos quartéis-sede das associações de bombeiros voluntários. Geralmente, o custo destas construções era suportado por três vias: os cofres da Associação, as verbas concedidas pelo poder local e o apoio da população. Só em 1983 foram definidos programas para a construção dos quartéis e aos quais se deviam submeter os respectivos projectos, sobretudo como condição para as associações poderem usufruir da comparticipação do Estado para esse efeito<sup>458</sup> (recordemos que o quartel figueiroense foi inaugurado em 1981). Em 23 de Novembro de 1993, por Despacho Conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Planeamento e da Administração do Território, foram determinadas as tipologias, as áreas úteis e as áreas brutas para os diversos sectores funcionais dos quartéis de bombeiros.

A dimensão e prevenção dos fogos florestais num concelho de alto risco situado na maior mancha florestal do centro de país; as actuais exigências ligadas ao transporte de doentes e emergência pré-hospitalar; o aumento dos efectivos voluntários e do pessoal permanente ao serviço das associações de bombeiros; a exigência de um Corpo Feminino; os novos equipamentos e as novas tecnologias de informação; a permanente necessidade de formação dos recursos humanos; e o braço avançado da protecção civil municipal, são os segmentos que ganharam corpo e relevância nestas organizações, sobretudo na última década, e que justificam plenamente a reestruturação dos complexos edificados dos quartéis de bombeiros que foram construídos antes de 1983. Acrescenta-se que a adesão de Portugal à União Europeia impõe o alinhamento do país face a novas exigências estruturais e tecnológicas.

### **4.3.3- A Unidade Local de Formação dos bombeiros**

---

<sup>458</sup> LOPES, Alberto Branco, «Quartéis de Bombeiros», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. I, Lisboa, 1995.



Fig.54 – Unidade Local de Formação de Bombeiros inaugurada em Janeiro de 2010

Um outro projecto, levado acabo pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, foi concretizado com êxito no ano de 2010: a inauguração da Unidade Local de Formação de Bombeiros. Esta obra, localizada na zona da «Mata

Municipal do Cabeço do Peão», foi construída durante o ano de 2009 e teve o seu baptismo no dia 23 de Janeiro de 2010, integrada nas comemorações dos 75 anos da Associação.

Esta U.L.F., da Escola Nacional de Bombeiros (E.N.B.), criada agora em Figueiró dos Vinhos, destina-se não só aos bombeiros figueiroenses mas também a outras corporações, nomeadamente as do norte do distrito de Leiria, que podem requisitar este espaço de formação, constituindo mais um motivo de orgulho e de prestígio para a corporação local.

A unidade de formação resulta de um projecto que remonta a 2009, fruto da iniciativa do comandante dos bombeiros figueiroenses, Joaquim Pinto Ascensão Martins, prontamente acarinhada pela direcção da Associação. A concretização deste projecto interliga-se com a política de descentralização que a Escola Nacional de Bombeiros tem vindo a encetar, pretendendo a implantação de forma criteriosa de 22 unidades do género em diversos concelhos, missionadas para dar formação aos bombeiros portugueses, em espaços adequados e especificamente criados para o efeito.<sup>459</sup> No dia da inauguração da unidade figueiroense, o Governador Civil do distrito de Leiria<sup>460</sup> frisou na sua intervenção que “*o tempo do amadorismo já não se coaduna com os tempos de hoje*”.

Este complexo, fruto de um esforço colectivo que envolveu várias entidades – Liga dos Bombeiros Portugueses, Câmara Municipal e Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos – traduziu-se num investimento que rondou os 300.000 Euros.

---

<sup>459</sup> Este projecto foi também acolhido com entusiasmo pela autarquia figueiroense e que no dizer do Presidente do Município, Rui Manuel Almeida e Silva, representa “*um passo fundamental para a região*” e para a formação dos bombeiros.

<sup>460</sup> Paiva de Carvalho

#### 4.4- A evolução e actividade do corpo activo

De que forma evoluiu o corpo activo nas últimas 3 décadas? Que dinâmicas estiveram na base dessa evolução? Que alterações se verificaram na sua estrutura organizacional? O período que precedeu à revolução de Abril de 1974 transportou para o seio da Associação uma ambiência de confronto reivindicativo, ao qual o corpo activo não ficou imune. Todavia, a atmosfera revolucionária não afectou o cerne da actividade dos bombeiros voluntários, nem a sua dinâmica operacional. As actas redigidas entre Abril de 1975 e Maio de 1976 reflectem o esforço do corpo activo em colaborar estreitamente com o corpo directivo da Associação. São referidas as participações dos bombeiros nas festas da feira anual do concelho; a constituição de uma escala para condutores e a necessária substituição do material desgastado durante as intervenções em incêndios, bem como a necessidade urgente de se constituir uma escola de recrutas. A acta de 14 de Novembro de 1975 frisa explicitamente a missão “*que os Soldados da Paz têm altruistamente desempenhado*”. A imprensa local a partir do Verão de 1976<sup>461</sup> relata algumas das intervenções dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos em incêndios ocorridos tanto no concelho como em concelhos vizinhos.



Fig.55 – Elementos do corpo activo em meados da década de 70

Da documentação consultada (relatórios, circulares, livros de actas e imprensa local) é possível visualizar a evolução da componente humana, operacional e material do corpo de bombeiros figueiroense. A mobilização social trazida pelo advento da democracia torna-se notória entre Abril de 1975 e Abril de 1976, período que

inaugurou fluxos contínuos de alistamentos para o corpo activo, bem como inscrições de novos sócios. De facto, o “*alistamento de vários jovens entusiastas*” com vista a

<sup>461</sup> Dos dois jornais locais, «A Regeneração» e o «Norte do Distrito», existentes à época, o primeiro interrompeu a sua publicação em 1975, não tendo publicado nenhum número durante esse ano, e o segundo encerrou em Abril de 1974, tendo publicado o seu último número em 10 de Abril. O jornal «A Regeneração» retomou a sua publicação a partir de Janeiro de 1976 e manteve-se até 15 de Janeiro de 1979.

darem o seu contributo à corporação, “*tornando possível uma diminuição de esforço do pessoal que até agora comparecia*”<sup>462</sup>, terá motivado a reactivação de uma escola de recrutas, concretizada ainda durante o ano de 1975.

Em 1981, segundo uma “Circular – Questionário” preenchido, e que fora enviado pela Liga dos Bombeiros Portugueses em 25 de Março, é constatável o continuo crescimento da vertente operacional da Associação e da sua credibilidade junto da comunidade. O comando estava estruturado<sup>463</sup> e estabilizado; a frota automóvel crescera<sup>464</sup>; o quadro de pessoal contava com 20 elementos no quadro activo, 17 elementos do quadro auxiliar, 1 enfermeiro, 1 quarteleiro, 4 motoristas e 10 elementos do corpo feminino.<sup>465</sup> O número de associados crescera para cerca de 1000<sup>466</sup>. A Associação declarava ainda possuir uma secção de recreio e desporto, formada por duas equipas de futebol (futebol de onze e futebol de salão) e um “museu” composto por “*uma carroça antiga (modelo 1920) e 1 Buick*”.<sup>467</sup>

No final da década de 80 (Verão de 1989) verifica-se uma reestruturação nos quadros dos bombeiros voluntários figueiroenses, com a finalização de um curso, que actualizou as promoções no seio do corpo activo e onde se incluía um grupo de aspirantes a bombeiros de 3ª Classe.<sup>468</sup> Durante os exames finais esteve presente o comandante da Zona Operacional nº 1 do Distrito de Leiria, Carlos Carvalho, que “*elogiou o aprumo dos Bombeiros de Figueiró e a firmeza marcial dos responsáveis*



Fig.56 – Corpo activo em meados da década de 90

*pele Comando, ao mesmo tempo que notou carências nas fardas de trabalho, que são afinal as consequências da falta de dinheiro com que lutam as*

<sup>462</sup> Relatório da Comissão Administrativa publicado no Jornal «Comarca de Figueiró», nº11, Abril de 1976.

<sup>463</sup> O quadro de comando era composto pelos seguintes elementos: José Mendes Lima (1º Comandante), José Guimarães Ladeira (2º Comandante) e Manuel Maria da Silva (Ajudante).

<sup>464</sup> Composição da frota automóvel em 1981: 2 viaturas de fogo, 1 Pronto-Socorro, 1 Auto-Nevoeiro, 2 viaturas de transporte de pessoal e 2 ambulâncias.

<sup>465</sup> A fanfara, por esta altura, contava com 25 elementos (entre elementos do corpo activo e aspirantes)

<sup>466</sup> Com a quota mínima de 120\$00 / ano.

<sup>467</sup> “Circular – Questionário” enviado à Direcção da Associação pela Liga dos Bombeiros Portugueses em 25 de Março de 1981, a fim de actualizar a base de dados daquela entidade.

<sup>468</sup> As provas, que tinham sido antecedidas de exames escritos, culminaram nesse dia com exames práticos de ataque a sinistros e salvação de vidas, realizados na casa-escola do quartel, perante o olhar atento do Comandante da Zona Operacional nº 1 do Distrito de Leiria, Carlos Carvalho, que presidiu às provas finais de promoção, e também do comando da corporação de Figueiró dos Vinhos.

*Corporações.*”<sup>469</sup>

No início da década de 90, a compleição do quadro de pessoal efectivo e permanente da Associação confirma uma colectividade em transição, ascendendo a um patamar organizativo mais complexo, mercê da evolução da sua actividade.<sup>470</sup> A meio da década os elementos que integravam o corpo activo quase que quintuplicaram em relação a 1981. De igual forma crescera o parque automóvel, que contava com 18 viaturas.<sup>471</sup>



Fig.57- Elementos do corpo activo em meados do 1º decénio do actual século

Entre 1994 e 2000, o contínuo afluxo de jovens recrutas, as promoções dos bombeiros já graduados e o bom aproveitamento dos instruendos que frequentavam a escola de aspirantes, aumentou o quadro activo e motivou a necessidade de se criarem mais duas secções. A direcção da Associação não

só aprova como se congratula “*com o trabalho organizativo e de reestruturação levada a cabo pelo Comando, com os resultados bem evidentes*”<sup>472</sup>, regozijando-se com a dinâmica e o trabalho organizativo implementado e cujos bons resultados se



Fig.58 – Corpo activo na actualidade

evidenciavam dessa forma. O estímulo que galvanizava o corpo activo não partia só da direcção da Associação. O comando também tonificava a motivação nas fileiras dos soldados da paz, premiando os bombeiros mais antigos e

<sup>469</sup> «Jornal de Figueiró dos Vinhos», nº 90, Julho de 1989.

<sup>470</sup> No final do ano de 1990 o quadro de pessoal efectivo e permanente da corporação era composto por 5 elementos: Julio Furtado Oliveira Canário (Quarteleiro); Maria José Gonçalves Ferreira da Silva Lopes (Auxiliar Administrativa); Ana Paula Ferreira Dias (Servente de Limpeza); Luis Samuel Dias Lopes e Joaquim Pinto Ascensão Martins (ambos Motoristas).

<sup>471</sup> Distribuídos pela seguinte tipologia: 1 viatura de Comando; 3 viaturas pesadas; 3 viaturas ligeiras; 2 auto-tanques; 5 ambulâncias e 4 viaturas de transporte de pessoal e equipamento.

<sup>472</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 24 de Março de 1994.

apresentando-os como exemplo a seguir aos bombeiros mais novos.<sup>473</sup>

No momento actual, a compleição do corpo operacional da Associação evidencia-se pela robustez que caracteriza a sua estrutura, com cerca de uma centena de elementos no quadro activo<sup>474</sup> e um salutar corpo de jovens cadetes, com vários cursos de formação ministrados nas instalações do quartel.

Actualmente, o voluntariado nos bombeiros encontra uma instituição onde os jovens podem colher oportunidades de formação em várias áreas, tornando-os homens e mulheres multifacetados, no conhecimento e na assimilação de competências técnicas extraordinárias e complexas, ministradas por elementos qualificados da corporação figueiroense. A eficácia e o profissionalismo crescentes dos soldados da paz colocam-nos a um elevado nível técnico, fazendo deles especialistas nas várias missões que actualmente lhes estão adstritas. Podemos apontar, que são ministrados actualmente nos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos, os seguintes programas/cursos formativos: salvamento e desencarceramento; tripulantes de ambulância de transporte (inclui “primeiros-socorros”); incêndios urbanos e industriais; incêndios florestais; conhecimentos técnicos em electricidade, hidráulica e construção civil; busca e salvamento; ventilação táctica; segurança e protecção individual; técnicas de ambulância de socorro.



Fig.59 – Jeep «Land Rover» transformado em viatura de ataque a incêndios

Em relação a material e a equipamento diverso, a preocupação basilar das direcções sempre se centrou em dotar o corpo activo com os meios técnicos adequados para o combate aos incêndios e na prestação de socorro à comunidade figueiroense. Destes, tem especial destaque as viaturas, elemento essencial em qualquer corpo de bombeiros. Na

---

<sup>473</sup> No ano em que a associação festejou o seu 70º aniversário (2005) a direcção, por proposta do comandante Joaquim Pinto, delibera propor à Liga dos Bombeiros Portugueses a atribuição do «crachá de ouro» aos bombeiros, Amândio Assunção Martins (chefe), Isidro Alberto da Silva Gonçalves Tomé e António Godinho Encarnação (bombeiros de 1ª Classe), “*pelo reconhecimento de mais de 35 anos de dedicação à causa dos Bombeiros. Tratando-se de elementos que ao longo destes anos se destacaram pelo Bom comportamento, empenho e zelo, primando sempre pelo Bom nome quer desta Associação, quer dos Bombeiros Portugueses, tratando sempre com lealdade e respeito quer os seus colegas quer a sociedade em geral, sendo portanto dignos merecedores desta distinção honorífica*” (Acta de reunião da direcção de 26 de Abril de 2005.

<sup>474</sup> Em meados de 2010 previa-se, a curto prazo, que o quadro activo ultrapassasse os 120 elementos.

impossibilidade de se adquirirem veículos novos, e quando as ofertas por parte dos meios militares ou das entidades oficiais minguavam ou tardavam, a Associação optava por melhorar e rentabilizar algumas viaturas, apetrechando-os e reequipando-os.<sup>475</sup> Porém, o facto dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos começarem a ser solicitados com mais frequência, para acorrerem a outras zonas do país, e cada vez mais distantes do seu concelho, tornava premente a preocupação da Associação com a aquisição de novas viaturas.



Fig.60- Viatura florestal de combate a incêndios

Até meados dos anos 80 do século passado, a maioria dos veículos, que compunham a frota automóvel dos bombeiros, tinha um perfil essencialmente urbano, devido à vocação inicial dos bombeiros voluntários e que esteve na origem da sua criação. Só a partir do início da década de 80 é que passaram a surgir

pronto-socorros todo-o-terreno, providos com as características adequadas ao combate de incêndios em meio florestal. Esse facto permite constatar que, nas últimas 3 décadas, assistiu-se a uma mudança qualitativa e quantitativa nos parques de viaturas dos bombeiros voluntários portugueses, “*mercê da criada responsabilização pelo combate aos incêndios florestais cometida aos bombeiros*”.<sup>476</sup>

Todavia, a aquisição de veículos operacionais adequados para o combate a incêndios em meio serrano e florestal, dadas as suas características técnicas com que são fabricados e equipados, revela-se extremamente onerosa para as associações de corpos de bombeiros, que só por si não dispõem de capacidade financeira, que lhes possibilitem manter os seus parques automóveis constantemente actualizados. Neste sentido, e no caso da corporação figueiroense, é possível respondermos a duas questões basilares: de

---

<sup>475</sup> Como por exemplo, um jeep «Land Rover», adquirido no início da década de 80 e que foi adaptado em 1985 para o ataque a incêndios, com montagem de tanque e bomba. Outra viatura readaptada foi outro jeep «Land Rover Defender – Pick Up», adquirido na Primavera de 1996 por proposta do comando, por 3.240.000\$00 e que seria transformado num estratégico meio operacional do corpo activo, com a colaboração da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos que financiou a operação.

<sup>476</sup> SANTOS, Cristiano da Costa, «O Equipamento dos Bombeiros Portugueses», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. I, Lisboa, 1995, p. 374.

que forma tem sido equipada e formada a sua frota automóvel desde 1974 até ao presente? Quem financiou a aquisição e a manutenção dos veículos?

Assim, do levantamento efectuado é possível apurar que a Associação, entre 1974 e 1999, adquiriu um total de cerca de 30 veículos. Deste universo, a aquisição, a manutenção e o melhoramento da frota automóvel teve o seu predomínio na componente de veículos operacionais para combate a incêndios, que constituíram cerca de 70% dos veículos adquiridos ou oferecidos. A componente de socorro hospitalar (ambulâncias) constituiu cerca de 30% das entradas de veículos na frota dos bombeiros figueiroenses.

Esta tendência alterou-se no início do 1º decénio do presente século, com a vertente socorrista e pré-hospitalar a tomar a dianteira nas preocupações da direcção com a aquisição de ambulâncias. Tal facto anda em paralelo com a importância crescente da assistência que os bombeiros prestam no transporte de doentes e que se tem revelado fundamental para a comunidade figueiroense. A ala ambulatória da corporação impôs-se como um serviço indispensável, num concelho populacional envelhecido, mediando e equilibrando o seu bem-estar e colaborando intensivamente para a sua qualidade de vida. Os protocolos que a Associação firmou com os Serviços Médicos Sociais de Leiria (1985) e com o INEM (2006) confirmam a importância institucional da vertente socorrista dos bombeiros voluntários figueiroenses perante a comunidade que servem. A



Fig.61 – Ambulância de socorro

corporação conta com cerca de uma dezena de ambulâncias, de 3 categorias diferentes: ambulâncias de socorro (ABSC); ambulâncias de transporte múltiplo (ABTM) e ambulâncias de transporte de doentes (ABTD).

A intensificação da actividade ambulatória dos bombeiros figueiroenses

começa a notar-se se a partir do início da década de 90, atendendo aos números que se destacam de entre as outras missões que o corpo activo cumpriu. De facto, durante o ano de 1992 as suas ambulâncias cumpriram quase 1000 serviços. No final da década

ascendiam a quase 2000 serviços anuais, com uma média de 5 saídas por dia. Em 2004 já registava 80% do total da sua actividade.<sup>477</sup>

Actualmente (2011) a actividade da corporação na vertente hospitalar ramifica-se em quatro pólos: intervenção em acidentes viários; emergência hospitalar; transporte de doentes gerais; e transferências inter-hospitalares. Os números resultantes destes serviços demonstram claramente o crescimento da actividade ambulatória da Associação, que empalidecem os apresentados em relação à década de 90. Senão vejamos: a corporação ocorreu a 31 acidentes viários; realizou 798 emergências hospitalares; transportou 4093 doentes para hospitais; e efectuou a transferência de 582 doentes entre hospitais. Para a concretização destas missões as suas 9 ambulâncias<sup>478</sup> percorreram 312.283 quilómetros, consumindo 37569 litros de combustível.<sup>479</sup> Daí a preponderância na formação do corpo activo em cursos relacionados com a actividade de socorro e salvamento, sobretudo a partir do início do último decénio, tornando o sector da saúde muito importante no corpo de bombeiros.

Desde 2003, que cerca de 90%<sup>480</sup> dos bombeiros figueiroenses possuem cursos de socorrismo, tripulação de ambulâncias, salvamento e desencarceramento. A formação nesta área sensível, aplicada através de programas oriundos do Serviço Nacional de Bombeiros, apresenta-se fundamental e imprescindível. Dota os elementos do corpo activo com a profissionalização necessária, correspondente à complexidade da sua missão na área da saúde. A imagem do bombeiro que servia apenas para colocar o doente na maca e transportá-lo ao hospital está completamente desajustada face à sua capacidade técnica actual.

Em relação à renovação do parque automóvel para qualquer Associação de bombeiros, exigem-se recursos financeiros bem encorpados, mercê da componente tecnológica que compõe actualmente os veículos, cujas características técnicas evoluem constantemente obrigando as corporações a actualizações contínuas.<sup>481</sup>

---

<sup>477</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 19 de Março de 2004.

<sup>478</sup> A corporação possui actualmente 9 ambulâncias: 3 do tipo ABSC; 4 do tipo ABTD e 2 do tipo ABTM.

<sup>479</sup> Dados colhidos e fornecidos pelo comandante Joaquim Pinto Ascensão Martins e referentes ao mapa de serviços de 2011.

<sup>480</sup> Dados fornecidos pelo actual comandante dos bombeiros, Joaquim Pinto Ascensão Martins.

<sup>481</sup> As novas ambulâncias equipadas com tecnologia para prestarem socorro pré-hospitalar ascendem a custos entre os 35.000,00 e os 50.000,00 Euros.

Em 1998 foi adquirido um pronto-socorro de combate a incêndios florestais que custou 21.000.000\$00 na moeda antiga (cerca de 105.000,00 Euros), verba que foi comparticipada em 66% pelo Serviço Nacional de Bombeiros e a restante pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.



Fig.62 – Aspecto do parque de viaturas da corporação na actualidade

A Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos sempre esteve longe de possuir capacidade financeira para fazer face, de forma autónoma, a encargos com a aquisição de veículos novos. Tal só é possível com a comparticipação de outras entidades e com a prática de alguns expedientes

tradicionais, como o sejam as campanhas de angariação, realizadas através de peditórios e cortejos<sup>482</sup>.

Nos montantes injectados para o sector automóvel, destacam-se 3 entidades de onde são oriundos os financiamentos: o Serviço Nacional de Bombeiros (SNB)<sup>483</sup>, a própria associação humanitária figueiroense e a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos. Estas 3 entidades têm-se associado entre si para responder aos esforços financeiros para a aquisição de veículos.

No final dos anos 70 sobressaem as ofertas de alguns veículos usados advindos da Força Aérea Portuguesa e da Defesa Civil do Território. Antes da sua extinção (em 2000<sup>484</sup>), a Inspeção Regional de Bombeiros do Centro comparticipou a aquisição de alguns veículos, nomeadamente uma ambulância e um pronto-socorro médio de combate a incêndios florestais. Uma oferta oriunda do estrangeiro, em Maio de 1991, do município da cidade de Leimen, dotou a corporação com uma viatura de 9 lugares, para transporte de pessoal e destinada a ser transformada também em auto-tanque.<sup>485</sup>

<sup>482</sup> Uma campanha de angariação de fundos foi desenvolvida em todo o concelho no final de 2002 destinada a adquirir uma ambulância. (Ler mais no sub-capítulo \_\_, sobre os peditórios e os cortejos realizados a favor dos bombeiros).

<sup>483</sup> Antes da sua extinção, também a Inspeção Regional dos Bombeiros do Centro comparticipou na aquisição de veículos, nomeadamente numa ambulância e num pronto-socorro médio.

<sup>484</sup> O Decreto-Lei nº 293/2000, de 17 de Novembro, veio reformular a estrutura e funcionamento do Serviço Nacional de Bombeiros, adaptando aquele Serviço “às exigências actuais em que se desenvolve a actividade dos corpos de bombeiros, com particular realce para o domínio da coordenação operacional das acções e meios de socorro e assistência.”

Assim, “os serviços de inspecção são reorganizados numa base distrital, sendo as inspecções regionais de bombeiros substituídas pelas inspecções distritais, procedendo-se, assim, a uma profunda reformulação das estruturas descentralizadas do Serviço

Nacional de Bombeiros que, por esta via, se harmoniza com o modelo adoptado na organização político-administrativa do País”.

<sup>485</sup> Esta oferta contou com o apoio do General Heinz Peter Ptak, presidente honorífico da Associação Luso-Alemã e do Presidente da Câmara de Leimen, na sequência do pedido formulado pela Direcção dos



Fig.63 – Entrega de uma ambulância pela Caixa de Crédito Mutuo da Zona do Pinhal em 2008

À parte das entidades públicas, refiram-se também as importantes contribuições concretizadas por entidades privadas, com especial destaque para a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Zona do Pinhal, que em Janeiro de 2008 ofereceu aos bombeiros figueiroenses uma

ambulância tipo ABDT, no valor de 35.000,00 euros. Outra oferta importante adveio da iniciativa de um sócio benemérito, Aquiles de Almeida Morgado, que em Setembro de 2008 ofereceu, na íntegra, uma ambulância do tipo ABSC, equipada com o que melhor existe no mercado para fazer face à prestação de socorro e emergência pré-hospitalar.<sup>486</sup>

Apesar da conjugação de esforços das entidades referidas e que mais têm beneficiado a corporação financeiramente, é justo referir a evidência contributiva da própria Associação, para dotar o corpo activo dos meios operacionais considerados indispensáveis à sua missão.

A Associação atingiu, após sete décadas e meia de percurso, um patamar de excelência organizacional, capaz de fazer inveja a muitas empresas privadas. Possui uma contabilidade de feição empresarial, demonstrando uma arquitectura de prestação de serviços dinâmica, estruturada num organograma funcional interligador e rigoroso, que confirma a amplitude que a instituição alcançou e que assume, impondo a si própria a necessidade de um modelo organizacional complexo, vital para o seu bom funcionamento.<sup>487</sup> A sua complexa estrutura operacional está bem patente no Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros de Figueiró dos Vinhos, actualizado em

---

Bombeiros, tendo-se deslocado á Alemanha para receber a viatura, três elementos da Direcção, o Vice-Presidente Luis Santos Coelho, o Tesoureiro José Pedro Tavares Barbosa e o Vogal Luis Paulo Carvalho Batista, “*apesar dessa deslocação ter exigido alguns sacrifícios aos participantes*”(acta da direcção de Maio de 1991).

<sup>486</sup> A oferta foi realizada no âmbito de uma campanha de fundos que então estava em marcha e que objectivava a aquisição de um veículo com estas características.

<sup>487</sup> Ver Volume II, Anexos II, ponto 1, Documentos, o actual organograma do Corpo de Bombeiros de Figueiró dos Vinhos

2007<sup>488</sup>, onde se define a sua missão e área de actuação; a sua intervenção e estrutura operacional; a organização do corpo de bombeiros e as suas normas internas.



Fig.64 – Guarda de Honra feita ao Presidente da República pelos bombeiros Figueiroenses, quando este visitou o Concelho em 2010

Em relação às representações oficiais, homenagens e condecorações, a Associação e o seu corpo activo têm um longo historial de convites recebidos, vindos das entidades mais diversas, públicas e privadas, e que têm contribuído para o prestígio da colectividade. Esta, sempre soube honrar o compromisso de se fazer representar, de forma galharda e digna, capitalizando respeito e estima, comprovando o reconhecimento público que auferir aos vários níveis, local, regional e nacional. A título de exemplo podemos referir a sua presença em: aniversários de associações de bombeiros

voluntários em todo o país; Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos (Lisboa); Liga dos Bombeiros Portugueses (para a tomada de posse dos seus órgãos sociais); congressos da Liga de Bombeiros Portugueses; Federação de Bombeiros do Distrito de Leiria; eventos relacionados com Associações locais e regionais; guarda-de-honra a entidades e individualidades que visitam o nosso concelho e participação em cerimónias religiosas.

A corporação, através do seu garboso corpo activo, foi sempre uma presença habitual e constante, de grande dignidade e valor, que prestigia e marca os cerimoniais e os acontecimentos mais relevantes, que envolvem a representação e a identidade do concelho de Figueiró dos Vinhos. Para além dos louvores atribuídos pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos à Associação Humanitária, ao longo da sua história, bem como os advindos de empresas em agradecimento aos bombeiros figueiroenses pelos serviços prestados, sem esquecer as condecorações atribuídas pelas entidades oficiais ligadas aos bombeiros portugueses<sup>489</sup>, e que são referidas ao longo desta narrativa, refiram-se duas homenagens particularmente importantes: um louvor concedido pela Câmara Municipal de Leiria, em 22 de Maio de 2003, louvando “ o

<sup>488</sup> E de acordo com o Regime Jurídico dos Corpo de Bombeiros, aprovado pelo Decreto-Lei 247/2007 de 27 de Junho.

<sup>489</sup> Entre as quais refira-se a atribuição da Medalha de Ouro-2 estrelas, atribuída pela Liga dos Bombeiros Portugueses, em 26 de Março de 1981, “em virtude dos relevantes serviços prestados à causa do socorrismo” (citação retirada do diploma que acompanha a medalha).

*Corpo de Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos pela sua participação na «Operação Água Leiria 2002», acção fundamental de ajuda à população da cidade de Leiria, na semana de 17 a 21 de Setembro de 2002»; e a atribuição da Medalha de Mérito do Concelho, pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em 24 de Junho (dia do concelho) de 2001, que deliberou, “por unanimidade, na sua reunião ordinária realizada no dia 13 de Junho de 2001, atribuir à Associação Humanitária dos*



Fig.65 – Imposição da Medalha de Mérito do Concelho no estandarte da corporação pelo Presidente do Município em 2008

*Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, a Medalha de Mérito do concelho”, pelos serviços prestados em prol da população do concelho.<sup>490</sup> Esta homenagem do município de Figueiró dos Vinhos aos seus bombeiros voluntários tem sido repetida ao longo do tempo.*

#### **4.5- As fontes de financiamento da Associação**

---

Quem financiou a associação entre 1974 e o momento presente? Que entidades irrigaram verbas, donativos e subsídios e que permitiram à organização evoluir ao longo das últimas 3 décadas?

De facto, se analisarmos a contabilidade da Associação, extrai-se facilmente a ideia de uma organização com uma dinâmica evolutiva no tempo, que aumentou consideravelmente o seu património, que desmultiplicou a sua missão em novas vertentes operacionais, que valorizou o seu núcleo activo creditando a sua intervenção no seio da comunidade que serve. Concluindo, uma Associação que amadureceu firmada, sobretudo, na vontade da tempera humana que a vitalizou e nos apoios estatais e de outras identidades públicas.

No caso da Associação figueiroense surge, destacada, à cabeça da lista das entidades que a patrocinaram, a edilidade camarária. A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

---

<sup>490</sup> Citações retiradas dos respectivos diplomas que acompanham o Louvor e a Medalha de Mérito

foi o braço de apoio, tanto no aporte financeiro como na colaboração técnica e institucional<sup>491</sup>, nomeadamente na mediação e na resolução de problemas com entidades locais e regionais<sup>492</sup>, tendo-se revelado fundamental para a estabilidade da Associação. Entre 1975 e 1990, as verbas que subsidiavam a Associação humanitária figueirense provinham de 4 fontes: o Serviço Nacional de Bombeiros<sup>493</sup>; a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, a Inspeção Regional de Bombeiros do Centro<sup>494</sup> e o dinheiro dos contribuintes. Os encaixes financeiros prestados por estas entidades destinavam-se, sobretudo, à aquisição de veículos (operacionais e de socorro) e equipamento diverso. Acresce ao montante das receitas o encaixe proveniente de peditórios, donativos (de empresas e de particulares) e da quotização dos sócios.

É também importante salientar que, desde 1975, os montantes dos subsídios anuais concedidos à Associação dos bombeiros voluntários locais estão entre os de maior valor que a Câmara Municipal tem disponibilizado ao conjunto das associações concelhias. Tem, inclusivamente, averbado subsídios à corporação, qualificados de excepcionais, em alturas de maiores contracções financeiras, provocadas por épocas de incêndio desgastantes<sup>495</sup> ou para suprir despesas relacionadas com a aquisição de equipamento importante<sup>496</sup> ou veículos<sup>497</sup>. É também um facto que o valor dos subsídios camarários

---

<sup>491</sup> Nomeadamente na elaboração de projectos e candidaturas destinados a obras no quartel.

<sup>492</sup> Como por exemplo, na sequência do Verão de 1983, que foi pródigo em incêndios e “*em que muitos haviam perdido todos os seus haveres*”, obrigando a corporação a um desgaste material, combustível e alimentação, que definhou a parca tesouraria da associação. Esta realidade foi de tal maneira sentida pelo poder autárquico, que motivou a Câmara Municipal a envidar “*esforços junto do poder central da necessidade deste conceder subsídios às vítimas dos incêndios do Verão de 1983*” e onde estavam incluídos os bombeiros locais. (Citação: acta de reunião da Câmara Municipal de 27 de Dezembro de 1983). Tal foi a gravidade com que ocorreram esses incêndios no distrito de Leiria e nomeadamente no concelho de Figueiró dos Vinhos, que mereceria a intervenção do deputado Fernando Costa na Assembleia da Republica, em Fevereiro do ano seguinte.

<sup>493</sup> O Serviço Nacional de Bombeiros vulgarmente foi um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio. Exerceu a sua acção sobre o território do continente e esteve sujeito à tutela do Ministro da Administração Interna. Foi criado pela Lei 10/79, de 20 de Março, com a finalidade de orientar, coordenar, fiscalizar e apoiar a actividade dos corpos de bombeiros.

<sup>494</sup> O Decreto-Lei 293/2000, de 17 de Novembro, procedeu à última alteração orgânica, reorganizando os serviços de inspeção em base distrital, sendo as anteriores inspecções regionais substituídas por inspecções distritais.

<sup>495</sup> Como ano de 1975, em que se viveu um “*calamitoso período de incêndios na região*” (acta da sessão da Câmara Municipal de 10 de Setembro de 1975), que motivou a Câmara Municipal a “*apreciar a actuação decidida e generosa da Corporação dos Bombeiros Voluntários, especialmente o seu Corpo Activo*”, concedendo-lhe um voto de louvor e um subsídio de 25.000\$00.

<sup>496</sup> No Verão de 1989 a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos concede um subsídio de 300.000\$00 destinados a financiar a actividade do Corpo de Bombeiros Mergulhadores (com a compra de 1 ou 2 fatos de mergulhador) e para fazer face a despesas com o patrulhamento das florestas. Deste montante, 200.000\$00 seriam concedidos “*através da Fundação Luso Americana com a entrega de 3 ou 4 motorizadas à Associação em devido tempo*” (acta de reunião da Direcção de 06 de Junho de 1989).

tem vindo a aumentar ao longo das últimas décadas.<sup>498</sup> Outras despesas que a Câmara Municipal tem ajudado a colmatar respeitam à manutenção e melhoramento das instalações da associação.<sup>499</sup> Não menos importante, foi a colaboração da Câmara Municipal na constituição de uma «Equipa de Intervenção Permanente» (EIP). Esta estrutura reforçou a operacionalidade do corpo activo, objectivando a melhoria de prestação, em permanência, do socorro e apoio à população.<sup>500</sup>



Fig.66 – Equipa de Intervenção Permanente

O apoio institucional e financeiro prestado pela Câmara Municipal ao longo das últimas décadas foi de tal maneira fulcral para a vida da Associação que esta deliberou, por unanimidade, em 18 de Janeiro de 2010, propor à Liga dos Bombeiros Portugueses a

atribuição do “Prémio Bombeiro de Mérito”, na categoria – “Menção Honrosa”,<sup>501</sup> à edilidade figueiroense.

---

Em 2000, a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos em face das dificuldades que a associação atravessou, decorrentes dos fogos florestais que se intensificaram nesse ano, atribuiu um subsídio extraordinário aos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos no valor de 1.500.000\$00.

<sup>497</sup> Em reunião de 13 de Maio de 1993, a Câmara Municipal deliberou “*contribuir com um subsídio especial de 4.000.000\$00 para ajuda da aquisição de material circulante, designadamente de mais uma ambulância e um auto-tanque*” (Boletim Municipal, nº 14, Abril de 1993).

<sup>498</sup> Em 1975 a Câmara atribuiu um subsídio de 25.000\$00 (acta da reunião de Câmara de 10 de Setembro); em 1989 concede um subsídio de 300.000\$00 e em 2001 deliberou conceder um subsídio de 567.450\$00, para custear as novas obras do quartel.

<sup>499</sup> Em 2001, a Câmara Municipal deliberou conceder um subsídio de 567.450\$00 à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários figueiroenses para custear as novas obras do quartel.

Em 2003, a Câmara Municipal custeou a totalidade da pavimentação da parada do quartel.

Em 2009 colabora no esforço financeiro das obras de ampliação do quartel.

<sup>500</sup> O Decreto-Lei nº 247/2007 de 27 de Junho, permite a criação de equipas permanentes de intervenção nos corpos de bombeiros, para além de pretender efectuar uma profunda mudança ao nível da estruturação dos corpos de bombeiros e da sua articulação operacional, nomeadamente na redução do número de quadros e na redefinição das bases da sua actividade operacional.

A constituição dessas equipas foi regulada pela Portaria nº 1358/2007 de 15 de Outubro, que definia a criação de equipas de intervenção permanente nos concelhos de maior risco, bem como o seu funcionamento baseado numa congregação de esforços de base institucional (Autoridade Nacional de Protecção Civil, Câmaras Municipais e Associações Humanitárias de Bombeiros).

Os elementos que constituem as EIP desempenham, ainda, outras tarefas de âmbito operacional, incluindo planeamento, formação, reconhecimento dos locais de risco e das zonas críticas, preparação física e desportos, limpeza e manutenção de equipamento, viaturas e instalações, sem prejuízo da prontidão e socorro.

<sup>501</sup> Transcrição da acta de reunião da direcção realizada em 18 de Janeiro de 2010.

Actualmente, o amparo financeiro prestado pela Câmara Municipal aos bombeiros figueiroenses continua a ser notório, representando cerca de 35% do montante total dos subsídios que são facultados à Associação e que compõem o seu orçamento anual<sup>502</sup>.

Todavia, o apoio financeiro aos corpos de bombeiros tem o seu canal principal na Autoridade Nacional de Protecção Civil<sup>503</sup>. No caso da Associação Humanitária figueiroense, os subsídios concedidos por esta entidade, cifram-se em cerca de 63% do montante total dos subsídios, que a colectividade recebe anualmente. O Governo Civil de Leiria aparece na lista apenas com cerca de 2% do total das verbas subsidiadas.

À parte dos canais oficiais que subsidiam os bombeiros figueiroenses, juntam-se os donativos, expressos em peditórios, em doações particulares e através da quotização dos sócios. Acresce a este apuramento os rendimentos provenientes do bar da associação, do aluguer de salas para formação e do serviço ligado a uma operadora de comunicações móveis. A prestação de serviços diversos (transporte de água, limpeza de estradas, etc) completa o quadro dos recursos financeiros da Associação, sobressaindo nestes os serviços de ambulância.

Pelo relatório de apresentação de contas relativas ao exercício de 2010, conclui-se, que a vertente financeira da Associação provém de um triângulo, cujos vértices são constituídos por subsídios provenientes de três rubricas: pelos subsídios e donativos diversos; prestação de serviços; quotizações e rendas variadas. Representam respectivamente, 56%, 30% e 14% do montante global do seu orçamento anual.

---

<sup>502</sup> Dados extraídos do Relatório da apresentação de contas – Exercício de 2010, 30 de Março de 2011.

<sup>503</sup> A Autoridade Nacional de Protecção Civil veio substituir o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, tendo este resultado da fusão do Serviço Nacional de Protecção Civil, Serviço Nacional de Bombeiros e Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais.

Com a extinção da Legião Portuguesa e da Organização Nacional da Defesa Civil do Território, executadas pelo Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de Abril, a quem, no regime anterior, estavam atribuídos os meios de acção e os fundos disponíveis para o efeito, o país ficou desprovido de uma entidade administradora da protecção civil.

Assim, o actual Sistema de Protecção Civil foi criado em 1975 com a publicação do Decreto-Lei n.º 78/75, que criou na dependência do Ministério da Defesa Nacional o Serviço Nacional de Protecção Civil. Em 1991 com a publicação da Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto – Lei de Bases da Protecção Civil - definiu a estrutura, serviços e agentes de protecção civil, fixando que o Sistema Nacional de Protecção Civil integra o Serviço Nacional, os Serviços Regionais e os Serviços Municipais.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, que aprovou a Lei de Bases de Protecção Civil, foi redefinido o sistema de protecção civil, assumindo a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) um papel fundamental no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política de protecção civil. O decreto-lei n.º 75/07, de 29 de Março, veio dotar a ANPC com um novo modelo de organização que assegura o exercício eficiente e oportuno das atribuições que lhe cumprem, no âmbito da previsão e gestão de riscos, da actividade de protecção e socorro, das actividades dos bombeiros e em matéria do planeamento de emergência.

<b>Apresentação de contas - Exercício de 2010 - Rendimentos</b>		
Subsídios e donativos diversos	261.915,84 €	56%
Prestação de serviços	140.291,13 €	30%
Quotizações e rendas variadas	64.217,78 €	14%
<b>Total</b>	<b>466.424,75 €</b>	<b>100%</b>

**Quadro/Fonte:**  
Apresentação de  
Contas – Exercício  
de 2010

Esta receita global é repartida por quatro segmentos de despesa que a Associação tem como fixos: abastecimento, reparação e conservação de viaturas; pagamento de seguros; gastos com o pessoal; aquisição e substituição de equipamento e material diverso (e onde se incluem as participações da Associação para a aquisição de viaturas), representando respectivamente, 13%; 2%; 56%; 29% do montante global do seu orçamento anual<sup>504</sup>. A verba dispendida para a manutenção do actual quadro de pessoal representa a maior fatia no cômputo das despesas da Associação. Este está intimamente correlacionado com o aumento contínuo da vertente socorrista e pré-hospitalar que os bombeiros de Figueiró dos Vinhos prestam à população e da premente necessidade de o manterem<sup>505</sup>.

<b>Apresentação de contas - Exercício de 2010 - Despesas</b>		
Abastecimento, reparação e conservação viaturas	64.128,39 €	13%
Pagamento de Seguros	6.743,93 €	2%
Gastos com o pessoal	280.895,53 €	56%
Aquisição e substituição de equipamento e material diverso	141.961,05 €	29%
<b>Total</b>	<b>493728,9</b>	<b>100%</b>

**Quadro/Fonte:**  
Apresentação de  
Contas – Exercício de  
2010

<sup>504</sup> Dados extraídos do Relatório da apresentação de contas – Exercício de 2010, 30 de Março de 2011.

<sup>505</sup> Dados extraídos do Relatório da apresentação de contas – Exercício de 2010, 30 de Março de 2011.

## 4.6- As revisões estatutárias

---



ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS  
VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Fig.67 – Capa dos estatutos da A.H.B.V.F.V.

Os estatutos redigidos em 1935 mantiveram-se inalterados durante quase 5 décadas. Porém, Henrique Vaz Lacerda, em sessão da assembleia-geral realizada em 02 de Março de 1974<sup>506</sup>, já considerava desactualizados os estatutos da Associação e que por isso se impunha a “*imperiosa necessidade de se remodelarem*”<sup>507</sup>. A

revolução de Abril de 1974 veio adiar a proposta de se proceder à alteração dos estatutos.

A questão da alteração dos estatutos foi retomada em 29 de Abril de 1976, entendendo a direcção, que os estatutos se encontravam de facto desactualizados, decidindo-se iniciar os trabalhos tendentes à elaboração dum ante-projecto de revisão do código estatutário da colectividade, a serem apresentados em assembleia-geral para a respectiva aprovação. Todavia, este processo arrastar-se-ia por mais 1 ano<sup>508</sup>.

Em Abril de 1977 a direcção volta a insistir na necessidade urgente de se proceder à revisão dos estatutos objectivando a sua actualização, uma vez que a Associação ainda se regia pelos primitivos estatutos elaborados e aprovados em 1935. Estes apresentavam grande parte do seu articulado desajustado e ultrapassado, não servindo a colectividade com a eficácia normativa adequada às novas realidades económico-sociais.

Somente em inícios de 1983 (Fevereiro) um grupo de sócios decide elaborar um novo projecto estatutário, num processo que se revelou bastante dinâmico. Em 07 de Novembro desse ano a direcção aprova finalmente o novo projecto dos estatutos da Associação, que viriam a ser aprovados em assembleia-geral de 03 de Dezembro.<sup>509</sup> A alteração dos artigos e dos parágrafos tiveram o consenso geral e foram aprovados, ou

---

<sup>506</sup> À época era vice-presidente desse órgão social

<sup>507</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 02 de Março de 1974.

<sup>508</sup> Não há registos que permitam clarear o motivo dos obstáculos que impediram, nesse espaço de tempo, a concretização de um novo modelo estatutário.

<sup>509</sup> De facto, reunidos em assembleia-geral extraordinária, presidida por Aquiles Morgado, os sócios da associação “*apreciaram todo o articulado do projecto dos novos estatutos*” (Acta da Assembleia-Geral de 03 de Dezembro de 1983). A escritura dos novos estatutos foi realizada em 12 de Janeiro de 1984.

por unanimidade, ou por maioria. Esta remodelada e ampliada redacção estatutária comporta 7 capítulos e 63 artigos.

Das alterações mais relevantes refiram-se: a concessão do direito de voto aos sócios auxiliares, até aqui impedidos de votar; o processo eleitoral e a composição dos órgãos sociais da Associação. Ficava também determinado, que todos os membros dos órgãos sociais eram eleitos por escrutínio secreto e em sessão de assembleia-geral. O presidente da assembleia-geral deixava de ser nomeado por indicação da Associação Comercial e Industrial de Figueiró dos Vinhos e os membros que compunham o conselho fiscal passavam a ser todos eleitos em assembleia-geral<sup>510</sup>. O novo código estatutário da colectividade amplia o número de membros a eleger para os órgãos sociais: a assembleia-geral passa de três para quatro elementos; a equipa da direcção aumenta de quatro para sete elementos, a que acrescem dois vogais suplentes. O conselho fiscal mantém-se inalterado com três elementos. A duração do mandato dos órgãos sociais passava de um ano para três anos.

Em assembleia-geral, realizada em 10 de Dezembro de 2004, foi apresentada uma proposta para reactualizar os estatutos que vigoravam na Associação desde 03 de Dezembro de 1983. Entendia-se que alguns dos artigos já não se justificavam, pela sua extemporaneidade. Para a tarefa desta reactualização estatutária foram importantes os contributos da Federação de Bombeiros do Distrito de Leiria e do seu Presidente, Júlio Marques, que cedeu “*material para consulta e elaboração de proposta dos Novos Estatutos*”<sup>511</sup>.

Foram alteradas pontualmente algumas disposições no articulado estatutário, num processo que foi bastante participado nessa assembleia-geral. Este procedimento de actualização estatutária contou igualmente com os contributos do presidente da assembleia-geral (Fernando Manuel Conceição Manata<sup>512</sup>) e do presidente da direcção (Luis Filipe Antunes da Silva), “*que deram os seus contributos à proposta dos novos estatutos*”<sup>513</sup>.

---

<sup>510</sup> Recorde-se que nos estatutos de 1937, e que estiveram em vigor até 1983, dos três membros que compunham o conselho fiscal, só um era realmente eleito em assembleia-geral. Os restantes elementos, um era nomeado pela Câmara Municipal e o outro era ocupado pelo maior subscritor de entre os sócios contribuintes.

<sup>511</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 10 de Dezembro de 2004.

<sup>512</sup> À época presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos. Fernando Manuel Conceição Manata e que exerceu o cargo entre 1989 e 2005.

<sup>513</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 10 de Dezembro de 2004.

#### 4.7- Os homens do leme directivo

---

Quem foram os homens que lideraram as direcções nas ultimas 4 décadas da vida da Associação? Que características possuíam e que contribuíram para o cargo e dinâmica da colectividade? Que relação têm com a maturidade e o prestígio que a Associação alcançou entre 1974 até aos nossos dias?

Neste espaço temporal a associação humanitária teve sete presidentes de direcção, eleitos pelos sócios em assembleia-geral. Para além destes, adiciona-se o que foi nomeado pelo município de Figueiró dos Vinhos, no período das comissões administrativas, que tomaram conta das instituições nacionais até 1976.<sup>514</sup>

Da análise feita, a primeira constatação que se retira é a ausência de sobressaltos eleitorais, exceptuando o que ocorreu no período imediato ao 25 de Abril de 1974, que motivou a demissão da direcção no ano seguinte. Entre 1976 até ao momento actual todas as direcções eleitas cumpriram na íntegra os seus mandatos. Nem mesmo o falecimento de um presidente em 1989, em pleno exercício de funções, constrangeu o percurso da direcção vigente, solucionado com a nomeação de um presidente interino.

Outra evidência é a contínua recondução nos cargos dos corpos directivos, em anos sucessivos. Entre 1976 e 1984, ano em que entram em vigor os novos estatutos que prevêem eleições trienais, duas equipas asseguraram os destinos da Associação, tendo sido reconduzidas consecutivamente, em assembleia-geral, para os respectivos cargos. As direcções presididas por João Simões Rodrigues e Manuel Simões Telhada<sup>515</sup> fizeram “escola” na gestão da Associação. Destaca-se este último que preparou e assegurou a colectividade para a transição estatutária, para além de ter escorado o complexo problema que envolveu a mudança de instalações da Associação, com a demolição de um quartel e a construção de outro<sup>516</sup>.

---

<sup>514</sup> As Comissões Administrativas surgiram durante o período que decorreu entre a revolução de 25 de Abril de 1974 e o dia 2 de Abril de 1976, em que foi aprovada na Assembleia da República a primeira Constituição Democrática.

Estas comissões eram normalmente formadas após a realização de plenários de cidadãos, que as aprovavam. Mais tarde começaram a ser empossadas formalmente pelos governos civis. Tiveram como principal função assegurar a transição do poder até à realização das primeiras eleições autárquicas livres, ocorridas a 12 de Dezembro de 1976.

<sup>515</sup> Manuel Simões Telhada aliou à sua gestão, enquanto presidente da direcção, a experiencia colhida como comandante dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos, entre 17 de Maio de 1972 a 31 de Outubro de 1975.

<sup>516</sup> João Simões Rodrigues transitou na presidência da direcção entre os dois códigos estatutários.

As últimas duas décadas foram unicamente ocupadas por três presidentes, salientando-se os dois últimos, que são os que permaneceram mais tempo no cargo desde a fundação da Associação em 1935.

Ao nível do extracto social donde eram oriundos estes homens, verifica-se que a esmagadora maioria provinha da classe média, com excepção de dois presidentes, mercê da sua condição empresarial de sucesso, que lhes granjeava uma maior valoração social. A influência política que muitas vezes catapultava individualidades para o topo das listas dos órgãos directivos de uma colectividade importante, também está presente no caso da Associação Humanitária figueiroense. De facto, cerca de metade dos homens que presidiram às direcções estiveram ligados a cargos políticos municipais, ou antes ou durante os seus mandatos, facto que terá pesado para a sua colocação no topo das listas eleitorais. Mas a ocupação de cargos dirigentes de prestígio, bem como a condição empresarial de sucesso, têm também exercido a sua influência para a escolha de presidentes desta Associação.

Metade do espaço temporal, que medeia a vida da Associação, entre 1974 até ao momento presente, foi ocupada unicamente por dois presidentes, precisamente os dois últimos, que cumpriram 9 anos de mandato cada. A longevidade destes dois mandatos está em consonância com o dinamismo e a contínua evolução que a Associação alcançou no final deste período. Salientam-se as apostas ganhas com a remodelação e ampliação do quartel-sede<sup>517</sup> e o reforço e renovação da frota automóvel do corpo activo, com maior visibilidade para o sector de socorro pré-hospitalar.

Conclui-se que presidiram à gestão dos destinos da Associação nas últimas 4 décadas, homens com experiência de gestão, forjada na interligação a cargos públicos e privados que exerceram e que lhes asseguraram prestígio no seio da comunidade e do meio empresarial local.

#### **4.8- A interacção com a comunidade**

---

Desde 1963, isto é, desde que possui um espaço condigno para aquartelamento da sua corporação, a Associação nunca se escusou a emprestar as suas instalações para os

---

<sup>517</sup> Luis Santos Coelho foi presidente da direcção da associação entre Março de 1993 e Maio de 2002. É engenheiro técnico civil e colaborou activa e proficuamente na elaboração do projecto de ampliação do quartel-sede, em estreita parceria com o actual presidente da direcção, que concretizou a obra. É notória uma passagem de testemunho sem a quebra de empenhos ao serviço da associação

mais variados fins e entidades diversas, numa clara colaboração com a comunidade que serve.

Ao longo da sua vida foram inúmeros os pedidos por parte de outras associações, grupos, instituições e entidades diversas (públicas e privadas) para cedência das suas instalações (salas, parque de viaturas, espaços exteriores) no âmbito de iniciativas várias, tais como: cursos de formação tecnológica (por exemplo, a formação de «Agentes Desenvolvimento Local»); cursos de empresários agrícolas; cursos de dactilografia; cursos de contabilidade; bailes («Grupo Coral S. João Baptista»); exposições temáticas diversas (como as que foram realizadas pelo Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos); espectáculos de índole diversa (de realçar um espectáculo de hipnotismo); acções da Junta de Freguesia de Figueiró dos Vinhos; reuniões de comissões de festas (entre as quais a Comissão de Festas do S. João de 1977, que solicitou a cedência do “Salão de Festas” da Associação, para poderem receber a banda de música «Gualdim Pais» de Tomar); aulas de história e arqueologia bíblicas; apoio ao relançamento do «Corpo de Escuteiros» da vila de Figueiró dos Vinhos (cedendo-lhe viatura, a parada e terrenos anexos do quartel, em 1982); cedência de viaturas à Escola Preparatória de Figueiró dos Vinhos<sup>518</sup> para transporte de alunos; cursos de socorrismo do trabalho; colaboração com o «Centro Cultural de Figueiró dos Vinhos» (que ali realizou reuniões no alvor da sua actividade em 1985 e inclusivamente, uma exposição relativa a um concurso de fotografia que promoveu); reuniões de assembleias-gerais de outras associações; iniciativas da Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, etc.



Fig.68 – Mesa de troféus relativos ao concurso de Pesca Desportiva

De realçar ainda o concurso de pesca desportiva, que é realizado anualmente pelos bombeiros figueiroenses em parceria com a Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos e que já se impôs no calendário desportivo anual da região. Este evento celebra dois dos recursos endógenos mais ricos do concelho, a Ribeira de

<sup>518</sup> Hoje denominada «Escola EB1 de Figueiró dos Vinhos»

Alge e o Rio Zêzere, bem como os potenciais turísticos que lhes estão associados<sup>519</sup>, concorrendo ambos para a identidade colectiva da comunidade figueiroense.

As instalações do quartel têm também servido como base para as campanhas de recolha de sangue, levadas a efeito, periodicamente, pelo Instituto Português do Sangue e que ocupam quase todo o piso superior.

O parque de viaturas da corporação tem servido também para a realização de muitas festas e bailes, sobretudo para comemorar a “passagem de ano” e o carnaval, tanto por iniciativa directa dos bombeiros, como por parte de particulares, restaurantes e grupos recreativos, facto que actualmente continua a ocorrer com frequência.



Fig.69 – Elementos do corpo activo integrados na procissão em honra de S. João Batista, no âmbito das festas do Concelho

É também habitual a ligação dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos a datas festivas de cariz religioso, que se vão realizando ao longo do ano, com a integração do seu corpo activo nas procissões.

A comunidade figueiroense, através da Câmara Municipal, homenageou os seus bombeiros voluntários com a atribuição do

seu nome a uma das principais artérias da vila e onde se localiza o quartel-sede da Associação, honrando desta forma os seus fundadores e todos os que contribuíram para a sua nobre causa ao longo da sua história.

Outro facto digno de referência para vincar a interacção dos bombeiros com a comunidade concelha, são os festejos carnavalescos em Figueiró dos Vinhos, sobretudo, os ocorridos em 1973 e 1974, por terem mobilizado a sociedade figueiroense, que concorreu em peso para o sucesso que representaram, não só a nível local mas sobretudo regional e nacional, tendo merecido, inclusivamente, reportagem televisiva na RTP. Reuniam dezenas de carros e ranchos folclóricos, vindos de todas as freguesias do concelho. De recordar o sorteio de uma porca realizado no carnaval de 1973, a fim de colmatar algumas despesas com os festejos.

Destes carnavais, os bombeiros voluntários figueiroenses faziam parte da festa, incorporando no curso carnavalesco a sua fanfarra, que saía à rua com os seus

<sup>519</sup> Fazem parte da gastronomia típica de Figueiró dos Vinhos pratos à base de peixe do rio (carpa, boga, achigã e truta) e que todos os restaurantes ostentam nas suas ementas.

elementos vestidos à escocesa, com a indumentária tradicional desse país a preceito, onde não faltava o respectivo «Kilt» (saia escocesa de padrão axadrezado) e a boina larga na cabeça. Foi um sucesso espantoso ver os soldados da paz vestidos com saias. A população divertia-se imenso e ainda hoje recorda com saudade estes carnavais antigos. Contudo, com o 25 de Abril de 1974 os desfiles de Carnaval que então se realizavam em Figueiró dos Vinhos são interrompidos até 1986, com a comunidade dividida por quezílias políticas.



Fig.70 – Elementos do corpo activo durante os festejos de Carnaval em meados da década de 80.

É em 1986 que, graças aos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, se dão os primeiros passos para o regresso das festividades carnavalescas às ruas da Vila. Por iniciativa do comandante do corpo activo, Aguinaldo Feitor, a que se juntam alguns elementos da

fanfarras, reúnem-se na vila grupos de populares e que espontaneamente se prestam a desfilar pelas ruas.

Nos anos seguintes aliam-se à iniciativa dos bombeiros figueiroenses, os grupos corais «Deus Menino» e «S. João Baptista», a Filarmónica Figueiroense e muitos grupos de populares de algumas povoações em redor da vila de Figueiró dos Vinhos. Era no quartel dos bombeiros que se decoravam as viaturas cedidas por populares com o intuito de ampliar e enriquecer o curso carnavalesco. Colaboravam, inclusivamente, nos festejos carnavalescos, elementos de corpos de bombeiros de concelhos vizinhos. Nas noites de sábado e de segunda-feira tinham lugar no quartel os «Bailes Carnavaludos», que incluíam a eleição dos melhores mascarados, reis e rainhas do carnaval e que simbolizavam o ponto alto destes festejos.

Foi de tal ordem o sucesso da revitalização desta tradição figueiroense, levada a cabo pelo comando e corpo activo dos bombeiros, que em reunião da direcção de 05 de Março de 1987 foi deliberado atribuir um voto de louvor ao corpo activo pelo esforço e êxito que os festejos do Carnaval tinham representado e alcançado para a população do concelho. Nos anos seguintes, este voto de louvor seria sucessivamente renovado. A

partir de 1991 a organização do Carnaval de Figueiró passou a ter diferentes apoios, entre eles a Câmara Municipal.

Os Bombeiros Voluntários mantêm-se ainda hoje como os “*primeiros participantes na abertura do Corso Carnavalesco*”<sup>520</sup>, com a sua fanfarra, em honra da sua iniciativa, por em meados dos anos 80 terem reactivado a folia carnavalesca nas ruas figueiroenses e continuarem a ser um dos suportes desses festejos.



Fig.71 – Interação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos com a comunidade escolar

---

<sup>520</sup>Silva, Aguinaldo Manuel Feitor Simões Silva, “Carnaval de Figueiró”, *Jornal «A Comarca»*, nº 335, Março de 2009.

## 5. MEMÓRIAS E FESTIVIDADES

---

Recordar é um acto eminentemente individual mas tem um carácter relacional com a memória enquanto fenómeno também colectivo, enquanto função de partilhar um passado comum, a fim de promover laços de filiação entre os membros de um determinado grupo com base no seu passado colectivo, tendente a oficializar uma memória colectiva deliberadamente desenhada para simbolizar a unidade do grupo, garantir a sua legitimidade, a sua projecção no futuro e sustentar o seu consenso social.

Lembrar ou comemorar ciclicamente o que faz sentido e que simultaneamente serve para cimentar a coesão e a consciência de pertença e identidade dos membros de uma determinada comunidade ou grupo.<sup>521</sup>Torna-se assim vital, para a manutenção da identidade e da memória de uma organização, de um grupo ou de uma comunidade, recordar um conjunto de momentos fundamentais como veículo de preservação da sua unidade colectiva.

Assim sendo, este capítulo pretende traçar alguns momentos que fazem parte da memória colectiva da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, isto é, “*o conjunto das lembranças, de factos reais (...), que são partilhadas por um grupo de indivíduos em relação ao seu passado*”<sup>522</sup> e que se revelam fundamentais, tanto para perceber o seu percurso histórico, como as representações que concorrem para a sua identidade e memória colectiva e que a instituição necessita de valorizar. Daí a necessidade de se efectuar uma reflexão sobre a importância do ciclo de comemorações que a colectividade tem levado a efeito.

Que momentos se comemoram nesta Associação Humanitária? E o que tem sido representado nessas comemorações?

Algumas destas comemorações assumem-se como os pilares da memória colectiva dos bombeiros figueiroenses. Enaltecem o bombeiro que serve, como exemplo altruísta para a comunidade; realçam os acontecimentos mais marcantes do seu historial e que servem de modelos para as novas gerações; confirmam a importância do espírito associativo para a comunidade figueiroense.

De referir, e de acordo com Maria Isabel João, que “*as memórias não são neutras nem inócuas do ponto de vista político e ideológico.*” Por isso, “*compete ao historiador*

---

<sup>521</sup> JOÃO, Maria Isabel João, “Comemorações e Mitos da Expansão”, *Historia da Expansão Portuguesa*, vol.4, Circulo de Leitores, 1988.

<sup>522</sup> JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império, Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002, p.29

*procurar compreender a forma como foram sendo construídas e os respectivos significados*”<sup>523</sup>. No caso em concreto, não podemos descontextualizar a construção e a assimilação das memórias da colectividade, dos fundos políticos e sociais que contaminaram os factos que as enformaram ao longo das décadas, sobretudo desde a sua fundação em Maio de 1935.

Em seguida veremos que rituais comemorativos foram realizados ao longo da vida desta instituição, com o intuito de transmitirem, comunicarem e conservarem deliberada e consciente, a sua identidade, ancorada na memória e numa relação com o tempo.

## **5.1- Comemorações e aniversários**

---

Desde a sua fundação, em Maio de 1935, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos nem sempre comemorou a passagem dessa data. De facto, as inconstâncias da sua actividade criaram alguns espaços vazios na sua história, que sofreu intermitências até 1957, ano em que a Associação ganhou “velocidade de cruzeiro” não mais vivendo nenhum interregno até à actualidade.

Até meados dos anos 60, a Associação esteve centrada numa profícua revitalização e reestruturação, debatendo-se com a necessidade constante de irrigações financeiras e em encorpar solidamente o seu sector operacional, dotando-o de capacidade para se projectar de forma profícua no futuro. Foram tempos difíceis, que naturalmente remeteram para segundo plano a questão do acto de comemorar a passagem dos anos da colectividade.

Lendo as actas da direcção e da assembleia-geral não se encontra nenhuma referencia a comemorações dos aniversários, relacionados com a fundação da colectividade, pelo menos até à década de 60. O mesmo se passa em relação à imprensa local, que também não os refere. Por exemplo, a passagem do 25º Aniversário da Associação, ocorrido em Maio de 1960, não está descrito nem registado em quaisquer actas, sendo apenas laconicamente referenciado na imprensa local desta forma: *“No passado dia 10 (de Junho) realizou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos a sua festa anual de confraternização. Presidiu ao lauto almoço o vice-Presidente da Direcção, sr. dr. Henrique Lacerda, estando*

---

<sup>523</sup> JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império, Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002, p.23

*presente o comandante da Corporação, sr. Manuel da Silva Pereira Roda e todos os Bombeiros que deram largas à sua alegria*”<sup>524</sup>.

Nos anos seguintes aparecem esparsamente algumas notícias relacionadas com a “*feira anual*” dos bombeiros, que era realizada, não em Maio mas habitualmente no dia 10 de Junho, feriado e Dia de Portugal, da Raça e de Camões e tão ao gosto das comemorações revivalistas do Estado Novo. Disso é exemplo o ano de 1961, numa festividade realizada no dia 10 de Junho, em que estiveram presentes, para além do comandante e vice-presidente da direcção, o 2º Chefe do Batalhão de Sapadores dos Bombeiros de Lisboa<sup>525</sup>. Dia em que também “*prestaram provas mais 13 soldados da paz*”<sup>526</sup>. O programa era muito simples e constava de formatura geral, homenagem à direcção e comando e almoço de confraternização.

A primeira grande festa de comemoração só foi organizada aquando do 33º aniversário da Associação, em Maio de 1968. Porém, a comemoração da efeméride, terá sido motivada por um jantar ocorrido em 3 de Fevereiro no quartel dos bombeiros figueiroenses, onde se reuniram em convívio o corpo activo, a direcção e o comando. Este jantar foi organizado com o intuito de reforçar a cordialidade entre a direcção da Associação e o corpo activo. “*Gentis Senhoras dedicadas à causa dos Bombeiros, foram inexcusáveis em eficiência e amabilidade no serviço de mesa, para o qual se ofereceram voluntariamente, não destoando em nada a norma da Casa*”<sup>527</sup>. Este jantar constitui a primeira reunião das chamadas “*forças vivas da terra*”<sup>528</sup>, em torno da missão dos bombeiros figueiroenses.

O programa do 33º aniversário realizado meses depois tinha como pretexto a apresentação da escola de aspirantes de 1967/68 e estava recheado de eventos: entrega dos machados aos novos bombeiros, pelas respectivas madrinhas; condecoração dos bombeiros com mais de 5 anos de serviço activo; apresentação da fanfarra, com distribuição de boinas; missa campal, que teve lugar na Av. Padre Diogo de Vasconcelos; desfile do corpo activo e das viaturas; prova de perícia automóvel «Sintra do Norte» promovida pela Comissão Municipal de Turismo e com a colaboração da

---

<sup>524</sup> Jornal «A Regeneração», nº 997, de 15 de Junho de 1960.

<sup>525</sup> Abílio Ventura.

<sup>526</sup> Citações: Jornal «O Norte do Distrito», nº 1022, Julho de 1961.

<sup>527</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 363, Fevereiro de 1968. Os discursos foram proferidos por Fernando Pires (em nome dos sócios), Álvaro Lopes (em nome da imprensa), Henrique Lacerda (na qualidade de director e presidente da câmara municipal) e o comandante Marques da Silva (em nome do corpo activo).

<sup>528</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 363, Fevereiro de 1968

Associação Académica de Coimbra<sup>529</sup>; simulacro de incêndio no edifício dos paços do concelho. A fechar as comemorações, realizou-se um “*grandioso Baile com o concurso gracioso do famoso Conjunto «os Jar-Sons», no Ringue de Patinagem, com esmerado Serviço de Bar*”<sup>530</sup>.

Esta festa foi também aproveitada para agradecer o poder político local, nomeadamente o presidente da Câmara Municipal, que na altura desempenhava igualmente as funções de vice-presidente da direcção da Associação. “*Perante agradável surpresa da assistência e completo desconhecimento do próprio homenageado, o Sr. Guerreiro Machado anunciou que a Liga dos Bombeiros Portugueses por deliberação de 21 de Maio de 1968 tinha condecorado o Sr. Dr. Henrique Lacerda, com a medalha de ouro de duas estrelas*”. De igual forma foram condecorados os bombeiros com 10 e 5 anos de “*bons serviços*”. Por motivos climatéricos, o baile acabou por se realizar na sede dos bombeiros, “*que se prolongou até à madrugada do dia 27 dentro da maior animação e assinalável respeito*”<sup>531</sup>.

Outra comemoração de assinalar na história dos bombeiros figueiroenses realizou-se em 10 de Junho de 1976, aquando do 41º aniversário da Associação. O ponto alto destas comemorações era a colocação de uma placa simbólica no terreno onde seria erguido o actual quartel-sede e cuja escritura seria realizada em Setembro desse ano. Sobretudo, tratava-se de festejar o grande momento da sua história, traduzido na aquisição do terreno onde seria construído o novo quartel.



Fig.72 – Manuel Cordeiro (Manuel “da Pensão”) e José Mendes Lima na década de 60

Do programa constava um desfile da fanfara, do corpo activo e de todas as viaturas da corporação, incluindo a bomba de incêndios e o velho Buick, que percorreram as principais ruas da vila, despertando grande entusiasmo na população, que em grande número se associou ao evento, até se concentrarem no terreno

destinado ao novo quartel-sede. Após a colocação da placa, acto que foi entusiasticamente aplaudido, “*teve lugar uma cerimónia do mais belo significado, pelo*

<sup>529</sup> Esta prova contou com 25 patrocinadores, entre entidades oficiais e comerciais. Cada uma ofereceu uma taça.

<sup>530</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n° 370, Maio de 1968.

<sup>531</sup> Citações: Jornal «O Norte do Distrito», n° 371, Maio de 1968.

que traduz em gratidão e justiça: a imposição de uma medalha comemorativa ao peito do mais antigo Bombeiro da nossa terra, O Manuel Cordeiro (Manuel da “Pensão”), que ali foi transportado no velho mas ainda operacional «Buick»<sup>532</sup>. Outra veneranda figura e grande amigo dos Bombeiros, Francisco R. Ferreira<sup>533</sup>, foi quem lhe colocou a medalha, por entre os aplausos da multidão, que abraçando o homenageado lhe arrancou “lágrimas de comoção”. Nos discursos que se seguiram (de Álvaro Lopes dos Santos, membro da Direcção e de Henrique Vaz Lacerda, antigo Presidente da Câmara, e que viera propositadamente de Montalegre para assistir às comemorações) foram evocados os mortos que haviam contribuído para o prestígio da Associação, entre os quais, o comandante Manuel Roda. Depois de reiniciado o cortejo até ao quartel, seguiu-se um convívio que teve lugar na quinta de Alberto Teixeira Forte<sup>534</sup> “e que decorreu em ambiente da mais estreita confraternização e do mais são convívio”<sup>535</sup>.

A comemoração das bodas de ouro da Associação foi da responsabilidade de uma comissão que se encarregou de organizar os festejos em Maio de 1985, com um vasto programa.<sup>536</sup> Começaram no dia 18 com o hastear das bandeiras (Nacional, do Concelho e da Associação), seguida de romagem ao cemitério, onde o presidente da assembleia-geral evocou dirigentes e bombeiros falecidos. A fanfarra fechou o período da manhã, percorrendo as principais ruas da vila.



À tarde desfilaram os ranchos folclóricos de Almofala de Baixo, Arega e Chimpeles<sup>537</sup>, tendo como convidados especiais o rancho de Cernache do Bonjardim<sup>538</sup>, a Filarmónica Figueiroense, o Grupo Coral de S. João Batista, acompanhados pela fanfarra dos bombeiros figueiroenses, comando e todo o corpo activo. Este desfile iniciou-se na Avenida José Malhoa com término na

Fig.73 – Medalha comemorativa do 50º aniversário da A.H.B.V.F.V.

<sup>532</sup> Jornal «Comarca de Figueiró», nº 14, Junho de 1976. Manuel Carlos Cordeiro era um dos bombeiros mais antigos da corporação, tendo ingressado nos bombeiros figueiroenses em 1947.

<sup>533</sup> Francisco Rodrigues Ferreira foi presidente da direcção da Associação entre 30 de Março de 1962 a 09 de Março de 1968. (Cumpriu 6 mandatos na presidência da direcção da colectividade). Ver a sua breve biografia na parte dos anexos do presente trabalho.

<sup>534</sup> Alberto Teixeira Forte, advogado e presidente da Assembleia-Geral da Associação, cargo que exerceu entre 17 de Maio de 1976 e 09 de Julho de 1983.

<sup>535</sup> Jornal «Comarca de Figueiró», nº 14, Junho de 1976.

<sup>536</sup> A comissão era composta por Aquiles Almeida Morgado (presidente da assembleia-geral), João Simões Rodrigues (presidente da direcção) e Lúcio Lopes dos Santos (presidente do conselho fiscal). (Acta de reunião da direcção de 03 de Outubro de 1984).

<sup>537</sup> Os três ranchos pertenciam ao concelho de Figueiró dos Vinhos.

<sup>538</sup> Freguesia do concelho da Sertã.

parada do quartel-sede, onde se seguiu um espectáculo com a exibição dos ranchos, grupo coral e filarmónica, com muita assistência presente. Findo o espectáculo, foi servida uma merenda que decorreu com animação e franca confraternização, tendo o dia terminado com um baile.

Estes festejos contaram também com uma exposição de medalhística, crachás, galhardetes e miniaturas de carros de bombeiros, que transformou em museu o salão do quartel-sede, “*graças à contribuição do nosso conterrâneo e amigo João Portela Bruno*”<sup>539</sup>, que terá disponibilizado, à época, uma das maiores colecções do país no género. A exposição teve a honra de ser inaugurada por um representante do Serviço Nacional de Incêndios<sup>540</sup>.

Nestas comemorações foi incluído um simulacro de incêndio efectuado na casa-escola do quartel, presenciado por diversas entidades convidadas e várias corporações de bombeiros “*que nos honraram com a sua presença*”<sup>541</sup>. Foi também celebrada uma missa dominical no quartel, pelo reverendo Padre Ventura, a que se seguiu uma sessão solene em que participaram as entidades convidadas<sup>542</sup>. Terminada a sessão seguiu-se um almoço de confraternização, onde alguns presentes, entre associados e convidados, despoletaram uma iniciativa de solidariedade, com ofertas monetárias para a Associação, que juntou cerca de 300.000\$00. Este gesto, que não estava programado, contribui para minorar as dificuldades de tesouraria da colectividade.<sup>543</sup> As festas do 50º aniversário encerraram com o costumado desfile de viaturas, de todas as corporações presentes, pelas ruas da Vila de Figueiró dos Vinhos. Para assinalar a efeméride a direcção mandou cunhar 1000 medalhões e 500 porta-chaves. Um voto de louvor foi concedido à totalidade do corpo activo, pela maneira organizada com que este se apresentou nas comemorações do cinquentenário.

---

<sup>539</sup> João Portela Bruno organizava esta Exposição um pouco por todo o país.

<sup>540</sup> Engenheiro Branco Lopes.

<sup>541</sup> Estiveram presentes nas comemorações do 50º aniversário da Associação as corporações de Cernache do Bonjardim, Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Penela, Pombal, Ansião e Portel.

<sup>542</sup> Entre as quais o Presidente da Câmara Municipal (José Simões de Abreu); os comandantes das corporações de bombeiros presentes (Pombal: comandante Carlos Carvalho; Castanheira de Pêra: comandante Cursino Coutinho e que representavam, respectivamente, a Liga e Federação dos Bombeiros de Leiria e a Inspeção de incêndios da zona); o Delegado do Procurador da Republica na Comarca (Fernando da Encarnação Faria); o presidente da direcção da associação (João Simões Rodrigues); o presidente da assembleia-geral (Aquilés Almeida Morgado) e alguns sócios fundadores ainda vivos à data (Jerónimo Dias de Paiva, Juvenal Augusto Mendes e Eduardo Augusto Mendes), incluindo um bombeiro fundador (Manuel Coelho Alfafe)

<sup>543</sup> Entre os donativos figuravam os concedidos pelas Juntas de Freguesia de Figueiró dos Vinhos e Aguda (15.000\$00 cada), assim como os da Câmara Municipal (100.000\$00).

Outros dois aniversários dignos de menção são o 56º e 58º aniversários, pelas características simbólicas e intencionais que os marcaram.

A comemoração do 56º aniversário coincidiu com a inauguração da helipista na parada do quartel-sede e a recepção a 3 viaturas novas<sup>544</sup>, facto que adiou as comemorações para o dia 30 de Junho. O dia começou com a romagem ao cemitério onde foi inaugurada uma placa de identificação do talhão reservado aos bombeiros voluntários e a homenagem prestada aos elementos da corporação que ali jazem.<sup>545</sup> No parque de viaturas, o filho do malgrado 2º comandante (António José Herdade Barreiros<sup>546</sup>) descerrou uma placa que confere àquele espaço o nome do pai, numa acção de homenagem póstuma e preservação da sua memória. A manhã terminou com um lauto almoço. À tarde, ainda em ambiente de festa, aterrou na parada transformada em pista o primeiro helicóptero, que inaugurava uma nova vertente no combate aos incêndios florestais, em estreita ligação com a corporação figueiroense.

Nas comemorações do seu 58º aniversário, comemorado em 13 de Junho de 1993, a Associação decidiu prestar uma homenagem a todo o pessoal do corpo activo e do quadro honorário com as medalhas de assiduidade e mérito da Liga dos Bombeiros



Fig.74- Comemoração do 65º aniversário da Associação (2000)

Portugueses, em função dos anos de serviço prestados à corporação e conforme os estatutos da Liga dos Bombeiros Portugueses.<sup>547</sup> Durante as comemorações efectuou-se o baptismo de 3 novas viaturas colocadas ao serviço do corpo activo, às quais foram

<sup>544</sup> As viaturas foram abençoadas pelo reverendo Padre Escaroupa e constavam de uma ambulância (adquirida pela associação); um pronto-socorro (oferecido e ao qual foi aplicado um tanque de 800 litros) e um carro de transporte de pessoal (oferecido por um benemérito alemão).

<sup>545</sup> Estiveram presentes nestas comemorações: o comandante Bebiano (bombeiros de Castanheira de Pêra); o comandante Carvalho, (Chefe Operacional da Zona e Comandante dos Bombeiros de Pombal); o Major Almeida Ribeiro (Inspector da Zona Centro); o presidente e os vereadores da Câmara Municipal<sup>545</sup>; o presidente da assembleia municipal (Manuel dos Santos Lopes); o presidente da Junta de Freguesia de Figueiró dos Vinhos (Fernando Manuel David Santos Lopes) e os corpos sociais da associação. Estiveram também presentes representantes de todas as colectividades do Concelho.

Em 1991 o executivo da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos era constituído pelos seguintes elementos: Fernando Manata (Presidente); Álvaro Santos Lopes (Vice-Presidente) e José Manuel Mendes da Silva, Jorge Manuel Alves Domingues e Margarida Violante Almeida Lopes (Vereadores).

<sup>546</sup> Tragicamente desaparecido na albufeira da Barragem do Cabril em 27 de Maio de 1994, ao serviço dos bombeiros (ver capítulo 4).

<sup>547</sup> Medalhas de assiduidade: medalha de cobre (5 anos de serviço); medalha de prata (10 anos de serviço); medalha de ouro (15 anos de serviço); medalha especial de ouros (30 anos de serviço).

atribuídos os nomes de um bombeiro, de uma personalidade figueiroense e de uma instituição do concelho de Figueiró dos Vinhos, num claro acto de homenagem e interligação à comunidade figueiroense:

- Viatura «Unimog» 406 (pronto-socorro médio, todo o terreno): placa com o nome «Carlos Canário», em homenagem a um jovem bombeiro falecido, dedicado à causa do voluntariado, estimado por todos os colegas e amigos e que gozava de muita simpatia junto da comunidade. Este bombeiro assumia-se sempre na primeira linha no auxílio ao seu semelhante, analogia que levou a direcção a atribuir o seu nome a uma viatura com características de primeira intervenção.

- Viatura «Ford Transit», (ambulância): placa com o nome do «Engenheiro Alexandre Calheiros», na altura presidente da assembleia-geral. Considerado um grande amigo e benemérito da Associação, não só pelas várias contribuições monetárias mas também devido à sua generosidade para com o corpo activo nas quadras natalícias. Por esse motivo foi deliberado atribuir o seu nome à nova ambulância.

- Viatura «DAF» (auto-tanque pesado): placa com o nome «Câmara Municipal», considerando a total colaboração facultada pela edilidade à Associação, particularmente no apoio financeiro para várias obras e para a aquisição desta viatura, considerada imprescindível ao bom desempenho do corpo activo.<sup>548</sup>

Após as cerimónias, “as 15 viaturas do parque automóvel dos Bombeiros percorreram as ruas da Vila ao estridente som das sirenes”<sup>549</sup>, seguindo-se o tradicional almoço comemorativo e de confraternização.



Fig.75 – O Secretário de Estado da Protecção Civil a condecorar o estandarte da corporação, no âmbito das comemorações do 75º aniversário da A.H.B.V.F.V.

As comemorações dos 75 anos da Associação, que decorreram ao longo do ano de 2010, tiveram o intuito de envolver a comunidade figueiroense e o maior número de colectividades do concelho<sup>550</sup>. O ciclo de comemorações teve como mote primordial evocar festivamente “a coragem e a visão de

<sup>548</sup> Texto adaptado da acta de reunião da direcção realizada em 11 de Junho de 1993.

<sup>549</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 11 de Junho de 1993.

<sup>550</sup> Inauguração da Unidade Local de Formação; simulacros de incêndio realizados em todas as freguesias do concelho; a participação da Associação nas Festas do concelho «FigExpo»; a realização de um passeio de automóveis clássicos (em colaboração com o clube automóvel «Clássicos de Figueiró»); a realização de um concerto pela Filarmónica de Figueiró dos Vinhos; passeio BTT (em colaboração com o clube de

*Homens que tiveram a valentia e a determinação de criar e manter para Figueiró dos Vinhos um Corpo de Bombeiros”, representando uma homenagem justa para “quantos ajudaram a edificar esta nobre Instituição”*<sup>551</sup>O seu ponto máximo ocorreu no fim-de-semana de 22 e 23 de Maio de 2010 com o brilho que a efeméride merecia.

As actividades comemorativas foram iniciadas no Sábado, dia 22, e tiveram a sua continuidade na manhã de Domingo com as respectivas cerimónias oficiais, que contaram com a presença do Secretário de Estado da Protecção Civil, Vasco Franco, que presidiu às comemorações.<sup>552</sup> Marcou também presença o único bombeiro ainda vivo e que fez parte do primeiro corpo activo dos bombeiros figueiroenses em 1936, José Oliveira Canário, como convidado especial para a efeméride e que foi agraciado pelo Secretário de Estado com a medalha de mérito.

Colocado frente ao quartel, em zona ajardinada e remodelada para o efeito, foi inaugurado o Monumento Comemorativo do 75º Aniversário da Corporação, da autoria do Escultor figueiroense Antonino Mendes e que simboliza os valores dos bombeiros, inscritos na força que representam, na estabilidade, na pureza dos seus valores, na



dignidade da sua identidade mas também no triunfo da sua persistência, na justiça e na benevolência.

A sessão solene teve lugar no Pavilhão Gimnodesportivo (motivado pelas obras que decorriam no quartel) em que usaram a palavra o comandante da corporação figueiroense, o

Fig.76 – O Secretário de Estado da Protecção Civil e o comandante Joaquim Pinto na revista à guarda de honra no âmbito do 75º aniversário da A.H.B.V.F.V.

---

BTT de Figueiró dos Vinhos); e um convívio de Pesca Desportiva (em colaboração com a Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos),

<sup>551</sup> Citações extraídas do discurso do presidente da direcção da Associação, Luis Filipe Antunes da Silva.

<sup>552</sup> Estiveram também presentes as seguintes individualidades: Governador Civil do distrito de Leiria (Paiva de Carvalho), Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (Rui Silva), Presidente da Assembleia Municipal (José Pires Caetano), Vice-Presidente da Liga Portuguesa dos Bombeiros (Paulo Hortêncio), Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil (Major-General Arnaldo Cruz), Presidente da Federação de Bombeiros Voluntários do distrito de Leiria (Comandante Nélcio Gomes), Presidente da Direcção da Associação Humanitária dos B.V. de Figueiró dos Vinhos (Filipe Silva), Comandante dos B.V. figueiroenses (Joaquim Pinto), Coordenador Distrital do Serviço Nacional de Bombeiros (José Manuel Moura), um Bombeiro fundador da Corporação figueiroense de 1936 (José de Oliveira Canário) e vários Comandantes e Dirigentes de Corporações vizinhas.

presidente da direcção da Associação, o presidente da Câmara Municipal e o Secretário de Estado da Protecção Civil.

Na sua intervenção o comandante dos bombeiros figueiroenses recordou “*com saudade os que desde a sua fundação da Associação, de forma dedicada, com grande responsabilidade e camaradagem, conduziram superiormente os seus destinos*”. Agradeceu à Câmara Municipal, à direcção e ao comandante operacional os apoios que têm dado ao corpo de bombeiros. Enalteceu os bombeiros sob o seu comando pela “*sua dedicação, empenho e, acima de tudo, lealdade*”. Referiu-se também às obras de ampliação do quartel-sede, “*uma obra desejada*” e à recém inaugurada Unidade Local de Formação, “*que veio permitir dispor de um local próprio para treinar*”<sup>553</sup>. Dissertou igualmente sobre o significado da solidariedade e entajada entre as várias corporações e terminou congratulando os bombeiros que foram nesse dia promovidos.

Filipe Silva, presidente da direcção da Associação Humanitária, partilhou das preocupações do comandante Pinto; historiou sobre a fundação da Associação; agradeceu a todos os bombeiros, em particular aos que se mantinham no activo, felicitando-os e exprimindo a sua admiração e profundo agradecimento “*pela causa que abraçaram*”<sup>554</sup>. Terminou explanando as suas expectativas quanto a boas notícias que o Secretário de Estado, ali presente, pudesse oferecer naquele dia à corporação, referentes aos tão ansiados apoios para as obras do quartel-sede.



Fig.77- Corpo activo nas comemorações do 75º aniversário

Das duas intervenções finais, realça-se o grande orgulho que o concelho de Figueiró dos Vinhos tem na sua prestigiada Associação Humanitária e no altruísmo dos bombeiros que dela fazem parte, expresso pelo presidente da autarquia, Rui Manuel de Almeida e Silva<sup>555</sup> e o

<sup>553</sup> Citações extraídas do discurso do comandante Joaquim Pinto Ascensão Martins.

<sup>554</sup> Citações extraídas do discurso do presidente da direcção da Associação, Luis Filipe Antunes da Silva.

<sup>555</sup> Eleito em 2005.

encerramento da sessão solene, com o Secretário de Estado da Protecção Civil a não gorar as expectativas dos bombeiros figueiroenses, anunciando a aprovação do projecto de remodelação do quartel-sede.

Depois do desfile, encabeçado pela fanfara dos bombeiros, onde se incorporou todo o corpo activo, incluindo cadetes e aspirantes, assim como as viaturas da corporação, seguiu-se um lauto almoço de convívio, que foi servido num restaurante da vila, graciosamente cedido para o efeito e que se prolongou pela tarde dentro, em alegre e descontraída confraternização.

## 5.2- As festas de Natal da corporação

---

*“O Bombeiro que tudo oferece, inclusivamente a própria vida, em prol do seu semelhante, tem o direito de pensar que não tem necessidade de Pedir”.* (Jornal «A Regeneração», nº 1057, Dezembro de 1962).

Desde finais da década de 50 do século passado e dentro do contexto de revitalização que a Associação imprimia ao corpo activo, depois de um percurso feito de constantes interrupções, que o os bombeiros figueiroenses tomaram algumas iniciativas que iriam contribuir para reforçar a sua identidade e a sua interacção com a comunidade. Dentro dessa iniciativa temos o «Natal do Bombeiro», realizado impreterivelmente todos os anos.



A festa de Natal do Bombeiro era sempre ampliada pela imprensa local em artigos que enlevavam o espírito abnegado do soldado da paz, ao mesmo tempo que chamavam a atenção da comunidade para o seu verdadeiro significado, convidando-a a contribuir para *“ajudar os Bombeiros, rapazes*

Fig.78 – Festa de Natal dos bombeiros figueiroenses em finais da década de 60

*que tudo dão sem nada pedirem*”<sup>556</sup>. A finalidade era constituir uma iniciativa de âmbito comunitário, não só de feição caritativa mas de participação altruísta, de homenagem e agradecimento.

No início da década de 60 a imprensa local alia-se ao bombeiro voluntário figueiroense, ampliando-lhe a iniciativa e enquadrando a finalidade da mesma, apelando à sensibilidade da comunidade “*para a sua altruísta cruzada*”<sup>557</sup>.

Em Dezembro de 1962 os bombeiros montaram a tradicional árvore de Natal e um presépio na Praça José Malhoa, facto noticiado pelo jornal «A Regeneração» desta forma: “*Acorrei à Praça José Malhoa, sala de visitas da vila, visitai o Presépio e a Árvore do Bombeiro, e deixai, ali, um óbulo substancial que não cairá em vão*”. Pedia-se para os Bombeiros “*vestuário e calçado de difícil ou impossível substituição, se tivermos em conta a precária condição económica da quase generalidade dos Bombeiros*”<sup>558</sup> mas também “*uma palavra de reconhecimento e estímulo – de que são credores –, deixarem a sua oferta generosa – que os rapazes bem merecem*”<sup>559</sup>.

A época natalícia proporcionava também, por vezes, a oportunidade para a Associação colher alguns donativos com que adquiria algum material e equipamento para adestrar o corpo activo. A exemplo disso é o Natal de 1970, em que as receitas do peditório feito pelos “*altruístas rapazes e homens que constituem o Corpo activo, sabendo das dificuldades materiais que atingem a corporação*”<sup>560</sup> dele prescindiram em benefício da colectividade.

O primeiro jantar de Natal dos bombeiros foi realizado no dia 31 de Dezembro de 1972 e foi organizado por um grupo de figueiroenses, que gozavam de enorme prestígio dentro do concelho de Figueiró dos Vinhos e que dessa forma quiseram emprestar o seu nome à nobre causa dos bombeiros. Para esse efeito foi constituída uma «Comissão Organizadora», em que tomaram parte José Simões de Abreu (Presidente da Câmara à época), Luis Frias Fernandes (médico municipal), Alberto Teixeira Forte (advogado na Comarca), José Abreu Nunes (Chefe da Secretaria da Câmara Municipal), José Rosa Arinto (Presidente da Casa do Povo), Artur dos Santos Mateus (Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró dos Vinhos), João Morais Rosa (Presidente da Junta de Freguesia

---

<sup>556</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1057, Dezembro de 1962.

<sup>557</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1057, Dezembro de 1962.

<sup>558</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1057, Dezembro de 1962.

<sup>559</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 239, Dezembro de 1962.

<sup>560</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 433, Janeiro de 1971.

de Campelo), José Henriques Baião (Presidente da Junta de Freguesia de Arega) e António da Piedade Pais (Presidente da Junta de Freguesia de Aguda).

Curiosamente, neste ano foram abertas inscrições para três modalidades de apoio à corporação, a saber: inscrição para o jantar; inscrição para quem desejasse pagar um jantar para um bombeiro<sup>561</sup>; inscrição para contribuição monetária, para a chamada “prenda” do bombeiro.

A este jantar de Natal compareceram, para além das autoridades administrativas e individualidades de elevado prestígio, advogados, médicos, empresários da classe comercial e industrial e funcionários públicos<sup>562</sup>, bem como “*mais de 50 pessoas representativas das 4 freguesias, de todos os lados, mesmo das povoações mais recônditas do concelho*”<sup>563</sup>. A comunidade figueiroense quis marcar presença neste evento natalício, transformando-o rapidamente em verdadeiro jantar de homenagem ao bombeiro figueiroense e que se constituiu num sucesso enorme. Para além dos bombeiros, o evento reuniu cerca de 200 pessoas e teve lugar num restaurante local<sup>564</sup>.

O produto da subscrição que a comissão organizadora abriu a nível concelhio<sup>565</sup>, patrocinada pelas juntas de freguesia com “*a colaboração dos regedores e cabos de ordens, além de um grupo de gentis meninas que actuaram na vila*”<sup>566</sup>, possibilitou a entrega de 1500\$00 a cada bombeiro. José Guerreiro Machado, à época presidente da



direcção da Associação, entregaria também 5000\$00 ao presidente da comissão organizadora deste jantar de Natal (José Simões de Abreu), “*destinados a nova distribuição ou à aquisição de fardas de que alguns carecem*”<sup>567</sup>.

O último jantar de natal realizada

Fig.79 – Festa de Natal dos bombeiros em 1973, com a presença do Presidente da Câmara Municipal José Simões de Abreu

<sup>561</sup> O corpo activo era constituído por cerca de 30 elementos.

<sup>562</sup> Estiveram também presentes muitas senhoras, entre as quais Licínia de Abreu, Henriqueta Teixeira Forte e Maria de Lurdes da Silva Machado.

<sup>563</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 481, Janeiro de 1973.

<sup>564</sup> Restaurante «O Solar».

<sup>565</sup> O total angariado foi de 63.046\$90.

<sup>566</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 481, Janeiro de 1973. Alguns dos Regedores que estiveram presentes: Manuel Simões de Almeida, Augusto Simões Mano e José da Costa Simões.

<sup>567</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 481, Janeiro de 1973.

antes do 25 de Abril de 1974 teve lugar no salão da Casa do Povo a 23 de Dezembro de 1973, sendo igualmente “o 2º jantar de confraternização, incluído na festa de natal do Bombeiro”<sup>568</sup> e em que participaram cerca de uma centena de pessoas. Nesta reunião natalícia surgiu mais uma nova modalidade constituída em “prémio de estímulo pela assiduidade às chamadas” a conferir ao bombeiro mais assíduo do corpo activo<sup>569</sup>.

No pós 25 de Abril, o primeiro convívio natalício dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos teve lugar no dia 10 de Janeiro de 1976, no salão de jogos do quartel, que se traduziu numa festa de convívio, onde “constou uma jantarada com início às 20.30h e que se prolongou com peculiar animação e camaradagem até cerca da 1 hora da madrugada seguinte”, com mantimentos oferecidos por diversas casas comerciais e produtores do concelho.

A primeira festa de natal dos bombeiros inteiramente organizada pela direcção da Associação realizou-se no dia 22 de Dezembro de 1984, com um jantar convívio, seguido de baile e distribuição de brinquedos aos filhos dos bombeiros. Desde essa altura que as confraternizações natalícias são a cargo da direcção, em estreita colaboração com o comando e o corpo activo.

Destas festas merece particular destaque a festa natalícia de 1988, que foi marcado por um acto de solidariedade inédito entre os elementos do corpo activo, que decidiram distribuir as gratificações obtidas nesse ano, no âmbito da consoada natalícia, pelos bombeiros que tinham filhos. A refeição foi confeccionada no próprio quartel e mereceu os maiores elogios das várias entidades presentes<sup>570</sup>. O corpo activo compareceu quase na totalidade. “Na grande maioria os presentes estavam acompanhados das esposas que deram mais brilho à confraternização”<sup>571</sup>. Uma vez mais os discursos pautaram pela desejada união entre os corpos administrativos, comando e corpo activo da Associação. Devido ao êxito obtido na organização deste jantar de Natal a direcção deliberou atribuir um voto de louvor a todo o pessoal que havia trabalhado para a sua realização, nomeadamente “àquele que esteve de serviço na cozinha, salientando a extraordinária colaboração da funcionária Maria Manuela da Conceição Furtado que

---

<sup>568</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 505, Janeiro de 1974.

<sup>569</sup> O prémio não foi entregue porque durante o ano não tinha havido aviso prévio em relação à atribuição deste prémio e que pudesse ter estimulado o corpo activo para esse objectivo, tendo transitado essa iniciativa para o ano seguinte.

<sup>570</sup> Onde se contavam o presidente da Câmara Municipal (José Simões de Abreu), a totalidade dos corpos sociais da Associação, o presidente da Junta de Freguesia de Figueiró dos Vinhos<sup>570</sup> e o pároco local, António Antunes.

<sup>571</sup> «Jornal de Figueiró dos Vinhos», nº 84, Janeiro de 1989.

*com a sua competência e sacrifício proporcionou um jantar tão bem confeccionado que mereceu os maiores elogios de todos os presentes*”<sup>572</sup>.

Esperança e muito optimismo pelo futuro foi a filosofia que enformou os discursos do jantar de Natal de 1990, realizado no dia 15 de Dezembro. “*A Festa iniciou-se pelos mais pequenos que receberam brinquedos e por uma alocução do comandante Aguinaldo, alusiva ao momento*”. Foi guardado 1 minuto de silêncio em memória do 2º comandante António José Herdade Barreiros. Estiveram presentes o presidente da câmara municipal de Figueiró dos Vinhos (Fernando Manata), que reiterou o seu apoio pessoal e da autarquia a que preside à causa dos bombeiros, e o 2º comandante da Zona Operacional<sup>573</sup>. Facto curioso e relatado na imprensa local foram as “*suculentas «broas» de Natal*”, oferecidas aos elementos do corpo activo por Alexandre Calheiros, presidente da Assembleia-geral.

No ano seguinte a festa de família dos bombeiros contou com a presença do Inspector Superior, Dr. Cristiano, que presidiu à confraternização e que no uso da palavra não poupou elogios à corporação figueiroense, afirmando que “*dentro da escassez de meios de combate que lhes foram postos à disposição, os Bombeiros de Figueiró tiraram deles o melhor aproveitamento*”. Como convidados estiveram também o Delegado Distrital da Protecção Civil e o Comandante Operacional da Castanheira de Pêra, entre autarcas e representantes de várias colectividades. À semelhança dos dois anos anteriores e em complemento da festa, houve distribuição de prendas aos filhos dos bombeiros.

No Natal do Bombeiro de 1995 houve duas intervenções, durante o evento, que merecem ser registadas na história destas comemorações: a do comandante Joaquim Pinto e a do presidente da Câmara Municipal, Fernando Manata. O primeiro, porque agradeceu às mães, mulheres e filhos dos bombeiros, também eles importantes para a corporação, pelo apoio que davam aos seus familiares em missões tantas vezes de risco de vida, bem como aos bombeiros cujo trabalho, coragem e sacrifício louvou. O segundo, porque sublinhou que a Câmara Municipal estava presente como família e não a cumprir um ritual, reconhecendo o mérito da instituição e que não era por acaso que ela figurava em primeiro lugar na lista dos donativos do Município.<sup>574</sup>

---

<sup>572</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Direcção, acta de 14 de Fevereiro de 1988.

<sup>573</sup> António Manuel Carvalho, comandante dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande.

<sup>574</sup> «Jornal de Figueiró dos Vinhos, nº 166, Dezembro de 1995.

O Natal do Bombeiro também era pretexto para partilhar com o corpo activo factos ou assuntos importantes relacionados com a vida íntima da colectividade, sobretudo os anseios e o futuro da mesma. Como exemplo, aponta-se o desabafo feito pelo presidente da direcção, Luis Santos Coelho, no almoço do Natal de 1999, acerca da tão desejada ampliação do quartel-sede, reconhecendo o espaço pouco condigno onde estavam a promover o convívio (no parque interior de viaturas)<sup>575</sup>.

O último almoço de Natal do século XX, realizado em Dezembro de 2000, reuniu cerca de 200 pessoas, aproveitando-se a ocasião para proceder à cerimónia de promoção de alguns aspirantes a bombeiros de 3ª Classe. Discursos, distribuição de prendas aos filhos dos bombeiros, tendo como palco um bem concebido e trabalhoso presépio de Natal, marcaram mais uma consoada dos *soldados da paz*.

Até ao momento presente, a corporação nunca deixou de realizar a sua festa de



Natal, que já se impôs como verdadeira reunião de família dos bombeiros figueiroenses. Mais do que um almoço de Natal, é um ritual de união, visando o reforço da identidade colectiva da instituição.

Fig.80 – Aspecto da mesa de honra na festa de Natal de 2011

### 5.3- Peditórios e cortejos de oferendas

---

Os cortejos de oferendas eram um recurso prático que as colectividades locais usavam para angariar fundos, com particular destaque para a Santa Casa da Misericórdia e os Bombeiros Voluntários.

Estes cortejos eram bem do agrado e muito praticados pelas comunidades locais, por aquilo que traduziam em solidariedade humana. O seu grande valor prático permitia uma ampla participação colectiva, que prontamente aderira às suas causas humanitárias. Reforçavam também o relacionamento e a identificação dessas colectividades com as

---

<sup>575</sup> Jornal «Expresso do Centro», nº 30, Dezembro de 1999.

comunidades que serviam, tidas como causas públicas locais de extrema importância. Nestes cortejos estava também implícita a prática caritativa de cariz religioso.



Fig.81 – Primeiro peditório realizado a favor dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos em Junho de 1936

Antes de entrar directamente no capítulo dos cortejos de oferendas será justo realçar, que o primeiro peditório a favor dos bombeiros figueiroenses de que há registo foi feito por um grupo de “*meninas desta vila que muito gentilmente se propuseram fazer*”, num domingo, a

7 de Junho de 1936, e que terá rendido 800\$00. Esta iniciativa destinava-se à compra de uma mangueira e agulheta, que este peditório concretizou.<sup>576</sup>

O primeiro cortejo de oferendas realizado a favor dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos e do Hospital da Misericórdia realizou-se no Domingo 03 de Novembro de 1963, no dia da inauguração do quartel que se localizava ao início da Rua Teófilo Braga. Nele participaram todas as freguesias do concelho com carros alegóricos, trazendo ofertas de produtos agrícolas e florestais, agasalhos, dinheiro e “*os mais variados objectos*”<sup>577</sup>. Constituíram-se comissões de freguesia e comissões de lugares, coordenadas por uma comissão organizadora central, numa estrutura complexa que assegurou o êxito deste cortejo e que renderia cerca de 300.000\$00 para ambas as colectividades beneficentes.

A amplitude desta iniciativa contou com a presença do Governador Civil do Distrito de Leiria<sup>578</sup>, do Presidente da Junta Distrital de Leiria, do Presidente da Comissão Distrital da União Nacional e do Director Geral das Contribuições e Impostos, para além das individualidades públicas locais. Estiveram também presentes os Presidentes das Câmaras de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande, bem como os Provedores das Misericórdias desses concelhos. Colaboraram igualmente no cortejo todas as colectividades do concelho de Figueiró dos Vinhos.

<sup>576</sup> Faziam parte deste grupo feminino, entre outras, Maria Emília (sobrinha do pároco local, António Inglês), Eulália Lacerda, a filha do professor João António Semedo, Nénita Godinho e Marquinhas Ferreira.

<sup>577</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1079, Novembro de 1963.

<sup>578</sup> Olímpio Duarte Alves.



Fig.82 – Peditório realizado a favor dos bombeiros e do Hospital da Misericórdia em Novembro de 1963

Deste cortejo e do seu significado para as gentes locais, o jornal «A Regeneração» relata uma história pitoresca que merece aqui ser registada: “*uma anciã, trajando humildemente e tendo estampada no rosto toda uma vida de sacrifício, acercou-se do carro, desdobrando a*

*ponta do pobre lenço e disse: Senhor, tenho muito amor aos Bombeiros, queria ir a Figueiró amanhã mas as pernas não mo consentem. Tome estes 2\$50 e leve. É muito pouco, até vergonha, mas não tenho mais em casa. É de boa vontade!*”<sup>579</sup>.

Este cortejo de oferendas motivou a organização na vila e arredores de alguns grupos folclóricos, um dos quais o «Rancho da Santarém»<sup>580</sup>, que compôs um hino alusivo à ocasião, cantando-o durante a sua “marcha” e donde se extrai a seguinte passagem: “*São estas as nossas dádiva / Que esta gente toda traz / Nos cestos vêm-se lápidas / Prós bons Soldados da Paz*”.

Em Setembro de 1981, por iniciativa de Horácio Gomes dos Santos Oliveira, é promovido um cortejo de oferendas em Figueiró dos Vinhos e que obtém cerca de 700.000\$00<sup>581</sup> destinados à aquisição de uma ambulância de duas macas, da marca «Toyota», cujo custo orçava em cerca de 930.000\$00. Horácio Oliveira suportou todas as despesas na organização deste cortejo. No seio da Associação havia quem discordasse desta iniciativa, uma vez que alguns meses antes tinha havido um cortejo promovido pela Câmara Municipal, havendo o receio da população estar fatigada com mais iniciativas similares de angariação de fundos para os bombeiros voluntários. Porém e tal como se veio a constatar, a persistência desta iniciativa levada a cabo por um particular junto da população figueiroense provou que a benemerência em prol dos Bombeiros, feita de maneira desinteressada e apaixonada, cativaria sempre a população e motivaria a sua generosidade em prol do esforço daqueles que lutam abnegadamente

<sup>579</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1079, Novembro de 1963.

<sup>580</sup> Povoação da freguesia de Figueiró dos Vinhos.

<sup>581</sup> Através da imprensa local agradece publicamente a todos os que colaboraram nesta iniciativa “*e sem menosprezar seja quem for, um louvor especial para a freguesia de Arega que foi insuperável na sua colaboração*” (in «Jornal de Figueiró dos Vinhos», n.º 03, Março de 1982.

pelos interesses colectivos do concelho. A iniciativa de Horácio Gomes dos Santos Oliveira merecer-lhe-ia um voto de louvor consignado em assembleia-geral da Associação de 17 de Abril de 1982 “*pelo seu contributo na realização do cortejo de oferendas para aquisição de uma ambulância*”<sup>582</sup>.



Fig.83 – Peditório realizado a favor dos bombeiros em Junho de 1986

A “*melhor campanha de sempre a favor dos Bombeiros*”<sup>583</sup> realizou-se por via de um cortejo de oferendas no dia 8 de Junho de 1986 e de acordo com o deliberado em assembleia-geral da Associação, com a finalidade de equilibrar as suas contas “*a curto prazo para resolver compromissos financeiros*

*inadiáveis*”<sup>584</sup>. As dificuldades de tesouraria por que a Associação passava tinham a ver com as despesas extraordinárias causadas pelos calamitosos incêndios do Verão de 1985 (consumo de combustível das viaturas de todas as corporações colaborantes, alimentação dos bombeiros envolvidos, reposição dos salários aos bombeiros e reparação de viaturas “*que durante a campanha exaustiva por terrenos quase inacessíveis na luta contra o fogo ficaram em estado deplorável*”<sup>585</sup>). Este cortejo pretendia mitigar o desgaste a que a corporação figueiroense fora sujeita, pelos incêndios que fustigaram o concelho e os concelhos vizinhos entre os anos de 1983 e 1985<sup>586</sup>. Integrada no espírito desta grande onda de solidariedade esteve a Câmara Municipal<sup>587</sup>.

O resultado deste cortejo de oferendas, que contou com a comparência de todas as freguesias e de muitos lugares e povoações do concelho que participaram no desfile, a que assistiu muito povo do concelho e da região, ultrapassou todas as previsões relativamente aos resultados financeiros alcançados. O mesmo sucedeu em relação ao

<sup>582</sup> ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 17 de Abril de 1982.

<sup>583</sup> Título do artigo alusivo ao cortejo de oferendas no «Jornal de Figueiró dos Vinhos», nº 51, de Maio de 1986.

<sup>584</sup> «Jornal de Figueiró dos Vinhos», nº 49, Março de 1986.

<sup>585</sup> «Jornal de Figueiró dos Vinhos», nº 49, Março de 1986.

<sup>586</sup> Com especial incidência o Verão de 1983. Ver Volume II, Anexos I, ponto 4 - Historial dos incêndios no concelho e na região: 1927-2010.

<sup>587</sup> A Câmara Municipal colaborou com a quantia de 500.000\$00.

espírito colectivo de entreatjada demonstrado pelos figueiroenses, que responderam com grande entusiasmo e sentido altruísta ao apelo feito, sob a égide do lema «*Prós Bombeiros, Tudo*».

Merece ser aqui reportada a ambiência que decorreu pelas ruas da vila de Figueiró dos Vinhos e que caracterizou o evento, através de uma reportagem publicada na imprensa local: “*Centenas de pessoas colaboraram generosamente percorrendo todos os lugares do concelho. Milhares de circulares foram enviadas para todas as partes do Mundo onde se soubesse que existia um figueiroense ou um amigo da nossa terra. (...) No dia 8, a partir das 12 horas, a vila começou a apresentar o aspecto dos grandes dias festivos. Antes das 14 horas, já a Avenida dos Heróis do Ultramar era palco de apresentação de ranchos folclóricos com os seus trajes coloridos, as suas canções e a simpatia juvenil. A fanfarra dos Bombeiros, um conjunto «Zé-Pereira» e a Filarmónica Figueiroense, completaram a cobertura musical com a sua colaboração generosa e espontânea. Partindo do local de concentração, o cortejo em que se incorporaram alguns carros vistosamente engalanados, seguiu pela Praça Neutel de Abreu, Avenida Padre Diogo de Vasconcelos, Rua Dr. Simões Barreiros, Praça do Municipio, Rua Luis Quaresma Vale do Rio, Rua Dr. Martinho Simões, terminando junto ao Quartel – Sede dos Bombeiros, onde as várias Comissões entregaram donativos e géneros que de imediato foram leiloados”<sup>588</sup>.*

Aquela que foi “*a maior jornada de solidariedade de todos os tempos*” a favor dos bombeiros de Figueiró traduziu-se em dádivas que rondaram os 7.500.000\$00<sup>589</sup>. De referir ainda, que entre as dádivas recebidas se incluía uma viatura que foi oferecida por António Luis Ferreira.

#### **5.4- O talhão dos bombeiros no Cemitério Municipal**

---

Em 1982 a Liga dos Bombeiros Portugueses envia um ofício à Câmara Municipal a solicitar que mandasse erigir um “*monumento ao Bombeiro Português – Soldado da Paz e, bem assim, que nos cemitérios deste concelho seja reservado um talhão*

---

<sup>588</sup> «Jornal de Figueiró dos Vinhos», nº 52, Junho de 1986.

<sup>589</sup> A Comissão Organizadora do Cortejo de Oferendas a favor da A.H.B.V.F.V. agradeceu publicamente, em Outubro de 1986, “*a todos os Figueiroenses e Amigos de Figueiró dos Vinhos, a maneira fidalga, amiga e altruísta como acolheram, ajudaram e contribuíram para o bom resultado da sua iniciativa*”, que se traduziu em 7.485.061\$10.

*destinado ao pessoal das corporações concelhias*”<sup>590</sup>, tendo a Câmara deliberado por unanimidade, em reunião realizada no dia 23 de Novembro desse ano, “*mandar reservar algumas sepulturas, em talhão a designar oportunamente*”.



Fig.84 – Corpo activo em desfile de homenagem junto ao talhão dos Bombeiros Voluntários, no cemitério de Figueiró dos Vinhos

Em 28 de Maio de 1985, por proposta do Presidente, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder um talhão no cemitério da vila de Figueiró dos Vinhos à Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos,

cujos regulamentos foram aprovados em 11 de Março de 1986. A direcção da Associação tinha tomado conhecimento deste regulamento em 06 de Fevereiro, o qual fora enviado pela Câmara Municipal para que esta o apreciasse e fizesse as alterações que achasse convenientes, uma vez que era o primeiro documento do género a ser elaborado para tal fim a nível nacional.<sup>591</sup>

Assim, comprovando que tem memória e que não é ingrata para aqueles que a servem, a Associação detém um talhão no cemitério da vila de Figueiró dos Vinhos, denominado «Talhão dos Bombeiros Voluntários». No decurso das comemorações do 56º aniversário da colectividade, em 30 de Junho de 1991, foi devidamente vedado, demarcado e identificado com uma placa. É nesse talhão que descansam os “Soldados da Paz” que serviram o concelho de Figueiró dos Vinhos.

<sup>590</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Câmara Municipal, acta de 23 de Novembro de 1982.

<sup>591</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livro de Actas da Câmara Municipal, acta de 11 de Março de 1986. O Regulamento do talhão reservado a bombeiros tem a seguinte redacção: “Têm direito a sepultura perpetua, no cemitério da vila, no talhão reservado a Bombeiros, os indivíduos que: 1- Tenham servido a Corporação dos B.V. de Figueiró dos Vinhos, pelo período de 15 anos seguidos ou vinte alternados; 2- Por virtude de serviço prestado em combate a incêndios, morram ou venham a morrer ou fiquem incapacitados de trabalhar; 3- Por virtude de serviços prestados no salvamento de vidas, bens e haveres, morram ou venham a morrer ou fiquem incapacitados de trabalhar 4- Na prestação de serviços a doentes e sinistrados, morram, venham a morrer ou fiquem incapacitados de trabalhar”.

## 5.5- Os «Amigos do Batedor»



Fig.85 – Símbolo dos «Amigos do Batedor» de Figueiró dos Vinhos

Em 1991 iniciou-se pela primeira vez um convívio de âmbito anual, reunindo todos os antigos batedores dos bombeiros figueiroenses, iniciativa denominada «Amigos do Batedor».<sup>592</sup>

Esta reunião tem sido levada a efeito desde essa altura com crescente número de adeptos vindos de todo o país, encontrando neste convívio antigos companheiros de várias gerações de bombeiros figueiroenses, revivendo memórias comuns e o sentimento de quem nunca esqueceu a

corporação, contribuindo desta forma para o seu manancial histórico. *“Só quem efectivamente tenha um dia sido Bombeiro, é que pode avaliar o sentimento que se gere entre cada elemento, que deixa marcas para toda uma vida. (...) E desde o aspirante ao comandante, passando por todos os escalões hierárquicos, os sentimentos são partilhados em uníssono”*<sup>593</sup>.

Este encontro ocorre, habitualmente, perto do Natal. O grupo assiste na Igreja Matriz a uma missa em sufrágio dos bombeiros falecidos, seguida de romagem ao cemitério onde é colocada uma coroa de flores no talhão dos Bombeiros Voluntários. Segue-se uma visita ao quartel-sede da corporação, onde são apresentados cumprimentos aos camaradas ainda no activo, fechando a jornada de confraternização com o tradicional almoço de convívio num restaurante local.

Os dois últimos almoços (2010 e 2011) reuniram cerca de 5 dezenas de antigos operacionais dos bombeiros, comprovando que a finalidade deste encontro anual, é unir e partilhar memórias, numa confraternização que relembra muitas “estórias” antigas,

---

<sup>592</sup> Designa-se por “batedor” o bombeiro em acção durante o ataque ao fogo florestal, em virtude de se munir com um cabo de ferro, enfeixado na ponta com “vários troços de mangueira velha” e com o qual bate nas chamas.

*“Até 1962 foi essencialmente empregado o ramo de pinheiro verde, como arma de abafo; no ano de 1963 foi empregado o «batedor», que o nosso ilustre Comandante idealizou, e que tão bons resultados tem dado (...) que ao bater nos focos de incêndios abafam com maior eficiência a respectiva chama”.* (Cópia do Relatório enviado ao Inspector de Incêndios da Zona Sul, Lisboa, datado de 24 de Janeiro de 1964).

<sup>593</sup> Camoezas, Victor, “Amigos do Batedor em forma”, in Jornal «O Expresso do Centro», nº 01, Janeiro de 1998.

*“umas em combate às chamas, outras mais divertidas e interessantes, mas todas inesquecíveis”*<sup>594</sup>.

## **5.6- O «Dia Nacional do Bombeiro» de 1972**

---

Em 18 de Agosto de 1972 foi comemorado na vila de Figueiró dos Vinhos o «Dia Nacional do Bombeiro», levado a efeito com várias cerimónias alusivas à efeméride e que reuniu conjuntamente com as corporações de Ansião, Alvaiázere e Pedrógão Grande convidadas a participar no evento<sup>595</sup>. Um cortejo composto pelas 4 corporações precedia a fanfarra dos bombeiros de Figueiró dos Vinhos, seguidos pelos comandantes e respectivos corpos activos, *“formados impecavelmente a duas filas sob o comando do Senhor Artur Paz, comandante de Ansião”*. A Filarmónica Figueiroense encerrava o vistoso desfile, revezando-se mutuamente com a fanfarra, marcando a cadência do percurso, que deu à volta à vila com paragem na Igreja Matriz, onde foi celebrada uma homilia, pelo Padre Ventura, pároco da freguesia de Campelo. Seguiu-se pelas 22.00h uma ceia de confraternização presidida pelo Padre Belarmino Soeiro, pároco de Figueiró. Fernando Pires, vice-presidente da direcção da Associação Humanitária figueiroense, exortou os bombeiros a continuarem a sua valorosa luta. No final, João Portela Bruno, o anfitrião destas comemorações, agradeceu a presença e a colaboração de todos os que tinham tornado possível esta reunião festiva, *“destacando a ajuda do figueiroense Senhor Joaquim Lima e das pessoas que generosamente oferecendo os géneros para o repasto, que diga-se de passagem, em nada onerou o cofre dos Bombeiros”*<sup>596</sup>.

## **5.7- Os bombeiros nas festas da Feira de S. Pantaleão e nas festas do Concelho (S. João)**

---

As festas da Feira de S. Pantaleão transformaram-se num evento muito importante para os Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, permitindo à Associação usufruir de receitas complementares, advindas directamente dos lucros obtidos dos três

---

<sup>594</sup> Jornal «A Comarca», nº 332, Janeiro de 2009.

<sup>595</sup> A corporação de Castanheira de Pêra também foi convidada para o evento, contudo não lhe foi possível estar presente.

<sup>596</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 472, Agosto de 1972.

dias de festejos realizados anualmente, entre os dias 26 e 28 de Julho, bem como de peditórios que eram levados a efeito no contexto dos mesmos.

Os bombeiros figueiroenses organizaram estas festas assiduamente durante toda a década de 60 e 70, em parceria com a Comissão Municipal de Turismo e a Câmara Municipal. A partir de 1971 começaram a integrar a organização outras associações do concelho. No entanto, a sua participação nestes festejos iniciou-se em data mais recuada.

Os festejos da popular e concorrida feira anual de Figueiró dos Vinhos em honra de S. Pantaleão assumiam também uma vertente propagandística, uma vez que a Associação dos bombeiros voluntários pretendia motivar a mocidade figueiroense a alistar-se no corpo activo, sempre carente de novos elementos, de modo a injectar-lhe dinamismo e robustez.

A primeira notícia que dá conta do envolvimento dos bombeiros figueiroenses nas festas da Feira de S. Pantaleão data de 1927, quando a Comissão Municipal de Turismo pensou “*em organizar para a Feira de S. Pantaleão, uma Kermesse, cujo producto, reverte a favor dos referidos serviços (de incêndios), visto que a comissão ainda não conseguiu passar todos os bilhetes da rifa da mobília, destinados ao mesmo fim*”<sup>597</sup>. No início da década de 40 os lucros da feira passaram a ser repartidos pela Associação dos Bombeiros, Filarmónica Figueiroense, Associação Desportiva e Conferencia de S. Vicente de Paulo<sup>598</sup>.

Somente em 1953 é que os bombeiros voluntários aparecem associados à organização das festas da Feira de S. Pantaleão, com a representação de um dos elementos dos seus corpos sociais na comissão promotora, normalmente o presidente da direcção, e numa iniciativa singular para angariação de dinheiro. Tratava-se da montagem de uma “quermesse” no jardim parque, com a autorização do presidente da Câmara Municipal e cujos lucros revertiam a favor da Associação. Nesse ano realizou-se também um torneio de tiro aos pratos a favor da colectividade, integrado nesses festejos.

O dinâmico tesoureiro da Associação, José Gonçalves de Jesus, esteve na origem de outras iniciativas destinadas à angariação de fundos, entre as quais se conta a “Adega do Bombeiro” e que se transformaria num bar que os bombeiros explorariam junto ao

---

<sup>597</sup> Jornal «A Regeneração», nº 100, de 11 de Junho de 1927.

<sup>598</sup> PIRES, Simões, “Por culpa de todos ou de ninguém? Festas da Feira lançadas à fogueira”, *Jornal de Figueiró dos Vinhos*, nº 54, Agosto de 1986.

ringue de patinagem, cedido pela Comissão Municipal de Turismo e cujos sucessos lhe valeram um voto de louvor por parte dos seus colegas da direcção. O bar manteve-se aberto durante todo o Verão de 1953<sup>599</sup>. É também digno de registo o facto do presidente da direcção da Associação, Vasco Cid das Neves e Castro, colaborar nestas festas com uma tenda onde fazia truques de magia e procedia à “leitura das mãos” como vidente do futuro. Ainda em 29 de Agosto desse ano, a direcção organiza no ringue de patinagem “*um grande espectáculo de variedades, em que colaboram, alem de outros, os consagrados artistas Fernanda Peres, José António e Ilda Artur*”<sup>600</sup> e cuja receita se destina à compra de material diverso para os Bombeiros.

Nos festejos da Feira de 1957 os bombeiros figueiroenses expõem o seu “pronto-socorro” «Buick», para fazer a distribuição e a “venda do capacete”, obtendo uma receita de 239\$50. Em Setembro organizam uma festa no ringue de patinagem em benefício dos cofres da Associação com a participação do Rancho Folclórico Infantil da Casa do Povo da Chamusca e que redundaria num retumbante êxito tendo rendido 3.059\$50. Esta festa contou também com as colaborações da Comissão Municipal de Turismo, a gerência da firma «Radel» e uma comissão de senhoras que assegurou e orientou o serviço de bar. A envolvência destas entidades nesta iniciativa permite constatar que começava a existir um movimento alargado de solidariedade em torno dos bombeiros, facto que se revelava imprescindível para reerguer a sua auto-estima<sup>601</sup>.

Durante os três dias da Feira de 1959, os bombeiros expuseram o pronto-socorro «Bedford» (ainda em fase de montagem) na Avenida Padre Diogo de Vasconcelos (conhecida como “Ramal”), procurando cativar donativos e que mereceu a atenção e a admiração de todos os visitantes.<sup>602</sup>

Ainda em 1959 mas por ocasião das festas do Concelho (que têm como padroeiro S. João Batista e que são realizadas em finais de Junho), o comandante do corpo activo, Manuel Pereira da Silva Roda, organizou junto à sua residência “*uma pitoresca e agradável esplanada onde se realizaram animados bailes até de madrugada*”<sup>603</sup>, a que

---

<sup>599</sup> “(...)todas as tardes se nota movimento de visitantes e figueiroenses, que, assim, contribuem para um fim humanitário que é o de proporcionar maiores receitas àquela prestimosa corporação”. (Jornal «O Norte do Distrito», nº 12, Junho de 1953).

<sup>600</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 16, Agosto de 1953.

<sup>601</sup> Recorde-se que entre 1954 e 1957 a Associação passara por um período de inactividade.

<sup>602</sup> Ainda relacionado com este veiculo, refira-se que em 2 de Maio de 1959, os Bombeiros Voluntários de Pombal ofereceram-se para trazer a Figueiró dos Vinhos o seu grupo de teatro, que representará uma peça no Clube Figueiroense, da autoria do seu presidente da direcção, Francisco Menezes Falcão, a fim de angariar fundos para o mesmo e que se traduziu numa receita de 5.351\$50. As festas da Feira tiveram uma receita de 7.996\$50.

<sup>603</sup> Jornal «A Regeneração», nº 974, Julho de 1959.

deu o nome «Verde Pinho», dotada de um serviço de bar bastante concorrido por “*numerosa e selecta assistência*”<sup>604</sup>, contribuindo desta forma para a animação da vila figueiroense e cujo produto reverteu em favor da corporação.

A organização dos festejos da Feira de S. Pantaleão de 1960 foi partilhada pelo comando, uma comissão de bombeiros e um grupo de figueiroenses. Na noite do dia 27 actuou o “*magnífico agrupamento folclórico «Rancho Sete Saias», de Benavente, que deliciou e encantou a assistência*”. Abridhantaram também as noites da Feira o «Conjunto Luz e Vida», da Chamusca e o «Rancho Típico de Figueiró dos Vinhos», que apesar de ainda estar “*sobrecarregado com as suas despesas*”, por causa da sua fundação, colaborou nas festas sem nada cobrar.<sup>605</sup>

Em 1961 os bombeiros trouxeram às Festas da Feira de S. Pantaleão três ranchos folclóricos<sup>606</sup>; um grupo de estudantes de Coimbra, “*que ofereceu à numerosa assistência uma Serenata*”<sup>607</sup>; e o já habitual torneio de tiro aos pratos, onde se disputaram 12 taças de prata. A motivação festiva prolongou-se no Jardim Parque durante os meses de Agosto e Setembro, com um serviço de restaurante para a realização de bailes às quartas-feiras e sábados, prevendo-se a vinda de “*afamados agrupamentos folclóricos nacionais*”.<sup>608</sup> Ainda nas festas da Feira de S. Pantaleão de 1961, e por proposta apresentada pela respectiva comissão de festas, foi deliberado proceder-se ao sorteio de um televisor «Telefunken», adquirido à firma «RADEL», revertendo o saldo a favor da corporação.

Os bombeiros figueiroenses participaram activamente nas festas do Concelho (S. João) de 1962, com “*uma interessante esplanada*”<sup>609</sup>, que incluía um apreciado serviço de bar e bailes, abridhantados pela orquestra privativa da corporação (conjunto «Rodaviva»).

Os ranchos folclóricos continuaram a ser as principais atracções das Festas da Feira de S. Pantaleão. Em 1962 aparece a “Noite de Folclore”, com a apresentação do «Grupo Académico de Danças Ribatejanas», constituído por estudantes de Santarém. “*Este agrupamento, que dispensa encómios, deslocou-se ultimamente à nossa Província de Angola onde foi admirado e classificado de a mais bela embaixada enviada pela*

---

<sup>604</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 974, Julho de 1959.

<sup>605</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1000, Agosto de 1960.

<sup>606</sup> Os «Esticadinhos de Cantanhede», «Os camponeses dos Riachos» e o «Rancho Tá-Mar», da Nazaré, sendo “*este ultimo muito apreciado, enchendo-se completamente o Ringue de Patinagem*”. (Jornal «A Regeneração», n.º 1024, Agosto de 1961).

<sup>607</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1024, Agosto de 1961.

<sup>608</sup> Jornal «A Regeneração», n.º 1023, Julho de 1961.

<sup>609</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º 228, Junho de 1962.

*Metrópole a Terras do Ultramar e representou o nosso País no Dia de Portugal, na Feira Del Campo, em Madrid*<sup>610</sup>. Nesta noite ainda actuou o «Rancho Infantil de Dança Regional de Santarém», composto por 2 ranchos infantis com idades entre os 4 e os 13 anos e que já actuara em Espanha, Suíça e França. Esteve também presente o «Rancho de Pedrogão Grande», na tarde de 29, culminando à noite com “*um sarau desportivo que despertou grande interesse e constou de alguns encontros de hóquei em patins e futebol de salão*”<sup>611</sup>.

Em 1962 continua também a curiosa “Esplanada dos Bombeiros”, com o pitoresco nome «Verde Pinho», criada pelo comandante Roda em 1959, tornando-se em presença habitual nas festas do Concelho, organizada de forma mais ampliada pelos bombeiros figueiroenses e que se prolongaria até às festas da Feira de S. Pantaleão, isto é, entre Junho e Julho “*numa iniciativa que muito os dignifica (...) no formoso recinto do Parque Municipal*”. Além de um apreciado serviço de bar que mantém, “*onde os figueiroenses podem deliciar-se com apetitosos petiscos e variadas bebidas*”, são também realizados bailes abrilhantados pela orquestra privativa da corporação.

Nas festas da Feira da década de 60, refira-se como curiosidade, a existência de pequenos pavilhões onde eram sorteados galos, galinhas, patos e coelhos vivos, para gáudio dos forasteiros que frequentavam os festejos anuais do concelho figueiroense.

A organização destas festas, em especial a Feira de S. Pantaleão, mobilizava um conjunto impressionante de pessoas e entidades, motivadas em dar o seu melhor em prol dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos e que abnegadamente contribuía para a qualidade e sucesso que estes festejos alcançaram e que marcaram a memória de várias gerações de figueiroenses.<sup>612</sup>

---

<sup>610</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 230, Julho de 1962.

<sup>611</sup> Jornal «A Regeneração», nº 1048, Agosto de 1962. Equipas que estiveram presentes: (Hóquei) Grupo Desportivo dos Ferroviários do Entroncamento e Grupo Académico de Figueiró; (Futebol de Salão) Grupo Desportivo do Recreio Pedrogense, Grupo Desportivo da Bouçã, Grupo Académico de Figueiró dos Vinhos e Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos.

<sup>612</sup> Victor Jorge Camoegas foi um desses entusiásticos organizadores e que mais dinamizou esses eventos. Em 1962, ao fechar a “época” dos festejos, agradecia publicamente através dos jornais locais, a todos os que haviam colaborado para o êxito das festas da Feira de S. Pantaleão, “*às individualidades, firmas patrocinantes e colectividades*”, nomeando todos os que haviam colaborado: presidente da Câmara Municipal, comando e corpo dos bombeiros voluntários, Emídio Figueiredo Cànova, Álvaro Lopes, José da Conceição Simões, Fernando dos Santos Conceição, Alfredo de Oliveira, Francisco Martins Hortelão, Martinho Medeiros, José de Oliveira Canário, Adelino Martins, Fernando Rosalino, Ernesto Rosalino, José Mendes Lima, Joaquim Martins Barra, Filarmónica Figueiroense, Os «5 Unidos de Figueiró dos Vinhos», Grupo Desportivo dos Chãos, GNR, Grupo Desportivo da Barragem da Bouçã, Grupo Desportivo dos Bombeiros Voluntários da Sertã, Clube Figueiroense, Casa Paroquial de Figueiró dos Vinhos, Jornal «A Regeneração» e Jornal «O Norte do Distrito». Não esquecia inclusivamente as “*Ex.mas Senhoras desta Vila que foram de uma amabilidade extrema, bem assim a todos os proprietários que nos ofereceram bebidas*”. (Jornal «O Norte do Distrito», nº 253, Julho de 1962).

Em 1963 é publicada na imprensa local o “Relatório das Festas da Feira de S. Pantaleão”<sup>613</sup>, que permite avaliar a capacidade desses festejos para gerar receita para os bombeiros. O saldo líquido entregue nesse ano foi de 8.610\$00.<sup>614</sup>



Fig.86- Aspecto da Feira de S. Pantaleão. Esta imagem foi retirada de um documentário realizado pela RTP em 1964 sobre o concelho de Figueiró dos Vinhos, da série «Terras de Portugal»

As festas da Feira de S. Pantaleão de 1964 triplicariam em sucesso comparativamente às do ano anterior, cujo lucro líquido entregue aos bombeiros pela comissão promotora foi de 24.028\$20<sup>615</sup>. Organizadas por um grupo de figueiroenses, encabeçado pelo chefe da

secretaria da Câmara Municipal, José Abreu Nunes<sup>616</sup>, resultaram numa grande afluência de público durante as quatro noites do programa<sup>617</sup>. Estas festas alcançaram um prestígio de tal ordem que motivaram a vinda a Figueiró dos vinhos de uma equipa da RTP, dirigida por Carlos Tudela, no âmbito de um programa televisivo denominado «Terras de Portugal». Foi enaltecida a *“valiosíssima e brilhante colaboração das senhoras figueiroenses, entre as quais se contavam as da mais alta sociedade,*

---

<sup>613</sup> Em 1963 do programa das festas constava a actuação do «Rancho das Rendilheiras de Vila do Conde», um torneio relâmpago de futebol de salão e bailes com conjuntos musicais, entre os quais o conjunto «Rodaviva» de Figueiró dos Vinhos.

<sup>614</sup> Para termos uma ideia de quanto valia esta quantia em 1962, diremos que em 1969 (isto é, sete anos mais tarde), um Professor da Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos ganhava 180\$00/hora, e um electricista municipal 2000\$00/mês (por deliberação do Conselho Municipal), e que o Conselho Nacional de Incêndios concedeu em 1962 o subsídio de 10.000\$00 aos Bombeiros de Figueiró dos Vinhos. Portanto, 8.610\$00 era, à época, uma quantia apreciável.

<sup>615</sup> Jornal «O Norte do Distrito», n.º279, Agosto de 1964.

<sup>616</sup> Desta comissão faziam parte: José Guerreiro Machado (propaganda e publicidade), Fernando Simões Pires (abastecimento), António da Silva Martinho (bilheteira), Álvaro dos Santos Lopes (publicidade e som), João Rodrigues Manuel Pereira Roda Bombeiros).

<sup>617</sup> Do programa constavam: os ranchos folclóricos vindos das freguesias de Aguda, Arega e Campelo e o «Rancho Regional de Quiaios»; o conjunto «Rodaviva»; variedades com artistas da rádio, nomeadamente com o locutor e animador Fernando Ruas, que apresentava os artistas Carlos Nascimento, David Pantoja, Albino Martins e Maria Fernanda Soares; torneio de Futebol de Salão (em que participaram equipas de Tomar, Barragem da Bouçã e Figueiró dos Vinhos); encontro de hóquei em patins, entre as equipas do Entroncamento e de Figueiró). Os festejos fecharam com a actuação da «Orquestra Feminina Futurista de Arcozelo» que abrilhantou um grandioso baile popular que durou até de madrugada.

*incansáveis, tanto no restaurante – bar, como em variadíssimos pormenores de organização*”<sup>618</sup>.

Em 1965 foram introduzidas algumas novidades no programa dos festejos de S. Pantaleão, como o “Concurso do Avental de Chita”, uma gincana de bicicletas e stands de exposições relacionados com o comércio local. O programa consistiu nas habituais exposições de ranchos folclóricos locais e regionais, conjuntos musicais e actuação de artistas da rádio e televisão (Mara Abrantes, Artur Garcia, Elsa Vilar e Carlos Areias). Neste ano, os Bombeiros contaram com a colaboração da Sociedade Feminina de S. Vicente de Paulo<sup>619</sup>.

As iniciativas para ajudar os bombeiros partiam também de grupos de senhoras figueiroenses, que se associavam com o intuito de conseguir fundos para o corpo activo, levando a efeito acções diversificadas, como o baile que organizaram em 25 de Setembro de 1965 no ginásio da Escola Secundária e que alcançou uma receita de 6000\$00.

Em 1966 mantém-se o nível de alta qualidade das Festas de S. Pantaleão, actuando em Figueiró dos Vinhos “*o afamado Conjunto internacional «Duo Ouro Negro», em Folclore e Music-Hall e as apreciadas cançonetistas Natércia Maria e Lila Paixão, do Teatro, Rádio e Televisão*”<sup>620</sup>.

Entretanto começavam a surgir outras iniciativas a favor dos bombeiros figueiroenses, intercaladas com as festas de S. João e a Feira anual. Surge a «1ª Prova de Perícia Automóvel – Sintra do Norte», promovida pela Comissão Municipal de Turismo e com a colaboração da Secção de Motorismo da Associação Académica de Coimbra, realizada em 19 de Maio de 1968. Iniciativa que despertou “*grande interesse não só nos automobilistas, mas também do público, que vai ter oportunidade de assistir a uma prova desportiva (do género) pela primeira vez realizada nesta região*”<sup>621</sup>.

As festas da Feira de S. Pantaleão de 1968<sup>622</sup> foram um enorme sucesso, tanto espectacular como financeiro, e bastante apreciadas pela população. “*A organização*

---

<sup>618</sup> Jornal «A Regeneração», nº 1096, Agosto de 1964.

<sup>619</sup> A receita deste ano da Feira de S. Pantaleão foi distribuída pela Sociedade Feminina de S. Vicente de Paulo, que beneficiou de uma receita de 2000\$00, e pelos bombeiros com cerca de 18.000\$00.

<sup>620</sup> Jornal «A Regeneração», nº 1143, Julho de 1966.

<sup>621</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 367, Abril de 1968. Nesse ano seria realizada também outra prova do género a favor da Conferência Feminina de S. Vicente de Paulo, no dia 16 de Junho, organizada por Victor Camoegas.

<sup>622</sup> A comissão das festas da Feira de S. Pantaleão de 1968 era constituída pelos seguintes elementos: José Guerreiro Machado, Lúcio Lopes dos Santos, José Abreu Nunes, Manuel Simões Telhada, Fernando Simões Pires, Fernando da Conceição Santos e Victor Jorge Camoegas.

*destas festas foi imensamente trabalhosa e cansativa, mas a verdade é que aqueles que a elas meteram ombros jamais olharam a sacrifícios e conseguiram, ao cabo e ao resto, apresentar um belo cartaz de propaganda da nossa Terra e dos seus Bombeiros, pelo que o resultado final será compensador de tanta cansa e de tanto entusiasmo”*<sup>623</sup>. Renderam cerca de 60.000\$00. Um programa rico em variedades terá contribuído para a enorme afluência de público, inclusivamente vindo de fora do concelho, que colocou a vila de Figueiró dos Vinhos no centro das atenções nesses três dias de feira. Nesse ano já se falava na aquisição de um “carro de nevoeiro” e de uma ambulância para os bombeiros, *“por isso estas festas virão, sem duvida alguma, contribuir com uma quota-parte para que se tornem realidade estas aspirações”*.<sup>624</sup>

As Festas da Feira de S. Pantaleão de 1970, apesar de terem sido planeadas com meticuloso cuidado, ficaram-se pelos espectáculos do dia 26 de Julho, que decorreram agradavelmente. Os espectáculos que estavam previstos para os dois dias seguintes, em cujo cartaz figuravam artistas da rádio e TV, tiveram que ser suspensos, em virtude do falecimento do Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar. *“No entanto, os artistas contratados com cativante simpatia e alta compreensão abstiveram-se de cobrar os seus cachets”*<sup>625</sup>.

No ano seguinte as festas da feira anual decorreram com enorme brilho, tendo obtido óptimos resultados financeiros para a Associação. Tal êxito devia-se, uma vez mais, a uma dinâmica comissão promotora dos festejos, *“que foi incansável de esforço entusiástico para que elas atingissem o nível espectacular (...) e os brilhantes resultados materiais em que se traduziram, (...) sem esquecer o valioso contributo das Senhoras de Figueiró, que foram inexcelíveis também, na colaboração simpática que nos deram”*<sup>626</sup>. Nesse ano as receitas a favor dos bombeiros atingiram quase 50.000\$00 de lucro, resultante das bilheteiras dos espectáculos, dos bares, da “distribuição da flor”,

---

<sup>623</sup> Relatório da Gerência referente ao Ano de 1968, in Jornal «A Regeneração», n.º 1209, Abril de 1969.

<sup>624</sup> Do aliciante programa das festas da Feira de 1968, surgia no dia 26 de Julho a “Noite do Zêzere”, preenchido com artistas amadores dos centros recreativos das Barragens da Bouçã, Cabril e Castelo de Bode; no dia 27 a «Orquestra Típica Albicastrense», seguido de *“um vistoso fogo-de-artifício”*; a fechar os festejos, no dia 28, entrava em cena a “Noite de Ouro” *“com um espectáculo inédito em Figueiró”*, com o título «Vedetas Show», constituído pelos artistas Aida Batista, Helena Tavares, Leónia Mendes, Mirene Cardinalli, Fernanda Diniz, Luis Horta, Gabriel Cardoso e Costa Vaz. O aspecto festivo que se deu à zona do parque e do jardim municipal destacou-se nos tradicionais arraiais da Feira, com serviço de bar, frangos assados, caldo verde, tómbolas, quermesse, esplanada de chá, *“retiros com adegas típicas do tintol e branquial, etc”*. (Jornal «A Regeneração», n.º 1190, Julho de 1968).

<sup>625</sup> Relatório de Contas de Gerência do ano de 1970.

<sup>626</sup> Relatório de Contas de Gerência do ano de 1971.

dos bilhares, dos bailes, dos leilões, da “garraiada” de toiros, das rifas<sup>627</sup> e dos painéis de propaganda. Os bares do parque foram abastecidos com várias ofertas em géneros, feitas por casas comerciais e anónimos, que desta forma se associavam à iniciativa<sup>628</sup>. Porém, o ano de 1971 marca o fim da realização das Festas da Feira de S. Pantaleão centralizada nos bombeiros. A comissão destas festas, a pedido da Câmara Municipal, concordou em distribuir a organização e repartir o lucro obtido por outras associações, “na intenção de maiores proventos para que os Bombeiros não viessem a ser prejudicados (...)”. Em consequência disso e a partir de 1972, “o record de lucros nunca mais foi atingido na nova modalidade, e os Bombeiros diminuíram consideravelmente os seus lucros destinados ao apetrechamento do material.”<sup>629</sup>

No decorrer do ano de 1973, o presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, José Simões de Abreu, “levou a efeito, por sua exclusiva iniciativa, uma campanha de angariação de sócios contribuintes para a Associação dos Bombeiros Voluntários da nossa terra (...)” com a finalidade de contrabalançar a perda destas receitas para os bombeiros. Na cerimónia de posse dos novos corpos gerentes da Associação, “deu conta do resultado desta sua Campanha meritória, referindo ter conseguido a inscrição de cerca de 800 novos associados, o que eleva para 1000 o seu número actual”<sup>630</sup>.

Em 1976 a organização dos festejos da feira anual passa a ser realizada sob o patrocínio da Câmara Municipal e com a participação de duas colectividades: Associação dos Bombeiros Voluntários e Conferência de S. Vicente Paulo. No entanto, os lucros obtidos (78.959\$00) durante os três dias de feira são distribuídos por quatro colectividades (Associação Desportiva; Conferência de S. Vicente de Paulo; Filarmónica Figueiroense e Bombeiros de Figueiró dos Vinhos) mas em percentagens diferentes, cabendo aos bombeiros uma fatia ligeiramente maior (40%).

Os Bombeiros continuariam inseridos na organização da feira anual do concelho pelo menos até 1987, ano em que o evento foi organizado em parceria com o Corpo de Escuteiros e a Conferência de S. Vicente de Paulo<sup>631</sup>. Há ainda registos de um peditório feito pelos bombeiros durante as festas da Feira de S. Pantaleão de 1990 e que terá

---

<sup>627</sup> De um quadro a óleo oferecido pela Senhora Enide Simões de Abreu.

<sup>628</sup> Vinho, bolos, azeite, batatas, frangos, “e tantos outros géneros (que a Comissão transforma em dinheiro) num autêntico Cortejo de Oferendas”. (Jornal «O Norte do Distrito», nº 467, Junho de 1972)

<sup>629</sup> Citações: Jornal «O Norte do Distrito», nº 501, Novembro de 1973.

<sup>630</sup> Jornal «O Norte do Distrito», nº 510, Março de 1974.

<sup>631</sup> Nesse ano a Associação beneficiou de um subsídio de 150.000\$00 atribuído pela Câmara Municipal.

rendido à Corporação a quantia de 63.900\$00, e a realização de uma “corrida de toiros”, organizada pelos bombeiros e integrada nas festas da Feira de 1992.

Na década de 80 os bombeiros integraram as comissões de festas do S. João, padroeiro de Figueiró dos Vinhos, confirmando o seu dinamismo para se aliarem a iniciativas de âmbito concelhio, mantendo-se próximos da população através das suas mais importantes e simbólicas festas tradicionais.

De registar um facto curioso verificado em 1985 durante os festejos do S. João, em que os elementos femininos do «Grupo Coral de S. João Batista» se dispuseram a enfeitar os tabuleiros das fogaças e com os quais a Associação participou nos festejos desse ano, levando a direcção da Associação a conceder um donativo de 3000\$00 ao grupo coral.

À parte destas festas os bombeiros figueiroenses concretizaram outras iniciativas. Em 02 de Março de 1985 uma dupla de palhaços, «Croquete e Fraldinha», realizaram um espectáculo no quartel-sede que se revelou um sucesso, cabendo à Associação 25% da receita da bilheteira.

## 5.8- Homenagens póstumas

---

Numa clara demonstração de que a corporação tem preito em garantir a memória daqueles que a servem, em Junho de 1991 e por proposta do comandante Aguinaldo Feitor<sup>632</sup> e com a concordância unânime da direcção da Associação, foi deliberado prestar homenagem póstuma a alguns bombeiros e a um director, que haviam servido a Associação “*com grande empenhamento e dedicação*”<sup>633</sup>.

Desta forma, em 30 de Junho desse ano, data em que se comemorou o aniversário da colectividade, foram homenageados os bombeiros Isolina Martins e Paulo Santos, com placas com o seu nome, colocadas respectivamente, numa ambulância («Ford Transit») e na carrinha «Mercedes», oferecida pela cidade alemã de Leimen à corporação figueiroense. Do mesmo modo foram homenageados o 2º comandante António José Herdade Barreiros e o antigo presidente da direcção, José Guerreiro Machado, com uma placa com os nomes, colocadas respectivamente, no Parque de Viaturas e no Auto-Tanque Unimog.

---

<sup>632</sup> Aguinaldo Feitor foi comandante dos bombeiros voluntários de Figueiró dos Vinhos entre Janeiro de 1986 a Fevereiro de 1997.

<sup>633</sup> Acta de reunião da direcção de 12 de Junho de 1991.

Já anteriormente a corporação havia homenageado postumamente outro bombeiro, João Rui Gomes dos Santos Oliveira<sup>634</sup>, tragicamente falecido em 4 de Outubro de 1976 durante uma missão de salvamento, dando o seu nome às camaratas do corpo activo (no actual quartel) e ao jeep «Willis» do comando.

Mais do que provar que a Associação tem a preocupação em resgatar os que singularmente contribuíram para a sua história, que se foi construindo e transitando através das gerações, a realização destas homenagens póstumas assume um carácter de retribuição simbólica pela dívida que a instituição assume perante aqueles que a serviram, legitimando a instituição a apontá-los como exemplo aos que presentemente a servem ou que a venham a servir no futuro.

Nestas homenagens póstumas está também implícita a importância em preservar a continuidade dos valores altruístas que estiveram na base da fundação da Associação Humanitária em 1935, como herança compartilhada e que integram o sentimento de participação numa causa justa, permanentemente recordada e valorizada.

---

<sup>634</sup> João Rui pertencia à corporação figueiroense e contava apenas 16 anos quando faleceu, ao tentar salvar um vizinho de morrer afogado dentro de um balseiro de vinho.

## Conclusão

---

O associativismo teve a sua génese em Portugal a partir de 1834, visando objectivos de índole comercial. Contudo, sensivelmente a meio da centúria de oitocentos era já um fenómeno espalhado por todo o país, diversificando o seu objectivo em torno de fins económicos, laborais, patrióticos, educativos, culturais, humanitários, entre outros. Este contínuo alargamento e adopção na sociedade portuguesa do movimento associativo, fizeram-no incluir no Código Civil de 1870, dando-lhe redacção e moldura legal como um direito fundamental.

Foi dentro deste contexto que surgiram as primeiras associações de bombeiros voluntários, dentro de uma filosofia de natureza humanitária e cuja actividade extravasava os interesses dos próprios associados, uma vez que objectivavam prestar ajuda de forma generalizada às comunidades onde estavam inseridas.

No final do século XIX já havia cerca de 80 associações, em simultâneo com algumas corporações de bombeiros municipais. Seria contudo nas primeiras décadas do século XX que este movimento se reforçaria.

No início da década de 30 existiam 150 corporações (129 de voluntários e 21 de municipais profissionais). A meio desta década, em 1934, este número já apontava para mais de 240<sup>635</sup>. A década de 30 foi a que registou o maior número de fundações de associações e corpos de bombeiros, num total de 75 organizações constituídas e onde se inclui a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, fundada em 18 de Maio de 1935, resultante da aprovação dos seus estatutos pelo Governo Civil de Leiria<sup>636</sup>.

A Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos nasceu da iniciativa espontânea de um punhado de homens, que quiseram fincar um simples «serviço de incêndios» provisório numa base mais credível, que centralizasse a sua acção na protecção de pessoas e bens, de forma mais eficaz e civicamente mais abrangente. Desta forma, a par com os briosos voluntários que acorriam ao armazém do Município ao primeiro toque dos sinos, para agarrar nos apetrechos com que atacavam os fogos, um grupo de cidadãos agremiou-se, organizando de forma legal e jurídica, com base estatutária, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários.

---

<sup>635</sup>SANTOS, F. Hermínio (Coord.), *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. II, Lisboa, 1995, pp.363-373.

<sup>636</sup> Para esta proliferação de organizações de bombeiros que eclodiu durante os anos 30, deverá ter também contribuído a fundação da Liga dos Bombeiros Portugueses, em Agosto de 1930.

A dinâmica da Associação está intimamente ligada à acção dos seus mais directos intervenientes e protagonistas localizados em dois pólos basilares: a orgânica operacional, que cumpre no terreno a missão que lhe está adstrita; e a orgânica gestonária, que através dos órgãos sociais eleitos assegura a administração da colectividade. Verifica-se que entre estes dois pólos o equilíbrio deve ser contínuo, comprometido por uma estratégia e missão comuns. A memória e a identidade desta Associação são construídas entre o bombeiro que veste a farda e que no terreno desenvolve a sua missão, e o indivíduo que, na retaguarda, lhe suporta e assegura a sua capacidade operacional. A coesão da associação depende deste paralelismo.

Surgida em 1935, num período em que o Estado reforçava os seus princípios centralizadores, políticos e administrativos, fiscalizando correctivamente todos os organismos públicos, onde se incluíam as autarquias locais, a Associação cedo se deu conta da importância das boas relações institucionais que era necessário manter com a Câmara Municipal. A edilidade municipal foi desde sempre uma base de apoio fundamental para a estabilidade da Associação a vários níveis: financeiro; colaboração técnica e institucional; e na mediação com entidades regionais e nacionais, garantindo a resolução ou a mitigação de problemas, sobretudo junto de organismos criados pelo Estado no âmbito dos Bombeiros e que possibilitavam alguns apoios, nomeadamente na aquisição de algum equipamento.

No primeiro período da sua existência, a Associação passa por graves dificuldades económicas, acrescidas à inexistência de instalações condignas, ciclo que se prolongará até ao início da década de 60, com períodos de forte contracção que lhe impedem uma real estabilidade tanto ao nível operacional como institucional. A afirmação da colectividade foi espinhosa, contando quase exclusivamente com o apoio de beneméritos locais particulares e quase sempre subestimada pelos poderes locais instituídos, pelo menos até 1957. De facto, viveu tempos muito difíceis entre 1936 e 1957, com avanços e recuos na sua dinâmica, não conseguindo fincar a sua instalação de forma estável e sólida. Durante esse período constatam-se 3 períodos de interregno na sua existência (1937-1949; 1949-1953; 1953-1957), a que tentámos dar explicação, tecidos nas tensões entre a Associação e os poderes municipais, na deficiente interligação entre o corpo activo e a direcção e nas constantes dificuldades financeiras para adquirir meios de combate a incêndios, que refreou e constrangeu a sua evolução, dinâmica e missão até aos alvares da década de 60.

A Associação conseguiu alcançar a estabilidade durante a década de 60. A boa articulação entre a direcção e o comando operacional; o esforço do comando para manter um corpo activo estável; o seu envolvimento e a capacidade para aumentar a sua credibilidade junto da comunidade; o apoio incondicional da população; os donativos advindos de empresas públicas e privadas; a auto-suficiência conseguida no esforço abnegado dos bombeiros; o esforço desenvolvido para aumentar a massa associativa; o bom relacionamento institucional com a Câmara Municipal e o apoio constante de personalidades locais, com ligações ao poder camarário e aos sectores económicos do concelho, foram os vectores que concorreram para estabilizar, prestigiar e solidificar a colectividade. O aumento considerável do seu património; o ritmo crescente da sua actividade operacional; a valorização do seu corpo activo no seio da comunidade que serve e o excelente relacionamento com os organismos regionais e nacionais ligados à esfera dos Bombeiros, demonstram uma Associação que estabilizou e amadureceu firmada, sobretudo, na vontade da têmpera humana que a vitalizou, apesar das contínuas dificuldades financeiras que, em paralelo, também a caracterizaram neste período, fortemente marcado pelo despontar do flagelo sazonal dos incêndios florestais na região. A partir deste período singraria de forma contínua e evolutiva, atravessando as décadas seguintes com notável desempenho, até ao momento presente.

Fincada numa estrutura interna que lhe conferiu solidez e numa eficaz gestão na relação entre a vertente operacional e o seu directório, a Associação consegue adaptar-se ao novo cenário político que se seguiu à deposição do regime do Estado Novo e às alterações que se operaram na sociedade civil e no poder local, que não constituíram entraves para o processo de consolidação que havia iniciado na fase anterior.

Continua a implementar a prevenção e a extinção de incêndios e desenvolve em paralelo uma vertente de prestação de socorro pré-hospitalar, adaptando-se às necessidades e às prioridades da comunidade que serve. Esforça-se para acompanhar a evolução tecnológica dos meios para a prossecução da sua missão; implementa com sucesso a diversificação da vertente formativa e a especialização dos elementos que constituem a sua natureza operacional; assegura um constante relacionamento com o universo associativo dos bombeiros a nível regional e nacional; torna-se pioneira nalguns vectores ligados à dinâmica dos bombeiros a nível nacional e regional (Centro de Meios Aéreos, Unidade Local de Formação); colhe continuamente o reconhecimento público do município e da comunidade que serve, pelos relevantes serviços prestados, através dos constantes agradecimentos que enriquecem o seu curriculum missionário.

A maturidade da Associação está particularmente vincada na referência que detém junto da comunidade como escola de valores, que tem o seu reflexo no contínuo alistamento de jovens para as fileiras do seu corpo activo. Formação certificada ao mais alto nível nas diversas valências técnicas que lhes garantem um elevado desempenho nas missões que desenvolvem e a irradiação dos seus objectivos em novos pólos de actividade (intervenção em todo o tipo de incêndios; emergência pré-hospitalar; transporte de doentes; transferências inter-hospitalares; serviços diversos prestados à comunidade), colocam a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos num patamar de excelência organizacional, que fazem dela uma instituição imprescindível para a comunidade onde intervém, que assimila valores de altruísmo cívico, que age como complemento de formação da cidadania, que actua como escola de valores cívicos e que continua a evoluir na prestação de novas valências às populações que serve, tanto ao nível local como regional.

Ao fim de 75 anos a Associação apresenta-se à comunidade que serve como uma instituição sólida; enriquecida no seu património; referenciada pela sua estabilidade e crescimento e reconhecida no seu contínuo esforço para obter e gerir meios financeiros que garantam a sua sustentabilidade. Reconhece-se, sobretudo, ao longo da sua história, a sua capacidade para vencer todos os desafios e adversidades que lhe foram apresentados, mercê da ambição e persistência do seu capital humano, que está na base da sua vitalidade e longevidade.

## Bibliografia e fontes

---

- AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, s/d.
- AAVV, *Monografia do Concelho de Figueiró dos Vinhos*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2004.
- BARBOSA, Paulo, Fénix, *Histórias de vida (e morte) dos bombeiros portugueses*, Prime Books, 2007.
- BARREIROS, Manuel Simões, *Doze Anos de Administração Autárquica (1930-1042)*, Figueiró dos Vinhos, 1943
- BARROS, Henrique, *Inquérito à Habitação Rural*, 2º vol., *A Habitação Rural nas Províncias da Beira*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1947
- BOMBEIROS DE PENELA, *Bombeiros de Penela: 25 Anos ao Serviço da Comunidade*, Associação Humanitária dos Bombeiros de Penela, 2005.
- BRITO, José Maria Brandão de, ROSAS, Fernando, *Dicionário de História do Estado Novo*, Bertrand Editora, 1996.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LOURENÇO MARQUES, *II Colóquio Nacional de Municípios, Teses e Comunicações*, I Vol., CMLM, 1971.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, *Figueiró dos Vinhos e o seu concelho*, Março de 1968
- CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, *Figueiró dos Vinhos Hoje*, Novembro de 1993
- CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, *Plano Director Municipal*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 1995.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, *Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate Contra Incêndios*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2009.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, *Na inauguração das obras de reconstrução das aldeias de Vale do Rio e Casalinho*, Outubro de 1964
- CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, *Relatório sobre o incêndio e a reconstrução das aldeias de Vale do Rio e Casalinho*, 1964
- CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Quarteto Editora, Coimbra, 2001
- CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Edições 70, Lda., Lisboa, 2008

- DIAS, Manuel Augusto, *50 Anos, 1957-2007, Bombeiros de Ansião*, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ansião, 2007
- DIAS, José Rodrigues, “Ainda o grande incêndio de 1961”, *Jornal «A Regeneração»*, nº 1132, Fevereiro de 1966
- ENCICLOPÉDIA VERBO LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA, Edição Século XXI, Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, 1998.
- FERREIRA, David, “Associações cívicas, políticas e patrióticas”, *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (Dir.), Porto, Figueirinhas, 1981, p. 238-239.
- FIGUEIREDO, Augusto de, *Construções Rurais*, Livraria Chardron, Porto, 1905
- FONSECA, Teresa, *Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo (1930-2005)*, Edições Colibri, Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, 2005
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *X Recenseamento Geral da População, no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960)*, Tomo I, Volume 2º, “Prédios e Fogos; População – Dados Retrospectivos (Lugares), Novembro de 1964.
- JOÃO, Maria Isabel João, “Comemorações e Mitos da Expansão”, *Historia da Expansão Portuguesa*, vol.4, Circulo de Leitores, 1988
- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império, Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002
- LELLO, José, Edgar, *LELLO UNIVERSAL, Dicionário Enciclopédico Luso – Brasileiro*, 2 volumes, Lello & Irmão Editores, Porto, 1977.
- LOPES, Alberto Branco, «Quartéis de Bombeiros», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. I
- MEDEIROS, Carlos, *Figueiró dos Vinhos Terra de Sonho*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2002.
- MENDES, José M. Amado, *A História como Ciência, Fontes, Metodologia e Teorização*, Coimbra Editora, 1993
- MONGINHO, Manuel H. Quesma, «A Mulher nos Bombeiros», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. I, Lisboa, 1995.
- OLIVEIRA, César, «O Corporativismo do Estado Novo e os Municípios», *História dos Municípios e do Poder Local*, Temas e Debates, 1996.

- PARDAL, António Bernardino, *Turismo: revista de arte, paisagem e costumes portuguesas*, nº 10, II série, (Abril - Junho de 1958)
- PIRES, Simões, “Foi há 25 anos no Vale do Rio”, *Jornal de Figueiró dos Vinhos*, nº 54, Agosto de 1986
- RAMOS, Vieira, “O auxílio camarário às corporações de voluntários”, *Boletim da Liga dos Bombeiros Portugueses*, nº 17, Lisboa, Maio de 1934.
- REIS, António (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol.2 (1910-1958), Vol.2 (1958-1995), *Seleccções do Reader’s Digest*, Publicações Alfa, Lisboa.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.
- ROSAS, Fernando (Coord), *Portugal e o Estado Novo (1930 – 1960)*, Editorial Presença, Lisboa, 1992.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996
- SANTOS, Cristiano da Costa, «O Equipamento dos Bombeiros Portugueses», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. I, Lisboa, 1995
- SANTOS, F. Hermínio (Coord.), *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, 2 volumes, s/d de edição.
- SANTOS, F. Hermínio, «O Quadro Activo: sua evolução», *Bombeiros Portugueses, seis séculos de história, 1395-1995*, Serviço Nacional de Bombeiros, Liga dos Bombeiros Portugueses, Vol. II, Lisboa, 1995
- SANTOS, Fernando Piteira, “Associação, direito de”, *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (Dir.), Porto/Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 236-237.
- SANTOS, José Costa dos Santos, *Associação dos Bombeiros Voluntários Pedrogão Grande (1947-2003)*, Junta de Freguesia de Pedrogão Grande, 2003.
- SANTOS, José Costa dos Santos, *Monografia de Pedrogão Grande*, Câmara Municipal de Pedrogão Grande, 1985.
- SIMÕES, António Augusto da Costa, *Topografia Médica das Cinco Vilas e Arega*, Edição fac-similada, Minerva Coimbra, 2003.
- SIMÕES, Jorge e RIBEIRO, Manuel, *Figueiró dos Vinhos: estância de turismo*, edições de 1933 e 1938

VENTURA DA CRUZ, PLANEAMENTO, LUGAR DO PLANO, GESTÃO DO TERRITÓRIO E CULTURA, «Revisão do Plano Director Municipal -Caracterização Florestal», Câmara municipal de Figueiró dos Vinhos, Maio de 2006.

VENTURA DA CRUZ, PLANEAMENTO, LUGAR DO PLANO, GESTÃO DO TERRITÓRIO E CULTURA, *Plano Director Municipal de Figueiró dos Vinhos*, Parte II, Caracterização Demográfica, habitacional e Sócio-Económica, Câmara municipal de Figueiró dos Vinhos, Maio de 2006.

### **Fontes impressas:**

---

Boletim Municipal da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, nº 9

Boletim da Legião Portuguesa, ano de 1954

Jornal «A Comarca», nº 332

Jornal «Comarca de Figueiró», nºs 11, 14, 312, 335

Jornal «A Regeneração», nºs 15, 45, 48, 56, 61, 108, 126, 136, 165, 174, 203, 210, 219, 252, 253, 256, 262, 276, 358, 397, 401, 402, 403, 405, 407, 470, 643, 788, 833, 954, 997, 998, 1004, 1025, 1026, 1030, 1057, 1061, 1074, 1079, 1209, 1216, 1269, 1330, 1338.

Jornal «O Degrau», número único, Janeiro de 1969

Jornal «Expresso do Centro», nºs 1, 30, 42

«Jornal de Figueiró dos Vinhos», nºs 43, 54, 71, 84, 90, 166

Jornal «O Figueiroense», nºs 1, 270, 462,

Jornal «Norte do Distrito»: 14, 15, 217, 1044, 425, 413, 359, 501, 464, 320, 356, 363, 179, 253, 261, 279, 284, 374, 509, 1022, 370, 371, 239, 433, 481, 505, 472

Jornal «União Figueiroense», nºs 204, 1199

«Jornal dos Bombeiros», Lisboa, 2ª Série, nº 813 de 11 de Outubro de 1931 ao nº 842, de 09 de Março de 1933.

### **Fontes Manuscritas:**

---

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Assembleia Geral.

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Direcção.

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Documentação diversa.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas do Conselho Municipal, vols. 1,2 e 3.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Câmara Municipal, 1936 - 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, Livros de Actas da Comissão de Iniciativa e Turismo, vol.1

#### **Páginas electrónicas:**

---

[1] - ALMEIDA, José Alfredo, «Os Bombeiros e a Legião Portuguesa», *Memórias Históricas dos Bombeiros Portugueses*, Bombeiros Voluntários Lisbonenses - site: <http://bvlisbonenses-pmacieira.blogspot.com/2010/11/memorias-historicas-sobre-os-bombeiros.html> (acedido em 13 de Março de 2011).

[2] - Instituto Nacional de Estatística - site: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main) (acedido em 20 de Março de 2011)

[3] - Portal do QREN-POVT (Quadro de Referência Estratégico Nacional - Programa Operacional Temático Valorização do Território – site: <http://www.qren.pt/> (acedido em 02 de Maio de 2011)

[4] – Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos – site: <http://www.bombeirosfigueirodosvinhos.pt/> (acedido em 20 de Outubro de 2011)

[5] – Autoridade Nacional de Protecção Civil – site: <http://www.prociv.pt/assbom/Pages/EstatutosdasAssociacoes.aspx> (acedido em 20 de Outubro de 2011)

[6] – Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos – “Imprensa Local” e “Figueiró em Imagens”- site: <http://www.bmfigueirodosvinhos.com.pt/> (acedido em 20 de Outubro de 2011)

[7] – Portal de informação dos bombeiros de Portugal – site: <http://www.bombeiros.pt/> (acedido em 20 de Outubro de 2011)

[8] – Liga dos Bombeiros Portugueses. Confederação de Associações e Corpos de Bombeiros – site: <http://www.lbp.pt/>  
(acedido em 20 de Outubro de 2012)

[9] – Bombeiros de Portugal. Jornal da Liga dos Bombeiros Portugueses – site: <http://www.bombeirosdeportugal.pt/> (acedido em 20 de Outubro de 2012)